



UNIVERSIDADE
FERNANDO
PESSOA

Hereditariedade e Degenerescência nos finais do séc. XIX e meados do XX em Portugal. Racismo e Direitos Humanos.

[Heredity and Degeneracy in Late 19th and Mid-20th Century Portugal: Racism and Human Rights]

Tese de Doutoramento

Doutoramento em Estudos Políticos e Humanitários

Porfírio Pereira da Silva

Orientador:

Prof. Doutor Álvaro Campelo

Junho 2026

Hereditariedade e Degenerescência nos finais do séc. XIX e meados do XX em Portugal. Racismo e Direitos Humanos.

[Heredity and Degeneracy in Late 19th and Mid-20th Century Portugal: Racism and Human Rights]

Tese de Doutoramento

Doutoramento em Estudos Políticos e Humanitários

Porfírio Pereira da Silva

Orientador:

Prof. Doutor Álvaro Campelo

Junho 2026

Dedicatória:

Ao Médico Psiquiatra e Especialista em Medicina Tropical António Alberto Simões Viana (1922-2018), último descendente da família de farmacêuticos, Simões Viana – Farmácia Simões, fundada em 1881 –, de Viana do Castelo, confidente e amigo, mestre e conselheiro incondicional, que através de diversos estudos científicos, optou sempre pelo diagnóstico precoce, sobretudo nas crianças, como factor primordial na prevenção da deficiência mental.

AGRADECIMENTOS

Ao Presidente do Conselho de Administração da Fundação Fernando Pessoa, Professor Doutor Salvato Trigo, pela partilha desinteressada com que ao longo de mais de três décadas soube inculcar-nos a ideia do saber, enquanto conjunto dos conhecimentos, dos discursos, das práticas, dos métodos de investigação, acumulados no decurso do nosso desenvolvimento. E, por fim, proporcionar-nos o acesso a esta nova etapa – doutoramento – da nossa vida.

Ao nosso orientador Professor Doutor Álvaro Campelo, a nossa eterna gratidão, pelo persistente incentivo desde o primeiro momento que teve conhecimento desta nossa apetência para os estudos ligados ao problema do eugenismo e da análise filosófica sobre os problemas éticos de algumas doutrinas biológicas; pela firmeza compreensiva e confiança que sempre nos testemunhou, ao ponto de “forçar” a nossa candidatura ao doutoramento em Estudos Políticos e Humanitários.

À Professora Doutora Judite Antonieta Gonçalves de Freitas, Professora Catedrática, Coordenadora do 3.º ciclo de Estudos Políticos e Humanitários, pelo reconhecimento para conosco e pela forma como soube acolher e incentivar esta nossa pretensão ao doutoramento nesta área, em regime de autoproposto.

Ao Professor Doutor Pedro Reis, Presidente do Conselho Científico da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, e a todos os membros do referido Conselho, pela anuente apreciação geral, ao considerarem que o texto apresentado “demonstra competências de recolha e tratamento de fontes de informação originais e respetiva análise crítica”, acrescentando ao facto de que tínhamos “capacidade de realização de investigação original que contribua para o alargamento das fronteiras do conhecimento nacional e internacionalmente.”

Aos Arquivos e Bibliotecas consultadas, seus responsáveis e funcionários, amigos e familiares – os mais prejudicados neste período da nossa vida académica – que souberam tolerar a nossa ausência, e aos bons amigos João José Teixeira Passos e José Joaquim de Oliveira Laranjo, que acompanharam de perto esta nossa persistência em corresponder às expectativas que em nós depositaram, aconselhando-nos e ajudando-nos com as suas visões críticas e oportunas.

RESUMO

Esta tese está organizada em três partes principais, integrando seis capítulos, além da introdução e da conclusão geral. Propõe uma análise histórica e temática do fenómeno do eugenismo, explorando os seus fundamentos científicos e filosóficos, a sua difusão no contexto médico e jurídico português, bem como as suas implicações éticas e políticas persistentes. A Parte I investiga os alicerces científicos e filosóficos do eugenismo, com especial enfoque no pensamento evolucionista e positivista, e na forma como autores como Charles Darwin (1809-1882), Herbert Spencer (1820-1903) e Ernst Haeckel (1834-1919) contribuíram para a construção de ideologias que sustentaram o surgimento do eugenismo. Analisa-se o papel do positivismo científico na consolidação de conceitos como hereditariedade, degenerescência e ordem social. A Parte II debruça-se sobre a receção e desenvolvimento do pensamento eugénico em Portugal, sobretudo nas áreas da medicina e da antropologia médica. Destacam-se as contribuições de cientistas portugueses como Egas Moniz (1874-1955), Eusébio Tamagnini (1880-1972) e Mendes Correia (1888-1960), e examina-se a forma como os seus discursos promoveram ideais eugénicos. Analisa-se ainda o cruzamento entre psiquiatria e justiça através de casos judiciais emblemáticos, refletindo sobre os pressupostos eugénicos presentes nas narrativas médico-legais. A Parte III discute as implicações éticas, políticas e de direitos humanos das ideologias eugénicas. Aborda-se a evolução do conceito de raça e a sua instrumentalização política, os desafios colocados pela diversidade étnica, e a atualidade de práticas de exclusão com raízes eugénicas. A conclusão sublinha a importância de enfrentar criticamente o legado do eugenismo, em nome da ética, da dignidade humana e do pluralismo. No seu todo, a tese evidencia os complexos entrelaçamentos entre ciência, ideologia e poder na construção dos discursos sobre normalidade e desvio, defendendo a necessidade de uma abordagem crítica e historicamente informada do conhecimento científico na defesa dos direitos humanos.

Palavras-chave: Eugenismo; antropologia, medicina e psiquiatria; hereditariedade e degenerescência; ética e estudos humanitários.

ABSTRACT

This thesis is structured in three main parts, comprising six chapters, in addition to an introduction and a general conclusion. It offers a historical and thematic analysis of the eugenic phenomenon, examining its scientific and philosophical foundations, its penetration into Portuguese medical and legal culture, and its enduring ethical and political implications. Part I explores the scientific and philosophical underpinnings of eugenics, focusing on evolutionary and positivist thought and the ways in which figures such as Charles Darwin (1809-1882), Herbert Spencer (1820-1903), and Ernst Haeckel (1834-1919) contributed to the ideological frameworks that allowed for the emergence of eugenics. The influence of scientific positivism in shaping concepts of heredity, degeneration, and social order is critically examined. Part II investigates the reception and development of eugenic thinking in Portugal, particularly within the medical and medical anthropological fields. It highlights the roles of prominent Portuguese scientists like Egas Moniz (1874-1955), Eusébio Tamagnini (1880-1972), and Mendes Correia (1888-1960), and examines how their discourses contributed to the dissemination of eugenic ideals. The intersection of psychiatry and the legal system is analysed through emblematic judicial cases, reflecting on the eugenic assumptions embedded in medical-legal narratives. Part III addresses the ethical, political, and human rights implications of eugenic ideologies. It discusses the evolution of the concept of race and its political instrumentalization, the challenges posed by ethnic diversity, and the continuing relevance of eugenics in contemporary exclusionary practices. The concluding chapter emphasizes the importance of confronting the legacy of eugenics in current bioethical and humanitarian debates. Overall, the thesis highlights the complex entanglements between science, ideology, and power in the construction of discourses on normality and deviance, and argues for a critical, historically informed approach to scientific knowledge in the defence of human dignity and pluralism.

Keywords: Eugenics; anthropology, medicine and psychiatry; heredity and degeneracy; ethics and humanitarian studies.

ÍNDICE GERAL

RESUMO	xi
ABSTRACT	xiii
LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS, SÍMBOLOS OU ACRÓNIMOS	xix

INTRODUÇÃO.....	1
-----------------	---

Parte I

1. CAPÍTULO I	4
1.1. Visão geral e razões da pesquisa	4
1.2. Metodologia	5
1.3. Contexto, relevância e objetivos	5
1.4 Estrutura da Tese	7
Balanço	9
 2. CAPÍTULO II – O HUMANO ENTRE O GENE E O SOCIAL	 10
2.1. Os primórdios: Darwin e Darwinismo Social	10
2.2. O positivismo	22
2.3. O surgimento do Eugenismo	37
Balanço	54

Parte II

3. CAPÍTULO III – MEDICINA, EXORTAÇÕES EUGÉNICAS E ANTROPOLOGIA	55
3.1. Exortações eugénicas em Portugal. A sua expressão na Classe Médica ...	55
3.1.1. Os médicos e a Sociedade de Estudos Eugénicos	56
3.1.2. As principais figuras no eugenismo em Portugal	70
3.1.2.1. Francisco Ferraz de Macedo (1845-1907)	70
3.1.2.2. Egas Moniz (1874-1955)	83
3.1.2.3. Eusébio Tamagnini (1880-1972)	92
3.1.2.4. Mendes Correia (1888-1960)	98

3.1.2.5. João Porto (1891-1967)	106
3.1.2.6. Luís de Pina (1901-1972)	112
3.1.2.7. H. Barahona Fernandes (1907-1992)	118
3.1.2.8. Almerindo Lessa (1909-1995)	124
3.1.3. As questões eugénicas e os médicos de Viana do Castelo	134
3.1.3.1. José Cândido Pinto da Cruz e Costa (1863-1937)	134
3.1.3.2. Cláudio Basto (1886-1945)	136
3.1.3.3. Ernesto Galeão Roma (1887-1978)	138
3.1.3.4. Eduardo Valença (1898-1962)	151
3.1.3.5 José Gomes de Almeida Crespo (1902-1992)	161
3.1.3.6 António Simões Viana (1922-2018)	172
3.2. Antropologia aplicada à Medicina. Dois estudos de caso	180
3.2.1. BLACK NO MORE: uma sátira de George S. Schuyler (1895-1977)	186
3.2.2. A arte e os limites da loucura em Maria Gomes Pereira (1882-1950)	190
Balanço.....	198

4. CAPÍTULO IV – DIAGNÓSTICOS DA PSIQUIATRIA NOS TRIBUNAIS PORTUGUESES E IMPLICAÇÕES EUGÉNICAS. Estudos de caso.....	202
4.1. Camilo Castelo Branco (1825-1890): entre o génio-nevropata e a loucura de seu filho Jorge	202
4.2. A questão médico-legal de Rosa Calmon	220
4.3. A loucura em Maria Adelaide Coelho da Cunha	227
Balanço	239

Parte III

5. CAPÍTULO V – EUGENISMO, O CONCEITO DE RAÇA, A DIVERSIDADE ÉTNICA E SUAS IMPLICAÇÕES ÉTICAS E POLÍTICAS PARA OS ESTUDOS HUMANITÁRIOS	245
5.1. A Raça no discurso eugénico	245
5.2. O conceito de diversidade étnica e as novas teorias biológicas	252
5.3. Implicações éticas e políticas (no passado e na atualidade) nos estudos humanitários	269
Balanço	271

6. CAPÍTULO VI. CONCLUSÃO GERAL	273
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	275
ANEXOS	293

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS, SÍMBOLOS OU ACRÓNIMOS

ADN	Ácido Desoxirribonucleico
AMMVC	Arquivo e Memória do Município de Viana do Castelo
ANTT	Arquivo Nacional Torre do Tombo
CNRS	Centre National de la Recherche Scientifique
CRISPR	Clustered Regularly Interspaced Short Palindromic Repeats
INTP	Instituto Nacional do Trabalho e Previdência
PVDE	Polícia de Vigilância e Defesa do Estado
SPAE	Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia
SPEE	Sociedade Portuguesa de Estudos Eugénicos

INTRODUÇÃO

Inicialmente, esta nossa investigação pela problemática do eugenismo em Portugal, nomeadamente no final do século XIX e primeira metade do século XX, assentava num estudo onde pretendíamos analisar um conjunto de textos que, à época, transmitiram e propuseram doutrinas de eugenismo, higiene social e rância, bem como o darwinismo social.

Mesmo que, circunstancialmente, tivéssemos desistido desse objetivo – condicionados por fragilidades do foro médico –, reconhecemos, porém, por se tratar de uma área relativamente pouco divulgada ou conhecida da história do pensamento em Portugal, que tal condicionante não nos deveria impedir ou desmotivar de prosseguirmos com a elaboração deste estudo. Daí, propormo-nos à elaboração desta tese que, além de sistematizar o conhecimento até agora difundido, pretende contribuir para colmatar parte desta lacuna e motivar a novas reflexões sobre este tema.

Conscientes das implicações dos assuntos a versar na natureza humana, nas vertentes ética e bioética, pretendemos construir uma pesquisa que se revele útil para estas áreas do conhecimento, com claras implicações nos estudos políticos e humanitários contemporâneos. Desta forma, as fontes primárias a estudar serão perspectivadas com especial enfoque na ética, com suas implicações no campo das ciências políticas. Ao mostrar que o pensamento eugénico, higienista e o darwinismo social, encerram toda uma problemática, a montante e jusante, do foro ético ou de natureza ética, estamos a contextualizar a sua relação com a organização social e os direitos humanos. Referimo-nos, nomeadamente, ao respeito pela dignidade da pessoa humana, à imposição da primazia da vontade do Estado sobre o indivíduo, às políticas, estratégias e escolhas sociais criminosas, como a esterilização artificial forçada, nomeadamente a química, à eliminação de recém-nascidos deficientes e à formação de uma elite procriadora, à segregação racial, aos guetos sociais, à perseguição à homossexualidade, à exclusão social, às prisões-casa de correção, à apologética da raça pura e da seleção humana com base em premissas biológicas, aos mecanismos de biopoder e à medicalização da sociedade a coberto da qualidade de vida, à segregação de grupos de imigrantes classificados por pertenças étnicas.

Temos consciência que alguns estudos muito interessantes já foram produzidos nesta área. Destacam-se, em particular, os estudos de Ana Leonor Pereira, seja a sua tese de doutoramento posteriormente publicada em livro (Pereira, A. L., 2001), com o título

Darwin em Portugal – uma das referências bibliográficas neste nosso estudo –, seja uma grande coleção de artigos sobre as doutrinas higienistas finisseculares (Pereira, A. L., 1999). Os estudos de Rita Garnel (2007), Maria João Vaz (1998) e Luís Quintais (2008), entre outros, merecem igualmente destaque. Existem também estudos muito datados e desatualizados sobre aquela época e problemática, como o de Manuel Lousã Henriques (1966).

É de salientar, todavia, que este conjunto de estudos é ainda insuficiente para nos dar uma imagem fidedigna deste movimento de ideias. Esta verificação é especialmente dramática quando se faz uma comparação com estudos semelhantes feitos em França (cf. Pichot, 1997 / 2002; Carol, 2019), em Inglaterra (cf. Prichard, 1843), e em Espanha (cf. Vallejo-Nágera, 1937), por exemplo. Há uma dificuldade de princípio que impede muitos investigadores de seguirem esta linha de investigação, que é a de se pensar, apressadamente, que este tipo de ideias teve poucos cultores e defensores em Portugal. Isto não é de todo verdade. Existiram em Portugal muitos autores que defenderam doutrinas biológicas, sociais, políticas e filosóficas que hoje nos parecem monstruosas. Pensa-se, nomeadamente, em Almerindo Lessa (1933), Eusébio Tamagnini (1934), João Porto (1941), e Ayres de Azevedo (1944). Este último chegou a trabalhar no tristemente célebre Instituto de Higiene Racial de Berlim, no tempo da Alemanha nazi. Existiram também autores importantíssimos, devido à projeção da sua obra na sociedade portuguesa que, numa determinada fase do seu percurso intelectual, se aproximaram deste conjunto de ideias deploráveis, como são exemplo, entre outros, Henrique Barahona Fernandes (1938), e Mendes Correia (1927).

O estudo do darwinismo e do eugenismo remeteu-se quase em exclusivo para as áreas da história, da psiquiatria e da antropologia física. Durante muito tempo pensou-se ter sido o eugenismo uma corrente datada e sem relevância no pensamento e ação das sociedades contemporâneas. Depois da corrente sociobiológica instaurada por Edward O. Wilson (1975), que procurava explicar o comportamento social a partir da biologia evolucionista, verificamos como esta corrente deu origem à psicologia cognitiva e a uma naturalização das desigualdades sociais (Pinker, 2002).

A explicação de comportamentos, como os da violência ou altruísmo, a justificação das desigualdades e dos processos de discriminação social, como não sendo uma decisão ética ou moral, mas um processo ‘natural’ das sociedades, tem vindo a marcar uma espécie de ‘neoeugenismo’ contemporâneo. Determinados grupos étnicos, com características fenóticas ou origens geográficas bem conhecidas na história da discriminação ‘racial’

(África ou América Latina), estão na objetiva de políticos e são vítimas de medidas de exploração e marginalização social, quando não de violência e de expulsão, se forem imigrantes em países que têm sobre esses grupos e origens juízos pré-determinados, atualmente exacerbados pelos extremismos populistas e nacionalistas.

Conhecer a história e a prática do eugenismo dos finais do séc. XIX e princípios do século XX é uma oportunidade para entender o processo de naturalização deste tipo de discriminação, acompanhado por níveis de violência e de desprezo pela diversidade humana. Enquanto ideia filosófica, a discriminação e violência racial funda-se em concepções do que é ou não o ‘bom humano’; enquanto campo de intervenção científica, a posição eugenista compromete os sábios e cientistas no ‘melhoramento’ das raças humanas através do controlo reprodutivo. Na atualidade, e isso será cada vez mais discutido e presente em certas áreas da ciência e da tecnologia, uma concepção neoeugenista fará uso da engenharia genética, de testes pré-natais, seleção e edição embrionária.

O anterior ‘melhoramento humano’ passa agora pelas tecnologias de edição genética (CRISPR). Já se apresentam países com uso seletivo de diagnósticos pré-natais, com possíveis consequências de práticas eugénicas. É o momento para se pensar o futuro da ‘natureza humana’ e do poder da tecnologia (Habermas, 2003; Agamben, 1995). Cada vez mais assistimos à criminalização de comunidades marginalizadas e a novas formas de segregação social, principalmente no campo de imigração. A insistência em produtividade ou agressividade associadas a grupos específicos, colocam-nos desafios na ação humanitária e nas estratégias políticas perante a diversidade cultural e étnica das nossas sociedades. As grandes questões a que temos de responder são aquelas em que, na atualidade, partem do campo da biologia para a definição de políticas sociais e de saúde. O desafio é, contra a estratégia da ‘melhoria biológica’ trabalharmos a partir do conceito de ‘vulnerabilidade’ ou de ‘fragilidade’ (Campelo, 2020) para adentrarmos o centro da dignidade humana (Sen, 1999; Nussbaum, 2006).

PARTE I

I. CAPITULO I

1.1. Visão geral e razões da pesquisa

Ao nos propormos a uma investigação nesta área, somos conscientes da relevância desta temática e da sua pertinência nos dias de hoje. E isso deve-se não só ao fruto de uma década e meia de recolha, arquivo e estudo meticoloso de documentos, com trabalho em inúmeras fontes primárias, mas também ao facto de vermos ressurgir, na atualidade, novas formas de discriminação rática com base em supostos fatores genéticos. Este trabalho de investigação reflete não apenas a paixão pelo conhecimento desta área temática, mas também um empenho em contribuir para o campo dos estudos políticos e humanitários. Os anos dedicados à pesquisa deste tema, demonstram um compromisso sólido com a necessária compreensão de temas complexos, como o darwinismo social, eugenismo, positivismo, conceito de raça e higiene social. Este trabalho é o culminar desses anos de esforço para reunir, catalogar e analisar fontes primárias, ainda que complementadas com secundárias, que são essenciais para uma investigação histórica e sociológica deste tema. A reunião sistemática da documentação ao longo de uma década e meia permitiu-nos a formação de um arquivo “robusto” e diversificado (diríamos, multidisciplinar), que inclui escritos originais, registos de conferências, legislação, relatórios de saúde pública e outros materiais relevantes. Desta forma, o mesmo apresenta-se-nos como a espinha dorsal da nossa tese, proporcionando uma base sólida para a análise. A dedicação a esta tarefa assegura-nos a certeza de que as informações são preservadas na sua forma mais genuína, ficando acessível a futuras gerações de investigadores. O termos compilado um número considerável de fontes primárias, sobre o tema, ao longo destes anos, comprova a nossa motivação e empenho para a investigarmos e dela tirarmos o conhecimento que queremos partilhar.

A motivação para este trabalho reside também na sua relevância atual, como já mencionamos. Compreender as origens e evoluções de conceitos como raça, eugenismo e higiene social é crucial para os debates contemporâneos sobre políticas públicas, direitos humanos e justiça social. Assim, pretende-se não apenas iluminar o passado, mas também oferecer contributos valiosos para enfrentar os desafios atuais e futuros.

1.2. Metodologia

A metodologia aplicada nesta investigação baseia-se numa perspetiva histórica e antropológica, assenta em pesquisa bibliográfica e, fundamentalmente, em fontes primárias, coligidas ao longo do tempo num arquivo documental, bem como outras recentemente acrescentadas a esse nosso arquivo. Assim, no corpo da tese apresentaremos transcrições de textos de autores, retirados destas fontes, sendo que alguns textos não tiveram publicação pública em livros, mas são fontes documentais fundamentais. Para a interpretação e contextualização destas fontes recorremos a bibliografia especializada na área da temática em estudo. A confrontação dos estudos de outros investigadores com as nossas fontes primárias permitiu tanto a interpretação destas como uma análise crítica ao estado da arte sobre este assunto.

Ao privilegiarmos as fontes primárias, acabamos por requerer uma abordagem meticulosa e crítica, considerando o contexto histórico e social em que foram produzidas. Ao longo dos anos, procuramos desenvolver uma avaliação o mais rigorosa possível na análise dessas fontes, de forma a obtermos uma compreensão mais profunda das ideias e práticas aí presentes. Esta investigação reflete um trabalho de recolha e análise acumulados, proporcionando, ao mesmo tempo, uma análise comparativa e fundamentada dos temas abordados.

O facto de darmos relevo a estas fontes primárias, no contexto português, pretende ser um contributo para estabelecer um corpo significativo de material disponível à comunidade académica. Esta análise e disponibilidade de fontes primárias serve ainda para possibilitar e influenciar tanto a pesquisa futura, quanto a formulação de políticas.

Concluindo, a nossa metodologia será qualitativa, descritiva, baseada em fontes documentais e bibliográficas, cujo cotamento e interpretação reflexiva servirá para confirmar ou infirmar as questões da tese que propomos.

1.3. Contexto, relevância e objetivos

Na era da informação e dos avanços em biotecnologia, a preocupação com o ressurgimento de ideias eugénicas, ainda que com nova roupagem, é real e motivo de

alguma preocupação. Tecnologias de edição genética, como o sistema CRISPR¹, levantam sérios debates éticos sobre a possibilidade de manipulação genética humana. Além disso, o discurso sobre “melhoramento humano” e a procura por um “aperfeiçoamento” físico e cognitivo podem resvalar em práticas que ecoam os objetivos eugénicos do passado. Para os estudiosos de política e direitos humanos, essas questões são cruciais, pois envolvem a necessidade de desenvolver políticas e regulamentações que protejam a dignidade humana e previnam o uso discriminatório da ciência e da tecnologia.

Assim, ao analisarmos os estudos de eugenismo dos séculos XIX e XX, e as suas repercussões na atualidade, pensamos que é crucial uma reflexão crítica sobre como os conceitos biológicos podem ser usados para justificar a marginalização e opressão de indivíduos e grupos. Para os campos de estudos políticos e humanitários, este “exame-reflexivo” é essencial para entendermos como políticas baseadas em ciência mal aplicada podem levar à violação dos direitos humanos; um outro objetivo é desenvolver estratégias que promovam a justiça, a dignidade e a igualdade, entre os humanos. Somente através do reconhecimento dos erros históricos e da vigilância ética constante, é possível evitar a repetição de tais atrocidades e promover uma sociedade mais justa e igualitária.

O movimento eugenista, que emergiu no final do século XIX e se estendeu até a primeira metade do século XX, apesar do impacto significativo em várias partes do mundo, teve também as suas repercussões em Portugal. O eugenismo, na altura baseado na aplicação de princípios biológicos para a melhoria da raça humana, encontrou terreno fértil num período caracterizado por um crescente interesse na relação entre as ciências biomédicas e o comportamento social. Em Portugal, assim como em outros países europeus, a eugenia foi vista por muitos como uma forma de melhorar a saúde pública, a higiene e, em última análise, a qualidade da população (cf. Moniz, 1922; Lessa, 1933; Fernandes, 1940a).

É neste contexto científico e social que este período da história portuguesa foi marcado por um forte movimento de modernização e secularização, com ênfase especial na ciência e na educação. Os discursos sobre degeneração racial e melhoria genética começaram a ganhar destaque, influenciando políticas públicas e práticas sociais. Cientistas, médicos e intelectuais portugueses passaram a debater e a promover ideias eugénicas, influenciados por teorias de darwinismo social e pelas correntes de pensamento eugénico, que se espalhavam pela Europa e pelos Estados Unidos (cf. Black, 2012).

¹ Repetições Palindrómicas Curtas Agrupadas e Regularmente Interespaçadas.

O estudo do eugenismo em Portugal durante este período é de extrema relevância para a compreensão das bases históricas e ideológicas que moldaram as políticas de saúde pública e as perceções sociais sobre a raça e a hereditariedade. Além disso, a análise do movimento eugenista português oferece uma lente crítica para entender como as ciências biológicas foram utilizadas para justificar práticas discriminatórias e para promover agendas políticas específicas. Assim, compreender a história do eugenismo em Portugal também é fundamental para a análise dos problemas éticos associados a certas doutrinas biológicas. As ideias e práticas eugenistas levantam questões importantes sobre os limites da intervenção científica na sociedade, o respeito pela diversidade humana e os perigos da aplicação de conceitos biológicos em contextos sociais e políticos. A relevância contemporânea deste estudo reside na sua capacidade de informar debates atuais sobre biotecnologia, genética e ética médica, ajudando a prevenir a repetição dos erros do passado.

O principal objetivo desta tese é analisar o desenvolvimento e a influência do movimento eugenista em Portugal, com alguns estudos de caso a nível espacial, em Viana do Castelo, e a um número restrito de personagens históricas, desde o final do século XIX até a primeira metade do século XX, e ver quais as suas possíveis consequências para os direitos humanos nas sociedades atuais. Desta forma, a nossa questão de tese é a seguinte: é possível uma relação entre as teorias eugenistas do final do século XIX e princípios do XX com algumas das narrativas rácicas e discriminatórias da atualidade, que atentam contra a dignidade e os direitos humanos?

1.4. Estrutura da Tese

A presente tese organiza-se em três partes principais, estruturadas em seis capítulos, para melhor explorar, compreender e contextualizar a problemática da hereditariedade, da degenerescência e do pensamento eugénico em Portugal, articulando-os com os conceitos de raça, diversidade étnica e direitos humanos. Esta divisão visa garantir uma análise progressiva, contextual e crítica, permitindo acompanhar a evolução histórica, os protagonistas, os contextos e os impactos sociais e éticos das ideias em estudo.

Parte I – Fundamentos e Contextualização Histórica.

Esta primeira parte assume um papel introdutório e epistemológico, contendo dois capítulos:

Capítulo I – Enquadramento Teórico e Metodológico.

Apresenta uma visão geral das razões que motivaram a investigação (1.1), a metodologia adotada (1.2), o contexto histórico e atual do tema e os objetivos da pesquisa (1.3). Neste capítulo insere-se também esta secção 1.4, onde se descreve a estrutura da tese. A conclusão deste capítulo sintetiza o itinerário da investigação.

Capítulo II – O Humano entre o Gene e o Social.

Explora o enquadramento histórico das ideias de Darwin, o darwinismo social e o positivismo. Aborda os fundamentos filosóficos e científicos que estiveram na origem das doutrinas eugénicas, preparando o terreno para a análise da sua concretização em Portugal.

Parte II – Aplicações Médicas, Psiquiátricas e Antropológicas do Pensamento Eugénico.

Esta parte, composta por dois capítulos, analisa a forma como a medicina, a psiquiatria e a antropologia institucionalizaram e operacionalizaram o pensamento eugénico, nomeadamente em Portugal.

Capítulo III – Medicina, Exortações Eugénicas e Antropologia.

Foca-se nas exortações eugénicas no seio da classe médica, dando especial destaque à criação da Sociedade de Estudos Eugénicos e às figuras mais influentes neste campo, com especial atenção ao caso de Viana do Castelo. Inclui também duas leituras críticas de casos paradigmáticos: a obra satírica *Black No More* de George Schuyler e a figura de Maria Gomes Pereira.

Capítulo IV – Diagnósticos da Psiquiatria nos Tribunais Portugueses e Implicações Eugénicas.

Analisa estudos de caso onde a psiquiatria e os diagnósticos de degenerescência foram mobilizados em contexto judicial, com particular incidência sobre as figuras de Camilo Castelo Branco e Maria Adelaide Coelho da Cunha, entre outras. Este capítulo evidencia a instrumentalização do saber médico para fins de controlo social.

Parte III – A Herança Contemporânea do Pensamento Eugénico

Esta parte final, também com dois capítulos, é dedicada à reflexão crítica sobre o legado e atualidade do eugenismo e dos discursos raciais.

Capítulo V – Eugenismo, o Conceito de Raça, a Diversidade Étnica e Suas Implicações Éticas e Políticas.

Examina a persistência e reconfiguração contemporânea das ideias eugénicas, sobretudo à luz dos avanços da biotecnologia e das novas formas de segregação

social. Discutem-se aqui as implicações éticas e políticas para os estudos humanitários e para a sociedade globalizada atual.

Capítulo VI – Conclusão Geral.

Sintetiza os principais contributos da investigação, identificando continuidades e ruturas na história do pensamento eugénico, e sublinha os desafios éticos contemporâneos à luz dos direitos humanos.

Balanço

A proposta como Tese de Investigação consta de um olhar para a teoria eugenista, em geral, analisando, depois como ela se afirmou no contexto nacional português, e no espaço regional de Viana do Castelo, através de autores consagrados no campo médico e no pensamento sobre a evolução da sociedade portuguesa da época, para ver se esta teoria tem ou não repercussões na sociedade contemporânea, nomeadamente no racismo e nas relações entre diferentes grupos étnicos num mundo cada vez mais globalizado. Entendidas as consequências da teoria darwinista, aplicada depois no darwinismo social, e do pensamento positivo, hegemónico no final do século XIX e inícios do XX, a pesquisa assenta na obra de diferentes autores e pensadores, na institucionalização do pensamento eugénico e na discussão, após exposição do que está em causa, de alguns estudos de caso. Para analisar a aplicação destas teorias em diferentes campos do saber, escolhemos um deles, com forte repercussão na sociedade da primeira metade do século XX: a relação entre a psiquiatria e a justiça, e a fundamentação das decisões sanitárias e jurídicas a partir de conceitos nascidos da teoria eugénica, como o de degenerescência.

Durante muito tempo pensou-se que as teorias eugénicas e evolucionistas tiveram um impacto fortíssimo nos finais do século XIX e inícios do XX, nomeadamente no racismo e no colonialismo excludente, mas que essa consequência havia sido superada com a ciência médica moderna e uma antropologia social e cultural mais crítica, superadora das classificações da antropologia física discriminatória. O que iremos verificar ao longo desta investigação é que o conjunto de conceitos e classificações aqui presentes, normalizados na época, poderão estar a surgir na atualidade com outras roupagens.

2. CAPITULO II – O HUMANO ENTRE O GENE E O SOCIAL

2.1. Os primórdios: Darwin e Darwinismo Social

Ao falarmos de correntes eugénicas temos que forçosamente começar por referir Charles Robert Darwin [1809–1882], naturalista inglês, neto do médico Erasmo Darwin. Este cientista ficou célebre pela sua teoria sobre a origem e evolução das espécies, assente numa perspetiva de luta pela vida – ou pela existência –, fruto da seleção natural e da sobrevivência do mais forte (Darwin, 1859). Abrindo flancos a uma teorização fixista², segundo a qual as espécies animais e vegetais não evoluíam, Charles Darwin, confesso do seu agnosticismo – apesar de nunca ter sido fanático, do ponto de vista filosófico granjeou muitos inimigos –, tomou por base a fossilização das espécies, de forma a fundamentar a sua teoria de que quanto mais antigas são as espécies fossilizadas, mais fácil será constatar as diferenças apresentadas relativamente às espécies atuais e estabelecer uma classificação animal, baseada nas semelhanças orgânicas ou anatómicas. Apesar da grande obscuridade nos trabalhos do seu tempo, que permanece e permanecerá durante muito tempo, não lhe restavam quaisquer dúvidas, depois do estudo cuidadoso e do juízo imparcial de que fora capaz, de que a perspetiva adotada pelos naturalistas na sua maioria, e que adotou antes – nomeadamente, a de que cada espécie foi independentemente criada –, era errónea:

Estou plenamente convencido de que as espécies não são imutáveis; estou convencido que as espécies que pertencem ao que chamamos *o mesmo género* derivam diretamente de qualquer outra espécie ordinariamente distinta, do mesmo modo que as variedades reconhecidas de uma espécie, seja qual for, derivam diretamente desta espécie; estou convencido, enfim, que a seleção natural tem desempenhado o principal papel na modificação das espécies, posto que outros agentes tenham nela partilhado igualmente (Darwin, 1913, p. 5).

Ou seja, segundo Darwin, as espécies são descendentes diretos de outras espécies, geralmente extintas, da mesma maneira que as variedades reconhecidas de qualquer espécie são descendentes dessa espécie.

² Relativa ao fixismo, que o mesmo será dizer “doutrina da fixidez das espécies, por oposição ao transformismo”.

A sua incursão pela medicina, iniciada na cidade de Edimburgo por volta de 1825, nunca chegou a vingar, a ponto de seu pai, pelo seu fraco aproveitamento, tê-lo levado às ‘carteiras’ de Cambridge, a fim de seguir a carreira eclesiástica, para pastor da igreja anglicana. Foi aqui que, face à sua crescente aversão aos estudos clássicos, germinou a paixão pelas coisas da natureza³.

Segundo Gustavo de Fraga,

Darwin inicia uma época definitiva na história da teoria da evolução, não obstante os progressos modernos em investigação celular e genética. (...) O darwinismo prolonga-se, hoje, na biologia, em questões especiais de filogenética e método – continuidade e aceleração da evolução, seu decorrer, leis filogenéticas, parentesco, causas da evolução (Fraga, 1997, col. 1280).

De facto, e apesar de, historicamente, o conceito de evolução ter começado por ser uma construção do pensamento, por influência da ciência, depressa se libertaria desse antropomorfismo. Pode-se, assim, admitir a teoria da evolução como percurso necessário ou inevitável de um período pré-científico, tendo em conta a importância do estudo da espécie, do género e a existência de uma classificação, mesmo quando se possa questionar sobre a causa das semelhanças e das diferenças, na indefinida fronteira entre a consideração pré-filogenética e a própria filogenética: “Uma ciência consciente da evolução só começa com Lamarck⁴ e Darwin, no séc. XIX, depois da luta por métodos exatos nas ciências abióticas, no séc. XVII. Só então é possível que afirmações sobre a evolução se possam identificar com um facto da natureza” (Fraga, 1997, col. 1280-1281). Por isso, nos limites da ‘razão’ – mesmo quando levada a tribunal, como aconteceu com Kant –, comungamos da ideia de que a «revolução» operada por Darwin não foi apenas um acontecimento científico, mas, na verdade, uma «revolução filosófica» (cf. Noël, 1981).

³ Foi em Cambridge que Charles Darwin estabeleceu relações de amizade com o professor de botânica Henslow e em cujo meio se relacionou com diversos naturalistas. Sensibilizado para as suas qualidades de investigador, Henslow acaba por convidar Darwin a viajar com o capitão Fitz Roy, de forma a explorarem as costas da Patagónia, Terra do Fogo, Chile, Peru e algumas ilhas do Pacífico. Após o regresso à Inglaterra (outubro de 1836), reuniu as suas memórias de viagem numa publicação com o título *Voyage of a Naturalist Round the World* (1849), acabando a aglutinar nesta mesma obra dados para a sua teoria sobre a origem das espécies.

⁴ Jean-Baptiste Pierre Antoine, Chevalier de Lamarck [n. Bazentin, Picardia, 1744 - m. Paris, 1829], cientista francês que muitos consideram o fundador da Biologia. Só depois de Darwin é que as suas ideias foram seguidas e apreciadas devidamente.

O darwinismo designa a teoria da evolução por seleção natural desenvolvida por Charles Darwin para explicar a evolução das espécies através da seleção natural. Segundo esta teoria, os organismos mais adaptados ao seu ambiente têm maior probabilidade de sobreviver e reproduzir-se, transmitindo as suas características às gerações seguintes.

Já o darwinismo social é uma teoria social e política, surgida posteriormente, que procurou aplicar, de forma inadequada, as ideias da seleção natural às sociedades humanas. Os seus defensores (Spencer, 1862) argumentavam que a competição entre indivíduos, grupos ou nações justificava desigualdades sociais, económicas e raciais. Esta perspetiva não faz parte da teoria científica de Darwin e foi amplamente criticada por distorcer conceitos biológicos para justificar discriminação e injustiças sociais.

Em suma, o darwinismo é uma teoria científica sobre a evolução dos seres vivos, enquanto o darwinismo social é uma teoria que tentou aplicar essas ideias à organização da sociedade humana, e que teve com última consequência muitas formas de racismo, uma ideologia política e cultural.

Assim, contrariando a ideia de que o darwinismo social tem origem científica na teoria da seleção natural de Charles Darwin, que procurou explicar a diversidade de ‘espécies de seres vivos’, afirma-se a diferença importante entre a teoria biológica da seleção natural e as teorias do darwinismo social produzido posteriormente.

De parceria com o naturalista, geógrafo, antropólogo e biólogo, Alfred Russel Wallace [1823–1913], idealizou a teoria, por convicção, de que todos os seres vivos descendem de um ancestral comum. No decorrer desta teoria, o sucesso da teoria evolucionista motivou o surgimento de correntes nas ciências sociais baseadas na tese da sobrevivência dos mais aptos, da importância de um controlo sobre a demografia humana. De acordo com esse pensamento, existiriam características biológicas e sociais que determinariam que uma pessoa é superior à outra e que as pessoas que se enquadrassem nesses critérios seriam as mais aptas. Geralmente, alguns padrões determinados como indícios de superioridade num ser humano seriam a habilidade nas ciências humanas e exatas em detrimento das outras ciências, como a arte, por exemplo:

Pode dizer-se que, num certo sentido, não somente as condições de existência determinam, direta ou indiretamente, as variações, mas que influenciam também na seleção natural; as condições determinam, com efeito, a persistência desta ou daquela variedade. Quando, porém, o homem se encarrega da seleção, é fácil compreender que os dois elementos da alteração são distintos; a variabilidade produz-se de qualquer maneira, mas é a vontade do

homem que acumula as variações em certos sentidos; ora, esta intervenção responde à persistência do mais apto no estado natural (Darwin, 1913, p. 126).

Para Darwin, as espécies dos géneros maiores variam mais do que as espécies dos géneros menos ricos. As variedades não podem ser distinguidas das espécies com certeza, exceto: primeiro, pela descoberta de formas intermediárias que as conectam entre si, e a descoberta de tais conexões não afeta as formas que elas unem; em segundo lugar, por uma certa soma de diferenças, porque duas formas que diferem muito pouco são geralmente classificadas como variedades, embora os elos intermediários não tenham sido descobertos; mas a soma das diferenças consideradas necessárias a duas formas, a classificação das espécies é completamente indefinida.

Para André Pichot⁵ (2002), a segunda metade do século XIX foi, por assim dizer, uma idade de ouro para a biologia. Três nomes dizem-no com toda a clareza: Claude Bernard, Louis Pasteur e Charles Darwin, ou seja, respetivamente, com as escolas ou os discípulos destes autores:

- A fisiologia moderna e a sua aplicação à medicina experimental;
- A microbiologia e as suas aplicações médicas, higienistas, industriais e agrícolas;
- O evolucionismo, sem aplicações técnicas imediatas.

Esta biologia triunfante, ainda segundo André Pichot, “não podia deixar de ter influência na sociedade, mas as suas diferentes correntes não a exerceram da mesma maneira. E não tiveram o mesmo impacto em todos os países, consoante o reconhecimento que os autores granjearam neles” (Pichot, 2002, p. 25).

Claude Bernard, ao contrário de Louis Pasteur, que não apresentava apenas uma técnica biomédica, mas também uma técnica ‘social’, é o mais simples, porquanto a sua fisiologia não teve consequências práticas imediatas. Apesar do mesmo ter inaugurado a medicina experimental, foi, contudo, necessário esperar algum tempo para ela desembocar numa melhoria da técnica médica.

⁵ Nasceu em 1950. Investigador em epistemologia e história da ciência, no CNRS em Estrasburgo. Foi um aprendiz de Georges Canguilhem. É conhecido em França pelos seus textos criticando assuntos relacionados a genética, em particular a influência que a biologia moderna teve nas ideologias suportando a eugenia. Autor de vários livros, reeditou obras de Galeno, Bichat, Lamarck e Pasteur.

Com efeito, o higienismo pasteuriano explica bem a dimensão biológica das sociedades (as vacinações e a assepsia funcionaram em todos os regimes políticos). Sem dúvida que tende a reforçar a ordem social sobrepondo-lhes coerções (sob a forma de leis ou de princípios de vida), mas essas coerções são higiénicas e só secundariamente são políticas (Pichot, 2002, p. 28).

Por outro lado, no que toca a Charles Darwin, são evocados problemas que podia colocar à burguesia conservadora, ‘espiritualista’, “mas também a perfeita compatibilidade desse darwinismo com os princípios políticos e económicos dessa mesma burguesia, princípios aos quais ele proporciona uma justificação científica” (Pichot, 2002, p. 31). Contudo, um dos fatores preponderantes a ter em conta, no que concerne à denominada *revolução científica*, é que

Darwin inaugurou um novo código de leitura da complexidade e da historicidade dos organismos vivos, irredutível ao mecanismo, ainda que a descendência com modificações se processe através de um mecanismo chave: a seleção natural. Mas, a seleção natural, que preserva as variações individuais favoráveis ao processo adaptativo e elimina as variações nocivas (Pereira, 2001, p. 22-23).

Um conjunto de pensadores atribui a fonte do darwinismo social ao próprio Darwin, que na sua obra *A Origem do Homem* (1871), havia aplicado a sua teoria ao mundo social. Nesta obra, Darwin ocupa-se da evolução humana e, ao fazê-lo, aplica os mesmos critérios que utiliza em *A Origem das Espécies*. A teoria de Darwin diz também que no mundo sobrevive o mais adaptado, por isso há a evolução; que os seres vivos evoluem para continuarem vivos, e o próprio homem seria exemplo disso. Perante a questão se o homem é o descendente modificado de alguma forma pré-existente, Darwin, responde:

é necessário primeiro indagar se a conformação corporal e as faculdades mentais do homem estão sujeitas a variações, por mais leves que sejam; e, neste caso, se essas variações são transmitidas à sua descendência de acordo com as leis que prevalecem nos animais inferiores (Darwin, 1874, p. 1).

Isto, tendo em conta que “quando se trata de animais inferiores, parece muito mais correto dizer que seus instintos sociais se desenvolveram para o bem geral ao invés da felicidade geral da espécie” (Darwin, 1874, p. 130).

Charles Darwin, reforçando a ideia de que, à época, as intermináveis discussões sobre a questão de saber se deviam considerar como espécie ou como raças geográficas os mamíferos, aves, insetos e plantas, tão numerosos e tão intimamente relacionados, que se representavam na América do Norte e na Europa, lhes ofereciam um exemplo prático dessa dificuldade. O mesmo se passava com as produções de um grande número de ilhas localizadas a pouca distância dos continentes. Pelo contrário os naturalistas, que admitiam o princípio da evolução,

não hesitam em reconhecer que todas as raças humanas descendem de uma única linhagem primitiva; dito isto, dão-lhes, como bem entendem, nomes de raças ou espécies distintas, com o objetivo de expressar a soma de suas diferenças ((Darwin, 1874, pp. 193-194).

Darwinismo social é por assim dizer um nome moderno dado a várias teorias da sociedade, que surgiram no Reino Unido, América do Norte e Europa Ocidental, na década de 1870. Trata-se de uma tentativa de se aplicar o darwinismo biológico nas sociedades humanas. Descreve o uso dos conceitos de luta pela existência e sobrevivência dos mais aptos, para justificar políticas que não fazem distinção entre aqueles capazes de se sustentar a si e os incapazes de se sustentar. Esse conceito motivou as ideias de eugenia, racismo, imperialismo, fascismo, nazismo e na luta entre grupos e etnias nacionais. O termo foi popularizado em 1944 pelo historiador norte-americano Richard Hofstadter (*Social Darwinism in American Thought, 1860–1915*), mas atualmente, por causa das conotações negativas da teoria do darwinismo social, especialmente após as atrocidades da Segunda Guerra Mundial, poucas pessoas se descrevem como social-darwinistas, e o termo é geralmente visto como pejorativo.

O darwinismo social, decorrente das teorias evolucionistas de Charles Darwin e de Herbert Spencer (1862)⁶, considera que o conflito e a seleção natural dos mais aptos são condições da progressão social. Trata-se de aplicar ao mundo social os princípios de luta pela vida e pela sobrevivência dos melhores das sociedades animais, defendidos pela corrente evolucionista. A competição relativa à luta das espécies prolonga-se, assim, na vida social, explicando a mudança e a evolução das próprias sociedades: “A teoria da evolução (*the Theory of Evolution*) defendida por Herbert Spencer, desde 1862, era muito

⁶ Filósofo, biólogo e antropólogo inglês, bem como um dos representantes do liberalismo clássico, foi um profundo admirador da obra de Charles Darwin. É dele a expressão “sobrevivência do mais apto” e em toda a sua obra aplica as leis da evolução a todos os níveis da atividade humana.

diferente da teoria da descendência com modificações, publicada por Darwin em 1859” (Pereira, 2001, p. 48). O evolucionismo de Spencer é cauteloso, na medida em que o autor adverte que a evolução depende de ‘condições diversas’ que a favorecem ou inibem (relações do sistema social com o seu meio ambiente, dimensão da sociedade, diversidade, etc.). Spencer considera, igualmente, que os determinismos sociais são demasiado complexos; os indivíduos têm tendência a adaptar-se ao sistema social a que pertencem, do mesmo modo que as atitudes dos indivíduos facilitam ou inibem o aparecimento de determinado tipo social (o tipo ‘militar’ ou o tipo ‘industrial’, por exemplo) (cf. obra de Spencer). O darwinismo social tornou-se um argumento a favor do individualismo económico e político, contra o intervencionismo do Estado. Segundo Spencer (*the Theory of Evolution*), o Estado só deve, através do Direito, estabelecer as regras do mercado. Por sua vez, Durkheim (1893), que segue o modelo evolutivo do darwinismo social, dando conta de tendências evolutivas na sociedade, considera que o desenvolvimento do individualismo – que é uma consequência da complexidade crescente da divisão do trabalho – é um aspeto fundamental na passagem das sociedades tradicionais às sociedades modernas.

Herbert Spencer – embora nos foquemos nos denominados «Primeiros Princípios», através do seu conceito de “evolução cosmológica”, no que toca ao problema metafísico – vinha na linha de que o universo, como um todo, bem como na maravilhosa variedade dos seus detalhes, apresenta-se diante de nós como um enigma. Daí, as mentes mais poderosas são atraídas por uma força irresistível para procurar a explicação para esse enigma.

Ao longo de todos os tempos da história, houve doutrinas religiosas ou científicas, iniciações em mistérios ou tratados *De natura rerum*, que sempre quisemos considerar como uma razão para as coisas que então compunham o mundo da experiência. A quantidade de testes tentado até agora, os que ainda hoje são realizados, diz o suficiente que o problema não foi resolvido (Spencer, 1871, p. III-IV).

Para Spencer, era de crer que a humanidade jamais perderia o interesse por essas pesquisas nobres e salutares; e se isso acontecesse, seria imediatamente punido por um declínio irremediável. Aliás, essa necessidade não poderia ser depositada como um germen na nossa própria natureza, para nos desencaminhar constantemente. O passado

garante-nos o futuro, dizem também os inimigos da metafísica: onde a mente humana sempre falhou, sempre falhará.

Sem dúvida que seus esforços jamais seriam infrutíferos, se não encontrasse a verdade que procurava, muitas vezes acabaria por encontrar verdades que não procurava; mas o que ele não teria feito para garantir a felicidade da espécie, se seus esforços sempre se tivessem concentrado em problemas acessíveis às suas faculdades; deixando de querer explicar o universo, ele dedicou-se apenas a escravizar o mundo em que se encontra confinado! (Spencer, 1871, p. IV-V).

Para Spencer, nós conhecemos apenas o produto da experiência, dado que é por meio dela que ficamos a saber que efetivamente as coisas mudam, isto é, que se nos apresentam em estados diferentes sucessivos.

No plano da ciência, principalmente quando se coloca em causa a sua competência, Spencer começa por afirmar que a impotência da religião reside no facto de que não é a razão que coloca um facto primário no início de uma série, mas um ato de fé. Assim, se é por um ato de fé que admitimos uma causa primária, seria igualmente plausível que por um ato de fé admitiríamos várias causas primárias. “É novamente por um ato de fé que, depois de colocá-los, eles são dotados de personalidade, atributos humanos, inteligência, paixões e até formas sensíveis. A inteligência abdica antes da imaginação” (Spencer, 1871: VIII). Mas os filósofos sempre mostraram uma grande relutância em admitir a fraqueza da razão, em fazer abertamente atos de fé. Ao não quererem reconhecer que estão reduzidos a isso,

eles correm avidamente em busca de uma nova base, passando de uma abstração a outra para descobrir melhores materiais por trás de um nome geral. Às vezes é da inteligência, outras vezes dos sentimentos, que queremos tomar por empréstimo os elementos da nova construção (Spencer, 1871, p. VIII).

Definitivamente, a crítica procurou demonstrar a incompetência da ciência para lançar luz sobre essas regiões. Assim, para Spencer,

uma vez que essas duas grandes realidades, religião e ciência, são elementos constitutivos do mesmo espírito e respondem a diferentes aspetos do mesmo universo, deve haver harmonia entre eles; portanto, há boas razões para acreditar que a verdade mais abstrata da

religião e a verdade mais abstrata da ciência deve ser aquela em que as duas se fundem (Spencer, 1871, p. 23).

Sobre a evolução simples e composta, Herbert Spencer vincula a ideia de que quando as únicas forças em jogo são aquelas que tendem diretamente a produzir agregação ou difusão, toda a história do agregado “compreende nada mais do que os movimentos que seus componentes aproximam do centro comum, e aqueles que deles separam” (Spencer, 1871, p. 307). A operação da evolução compreendendo nada mais do que “a história completa de uma coisa deve tomá-la como deixa o impercetível e conduzi-la até à sua reentrada no impercetível” (Spencer, 1871, p. 298), será simples. Quanto à ‘lei da evolução’, para Spencer todas as existências sencientes devem, de uma maneira ou doutra, num momento ou noutro, chegar às suas formas concretas por meio de operações de concentração, dando como exemplo, entre outros, o da sua procura da prova direta de que “o Cosmos em geral está de acordo com esta lei, e para isso seguiremos, enquanto observação e raciocínio nos permitirem, os factos que são o assunto da Astronomia e Geologia, bem como aqueles tratados na Biologia, Psicologia e Sociologia” (Spencer, 1871, p. 328). Para este autor, quando dividimos a evolução em astronómica, geológica, biológica, psicológica, sociológica, etc., podemos acreditar até certo ponto que a extensão da mesma lei da metamorfose a todas as divisões da evolução é pura coincidência.

Mas quando reconhecemos nessas divisões grupos artificiais, destinados a facilitar a aquisição de conhecimento, quando olhamos para as diferentes existências com as quais cada um deve lidar como partes integrantes do cosmos; vemos ao mesmo tempo que eles não são partes separadas da evolução, unidas pela posse de certas características comuns, mas uma evolução que ocorre em toda a parte da mesma maneira (Spencer, 1871, p. 585).

Ernst Haeckel (1903), biólogo, naturalista, filósofo, médico, professor e artista alemão que ajudou a popularizar o trabalho de Charles Darwin e um dos grandes expoentes do cientificismo positivista, defendia, por exemplo, no que toca à hereditariedade e reprodução, que

todas as diferentes formas organizadas que consideramos como produto de uma força criadora, ativa e teleológica, podemos compreendê-las, conforme com essa teoria da seleção, como produtos necessários de uma seleção natural atuando sem fim e com uma

ação combinada, inconsciente, de duas grandes propriedades, variabilidade e hereditariedade (Haeckel, 1903, pp. 137-138).

Segundo ele, era preciso distinguir cuidadosamente a hereditariedade, a força de transmissão, a faculdade que certos organismos possuem de transmitir as suas qualidades à sua descendência por via de reprodução e o facto de transmissão, a herança, que é o exercício real dessa faculdade, a transmissão efetiva (cf. Haeckel, 1903).

A evolução individual e a evolução paleontológica, comparadas entre si e aproximadas da anatomia comparada, permitiram descobrir o parentesco morfológico entre os organismos, sendo que este acabou também por o elucidar sobre o seu parentesco verdadeiro, sobre a sua consanguinidade, que pela teoria da descendência, Haeckel acreditava ser a verdadeira causa do parentesco morfológico. Aproximavam-se e confrontavam-se assim os resultados empíricos da embriologia, da paleontologia, da anatomia comparada, completando esses resultados um com o outro, chegava-se, segundo ele, a conhecer aproximadamente a classificação natural e essa seria a árvore genealógica dos organismos (Cf. Haeckel, 1903).

Paralelamente, desde 1860, Ernst Haeckel, o grande apóstolo da teoria darwiniana na Alemanha e em toda a Europa continental, contribuiu decisivamente para a difusão da teoria da descendência com modificações sob o nome de teoria da evolução. Além disso, tomou-a com base científica duma conceção filosófica do mundo: o monismo ou o evolucionismo monista (Pereira, 2001, p. 50).

Ernst Haeckel afirmando que Charles Darwin, nas suas obras, ao não dar solução a este ponto da teoria genológica, supõe, contudo, que os animais descendem de quatro ou cinco tipos ancestrais e que as plantas também descendem do mesmo número de tipos ancestrais, ou talvez de menos ainda:

Mas como nesses tipos há traços de filiação, e como os reinos animal e vegetal estão ligados por formas de transição, supõe Darwin *que todos os seres organizados, que viveram na terra, descendem de uma só forma primitiva*. À semelhança de Darwin, contentaram-se os partidários da teoria da descendência com tratar esta questão por um modo geral (Haeckel, 1903, p. 319).

Desta forma, segundo Haeckel, os partidários da teoria da descendência ao concentrarem-se numa só forma primitiva, sem nunca encararem o problema, nunca olharam a *classificação natural* como a *árvore genealógica dos organismos*.

Depois de Charles Darwin, Herbert Spencer, ou Ernst Haeckel, os conceitos da teoria da evolução das espécies não se perderam de todo, pois muitos foram aqueles que em confronto com as teorias da evolução das espécies, ainda que alguns sejam apologistas do criacionismo, se questionaram, ou continuam a questionar, por que razão os humanos apresentam tantas diferenças relativamente aos outros primatas. E o que acabam por dizer essas diferenças sobre a dita evolução humana: será que existem animais capazes de surgir do nada?; será o homem um produto do acaso e de uma seleção natural, como pensam os biólogos darwinistas?

Thomas Lepeltier (2009), ao admitir que a origem da vida e a evolução das espécies sempre agitaram o espírito do homem, acaba por nos advertir que desde o princípio do século XXI, multiplicam-se, nos Estados Unidos, as iniciativas que vão no sentido de referir, nos cursos de Biologia, uma alternativa à teoria darwinista, sendo que

esta recente *cruzada* anti darwinista já não é feita em nome da Bíblia, como aconteceu com a que foi levada a cabo pelos criacionistas no século XX – que eram partidários de uma leitura literal do livro do Génesis. Desta vez, os novos adversários do darwinismo, apoiando-se em argumentos pretensamente científicos, defendem que a teoria darwinista é incapaz de explicar a evolução de todas as estruturas orgânicas. Ao mesmo tempo, consideram necessário recorrer à intervenção de uma causa inteligente, por detrás da qual estará – não se pode deixar de pensar nisso – a mão de Deus (Lepeltier, 2009, p. 19).

Segundo o autor, este movimento, conhecido pelo nome de *Intelligent Design*⁷, “não tem muitos defensores nos meios científicos, mas encontra algum êxito fora do mundo universitário, nomeadamente graças a livros e a vídeos destinados ao grande público” (Lepeltier, 2009, pp. 19-20).

⁷ «Desígnio Inteligente» ou «Design Inteligente – Ainda que o anglicanismo *design* tenha entrado na linguagem corrente em Portugal e no Brasil, denominando até disciplinas afetas aos cursos de Belas-Artes, o movimento recebe com mais frequência o nome de «Design Inteligente» no Brasil e de «Desígnio Inteligente» em Portugal, onde aparece referido como «Projeto Inteligente». Apesar de, na língua francesa, ser comum encontrá-lo denominado como «Dessein Intelligent», o autor deste livro preferiu manter a sua denominação na língua inglesa, «Intelligent Design». (Nota dos tradutores, Carlos Araújo e Luísa Venturin).

Reforçando a ideia de que ao longo do período medieval, o mundo natural era percebido como um livro a interpretar, para Lepeltier todo o objeto tinha uma significação que importava decifrar, tal como acontecia com os hieróglifos do Antigo Egipto. “Antes de ser uma coisa, animada ou inanimada, um objeto era um signo. É por isso que a referência aos presságios, aos emblemas, às lições de moral, etc., fazia parte integrante dos estudos sobre o mundo natural. Mas esta visão simbólica da natureza era recusada por Ray⁸” (Lepeltier, 2009, p. 23), tendo em conta que no mundo que o naturalista inglês deixava para trás, as coisas não eram fundamentalmente distintas das palavras.

Thomas Lepeltier ao falar do progresso à evolução, refere que no século XVIII, a ideia de uma criação divina das espécies inscrevia-se frequentemente no quadro de um pensamento classificatório:

A cada espécie era atribuído um lugar numa categoria bem definida, em função das suas características visíveis. Este ordenamento correspondia ao plano definido por Deus, mas a este sistema de gavetas justapunha-se, de maneira mais ou menos coerente, uma classificação hierárquica em que cada espécie encontrava o seu lugar numa longa cadeia, em função do seu grau enquanto ser. Este conceito de «cadeia dos seres», que remontava à Antiguidade, ganhou efetivamente uma derradeira força no século XVII (Lepeltier, 2009, pp. 61-62).

Nesta hierarquização, o mundo vivo ia da entidade com grau mínimo de existência até àquela que viria a atingir o estado da maior plenitude, no qual se inseria o homem. Os gatos, por exemplo,

eram considerados como criaturas mais avançadas do que os peixes, e estes, por sua vez, eram mais avançados do que os crustáceos, e assim por diante, até à forma viva mais simples. Era uma cadeia completa e contínua em que – da ameba ao homem – não havia nenhuma falha, e em que toda a espécie confinava com as suas duas vizinhas (Lepeltier, 2009, p. 62).

É neste tipo de confronto que se coloca a questão se uma pequena intervenção por parte de um criador onisciente não seria suficiente para lhes dar resposta. Para Lepeltier, a

⁸ John Ray (1627-1705), que mais tarde mudou o nome para John Wray, foi referido algumas vezes como o pai da história natural inglesa. Contrariamente aos naturalistas da sua época, não era médico. Não se interessava pelas plantas por razões farmacológicas, mas por motivos científicos.

tentação de hibridar a ciência e a religião não é uma coisa nova, mas estava bem presente muito antes de Darwin e da sua teoria da evolução, ressurgindo regularmente a todo o momento, como se poderá constatar ao longo do nosso trabalho, onde se continua a criar novas oportunidades para opor a razão à fé, dois domínios menos estanques do que se pensa – mas, em todo o caso, explorados de modo bastante semelhante pelos velhos demónios da intolerância.

2.2. O positivismo

Exclusivamente habituados por muito tempo a uma teologia eminentemente metafísica, devemos vivenciar hoje muito embaraço para realmente compreender essa origem crua, que deve ter frequentemente dado origem a graves erros involuntários...
(Comte, 1869, p. 31).

O positivismo começou a desenvolver-se em Portugal por volta de 1860, através da Universidade de Coimbra, das Escolas Médico-Cirúrgicas e dos Institutos Politécnicos de Lisboa e do Porto (cf. Alves, 2014), como um

fenómeno essencialmente sociológico, já que, mesmo quando incidiu sobre as ciências da natureza, a sua utilização viu-se mediada por essa intenção. Em nosso juízo, isso ficou a dever-se ao momento histórico que o necessitou e à sua capacidade de responder em termos doutrinários aos interesses das classes sociais intermédias. Daí que esta adaptabilidade viesse a traduzir-se no estreito acasamento que, a partir das três últimas décadas do séc. XIX, se deu entre o movimento que foi a expressão política desse grupo – o republicanismo – e a corrente positivista (Catroga, 1977, p. 287).

Recuando até 1581, altura em que Francisco Sanches, através do seu memorável *Tractatus de multum nobili et prima universal scientia, quod nihil scitur*, afirma que *nada se sabe* – *nihil scitur*, vemos como ele acaba por destruir todas as ficções e quimeras e por proclamar que todo o conhecimento vem do estudo direto da realidade, combatendo assim a dialética e a metafísica. Essa negação radical seria apenas provisória, quase como um preâmbulo de uma verdadeira edificação científica (cf. Bastos, 1882b, p. 308). Com efeito, poder-se-á afirmar que Francisco Sanches foi um dos mais eminentes precursores

de Francis Bacon (1561-1626) e René Descartes (1596-1650). Descartes, com o *Novum Organum* – publicado em 1620, preocupou-se inicialmente com a análise de falsas noções (ídolos) que se revelam responsáveis pelos erros cometidos pela ciência ou pelos homens que dizem fazer ciência. Com o *Discours de la méthode* (1637), Descartes declara a sua decepção, não com o ensino da escola em si, mas com a tradição escolástica, cujos conteúdos considerava confusos, obscuros e nada práticos. Em carta a Mersenne, diz que os *Conimbres* são longos, sendo bom que fossem mais breves (crítica já então corrente, mesmo nas escolas da *Companhia de Jesus*). Em 1637, “começaram a construir a nova filosofia, de um modo bastante incompleto, é evidente, mas conforme o permitia a soma de elementos fornecidos pelas ciências positivas no princípio do século XVII” (Bastos, 1882b. p. 308).

Com o positivismo, a embriologia, por exemplo, passa a ser considerada uma das mais belas conquistas da ciência moderna. Isto quando nos reportamos ao último quartel do século XIX. O considerado ‘obscurantismo’ é denunciado eloquentemente pelos positivistas, a fim de atingir a religião – o lado oposto à ciência através da metafísica – e as crenças populares, através da influência da metafísica doutrinal, trazidas da catequese simplificada, dada nos locais de culto.

Arruda Furtado (1982), imbuído pela teoria darwinista, como forma de responder às ideias populares do criacionismo, escreve de forma contundente e objetiva, que

profundamente obscuros no fundo dum ovo ou dum ventre os embriões animais, nas mãos de homens como de Baër, tornam-se esplendidamente luminosos e decidem perentoriamente o espírito nesta questão vital da filosofia naturalista – a origem dos seres. Qualquer, por mais crente religioso que seja, ao ver a semelhança eloquentíssima com que todos os embriões de vertebrados se nos apresentam nos primeiros dias da sua existência; quem afagar sempre a ideia de que o homem começava a ser gerado logo com a forma humana e vê que, aos trinta dias da sua evolução, o embrião do homem é exatamente igual na sua forma ao do cão e ao da tartaruga; esse crente está sem dúvida no seu direito de continuar a crer no que diz o primeiro capítulo da Bíblia. Para ele a definição Unneana de espécie será a única admissível: *Pot numeramus species quod ab initio creavit infinitum Ens* (chamamos espécie a tudo aquilo que o Ente infinito criou desde o princípio). Mas o que ele não pode contestar é que, se no paraíso a humanidade começou por uma forma divina, hoje nós todos, no ventre de nossas mães, começamos por uma forma tão divina, como aquela por onde principia a formar-se tudo o que tem

como nós uma espinha dorsal terminada atrás por um apêndice caudal e adiante por uma cápsula craniana (Furtado, 1882, pp. 121-122).

Extrema-se assim a ideia de que irremediavelmente o testemunho de uma origem privilegiada não existe de nenhum modo. A ideia positivista firma-se na ciência e no testemunho do que se vê e do que se pode apalpar, dando como imperativo a esse testemunho uma origem comum, mais simples e mundana, assente no óvulo da mulher, como o de todos os vertebrados, não sendo mais do que uma célula que na fecundação pelo elemento masculino, começa por se dividir em duas células, cada uma das quais se divide em outras duas, e assim sucessivamente

até que o óvulo é constituído por uma aglomeração de células. Neste estado, o óvulo tem sido comparado a uma amora e a uma framboesa. Estas células, continuando a multiplicar-se e a especializar-se no seu agrupamento e nas suas funções (especialização que parece fazer-se em virtude duma experiência tradicional) operam todas as transformações do embrião (Furtado, 1882, p. 122).

Para concluir com a máxima universal: *Tal é a origem do homem como indivíduo; tal deve ter sido a sua origem como espécie*. Como um dia escreveu Teixeira Bastos,

a falta de homogeneidade entre os diferentes ramos dos conhecimentos humanos, dos quais uns haviam entrado no estado positivo e outros ainda se conservavam sob o régimen metafísico, fez com que se viessem a abortar todas as tentativas de classificação científica, anteriores à de Comte (Bastos, 1882a, p. 55).

Estávamos em 1882 e só gente como Teófilo Braga, Júlio de Matos ou Teixeira Bastos, entre outros, é que possuíam a ‘clarividência objetiva’ de que só depois das ciências entrarem na fase positiva é que seria possível chegar a resultados positivos, na plena certeza dos trabalhos dos botânicos e dos zoologistas fornecerem a teoria que se deveria seguir (cf. Bastos, 1882a). Funcionava a dicotomia entre a especulação e a ação, separando os teóricos dos práticos, remetendo, ao mesmo tempo, para segundo plano a filosofia, enquanto especulação, tendo em conta que a mesma se fundava nas conceções relativas às diversas ordens dos fenómenos, enquanto o estudo da natureza fornecia a base da ação humana: da ciência, previsão; da previsão, ação, fórmula essa que, segundo eles, era simples e mostrava a relação da ciência e da arte (cf. Bastos, 1882a).

Há duas pessoas que tiveram um papel preponderante no desenvolvimento do positivismo em Portugal. Diremos que

a sistematização da doutrina positivista elaborada por Teófilo Braga (1843-1924), em Coimbra, a partir dos anos 70 contribuiu para generalizar a sua influência. A doutrina de Teófilo Braga atualiza as teorias de Auguste Comte (1789-1857), cruzando os princípios de autoridade que este tinha delineado para a organização nas teorias organicistas de Charles Darwin (1809-1882), Herbert Spencer (1820-1903) e Thomas Huxley (1825-1895). O pensamento de Teófilo Braga, tal como Júlio de Matos (1856-1922), que se distinguiu na psiquiatria forense, baseava-se numa *ontologia monístico-materialista*, em que a matéria era considerada o princípio e o fim do universo (Alves, 2014, p. 60).

Daí, Teófilo Braga e Júlio de Matos fundarem, em 1878, no Porto, a célebre revista *O positivismo: revista de filosofia*. O médico e político Miguel Bombarda, personalidade com grande influência nos meios políticos e académicos, embora de um modo pouco diferente, dada a sua militância republicana, foi também um fervoroso adepto do positivismo, acreditando “na ciência como meio para atingir os ideais de progresso e justiça social” (Alves, 2014, p. 60). O positivismo português situa-se entre a prudência jurídica e o otimismo higiénico.

Júlio de Matos⁹, através dos *Methodos* (Matos, 1882), teorizava o confronto entre “Metaphysica e Positivismo – Hypotheses – Inducção e Deducção”, expressando-se pela convicção de que a inteligência, passando além do estudo dos factos científicos especiais, procurava fazer a sistematização filosófica, elevando-se até ao ponto mais alto e mais geral da especulação pura, para a qual encontrava diante de si para chegar a esse resultado dois métodos: o metafísico, seguido por Descartes, Berkeley, Leibnitz e Hegel, que podemos tomar como tipos; e o positivista, iniciado por Augusto Comte, tendo por antecedentes todos os sistemas experimentalistas, e representado na França e na Inglaterra por Wirouboff, Robin, A. Bain, Herbert Spencer e outros (cf. Matos, 1882).

Para Júlio de Matos (1882) era preciso conhecer os dois métodos, as suas feições características, por forma a discuti-los e a julgá-los. Segundo ele, esta crítica, indeclinável necessidade dos ‘espíritos superiores’, poder-se-ia fazer de duas maneiras: analisando-os historicamente, no que concerne aos traços capitais e às tendências mais pronunciadas

⁹ Júlio de Matos era irmão da mulher de Teófilo Braga, licenciado em Medicina pela Escola Médico-Cirúrgica do Porto, defendendo a tese *Pathogenia das Halucinações*, em 1880, um republicano, positivista e defensor da teoria da degenerescência.

dos dois métodos, nas suas aplicações às ciências particulares e à arte; ou dogmaticamente, pelo estudo desprevenido e severo da grande luta, ao tempo contemporânea, estabelecida entre adeptos de um e outro lado.

Este aparente pacifismo de análise crítica revestia-se, contudo, de uma aprimorada exaltação pela afirmação de que o primeiro processo era mais longo e mais difícil de praticar, dada a circunstância de exigir o conhecimento mais completo de todas as ciências e o conhecimento da arte, além de um espírito profundamente analítico, para poder discriminar bem, através da múltipla variedade de opiniões em assuntos diversos, os traços fisionómicos de um método qualquer (cf. Matos, 1882).

Júlio de Matos, procurando minorizar o segundo processo, afirmava que o caminho mais difícil era deixado aos grandes reformadores, tendo em conta que a maior parte adotava o segundo processo – metafísico-dogmático –, por aparentemente se apresentar mais fácil, mais claro e sobretudo mais rápido:

O caminho apontado pela metafísica para atingir a sistematização dos nossos conhecimentos (ideal de todas as escolas) é muito mais rápido e aparentemente mais satisfatório que o indicado pelo positivismo. Ao passo que a metafísica concede a possibilidade de organizar um sistema de opiniões e de princípios com o auxílio único do exercício da razão, a escola positivista exige, para se chegar à filosofia, a passagem lenta e gradual pelas ciências (Matos, 1882, pp. 230-231).

Com o título, *A Religião do Futuro*, que subordina um artigo de Júlio de Matos, publicou Eduardo Hartmann (1878-1879d) um livro de que resultaram análises críticas desde 1874 nas mais conceituadas revistas estrangeiras. Para Júlio de Matos, o vivo interesse despertado por esta obra não se limitou à Alemanha, já que facilmente se explicaria pela posição particular que essa grande nação vinha sustentando na luta do poder temporal e do poder espiritual, da Religião e do Estado, mas também às classes especulativas de todos os países da Europa.

Pegando nesse trabalho, o ilustre psiquiatra português publicou as impressões que lhe deixou a leitura da referida obra:

O problema discutido pelo autor da *Philosophia do Inconsciente* consiste em saber qual será o carácter da Religião adotada pelo futuro; se ela será uma simples reconstituição de

alguma das religiões monoteístas atualmente existentes, ou será uma Religião inteiramente nova.

O autor, que se decide pela segunda solução, consagra a maior parte do livro a demonstrar a impotência, cada vez mais pronunciada, das religiões que ainda se disputam à vitória na direção moral das sociedades atuais. Pondo de parte como tendo passado definitivamente à história todas as demais instituições religiosas, Hartmann refere-se somente ao Cristianismo, que analisa no seu duplo aspeto: católico e protestante (Matos, 1878-1879d, p. 64).

Acompanhando o raciocínio do crítico alemão, Júlio de Matos considera que catolicismo e protestantismo, fórmulas distintas de um mesmo fundo religioso, aceitando uma e outra o dogma da divindade de Jesus e a autenticidade dos Evangelhos,

diferem, contudo, em pontos importantes, que o autor recorda para melhor dirigir a sua crítica. Ao passo que o catolicismo admite a legitimidade da tradição eclesiástica e a infalibilidade da Igreja (atualmente definida dum modo expresso no dogma da infalibilidade papal) o protestantismo limita-se a crer na autenticidade dos escritos canónicos, deixando a sua interpretação ao livre exame da consciência individual (Matos, 1878-1879d, pp. 64-65).

A introdução do tema do catolicismo e do protestantismo por Júlio de Matos justifica-se pela necessidade de compreender os fundamentos ideológicos que sustentaram práticas de classificação e controlo do corpo, como a antropometria, levadas a cabo em Portugal – nomeadamente por instituições jesuítas. A cisão entre Catolicismo e Protestantismo, consumada com a Reforma do século XVI, não se limitou ao plano teológico ou eclesiológico, mas inaugurou formas distintas de conceber o corpo, a alma, a educação e o papel do indivíduo na sociedade. Enquanto a tradição protestante se inclinava para uma leitura mais racional e individual da fé, o catolicismo pós-Trento apostou na renovação das práticas devocionais, na pedagogia da disciplina corporal e espiritual, e numa revalorização dos sentidos como meio de acesso ao divino (cf. Delumeau, 1989). Nesse contexto, a ação da Companhia de Jesus – criada em 1540 – foi crucial na disseminação de uma pedagogia católica integral, na qual o corpo e a alma eram objetos simultâneos de formação, controle e salvação.

É neste quadro que os estudos antropométricos dos jesuítas ganham relevância. A análise da dimensão corporal dos indivíduos, seja nas práticas educativas, seja na medicina

missionária, permite observar como os jesuítas implementaram uma conceção específica de ser humano – moldada pelas premissas católicas de disciplina, hierarquia e sacramentalidade. Ao estudar estas práticas, a presente tese procura compreender de que modo o catolicismo jesuítico construiu saberes sobre o corpo em oposição (ou em diálogo) com os paradigmas surgidos no seio da modernidade protestante e científica.

Assim o catolicismo, que é a fórmula primitiva para Júlio de Matos, apenas acaba por determinar com precisão o sentido dos livros sagrados, o que é indispensável à unidade da fé, exige a cada um o sacrifício da própria inteligência, conferindo à Igreja infalível o poder absoluto de legislar em matéria de crenças, enquanto a religião dos reformadores, ao admitir a veracidade dos textos sagrados, recusa-se a crer na autoridade da Igreja reservando-se o direito de análise e a liberdade da consciência religiosa.

Adolfo Coelho uma das figuras mais importantes da intelectualidade portuguesa dos finais do século XIX, combatente à submissão do ensino às ideias religiosas, cria firmemente no poder da educação como atestavam as suas palavras da proposta acerca da reforma do ensino público que em 1894 apresentou à Sociedade de Geografia:

É grande o poder da educação. Quem duvida desse poder lance os olhos para a história, e veja, por exemplo, o que fizeram as ordens religiosas, que, pela educação chegaram a exercer um império absoluto sobre as sociedades. Elas souberam temperar e imprimir a milhões de homens profunda unidade de aspirações (Adolfo Coelho, Cit. *In*, Correia, 1920, p. 114)

Segundo Fernando de Almeida Catroga, por exemplo,

o republicanismo, desde os seus primórdios, não visou qualquer transformação radical da sociedade portuguesa. Foi, sobretudo, um movimento contestatário de uma forma específica de estado capitalista e da ideologia católico-reacionária ainda dominante, que pugnou pela harmonização das instâncias do modo de produção capitalista (económica, política, ideológica), de maneira a torná-las irreversivelmente homogéneas e adequadas aos interesses das classes médias.

Por sua vez, a importância do positivismo heterodoxo resultou principalmente da maneira atualizada como foram fundamentadas as ideias antigas em que assentava a aspiração republicana. Isto não admira – pois num período em que o impacto da revolução científico-industrial começava igualmente a fazer-se sentir entre nós, num momento em que as ciências (e as ideologias cientistas) gozavam de um carisma quase unanimemente

aceite, o enroupamento positivista das expectativas demoliberais e republicanas dava convencimento à argumentação e predispunha os espíritos para a aceitação da inevitabilidade das suas conclusões. Renovava-se, assim, a tradição do progressismo iluminista, só possível tão tardiamente devido ao facto de ter sido lenta a hegemonização das relações sociais capitalistas. E a força social das classes médias, fortalecidas por esse processo, explica o largo acolhimento que a filosofia de Comte e de seus continuadores heterodoxos teve no seio de camadas intelectuais, que tanto rejeitavam o conservadorismo da aristocracia como o revolucionarismo comunalista, aspirando somente a um evolucionismo que consumasse a rutura de 1820 (Catroga, 1977, pp. 104-105).

Perante tal convulsão, não seria de admirar, pois, que após a implantação da República, se extremasse o confronto entre a religião, nomeadamente a *Companhia de Jesus*, tida como suporte ou sustentáculo da Monarquia, e o positivismo, como atrás se refere. Confronto acentuado pelo fenómeno essencialmente sociológico, ao momento histórico que o necessitou e à sua capacidade de responder em termos doutrinários aos interesses das classes sociais intermédias, que se reviam no positivismo e, subsequentemente, no republicanismo maçónico-carbonário.

A perseguição aos jesuítas foi atroz, ao ponto de os sacerdotes de Campolide não se acharem inteiramente surpreendidos pela invasão da população lisboeta, nas vésperas do 5 de outubro, dado que tal comportamento era o resultado natural de uma hostilidade que se vinha sentindo desde há muito” (Araújo, 2004, p. 59).

As alusões, acusações e perseguições feitas aos jesuítas radicavam no facto de se terem “transformado num chavão que servia para descrever realidades tão diversas como o conservadorismo, a defesa da monarquia ou a ligação à Igreja Católica, não implicando necessariamente uma referência direta à Companhia de Jesus” (Araújo, 2004, p. 184). Para António de Araújo, o anti jesuitismo era uma causa intelectual, mas também popular, não se podendo “abandonar a ideia do *complot* jesuíta para, de seguida, abraçarmos a tese do *complot* carbonário, a ideia de uma conspiração da «maçonaria triunfante», para usarmos as palavras do provincial dos jesuítas” (Araújo, 2004, p. 201).

Por outro lado, vivia-se alguma radicalização extremada entre o catolicismo e a ciência, sem que para isso bastasse dizer que o cristianismo era incompatível com a ciência, tendo em conta que havia uma forte hostilidade entre eles. Aliás, sempre houve uma certa hostilidade entre o catolicismo e a ciência, e a história o prova abundantemente. A título

de exemplo, quando, “um século depois da morte de Copérnico, Galileu retomou, ao completá-la e fortalecê-la, a tese das *Revoluções dos corpos celestes*, a perseguição religiosa recaiu sobre seus livros e sua pessoa. Os teólogos tentaram dominá-lo com citações bíblicas” (Dide, s/d, p. 398).

J. Cardoso Gonçalves (1914), por exemplo, em tese apresentada no Congresso da Maçonaria Nacional, realizado na cidade do Porto, em maio de 1914, ao referir-se à cultura intelectual dos jesuítas, que era uma conveniência imposta, a que tinham de obedecer certas classes – mas essa cultura não sendo boa por si própria, tornava-se até má, convertendo-se numa arma perigosa em certas mãos –, apresenta-nos um pormenor interessante que reflete bem a conflitualidade da época, ao afirmar que

a Companhia desprezou sempre a instrução primária, a instrução do povo. Cuidava apenas da educação das classes dirigentes pelos seus colégios e universidades. Em parte alguma fundou uma aula de primeiras letras. Nos seus colégios de instrução secundária chega a confiar as classes inferiores a professores leigos. E porque praticava e pratica assim? Porque, em verdade, os jesuítas não querem a instrução do povo; desejam apenas dominar a sociedade por meio daqueles que hão de ocupar os primeiros lugares. Eles não querem formar *homens*, mas autómatos, que poderão ser pessoas amáveis, bem-educados para a convivência das salas – incapazes, porém, de dirigir-se e de dirigirem (Gonçalves, 1914, p. 20).

J. Cardoso Gonçalves afirma ainda que a história era quase banida dos colégios jesuíticos, revelando-se esta omissão sistemática dos estudos, bastando para isso esclarecer a pedagogia, segundo ele, factícia e superficial da Ordem:

As ciências e a filosofia são alvo do mesmo desprezo. Os estudos científicos são proscritos das classes inferiores e o discípulo cursa a aula filosofia, tendo apenas estudado as línguas antigas. A filosofia fica reduzida a um estéril jogo de palavras, a discussões subtis, ao comentário de Aristóteles. A memória e o raciocínio silogístico são as únicas faculdades postas em exercício. Nada de factos, nada de induções, nada de observação da natureza. Os jesuítas mostram-se, nas mínimas cousas, inimigos do progresso (Gonçalves, 1914, p. 21).

Para Cardoso Gonçalves, os jesuítas eram intolerantes para tudo quanto representava uma novidade, ao ponto de quererem imobilizar o espírito humano, preocupados que estavam em introduzir nos seus colégios mais ordem e compostura do que aquela que reinou, ao

tempo, nos estabelecimentos universitários. A sagacidade da sua crítica ia mais longe, reprovando aquilo que aos olhos do nosso tempo, está longe de ser algo de negativo. Segundo ele, a Companhia de Jesus, ao introduzir mais ordem e compostura,

procurou recrear os alunos, proporcionando-lhes representações teatrais, excursões nos dias de festa, exercícios de natação, de equitação e esgrima. Doirava assim as grades da gaiola, onde encerrava as suas vítimas. Mas, em compensação, afastava o aluno da família, incutindo-lhe ideias monstruosas... (Gonçalves, 1914, p. 22).

Fazia-o, sobretudo, pela leitura de livros como o da *Vida de S. Luiz Gonzaga*¹⁰, livro esse que era distribuído como prémio de exemplar comportamento aos alunos do Colégio de Campolide.

A perseguição aos jesuítas, logo após o 5 de outubro, radicalizou-se de tal forma que viriam a ser submetidos individualmente à prisão, no forte de Caxias e no Limoeiro, e à humilhação da mensuração craniométrica (trabalhos antropométricos) – medição do índice cefálico, orelhas, estatura, cor dos olhos e dos cabelos, etc., e à expulsão do país:

À parte a realização dos exames antropométricos – considerados humilhantes por Acácio Casimiro – e a permissão dada a um jornalista para presenciar os interrogatórios, alguns levados a cabo pelo próprio Afonso Costa ou pelo seu irmão ou secretário, Artur Costa, pode dizer-se que, de um modo geral, houve cuidado no tratamento dos detidos. Segundo noticiaram os jornais, os detidos no Limoeiro chegaram a agradecer ao diretor, Sanches de Miranda, o modo correto como foram tratados (Araújo, 2004, p. 208).

Vindos de Caxias e do Limoeiro, em 3 de novembro de 1910, depois de desembarcarem na estação do Cais do Sodré, foram conduzidos por escolta a cavalo e apeada entre a multidão até ao Cais das Colunas, a fim de embarcarem a bordo do vapor *Burgmeister*, que os conduziria ao exílio na Holanda.

Os noviços e padres que ainda não tinham pronunciado votos que os ligassem à Companhia de Jesus seriam entregues às suas famílias, concedendo-se-lhes residência em Portugal, havendo muitos que a essa regalia preferiram seguir os seus mestres e superiores, “o que naturalmente farão porque a doutrina jesuítica tem o poder sugestivo

¹⁰ Obra publicada pela primeira vez em 1606 pelo padre Virgílio Cepari [1564-1631], traduzido para francês por M. Calpin S.J., em 1824, com o título *La Vie de Saint Louis de Gonzague de la Compagnie de Jésus*, editado por Séguin Aîné, em Avignon.

de quebrar todas as afeições que não contribuam para a prosperidade da Ordem que, segundo a frase de um dos seus luminares, quando não tiver um canto na terra onde possa viver saberá achar a primeira passagem para outro planeta¹¹” – glosava a imprensa da época. Pela terceira vez, os jesuítas eram expulsos de Portugal.

Reportamo-nos ainda a uma notícia com o título “*Os Jesuítas em Portugal*”, proficuamente ilustrada com fotografias das práticas antropométricas, inserida também na revista *Ilustração Portuguesa*, apelando à necessidade de criar uma consciência nacional, todo este processo psíquico se sistematiza:

Foram-se, pela terceira vez, os padres da Companhia de Jesus. Já se perdeu o número de vezes que eles têm sido expulsos dos diversos estados da Europa, ainda os mais profundamente católicos, mas a formidável milícia, que o franciscano Ganganelli, no trono pontifício Clemente XIV, dissolveu por virtude das reclamações das cortes e das queixas dos povos, não desarma, nem, por certo, desarmará, a despeito de todas as perseguições, ainda as mais justificadas e necessárias, que porventura lhe movam. Os jesuítas portugueses, agora dispersos, alguns ainda sob os ferros da República, outros a caminho do exílio, procurando um refugio na Holanda ou no Brasil, certos, dos mais notáveis, fugidos ou ocultos a tempo, seriam, segundo os cálculos de um cronista do Vaticano, cerca de duzentos e cinquenta e, quase na totalidade, nados e criados em terras de Portugal. Expulsos pelo grande marquês, mais tarde, pouco depois de introduzidos por D. Miguel, novamente expulsos pelo constitucionalismo triunfante, a República viu-se forçada ao cumprimento das leis exterminadoras, porque eles eram, sem dúvida, dos seus mais implacáveis inimigos.

Nos últimos quarenta anos de regímen monárquico, os estabelecimentos religiosos foram lentamente reaparecendo no país, sem que, todavia, correspondesse a essa espécie de ressurreição, melhor diríamos de metempsicose, uma apreciável florescência de fé. Já não eram, salvo duas, as antigas ordens e congregações, mas outras que lhes haviam sucedido, vazadas em moldes que melhor as adaptavam às circunstâncias da vida moderna. Exceção feita de jesuítas e franciscanos, nenhuma das antigas religiões ressurgiu. Em vez delas, vieram os padres da Congregação do Espirito Santo, os missionários do Imaculado Coração de Maria, os religiosos da Pia Sociedade de S. Francisco de Sales, a que chamam salesianos. A única, porém, que firmou, fortemente, o pé, que voltou a manifestar as suas velhas, inveteradas ânsias de predomínio social e até político, foi a Companhia de Jesus. Quando supôs que a Ordem dos Frades Menores lhe

¹¹ “A Expulsão dos Jesuítas”. In, *Ilustração Portuguesa* – edição semanal do jornal o Século, dir. Carlos Malheiro Dias, n.º 247, Lisboa, 14 de novembro de 1910, pp. 614-617.

podia oferecer uma seria concorrência, guerreou-a por meio dos consabidos processos. A intriga fez-se e os franciscanos receberam o golpe cruel da suspensão da revista que traziam a lume no Colégio de Montariol e, se a República se não proclama tão cedo, ver-se-iam dissolvidos não por ela mas pela própria Santa Sé. A monarquia teve, como últimos defensores, os jesuítas, que para o efeito da defesa se introduziram no jornal portuense A Palavra, de que eram societários, e fundaram a folha lisbonense o Portugal, periódicos em que mais comprometeram e agravaram a situação do que a sustiveram no despenhadeiro por que vergonhosamente se precipitaram o rei e o trono... No confessionário, nos exercícios espirituais ao clero, aos seminaristas e aos próprios seculares, faziam a propaganda de um partido político e nos seus próprios colégios de instrução secundária instituía associações de alunos com o expresse fim de se ocuparem do problema político e da salvação do regímen. O rei era presidente honorário das academias de Campolide; quando infante, ele e seu irmão o príncipe herdeiro Luiz Filipe visitaram o celebre Colégio, onde os receberam com festas, e o padre Luiz Cabral pronunciou então um discurso em que expressamente aludia á legalidade da Associação Fé e Pátria, pseudónimo da Companhia em Portugal, tendo reverenciosas palavras para o rei D. Carlos que lhe aprovara o suposto novo instituto, mercê do famoso decreto de 18 de abril de 1901. O provincial da Companhia entrava no paço para assistir aos exames anuais dos príncipes – sem que o anticlericalismo imaginário do penúltimo rei Bragança se sobressaltasse...

Mas o prestígio da Ordem nada ganhou com semelhante aproximação. Os jesuítas, entregues à tarefa política na imprensa e por outros meios ao seu alcance, para impedirem a expansão dos ideais democráticos, perderam a cabeça e perderam-se totalmente em Portugal. O seu renome como corpo docente sofreu um grande abalo.

O ensino secundário nos colégios de Lisboa e S. Fiel achava-se descurado e as antipatias, ainda por parte de católicos militantes, brotavam, em torno deles, cada vez mais intensas. Tinham-se introduzido em todas as dioceses e em todos os seminários.

Apenas o velho bispo de Coimbra, que lhes foi sempre avesso, os não queria juntos dos seus seminaristas. No entanto eles frequentavam a cidade universitária e, periodicamente, aí falavam de qualquer púlpito aos antigos alunos das suas casas, por eles agremiados em congregações, após a saída dos colégios. Em Coimbra chegaram a fazer construir um grande edifício para internato desses antigos alunos a fim de prosseguirem durante a instrução superior deles a obra iniciada com a instrução secundária. Para abrirem apenas esperavam que o bispo fechasse os olhos...

Mas se monsenhor Bastos Pina, um dos mais brilhantes vultos do episcopado português em todos os tempos, não era “persona grata” aos jesuítas, os outros bispos do continente, ilhas e ultramar, achavam-se todos nas mãos deles. Os padres da Companhia tinham a

seu cargo os exercícios espirituais ao clero, dados quer nas casas da Ordem, quer nos próprios seminários. Estes estabelecimentos eram também visitados mensalmente por suas reverências, que confessavam os alunos, os mestres e os próprios bispos. Tinham assim, de norte a sul, a direção da consciência eclesiástica e de tal sorte que mal corria a existência a quem não fizesse com eles o retiro anual – em Lisboa, no Barro, em Setúbal, em Braga...

O último núncio apostólico, monsenhor Julio Tonti, estava nas mãos dos jesuítas. Sacerdote escolhido para o episcopado que não tivesse o “agrément” dos padres da Companhia nunca receberia o solidéu. O núncio opunha-se, como obediente servo da Ordem.

Mas toda a influência desapareceu perante a Revolução; todo o prestígio se afundou; dedicação alguma surgiu no lance angustioso. Os filhos de Santo Ignacio foram presos nas suas casas e as congregações de alunos e antigos alunos dos seus colégios não correram a colocar-se a seu lado, a suavizar-lhes a hora da tormenta, a dizer-lhes o adeus da despedida.

Onde estavam os congregados de Nossa Senhora que, já depois de oficiais do exército e da armada, de bacharéis em medicina ou direito, de estudantes dos cursos superiores, se fotografavam com as fitas e medalhas de congreganistas ao pescoço, no Páteo do Quelhas, em torno dum conspícuo membro da Sociedade de Jesus?

Onde estava a associação dos antigos alunos de Campolide, constituída por bispos, militares, doutores, altos burocratas, capitalistas e homens de Estado, e que em ágapes fraternais se reuniam todos os anos no majestoso colégio?

Ninguém os tornou a ver... A poucos juntava a gratidão ou a amizade em torno dos que haviam sido seus mestres. Ao maior número impelia-os o cálculo ou “snobismo”.

Os jesuítas foram-se sem uma sombra de protesto, antes com um colossal suspiro de alívio daqueles mesmos que se lhes irmanavam nas crenças, aguentando, todavia, o seu jugo com mal contida revolta... (Ilustração Portuguesa, 7 de novembro de 1910) [ver ANEXO III].

Este era o cenário jornalístico que mais convinha ao novo regime, tendo em conta que não era novidade para ninguém pelo facto de a campanha de hostilidades contra os Jesuítas já vir de longe. Quem reforça esta ideia, assente no biopoder (Foucault, 2010), é o mais controverso dos escritores vianenses, José Caldas¹², ao afirmar, em 1901, que

¹² José Ernesto de Sousa Caldas, de seu nome completo, escritor culto e polémico, nasceu em Viana do Castelo, em 28 de novembro de 1842, filho de Jacinto José de Sousa Caldas e de Isabel Matilde Pereira Marinho. Frequentou o Liceu da cidade de 1855 a 1858 e foi lecionado, em escola privada, seguidamente,

houve tempo em que foi moda, entre os portugueses, fazer troça dos que se permitiam hostilizar, tanto na imprensa como nas assembleias populares, tanto nos livros como no parlamento, a invasão da propaganda jesuítica, ainda então pouco acentuada e, sobretudo, muito menos insolente do que até ali, principalmente

quando no Porto, em 1882, os republicanos, a pretexto de celebrar o primeiro centenário da morte do Márquez de Pombal, produziram uma imponente demonstração anti-jesuítica de que não havia precedentes, a *opinião sensata* acolheu o ato como uma arremetida quixotesca contra os moinhos da inofensiva Reação... (Caldas, 1901, p. 5);

e que um dos maiores erros de hostilidades contra a *Companhia de Jesus* era a guerra que lhe moviam, entre sarcasmos e blasfémias, contra o dogma católico,

não só os livres-pensadores, como os representantes das escolas políticas e religiosas mais divergentes e mais radicais. Nenhuma vantagem, até agora, se viu resultar destes combates. O mais a que se tem chegado é à evidência deste espetáculo miserando: – a intolerância vermelha batendo repetidas marradas contra a intolerância negra. No fundo, como resulta patente, dois jesuítas: – um que pretende arrastar a humanidade aos *in-pace* da escravidão mental; outro que, em nome do livre-exame, tem em vista reduzir essa mesma humanidade ao materialismo mais vil e mais desolador... (Caldas, 1901, p. XX).

O escritor vianense José Caldas nunca se esquivou aos pequenos conflitos, por vezes insidiosos, entre a moral da Igreja e a moral da Companhia de Jesus, nomeadamente no que tocava à ação dos jesuítas em Portugal, ao tempo que ele considerava, “nos dias da tirania absolutista”. Em tom provocatório, ao receber por oferta e com dedicatória a ele dirigida, um livro de 134 páginas com o título *Os Jesuítas e a Mónica Secreta* (1912), da autoria do padre Francisco Rodrigues, apenas com o intuito de difamar o seu livro *Os Jesuítas e a sua influência na atual sociedade portuguesa: meio de a conjurar*, publicado

por António Basílio Tavares Leitão e pelo Pe. Zamith, mestres que José Caldas consagrou em algumas das melhores páginas de *Os Humildes*. Com o Pe. Zamith estudou Latim, abordando textos dos mais eminentes autores romanos, desde Cornélio Nepos, Fedro, Virgílio, passando por Juvenal, Lucrécio, Ovídio, Horácio, Tito Lívio e Cícero, sem esquecer S. Jerónimo e S. Paulo. Morreu em 3 de Agosto de 1932, mas deixou uma vasta obra, de que destacamos os seguintes títulos: *Os Humildes* (1900); *Os Jesuítas e a sua atual influência na sociedade portuguesa: meio de a conjurar* (1901); *A História de um Fogo Morto* (1903); *Benigna Verba* (1907); *Oitenta anos de constitucionalismo outorgado* (1905); *Fora da Terra e Cartas de um vencido* (1911); *A corja negra* (1914); *D. Frei Bartolomeu dos Mártires* (1922); *História da origem e estabelecimento da Bula da Cruzada e Vinte Cartas de Camilo* (1923).

cerca de dez anos antes (1901), quase como em resposta, numa exposição preambular ao seu livro *A corja negra* (1914), considerou tal oferta uma baldada e inútil astúcia:

Assim, na beatitude automática, como na graçola fingida, a máscara do figurante não altera as linhas componentes do seu fundamental conspecto. É sempre o *fácies* do mesmo intrigante ardiloso, do mesmo perturbador de consciências, do mesmo destruidor do lar, cujo campo de batalha é, simultaneamente, o púlpito e a conversa, o confessionário e a insinuação. É em vão que ele pretende introduzir-se na turba. Em vão. O jesuíta não se confunde com a mais gente; a multidão não o assimila nem absorve: dejeta-o. Ele constitui o excremento vivo de toda a fisiologia social (Caldas, 1914, pp. XI-XII).

José Caldas insurge-se contra o padre Francisco Rodrigues, rotulando-o de bufarinheiro de drogas espirituais, acostumado a vender a mentira em voz baixa no confessionário e a declamá-la em voz alta no tablado dos púlpitos”, estranhando assim que houvesse alguém que escrevesse um livro como o que havia escrito em 1901, inspirado na Verdade, e que pela Verdade fosse lançado ao tumulto das paixões: “Esmoendo, assim, o chiste do seu tosco remoque de seminarista broeiro, o padre entra depois na análise do pseudónimo de que o autor incriminado [referindo-se a si próprio] se servira, quando em dias de odiosa memória¹³. Publicara num jornal do Porto (*O Norte*), em artigos sucessivos, todo o corpo de doutrina contra que o jesuíta agora investe, e que, mais tarde, os seus editores reduziram a livro.

Alma fundida no lodo de todo o género de miséria, anão de espírito e consciência, e por isso mesmo incompatível de toda a ideia de liberdade, de justiça e de desafronta, este homem que a Companhia alugara agora para a manipulação das suas mais recentes diatribes, nem um instante se deteve a medir o aperto trágico daquela hora funesta, que impôs ao escritor a sacrifício da sua personalidade, para poder dizer aos seus irmãos de luta e de sofrimento palavras de justiça e de consolação! Importa-se ele lá com isso!? O momento era de tiranias e de opressão? Pois bem: com os que tiranizavam e oprimiam lá estava o sórdido familiar daquela imunda Inquisição de lama, oferecendo lenha e assoprando aos carvões de todos esses vilíssimos *autos de ódio* (Caldas, 1914, pp. 9-10).

¹³ Caldas, Ministério progressista de 1897-1900.

Para José Caldas, esta era a essência moral, a psicologia do fenómeno orgânico religioso-militar-político representado pela Companhia de Jesus, onde com essa tenebrosa psicologia de caserna, se traduzia e identificava no estatuto social (cf. Caldas, 1914, p. 262). Seguros da incapacidade mental do seu público, os jesuítas não trepidavam diante das mais grosseiras mentiras. Segundo ele, o êxito da sua propaganda derivava do conjunto de duas taras psíquicas: deficiência congénita, em concorrência com a depressão do carácter; aceitar por indolência malévola, ou estupidez, aquilo que a Companhia dizia ou mandava dizer pelos seus esbirros (cf. Caldas, 1914, p. 267).

Era o tempo em que se não acreditava na eficácia da doutrinação direta dos princípios de solidariedade, porque assente no princípio de que a moral não se pregava, mas praticava-se, podendo-se, ao mesmo tempo, conhecer o bem e realizar o mal. A doutrinação dos princípios morais nunca se deveria fazer ostensivamente, mas com processos indiretos:

A Escola e a Família devem aproximar-se e conjugar os seus esforços no sentido de levantar a dignidade do Cidadão e do Lar. Na Escola cria-se o *homem*; na Família o *homem* deve ser o mais alto representante das virtudes sociais, que têm o seu fundamento na – *Solidariedade*. A aproximação da Família e da Escola faz-se por processos indiretos: reuniões com os professores para discussão dos interesses particulares relativos à educação a ministrar; récitas do teatro infantil; festas escolares; excursões ao campo; aulas-passeios, etc. (Gonçalves, 1914, p. 30).

2.3. O surgimento do Eugenismo

Embora muitos seguidores do darwinismo possam discordar, o eugenismo¹⁴ inspirou-se claramente na teoria de Charles Darwin. O eugenismo foi um termo criado pelo fisiologista britânico e primo de Charles Darwin, Francis Galton [1822–1911], cujo conteúdo pragmático e teórico definia-se pelo estudo dos agentes sob o controlo social que podem melhorar ou empobrecer as qualidades raciais das futuras gerações, seja física ou mentalmente. Para além disso, foi um dos fundadores do Método Estatístico.

Francis Galton levou muito a sério a teoria da evolução, chegando mesmo a argumentar que os hospitais e instituições mentais violavam a lei da seleção natural (Galton, 1869). Segundo o mesmo fisiologista britânico, essas instituições chegavam a preservar o mais

¹⁴ A palavra *eugenia* deriva da junção dos vocábulos gregos *eu* (bem) e *genos* (raça, linhagem, espécie), e que, portanto, significa bem-nascido ou, ainda, de boa linhagem, boa espécie.

fraco à custa do “pool genético”, quando pelas leis naturais, tais pessoas morreriam naturalmente, de forma a manter a raça humana forte. Essa (ante) visão já havia sido formulada por Charles Darwin, na sua obra *The Descent of Man and on Selection in Relation to Sex*, publicada em 1871: “Ninguém que já assistiu ao cruzamento de animais domésticos duvidará de que isso tem sido altamente prejudicial à raça humana [...] Dificilmente alguém seja tão ignorante a ponto de permitir que cruzem os seus piores animais” (Darwin, 1874, p. 186). Assim, ao sermos confrontados com a designação de eugenismo, designação essa pela qual se expressaria, anos mais tarde, sob fórmula da “saúde dos indivíduos, a vida familiar, as soluções para um ordenamento dos desequilíbrios entre os recursos económicos e população, as aspirações nacionais para uma melhoria da raça” (Vázquez, 1987, p. 440), estaremos a admitir uma realidade – ‘socialmente admitida’ – do pensamento humano, que esteve muito em voga no início do século XX, nomeadamente entre os anos de 1920 e 1940. Contudo, em Portugal, para Ana Leonor Pereira (2001), por exemplo, a face espartana da seleção pela morte do darwinismo social haeckeliano

não foi sufragada ainda que o cientista alemão tenha defendido que o seu humanismo monista se harmonizava com o verdadeiro espírito do cristianismo: compaixão; amor do próximo; libertação do mal. Por outro lado, a moldura eugenista galtoniana teve algum impacto, sobretudo no plano da luta pela boa descendência, instruída pelo postulado da hereditariedade ou da transmissão dos traços físicos e psicológicos inatos ou adquiridos. Mas essa luta nunca se traduziu na defesa de meios eugénicos radicais como a esterilização artificial preventiva, a eliminação de recém-nascidos e a formação de uma elite procriadora. Não houve em Portugal uma religião eugénica de matriz galtoniana, menos ainda algum ideal de raça pura como acontecia na higiene racial alemã, desde os inícios do século XX (Pereira, 2001, pp. 481-482).

De facto, o que constituiu o objeto privilegiado do pensamento eugénico português foi o problema do casamento e da reprodução dos indivíduos portadores de má hereditariedade ou de algum estado patológico adquirido, transmissível à descendência e, eventualmente, ao cônjuge saudável (cf. Pereira, 2001).

Assim sendo, na verdade, a simpatia pelas ideias eugénicas difundiu-se muito rapidamente nos meios universitários, particularmente na Alemanha, Inglaterra e nos

Estados Unidos. Segundo Pedro Ricardo Gouveia Fonseca (2008), da Universidade de Coimbra, ao longo do séc. XIX,

a supremacia da raça branca assumiu o estatuto de *verdade científica*. Durante a segunda metade do mesmo século, a teoria da evolução de Darwin, com base na seleção natural, foi incorretamente transporta para a esfera sociopolítica, dando origem ao Darwinismo social. À luz destas teorias, surgiram espíritos pessimistas quanto ao aumento da mistura racial, e os níveis, aparentemente mais elevados, de reprodução dos considerados *menos aptos*, abalou-se a fé na seleção natural (Fonseca, 2008, p. 487).

Para Pedro Fonseca, não é difícil perceber a criação da Eugenia por Francis Galton “como uma consequência lógica da teoria da seleção natural de Charles Darwin. No fundo, a Eugenia, nos moldes em que Galton a propôs, mais não era do que uma *compensação artificial* às insuficiências que ele apontava à seleção natural” (Fonseca, 2008, p. 488). Não é por acaso que programas radicais de eugenia floresceram em países como Inglaterra, Suécia, Suíça, mas sobretudo na Alemanha e nos Estados Unidos, na primeira metade do séc. XX. Apesar disso, países como a França e Portugal mostraram-se muito mais moderados, sobretudo devido à lealdade da comunidade médica dos dois países ao Neo-Lamarckismo¹⁵.

De facto, no século XIX, o “racismo” ganhou *status* científico por meio de uma doutrina que inspirou governos e intelectuais de todo o mundo. Para Pietra Diwan (2007), por exemplo, em Inglaterra (onde a eugenia nasce), no século XIX, as transformações desencadeadas pela segunda fase da Revolução Industrial alteram profundamente a vida social. O medo burguês da multidão nascente, aliado ao triunfo do discurso científico, encontra na biologia um meio de pôr ordem no aparente caos social. Para os ingleses, a reurbanização, disciplina e políticas de higiene pública deveriam ser aplicadas com a finalidade de prevenir a degradação física dos trabalhadores para evitar prejuízos na economia:

Purificar a raça, aperfeiçoar o homem, evoluir a cada geração, superar-se, ser saudável, ser belo, ser forte, eram os lemas do tempo. Todas as afirmativas anteriores estão contidas na conceção de eugenia. Para ser o melhor, o mais apto, o mais adaptado, é necessário

¹⁵ Teoria apresentada por Lamarck (Jean-Baptiste de Monet, *cavaleiro de*) na sua *Philosophie zoologique* (1809), que explica a evolução dos seres vivos por influência das variações do meio, primeiro sobre o comportamento e depois sobre a morfologia dos organismos.

competir e derrotar o mais fraco, pela concorrência. Luta de raças. Para a política, luta de classes. A eugenia moderna nasceu sob essas ideias principais. Uma invenção burguesa gerada na Inglaterra industrial em crise (Diwan, 2007, p. 21).

Não é por acaso que os eugenistas defendiam a ideia de que os “bem-dotados biologicamente” deveriam ser encorajados, estimulados por meio de programas governamentais, a se unirem, a se reproduzirem, pois, e parafraseando Pietra Diwan (*Raça Pura*), isto provocaria, cada vez mais, a disseminação de pessoas ‘saudáveis’, bem-dotadas, do ponto de vista biológico. Por outro lado, havia uma espécie de pressão para desestimular a união de pessoas consideradas ‘inferiores’.

Nos Estados Unidos, por exemplo, as famílias eram postas a inúmeras provas, a fim de serem avaliadas do ponto de vista físico e mental. Aos bem-sucedidos, segundo eles, chegaram mesmo a atribuir a medalha da ‘boa herança’. As propostas de Galton ficaram conhecidas como ‘eugenia positiva’. Nos Estados Unidos, porém, elas foram modificadas, na direção da chamada ‘eugenia negativa’, de eliminação das futuras gerações de ‘geneticamente incapazes’¹⁶. Essa eliminação era por meio de proibição marital, esterilização compulsória, eutanásia passiva e, em última análise, por extermínio. Contudo, ao falarmos da prática eugénica vemos que ela tem uma história muito longa, o que demonstra esta procura do humano com saúde e robustez capaz de garantir uma ação autónoma, uma capacidade individual que passava a garantir a segurança coletiva. Assim, recuamos até à Antiguidade Clássica, cujo mundo grego e romano – numa espécie de ressonância propagada ao tempo presente – aceitavam o aborto e o infanticídio, entre outros motivos, como forma ou finalidade de eliminarem os filhos menos aptos ou mesmo os menos desejados. Na Lacedemónia (Esparta), por exemplo, as crianças ao nascer pertenciam ao Estado *que eliminava as que fossem deficientes ou não apresentassem a robustez requerida* (Plutarco, *Licurgo* 16). A partir dos sete anos, as crianças passavam à posse desse mesmo Estado, senhor de pleno direito sobre as mesmas, até às suas mortes. A forma educacional destas crianças passava, precisamente, pela preparação fundamentalmente de índole física – até aos vinte anos –, com o único intuito de as preparar para a guerra:

De cabelo cortado rente, ligeiramente vestidos, pés descalços, obrigados a dormir sobre uma esteira de canas (Xenofonte, *República dos Lacedemónios* 2.3-4; Plutarco, *Licurgo*

¹⁶ Enfermos, racialmente indesejados e economicamente empobrecidos.

16). Sujeitos a uma vida parca e austera, os jovens espartanos estavam proibidos de se dedicarem a trabalhos manuais; viviam em comum, divididos em grupos, segundo as idades, dirigidos pelo mais avisado dos elementos de cada um desses corpos; aprendiam a obedecer e a suportar a fadiga e a dor (Platão, *Leis* 1.633b-c), a falar de forma concisa e sentenciosa, ou seja, a serem lacónicos (Ferreira, 1995, p. 123).

Por outro lado, as raparigas eram educadas para procriarem. A sua educação era feita ao ar livre, onde predominava o exercício físico, em detrimento da música e da dança. Tinham que ser mães robustas para darem cidadãos robustos. Por isso, o poder afirmar-se que os ideais eugénicos modernos remontam à Antiguidade:

Os padrões de beleza física da Grécia Antiga, assim como os exemplos de força dos exércitos de Esparta e, séculos antes, as regras de higiene dos hebreus e sua profilaxia também inspiraram os teóricos eugenistas da segunda metade do século XIX e princípios do século XX (Diwan, 2007, pp. 21-22).

Na Grécia Antiga esta prática tinha em vista a purificação da raça, principalmente durante o apogeu da cidade-estado de Esparta. Daí, Ana Leonor Pereira afirmar que em Portugal, essa face ‘espartana’ não foi sufragada, ainda que Ernst Haeckel “tenha defendido que o seu humanismo monista se harmonizava com o verdadeiro espírito do cristianismo: compaixão; amor ao próximo; libertação do mal” (Pereira, 1999, p. 534) e refletido “sobre as vantagens perfectibilistas da seleção espartana, dando a entender que, à semelhança desta, era necessário conceber uma seleção artificial que fosse ao encontro da seleção natural” (Pereira, 1999, p. 532), vindo a pronunciar-se “a favor da eliminação (morte sem dor) de um conjunto diversificado de indivíduos considerados inúteis e prejudiciais, desde as crianças de constituição débil até aos adultos atingidos por doenças e anomalias incuráveis, tanto físicas como psíquicas” (Pereira, 2001, p. 480).

Ana Leonor Pereira refere ainda que cerca de quarenta anos mais tarde, mais concretamente em 1940, a suprema autoridade da religião darwinista-monista na Alemanha lançava estas perguntas à civilização que se dizia humanitária:

que vantagem tem a humanidade em conservar a vida e educar milhares de enfermos, de surdos-mudos, de cretinos? Que utilidade tiram estes miseráveis da própria existência? Não será melhor cortar logo no começo o mal que os atinge a eles e às famílias? (Pereira, 1999, p. 532).

Um dos problemas que se colocaria à prática eugénica era, precisamente, o de saber até que ponto seria – eticamente correto – os estados interferirem de modo a impedirem ou incentivarem a reprodução de cidadãos, por quaisquer critérios. A questão da hereditariedade, inquestionavelmente com um papel importante na comunidade científica, não pode, porém, determinar o fator de inteligência de cada indivíduo. Na viragem do séc. XIX, alguns foram os cientistas que formularam os progressos da *citologia* (estudo da célula em geral), da *embriologia* (tratado da formação e desenvolvimento do embrião) e da *teratologia* (descrição e classificação das monstruosidades, em patologia e em botânica), como vigorosos contributos para o estudo da hereditariedade: “só desde então começa a precisar-se o seu mecanismo biológico e é de facto na biologia que precisamos, principalmente, de procurar a seiva que a nutre” (Porto, 1941, p. 6). Outro facto relevante é que tanto os higienistas como os evolucionistas contribuíram para a biologização da sociedade, embora de maneiras diferentes:

O primeiro grupo, com fins técnicos e menos políticos, adquiriu repercussão internacional e prestígio imediato (...). Higienistas irão abraçar essa ideia [do meio ambiente e o comportamento terem a capacidade de influenciar os caracteres hereditários] na defesa de políticas sanitárias. Ao contrário, o grupo dos evolucionistas-darwinistas era mais científico e mais enfático quanto à interferência no plano social, sendo, portanto, mais polémico (Diwan, 2007, pp. 30-31).

Para Alexis Carrel (1935), por exemplo, o eugenismo era indispensável à perpetuação de uma elite, tendo sempre como princípio a indispensabilidade que as classes sociais fossem cada vez mais classes biológicas: “Os indivíduos devem subir ou descer até ao nível que lhes está destinado pela qualidade dos tecidos e da alma. É preciso facilitar a ascensão dos que possuem os melhores órgãos e o melhor espírito” (Carrel, 2002, p. 217). Apesar de defender a evidência de que uma raça deveria reproduzir os seus melhores elementos, aventava, também, que nas nações mais civilizadas a reprodução diminuía e fornecia indivíduos inferiores: “As mulheres deterioram-se voluntariamente graças ao álcool e ao tabaco. Submetem-se a um regime alimentar perigoso a fim de obterem um adelgaçamento convencional das formas. Além disso, recusam-se a ter filhos” (Carrel, 2002, p. 218), cuja carência, segundo ele, se devia à educação, ao feminismo, a um egoísmo mal compreendido.

Por outro lado, para Ana Leonor Pereira, a moldura eugenista de Francis Galton, por exemplo, teve algum impacto, sobretudo no plano da luta pela boa descendência, instruída pelo postulado da hereditariedade ou da transmissão dos traços físicos e psicológicos inatos ou adquiridos. Mas, segundo a mesma autora, esta mesma luta nunca se traduziu na defesa de meios eugénicos radicais como a esterilização artificial preventiva, a eliminação de recém-nascidos e a formação de uma elite procriadora (cf. Pereira, 1999). Como atrás referimos, é perentória em afirmar que não houve em Portugal uma ‘religião eugénica’ de matriz galtoniana, nem tão pouco qualquer ideal de raça pura, como aconteceu na Alemanha com a chamada ‘higiene racial’. Não é por acaso que sempre que se consulta qualquer arquivo histórico sobre a origem do nazismo, o principal argumento é que Hitler procurava incessantemente o sucesso dos seus três erres: *reich* (império), *raum* (espaço) e *rasse* (raça)¹⁷.

E para que melhor possamos compreender os reflexos das práticas eugénicas, dado que toda a visão do mundo em Hitler repousava na noção de raça e numa hierarquia entre raças – no topo dessa escala encontrava-se a ‘raça Ariana’, de que fariam parte os alemães, e num nível muito inferior, a ‘raça Judia’. Como consequência desta teoria, os nazis desenvolveram uma visão biológica da evolução ideal das sociedades humanas: desejam ‘purificar’ a raça, extirpando-lhe ‘os vermes’, como um micróbio no organismo.

Vejamos um pequeno resumo de algumas leis e decretos saídos da política eugenista, durante o período nazista: **14 de julho de 1933** – *Lei da Profilaxia dos Descendentes com Doenças Genéticas (lei de proteção da hereditariedade)*: Esterilização à força nos casos de debilidade mental congénita, esquizofrenia, loucura maníaco-depressiva, epilepsia hereditária e alcoolismo grave (atingiu dois milhões de indivíduos). *Lei do Subsídio de Casamento*: Visava estimular os casamentos "puros" e os nascimentos, subsidiando os casais que tivessem filhos adicionais; **15 de setembro de 1935** – *Lei de Proteção do Sangue e da Honra Alemã (leis de Nuremberga)*: Proibição de casamentos mistos, especialmente com judeus, bem como qualquer relacionamento sexual entre alemães e judeus. Os casamentos mistos foram declarados ilegais e os casais obrigados a se separar; **1 de setembro de 1939** – Autorização para o programa de eutanásia a ser executado pelo Reichleiter Bühler e o Doutor Brandt – Autorização para certos médicos executarem o

¹⁷ O primeiro referia-se ao resgate do nacionalismo alemão, abalado desde o final da I Guerra Mundial; o segundo à conquista de territórios tomados da própria Alemanha em virtude da perda da Guerra; e, o terceiro, à busca de uma raça pura, denominada por ele de ariana, segundo a qual somente os alemães mais fortes deveriam sobreviver.

programa da morte misericordiosa a ser aplicada nos loucos, doentes incuráveis, velhos senis e menores excepcionais (a pressão da Igreja e do clero fez com que suspendessem o programa); **1941** – *Lei Contra Estranhos à Comunidade (Projeto do Ministério da Justiça)*: Médicos decidiriam pela esterilização dos antissociais em comum acordo com os oficiais de justiça que fixaram as penas de morte em campos de concentração (lei não aplicada porque os outros ministérios não permitiram).

Em 20 de Janeiro de 1942, por exemplo, na Conferência de Wannsee, Berlim, conferência essa que contou com a participação de todos os ministérios coordenados por Reinhard Heydrich (1904-1942) da SS e SD, foi oficializado o programa da «solução final» (*Endlösung*) da questão judaica em campos de extermínio (*Vernichtungslager*). Estima-se que o genocídio atingiu de 10 a 12 milhões de judeus europeus e de 200 a 300 mil ciganos (o programa vitimou 6 a 6,2 milhões de pessoas entre 1941-1945). Para acompanhar essas leis a eugenia subdividiu-se em três grandes categorias:

1. *Esterilização*: feita em pessoas consideradas insanas, idiotas, pervertidos, criminosos ou pessoas suspeitas de ter cometido um crime e que sejam de raça considerada inferior;
2. *Eutanásia*: que poderia ser feita com o auxílio de injeções de fenol ou que poderia ser feita fechando os asilos e deixando-os ao léu, sendo que os pacientes impossibilitados de sair do local morreriam de fome. As pessoas candidatas à eutanásia eram doentes irrecuperáveis de qualquer idade desde que não fossem arianos; dementes e idosos senis e não arianos.

3. *Extermínio*: Provavelmente o modo mais divulgado para a limpeza da ‘raça’. O modo mais comum e ‘eficiente’ de extermínio era a gasificação. A gasificação foi usada, pela primeira vez, em 1939, dentro de um hospital psiquiátrico, utilizando quatro ‘voluntários’ que estavam internados numa clínica psiquiátrica (Friedlander, 1955). Exterminados com o uso de óxido de carbono em frente a um grupo de médicos e um químico, essa experiência devido ao seu sucesso, deu origem ao projeto de extermínio em massa. Essa técnica de extermínio por gasificação foi utilizada em crianças com mongolismo, segundo os dados estatísticos em cerca de 4000 crianças e adolescentes, que estavam acolhidos em escolas especiais. O número estimado de pessoas internadas, em certos sanatórios que passaram pelo extermínio, é de aproximadamente 70273 por gás e 120 mil de fome. Até então a morte era causada por monóxido de carbono. As pessoas eram levadas para dentro de camiões adaptados a câmaras de gás. Depois de mortas eram cremadas em fornos crematórios, montados dentro dos hospitais (Lifton, 1986).

Em nome do eugenismo, entre 1900 e 1940, foram esterilizados nos Estados Unidos cerca de trinta e seis mil pessoas (Lifton, 1986) entre os quais se incluíam doentes mentais, marginais, vagabundos ou, na generalidade, pessoas que tinham tido o infortúnio de irem parar aos hospitais psiquiátricos, só porque ficaram sem recursos ou por outra razão qualquer ligada ao apanágio da má índole¹⁸.

Apesar do lado negro da manipulação genética ensombrar, de certa maneira, o assunto da eugenia, há quem defenda (Nicholas Agar, 2004) que talvez através dela seria uma forma de eliminarmos de vez doenças “degenerativas” e sem cura, por serem do fórum genético. Para alguns cientistas as doenças virais podem ser tratadas com antibióticos, por exemplo, mas uma doença genética não tem cura, como é o caso da Síndrome de Down, e a única solução para essa doença seria necessariamente a eliminação de seus genes causadores. São conhecidos mecanismos fisiológicos de transmissão e expressão de caracteres hereditários. Também são conhecidos métodos que possibilitam inibir o nascimento de indivíduos com defeitos físicos ou enfermidades (Savulescu, 2001). De acordo com a seleção natural, os indivíduos com doenças seriam naturalmente incapazes de transmitir seu código genético. No entanto isso não ocorre nos tempos atuais, dado que qualquer um pode reproduzir-se mesmo sendo incapaz de passar a sua carga genética para os seus descendentes.

Segundo Simon Kuin (*O Fantasma da Raça Perfeita*), enquanto nos países nórdicos se esterilizavam os ‘indesejados’ à força, e na Alemanha nazi se caminhava para o extermínio, em Portugal, o Estado Novo roubava-lhes apenas a liberdade em nome da moral. Apesar dessa apaziguadora formulação acerca de Portugal, aparentemente

¹⁸ Alguns historiadores, como Henry Friedlander e Michael Burleigh, defendem que o genocídio dos judeus durante o Terceiro Reich não resulta diretamente das políticas eugénicas, mas sobretudo de uma ideologia de ódio racial, com raízes profundas no antissemitismo europeu e alemão. Para Friedlander (1995), o programa Aktion T4 – destinado a eliminar alemães com deficiências físicas e mentais – funcionou como ensaio logístico e psicológico para o Holocausto, mas a motivação deste último foi essencialmente étnica e política, e não apenas sanitária.

Michael Burleigh (1994) reforça esta distinção, mostrando que o assassinato em massa dos judeus foi guiado por uma visão ideológica de “purificação nacional”, com base em mitos *völkisch* e no culto do sangue e do solo (*Blut und Boden*), e não tanto por argumentos médicos ou biológicos. Contudo, outros investigadores, como Robert Proctor, Götz Aly e Sheila F. Weiss, argumentam que há uma continuidade profunda entre as práticas eugénicas e a Solução Final. Proctor (1988) mostra como a medicina nazi, ao serviço da higiene racial, criou uma cultura institucional de triagem, exclusão e eliminação que foi depois transposta para o genocídio. Aly (1994) interpreta o Holocausto como um projeto racional de engenharia social, com motivações económicas e eugénicas.

O único consenso parcial na historiografia reside no facto de que a eugenia foi aplicada sistematicamente aos cidadãos alemães considerados ‘indesejáveis’, por via da esterilização forçada, da internação em instituições, e do extermínio “compassivo” de doentes, pobres, alcoólicos ou considerados ‘degenerados’.

afastado do espectro do eugenismo, para mau grado dos portugueses e da própria ditadura salazarista, houve um médico (cientista) português – de seu nome completo José Ayres de Azevedo Novaes Basto¹⁹ – que investigou sobre a eugenia e a política racial durante mais de dois anos nos principais centros científicos da Alemanha. De facto, em plena II Guerra Mundial, este médico português investigou nos principais centros científicos da Alemanha, primeiro em Frankfurt e depois em Berlim, tendo colaborado com os principais cientistas que deram suporte à política racial de Hitler, cujos efeitos mais conhecidos foram os ligados ao holocausto:

Sim senhor, fora bolseiro do Instituto para a Alta Cultura durante a II Guerra Mundial. O respetivo processo, com o n.º 3302, fora aberto a 16 de dezembro de 1940 e constava de dois volumes, um com 87 documentos, o segundo com 101. A consulta do processo confirmou que era o nosso homem: bolseiro em Frankfurt e Berlim, em plena guerra, junto das principais instituições científicas do nazismo e em matérias escaldantes, relacionadas com a eugenia e a política racial (Castanheira, 2010, p. 19).

A bolsa de estudos do Instituto para a Alta Cultura foi para preparar uma tese de doutoramento sobre higiene racial e biologia da hereditariedade, acabando por se especializar na análise dos grupos sanguíneos dos gémeos e escrever na principal revista científica de eugenia.

¹⁹ Nasceu na freguesia da Sé, Porto, em 11 de junho de 1911. Filho único de José Novaes Basto, um negociante de Celorico de Basto, monárquico, e de Maria da Conceição Ayres d'Azevedo Novaes Basto, nascida em Nogueira (Vila Real), doméstica. Foi aluno do Liceu Alexandre Herculano, no Porto, onde fez o ensino secundário com média de 16 valores. Segue-se, em 1928, a Faculdade de Medicina – porventura influenciado pelo tio paterno, Egídio da Costa Ayres de Azevedo (1887-1957), um respeitadíssimo catedrático da Universidade de Coimbra. Termina a licenciatura em Medicina e Cirurgia em 1935, com distinção e a classificação final de «Muito Bom» (18 valores). Frequenta igualmente os cursos de Medicina Sanitária e Medicina Legal. Paralelamente, tira o curso de Ciências Económicas e Financeiras (no então Instituto Superior de Comércio do Porto). Concluídos os estudos, é nomeado assistente voluntário da cadeira de Higiene. Em 1936, ano em que nasce o seu filho José Manuel, começa a colaborar com o Observatório Meteorológico da Serra do Pilar, onde faz estudos de Climatologia Médica. Em fins de 1938, candidata-se a assistente efetivo da cadeira de Higiene. Em 1939, a polícia política (PVDE) considera-o “Nacional-sindicalista, discute demasiadamente a obra de Salazar e não é legionário”, ou seja, pertencia à ala mais radical do regime, os camisas-azuis, lideradas por Francisco Rolão Preto. Nesse mesmo ano, Ayres de Azevedo ingressa na Maternidade Júlio Dinis como médico interno e visita a Alemanha. Entretanto, é reconduzido como assistente da cadeira de Higiene, até que ganha a bolsa de estudos na Alemanha, atribuída pelo Instituto para a Alta Cultura. De regresso da Alemanha, apresenta a tese de doutoramento “Tipos Sanguíneos”; é suspenso da Ordem dos Médicos e impedido de lecionar na faculdade; e, nos finais dos anos 70, quando já havia deixado a medicina há mais de trinta anos, diagnostica um cancro na próstata, acabando por morrer, no Porto, no dia 8 de maio de 1978, com 66 anos. (Notas biográficas tendo por base: Castanheira, José Pedro – *Um cientista português no coração da Alemanha nazi*, Edições Tenacitas, e artigo publicado, pelo mesmo autor, na revista Única «Expresso» n.º 1831, 1 dezembro 2007, com o mesmo título).

No seu percurso “eugénico/científico” na Alemanha, Ayres de Azevedo teve como orientador o cientista Von Verschuer²⁰, com quem trabalhou diariamente. O mais famoso dentre os dezasseis investigadores-assistentes deste cientista germânico (investigadores que tinha a seu cargo antes da guerra), foi sem dúvida Josef Mengele²¹, que ficou conhecido para a história como o tenebroso “anjo da morte” do campo de Auschwitz²², cujo lugar de assistente viria a ser ocupado pelo médico português:

Ayres, que de certa forma ocupa o lugar deixado vago por Mengele, trabalha nos laboratórios e na clínica do Instituto. Além disso, segue dois cursos regidos por Verschuer, *Hereditariedade Humana como Fundamento da Higiene da Raça e Política Populacional* (Castanheira, 2010, p. 69).

²⁰ “Otmar von Verschuer, o patrono de Ayres de Azevedo, é uma figura cimeira da ciência ao serviço do nazismo. Oriundo de uma família da nobreza, o que lhe conferiu o título de barão, nasce em 16 de julho de 1896. Filho de um general, combate na I Guerra Mundial. Protestante e antissemita, adere a um movimento de ultradireita. Licenciado em Medicina, especializa-se em Genética e doutora-se com uma pesquisa sobre gémeos. Em 1935, passa a dirigir o Instituto para a Hereditariedade, Biologia e Pureza Racial, na Universidade de Frankfurt. Prossegue o estudo sobre gémeos e investiga as diferenças raciais, procurando demonstrar a alegada inferioridade dos judeus. Adere ao partido nazi em 1940. Dois anos depois é nomeado diretor do Instituto de Antropologia, Hereditariedade Humana e Eugenia do KWI, em Berlim – núcleo do que já foi designado «racismo científico da Alemanha nazi». A partir de 1943, este instituto colabora com o campo de concentração de Auschwitz, onde pontifica um seu discípulo e ex-assistente, Josef Mengele. Dirige a revista «*Der Erbarzt*», onde este e Ayres escrevem. Após a guerra, toda a correspondência com Mengele é destruída, bem como muitos dos dados das suas pesquisas. Preso, é julgado como mero colaborador do nazismo; condenado a uma simples multa de 600 marcos, é libertado. Em 1947, uma comissão de inquérito ao KWI concluiu, no entanto, que Verschuer «não pode ser considerado apenas como um colaborador, mas sim como um dos mais perigosos ativistas nazis do III Reich». Apesar deste juízo, retoma em 1951 a carreira académica e é nomeado professor da Universidade de Münster. Prossegue as pesquisas sobre gémeos no Instituto de Genética Humana, que dirige, e transforma na mais importante unidade de investigação alemã daquela área. Morre em 1969, com 73 anos, na sequência de um acidente de viação. Ao noticiar a morte, a grande imprensa alemã ignora o seu passado nazi.” (Cit. Castanheira, José Pedro – “Um cientista português no coração do nazismo”. In *Única «Expresso»* n.º 1831, 1 dezembro 2007, p. 94).

²¹ “Mengele nasce em 16 de março de 1911, na Baviera. Faz um primeiro doutoramento em Antropologia, em Munique. Investigador no Instituto para a Hereditariedade, Biologia e Pureza Racial, na Universidade de Frankfurt, faz um segundo doutoramento. Militante do partido nazi, adere às tropas de elite SS, onde faz carreira. Oficial-médico, participa na invasão de França, Ucrânia e Polónia. É gravemente ferido na frente Leste, o que o obriga a ser transferido para Berlim. Em finais de maio de 1943, no posto de capitão, troca o KWI pelo cargo de médico em Auschwitz, o maior campo de extermínio do III Reich. Realiza inúmeras experimentações em gémeos, anões, ciganos e indivíduos com diversas anomalias. Entre o KWI e Auschwitz estabelece-se uma macabra parceria. O campo abastece o instituto de sangue, olhos e outros órgãos dissecados dos cadáveres, muito especialmente de gémeos e anões. Verschuer, por sua vez, terá obtido fundos para as sinistras experiências de Mengele. Em 1945, dias antes da libertação do campo pelos soviéticos, abandona Auschwitz. É preso pelos americanos, mas consegue escapar. Não escapa, porém, à condenação a prisão perpétua, determinada à revelia pelo Tribunal de Nuremberga. Três anos depois, foge para a América Latina, onde passa a viver sob falsas identidades. Morre no Brasil, em 1979, afogado numa praia de São Paulo, com o nome de Wolfgang Gerhard. A campa é descoberta e a identidade confirmada pela Mossad.” (Castanheira, José Pedro – “Um cientista português no coração do nazismo”. In *Única «Expresso»* n.º 1831, 1 dezembro 2007, p. 102).

²² Aberto em junho de 1941, virá a transformar-se no símbolo máximo do nazismo.

Como se pode ler em sinopse ao livro de José Pedro Castanheira (2010), Ayres de Azevedo participou na elaboração de pareceres solicitados pelos tribunais nazis sobre matérias como a determinação da paternidade de alegados judeus e a esterilização de deficientes. É aqui, neste ambiente, que o médico português – à medida que se impõe e generaliza a política racial do nazismo – participa nas instituições científicas que são chamadas pelos tribunais a pronunciarem-se sobre casos de paternidade duvidosa.

Colabora com frequência nas referidas declarações de paternidade emitidas pelo instituto de Frankfurt. A colaboração com os tribunais [recorrem aos serviços dos especialistas em genética²³] resulta de uma sugestão feita pelo professor Albert Ponsold, uma das autoridades germânicas em análises sanguíneas, ele próprio juiz do Tribunal para a Saúde Hereditária (Castanheira, 2010, p. 87).

Nesta matéria, e parafraseando José Pedro Castanheira, Ayres de Azevedo aplica uma técnica desenvolvida pelo próprio, descrita com detalhe na tese de doutoramento, «Tipos Sanguíneos», à qual tivemos acesso e da qual obtivemos uma cópia, através de um exemplar existente na Biblioteca Pública de Braga²⁴.

A tese – da qual foram impressos apenas 115 exemplares, e não 1.000 como previsto (porque decorrente de possíveis sugestões que o Professor Dr. Otmar Frhr. von Verschuer viesse a fazer) – deste enigmático médico português é admitida pelo conselho escolar da Faculdade de Medicina do Porto²⁵ na sessão de Maio de 1944, tendo como arguentes do júri os professores Almeida Garrett – a quem, na mesma tese, deixa expresso todo o seu reconhecimento pelas facilidades e ajuda que sempre lhe dispensou e pela bondade com que sempre o acolheu – e Ernesto Morais, doutorado em 1939 e, ora, regente das cadeiras

²³ Só entre 1935 e 1941 o Instituto de Frankfurt emite 448 pareceres, que são considerados verdadeiras declarações de paternidade.

²⁴ Apesar de José Pedro Castanheira, no seu livro *Um cientista português no coração da Alemanha nazi*, omitir (ou desconhecer) a existência deste exemplar, quando escreve: “*Tipos Sanguíneos* é o título da dissertação de candidatura ao grau de doutor, apresentada por José Ayres de Azevedo. Inexplicavelmente, na biblioteca da FMUP não há qualquer exemplar da dissertação de Ayres nem menção da sua existência, apesar de a sua entrega ter sido registada na sessão do conselho escolar de 29 de maio de 1994. Também na biblioteca da Universidade de Coimbra não há qualquer exemplar. O único exemplar que encontrámos está na Biblioteca Nacional” (pp. 119 e 121). Um outro exemplar foi mostrado ao autor por José Manuel de Lima Aires Basto (filho de Ayres de Azevedo), na entrevista realizada no Porto, para a elaboração do seu trabalho jornalístico.

²⁵ Ao abrigo do Artigo 48.º, § 3.º, e como vem impresso na referida tese, a mesma faculdade fez questão de salientar que não respondia pelas doutrinas expendidas na dissertação (Regulamento da Faculdade de Medicina do Porto, Decreto n.º 19.337 de 29-1-1931).

de Patologia e Histologia e Embriologia. A passagem e empatia pela Alemanha são realçadas no prefácio:

Compete-me agradecer ao Instituto para a Alta Cultura, que me honrou com a concessão duma bolsa de estudo na Alemanha, a oportunidade que me deu de tomar íntimo contacto com os meios científicos alemães e de, em plena guerra, realizar a maior parte do trabalho, que agora apresento, em alguns dos mais reputados institutos de investigação desse País. (Basto, 1944, p. II)

E estende os seus agradecimentos à Fundação Alexander von Humboldt; aos professores Laubenheimer e Ponsold e ao Doutor Dahr; ao grande Mestre (segundo ele) que, na Alemanha, desde o primeiro momento dirigiu os seus passos: o Professor Von Verschuer:

Figura de sábio de renome mundial, investigador perspicaz e infatigável, professor que reúne em si, no máximo grau, todas as qualidades didáticas, perfeito modelo de Homem, em cujo carácter se vieram fundir – numa harmonia única – as velhas virtudes germânicas e a fidalga lhaneza da sua estirpe multiseccular ilustre” (Basto, 1944, p. IV).

Nas suas 243 páginas, a tese «*Tipos Sanguíneos*», resultado dos mais de dois anos de trabalho na Alemanha, onde teve ocasião de estudar ‘as técnicas de extrema precisão ali usadas na determinação dos tipos sanguíneos’ e a sua ‘transmissão hereditária’, está dividida em duas partes: uma primeira parte, com o título ‘Serologia’ – a ideia de ser o sangue o princípio vital por excelência –; e uma segunda parte, onde é abordada a problemática da ‘Hereditariedade’, assente na possibilidade de conhecer as relações existentes entre os tipos sanguíneos dos progenitores e os dos filhos, e a de aplicar este conhecimento ao diagnóstico de paternidade. Este estudo que incidiu na recolha de amostras sanguíneas, obtidas junto de 201 pares de gémeos (402 indivíduos), escolhidos “da numerosa coleção que constitui a reserva de material humano sempre ao dispor de Von Verschuer, catalogada nos seus ficheiros, preciosa para todos os estudos hereditários do seu Instituto” (Basto, 1944, p. 222), permitir-lhe-ia concluir que não pretendia

encerrar o problema da serologia e da hereditariedade da intensidade dos recetores, antes visa a abrir um caminho que possa conduzir ao diagnóstico afirmativo da paternidade, a partir do conhecimento dos antígenos típicos. Este poderá vir a substituir o diagnóstico

de exclusão, único até agora serologicamente possível. Não tenho a pretensão de ter atingido tal objetivo: limito-me a registar mais um carácter hereditário, de notável fixidez, a acrescentar ao conjunto daqueles com que é possível, já hoje, o diagnóstico afirmativo de semelhança familiar (Basto, 1944, p. 222).

É evidente que Ayres de Azevedo, numa teorização puramente eugénica, queria ir mais longe, quando conclui que todo o seu estudo, como hipótese – da formação dos antigénios típicos no organismo, para ele, consequência da ação de genes privativos para cada um deles, onde determinam não só a aparição do carácter no seu aspeto qualitativo, como marcam, também, o desenvolvimento que, nas suas variadas componentes, cada recetor há de vir a atingir – precisava de ser repetidamente comprovada por investigações ulteriores, a conduzir pelo método heredobiológico das famílias (cf. Basto, 1944, p. 225). O eugenismo também teve as suas repercussões – e foi preocupação – no seio da Igreja em Portugal, sendo que, para além do médico católico João Porto ter sido um dos seus protagonistas, o Padre Alberto Herculano Mendes (Alheme) escreveu, em 1939, sobre a mulher e o eugenismo, sendo que esta mesma deambulação literária não assentava em teses propriamente ditas, nem a ordem analítica que seria de esperar, alegando que o fazia apenas em nome da Família, segundo ele, base de toda a ordem social, “centro à volta do qual vive um mundo de ensinamentos; ninho à volta do qual volita um mundo de sentimentos e encantos” (Mendes, 1939, p. 21), e que ia no sentido de lutar apenas contra a sociedade da época, segundo ele já meio narcotizada pelo sensualismo, a reclamar assim um crescendo de paixões, dando-lhe a impressão de um desvairado, que deixou embotar as suas faculdades mentais. Tendo por base artigos escritos em jornais, entre 1930 e 1931, que diz serem alheios a preocupações literárias ou científicas, também neste mesmo apontamento, outro fim não visava senão o da moralização da Família, e sobretudo da mulher, “sob os princípios vivificadores da Fé, únicos que podem repor no seu lugar o atual mundo de desordens sociais, causadas grandemente pelo liberalismo moderno” (Mendes, 1939, p. 8). Nesses, que diz serem despreziosos artigos, tinha por objetivo precisar a posição da Igreja, da medicina honesta e da moral cristã, perante aquelas arremetidas sórdidas dos falsos eugenistas, para que os católicos soubessem também a posição que deviam tomar: “O raciocínio estragou-se no amolecimento da febre delirante do gozo e o sentimento perdeu-se no mar alto da desvergonha” (Mendes, 1939, p. 129).

Para o Pe. Alberto Herculano Mendes, o eugenismo ao procurar o revigoramento da raça, assim decaída, acabou por fazer erguer a chamada ideologia racista, em cuja tabuleta lhes aparecia como droga salvadora, a eugenia desonesta:

Um mal a agravar outro mal: legalizando abortos, praticando infanticídios, mutilando, numa suprema audácia e tirania, homens para os quais o vício tornou imperfeitos. / O remédio agrava, se não formos procurá-lo no revigoramento moral. Todos os homens que têm os miolos e o coração nos seus lugares hão-de dar-nos a razão (Mendes, 1939, p. 130).

A proposta alternativa preconizada por este sacerdote ia no sentido de debelar esta crise tremenda através do berço da família, que era o matrimónio, e aí fazer o saneamento moral e espiritual, saneamento que se impunha como uma necessidade imperiosa, destruindo assim os mil prejuízos que tornavam os lares infecundos, ou de natalidade calculada e que, “manchando infamemente a castidade e santidade do matrimónio, servem de instrumento de autênticos crimes de assassinato” (Mendes, 1939, p. 130-131). Numa alusão clara ao aborto, chega mesmo a reprovar todo o eugenismo que não for honesto. Contudo, ficamos com a sensação de que dá alguma credibilidade ao eugenismo, desde que seja para cuidar da vida:

Ora a medicina, que outro fim não tem – segundo nos parece – que não seja o de proteger e defender a vida humana, deve oferecer-nos os meios lícitos e honestos de combater doenças e corrigir defeitos orgânicos, sem que nenhum princípio a autorize a diminuir a vida, a amesquinhá-la ou a extingui-la, como acontece no aborto, na esterilização e em todas as práticas anticoncepcionais (Mendes, 1939, p. 145).

Tudo o que fosse para além disto, no seu entender, não passava de um materialismo grosseiro, um baixo sensualismo ao serviço de consciências sem escrúpulos, um atentado contra as leis naturais e divinas, que a todos obrigavam, e só deixariam de obrigar, se quisessem negar a pessoa humana, a família humana, o próprio Estado, que se tornavam insubsistentes num mundo simplesmente animal: “Todos os homens de observação clarividente fustigam a ação maléfica de um tal absolutismo eugénico, que pretende impor-se tiranicamente, em nome de falsos princípios racistas” (Mendes, 1939, p. 146). Mas, o conceito de eugenismo não é de todo intolerado por este mesmo sacerdote, quando faz referência ao Doutor Gregório Maraño (considerando-o de grande médico), no que

concerne a uma sua intervenção na Universidade Internacional de Santander onde, em nome da chamada ortodoxia, exclui a criação de filhos enfermos, elevando para o efeito a castidade:

Mas nada pode a malícia contra a verdade. O médico não deve, não pode aconselhar os modos de evitar a gravidez, mas limitar-se a assinalar a inconveniência desta para a vida da mãe e para os interesses da espécie. Esse conselho é compatível com a mais pura ortodoxia, porque se cumpre, e do modo mais seguro por certo, não com instrumentos nem manobras, mas com a virtude excelsa, que é a castidade.

O que sucede é que há muitos fariseus que não são capazes de sacrificar visivelmente o seu instinto. E para satisfazê-lo põem em perigo a existência de uma mulher e geram conscientemente seres miseráveis, condenados a morrer. Casa-te para não te queimares, dizia o Apóstolo; mas ele não disse: casa-te, cria filhos enfermos e estraga uma mulher somente para não te queimares. Entre queimar-se e ser malfeitor consciente dos seus filhos, há várias posições intermédias, que se podem assumir dentro da ortodoxia mais estrita, apenas com maior ou menor força de vontade (Mendes, 1939, p. 147).

Nos capítulos III, IV, V, VI, VII, VIII e IX da segunda parte – *O Eugenismo* – deste mesmo livro (*A mulher: o eugenismo*), (Mendes, 1939) o sacerdote aborda o eugenismo perante a Igreja, a medicina e a moral. E torna-se bastante agressivo quando, em consequência da legalização do aborto na Rússia, alerta para o facto da mesma criar um contágio psíquico, apontando ao mesmo tempo para subsequente senilidade precoce, a perda de memória, histeria, psicose depressiva e desavenças conjugais:

De tudo o que vimos dizendo, fácil é concluir que a mulher que rejeita a maternidade, os pais que evitam a natalidade e o médico que sanciona e coopera em tais crimes estão à margem da consideração que lhes seria devida e devem ser relegados para os sertões da África, aprender as civilizações dos pretos, onde o problema demográfico talvez seja menos alarmante do que entre os nossos hiper-civilizados. Mas a hereditariedade, dirão?” (Mendes, 1939, pp. 150-151).

Sem querer desprezar a problemática da hereditariedade, em absoluto atavismos patológicos, acha que se deve, contudo, considerar a mesma hereditariedade de influência problemática e, como tal, sem valor bastante para poder ser a causa de aberrações eugenistas, que levam à morte da prole, à esterilização ou a práticas anticoncepcionais.

A agressividade teórica contra ao que este mesmo clérigo classifica de “eugenismo desonesto” prossegue de forma a enaltecer a mulher – *quando ela é boa, é sempre a mais terna voz que comanda o homem* –, como a voz que tem “um império aliciante, que nos sugestiona, que nos abraça e nos domina pela vida fora; se é boa, é o nosso anjo da guarda; se é má, é o anjo da perdição” (Mendes, 1939, p. 196), contrastando com a mulher da época que, segundo ele, ao ter pouco de cristã (negando ‘a vida que Deus lhe dá’), acaba por se dissipar nos institutos de beleza, nas casas de modas, nas visitas frívolas e muitas vezes perigosas, nas reuniões equívocas, nos maus cinemas, etc., tornando-se assim numa criação estúpida de nudismos, de atletismos, de pinturas e de músculo. Inadvertidamente, a defesa do pressuposto “eugenismo [acrescentamos nós] honesto” acaba por ressaltar nas páginas do seu deambular pseudomoralista, quando cita o médico Alexis Carrel:

A sociedade moderna cometeu o grave erro de substituir, desde a mais tenra idade, o ensino familiar pela escola. E a isso foi obrigada pela traição das mulheres. Estas abandonam os filhos nos jardins-de-infância para se ocupar da sua profissão, das suas ambições mundanas, dos seus prazeres, das suas fantasias literárias ou artísticas, ou simplesmente para jogar o bridge, ir ao cinema, perder o tempo numa azafamada ociosidade. [...] As mulheres sem filhos são menos equilibradas e mais nervosas do que as outras (Mendes, 1939, pp. 198-199).

Uma alusão clara contra a emancipação da mulher, quando reforça a teorização de que a mais imoral das liberdades é a de não ter filhos. Segundo ele, quem abusa dessa liberdade torna-se escravo dos prazeres vulgares, “privando a vida da sua beleza espiritual e preparando uma velhice cheia de remorsos, com um fim inglório, desprovido de tranquilidade, como um túmulo sem o esplendor dos círios e o perfume das flores, fim igual ao dos criminosos condenados à morte” (Mendes, 1939, p. 200). Apostado naquilo que diz ser “apostolado do bem” culmina o seu pensamento, envolto na retórica da prática da verdade contra a degradação dos costumes – o que não deixa de ser uma visão eugénica –, contrastando a campanha do mau livro opondo-se a do bom livro; ao mau cinema opondo-se o bom cinema; ao mau jornal o jornal moralizador; aos maus costumes o exemplo que edifique, e “todos os pios agourentos dessas aves do cemitério materialista serão substituídos pelas aleluias de uma gloriosa ressurreição social” (Mendes, 1939, p. 206).

Balanço

O Darwinismo, ao introduzir a ideia da ‘seleção natural’, foi apropriado fora do seu contexto biológico para justificar hierarquias sociais e raciais, dando origem ao chamado ‘darwinismo social’. Paralelamente, o Positivismo, com a sua ênfase na ciência, na ordem e no progresso, promoveu a crença de que a sociedade poderia – e deveria – ser aperfeiçoada cientificamente. A fusão destas ideias criou terreno fértil para o eugenismo: um movimento que visava ‘melhorar’ a espécie humana, controlando a reprodução dos ‘mais aptos’ e excluindo os ‘degenerados’. A eugenia foi assim apresentada como um projeto científico, racional e necessário ao progresso humano. Governos, médicos e legisladores adotaram-na como política pública. No fundo, o que parecia avanço era retrocesso ético. A ciência foi instrumentalizada por ideologias racistas e classistas. E a utopia de perfeição tornou-se distopia de exclusão.

II Parte

3. CAPÍTULO III – MEDICINA, EXORTAÇÕES EUGÉNICAS E ANTROPOLOGIA.

O início do século XX, em Portugal, foi marcado por um entrelaçamento crescente entre ciência médica, ideologia e política social. A medicina assumiu um papel central na consolidação e disseminação do pensamento eugénico, muitas vezes legitimando, através do seu discurso científico, práticas que visavam o controlo biopolítico da sociedade. Os médicos, enquanto agentes de autoridade científica, tornaram-se intérpretes e promotores de uma visão higienista e ‘melhoradora’ do corpo social, com implicações profundas no campo da ética e dos direitos humanos.

Neste capítulo, abordaremos a forma como os discursos eugénicos foram incorporados e divulgados por figuras de relevo da medicina portuguesa, com especial atenção à atuação da Sociedade de Estudos Eugénicos e ao papel de médicos influentes, cujos escritos e intervenções públicas revelam as tensões entre ciência, moral e poder. Analisaremos também a forma como a antropologia, entendida aqui como extensão do olhar médico sobre o humano, serviu de instrumento para a construção de classificações étnico-raciais, frequentemente impregnadas de preconceitos e visões hierárquicas da humanidade.

Com este quadro, propomos compreender como a medicina portuguesa da época não se limitou à clínica individual, mas se projetou como ferramenta de engenharia social, influenciando práticas institucionais, políticas de saúde pública e conceções do ‘normal’ e do ‘desviante’, sempre em nome de um ideal de pureza, ordem e progresso biológico da nação.

3.1. Exortações eugénicas em Portugal. A sua expressão na Classe Médica.

Importa trazer para a nossa reflexão a forma como se institucionalizou o eugenismo em Portugal, através da Sociedade de Estudos Eugénicos, seguindo os exemplos de outras nações, e ver como a comunidade médica, apesar de nesta corrente estarem representadas outras áreas científicas, foi preponderante e marcou as políticas eugénicas no nosso país. Apresentamos, assim, o processo da constituição desta ‘Sociedade’ e um conjunto de nomes de médicos pelo interesse, em analisar como a teoria eugenista teve grande

impacto na comunidade médica nacional. O facto de ao longo de anos termos coligido inúmera bibliografia, documentos e obras que são de difícil acesso ao comum dos investigadores, fez com que julgássemos importante partilhar os trabalhos e posições públicas destes médicos.

A autoridade médica, baseada numa suposta e assumida base científica, marcou o pensamento eugenista e a sua relevância na política de saúde pública e numa luta por legislação que interviesse na prática médica de defesa da ‘raça’, ou seja, defesa consequente dos ideais evolucionistas que anteriormente tratamos. Olhar para estes exemplos de final do século XIX e inícios do XX é uma forma de contextualizarmos como políticas médicas e sanitárias, fundamentadas numa autoridade científica, tidas como úteis e fundamentais para a preservação da humanidade, podem resultar em posições ética e moralmente problemáticas. Assim, olhando para a história, podemos averiguar as novas tendências científicas (e tecnológicas) neo-eugénicas que se autolegitimam nessa cientificidade e tecnologia.

3.1.1. Os médicos e a Sociedade de Estudos Eugénicos

Para Richard Cleminson, por exemplo, a História das ideias sobre raça em Portugal como forma de compreender as preocupações que os eugenistas manifestaram sobre a miscigenação, tanto no país como nas colónias ultramarinas, mais uma vez, uma ampla gama de recursos é empregada, desde materiais pertencentes a projetos antropológicos sobre cores de pele, até pesquisas sob os auspícios da administração colonial, a fim de rastrear e preservar a autenticidade da raça lusitana, ao mesmo tempo em que responde às realidades da mistura racial no exterior (cf. Cleminson, 2014).

Em 1937 era fundada, na cidade de Coimbra, a *Sociedade Portuguesa de Estudos Eugénicos*, por iniciativa do Prof. Eusébio Tamagnini, a que se juntaram J. Alberto Reis, Álvaro Matos, Rocha Brito e Alberto Pessoa, com a participação em Lisboa e no Porto de Henrique de Vilhena e Mendes Correia, respetivamente, o que representaria para a época a mais vigorosa tentativa de estudos sistemáticos sobre o assunto, feita até então:

Os estudos eugénicos estão na ordem do dia das atividades científicas de todos os países cultos, em vista de sua alta importância prática e social. Não fazia, por isso, sentido que Portugal continuasse parado à margem dum campo de atividade científica de ensinamentos tão fecundos, em momento histórico em que os nacionalismos dominantes

impõem a todos os povos a obrigação de pensarem atentamente no seu futuro (Tamagnini, 1934b, p. 112).

Assim pensava e escrevia Eusébio Tamagnini, e esta seria a razão principal que determinaria a sua iniciativa em fundar a *Sociedade Portuguesa de Estudos Eugénicos*. O debate sobre o eugenismo teve um grande impacto em Portugal, a ponto de serem criadas instituições como a *Obra das Mães pela Educação Nacional* e regulamentado o Serviço Social, com vista à mobilização da «família portuguesa». Nos anos trinta do século passado, a classe médica desempenhou um papel importantíssimo no processo ideológico de Salazar, sob o lema de «Deus, Pátria e Família». Em 1943, por exemplo, realizou a «2.^a Jornada das Mães de Família», cuja principal temática era a de «criar filhos sãos de corpo e alma; honrar a Família; servir a Pátria; e louvar a Deus». Segundo um parecer da *Câmara Corporativa sobre a Lei da Assistência Social*, emitido nessa mesma jornada (1943) das «Mães de Família», afirmava o seguinte:

Sem ir de forma alguma até aos extremismos a que ultimamente nalguns países levaram as práticas do eugenismo, não pode deixar de se reconhecer que a liberdade de perpetuação dos indivíduos portadores de disposições mórbidas hereditárias é humanamente dolorosa e socialmente perigosa (Kuin, 1997, p. 51).

Para Eusébio Tamagnini, quanto ao *modus faciendi* – atentas a complexidade dos problemas a estudar e a natureza particular de muitos dados a colher – pensou que,

para se conseguirem progressos relativamente rápidos, se deveria tentar uma colaboração estreita entre os Institutos Universitários e todas as pessoas, embora não exercendo atividades docentes universitárias, que possam, pelas suas ocupações profissionais – médicos, advogados, juizes, professores liceais e primários, diretores de colégios e estabelecimentos de ensino e assistência, etc., – depois de convenientemente instruídos, tornar-se agentes preciosos de informação, ativos e indispensáveis coletores de dados objetivos para a solução de muitos problemas eugénicos (Tamagnini, 1934b, p. 112).

Era desta forma que Eusébio Tamagnini pensava que seria muito útil conseguir de qualquer maneira, primeiramente, a ligação estreita entre os professores das Universidades que se viessem a interessar por estas questões, atendendo ao facto ou à circunstância de, à época, o *Senado Universitário de Coimbra* ter aplicado pela primeira

vez os rendimentos do legado Sá Pinto, propondo que esses fundos se destinassem a financiar um *Instituto Nacional de Eugénica*, a criar. Dessa maneira obter-se-ia, segundo ele, o fundo inicial indispensável ao rápido desenvolvimento dos estudos eugénicos. Contudo, a sua tentativa, não obstante as ponderosas razões alegadas, não foi bem-sucedida, tendo em conta que o Instituto universitário não dispensava a organização da *Sociedade de Eugénica*; simplesmente lhe serviria de apoio, motivo pelo qual viria a determinar o adiamento na reunião preparatória para organização da *Sociedade Portuguesa de Estudos Eugénicos*.

Para justificação das suas pretensões junto do *Senado Universitário de Coimbra*, Eusébio Tamagnini elaborou uma ligeira exposição, que serviu também para distribuir a todos os colegas²⁶ que estiveram presentes na reunião de 15 de Junho de 1933, onde abordava a urgência da organização dum *Instituto Nacional* para o estudo sistemático das questões respeitantes à **Higiene da Raça** (cf. Tamagnini, 1933).

Nessa exposição, Eusébio Tamagnini começa por abordar que “o futuro dum povo, ou duma nação, está, sem sombra de dúvida, na dependência imediata da medida em que as qualidades físicas e mentais dos seus elementos constitutivos se afinam e melhoram através das gerações sucessivas” (Tamagnini, 1934b, p. 114). Para ele, as raças humanas estavam subordinadas às mesmas leis biológicas fundamentais que regulam a sobrevivência ou desaparecimento das outras raças e espécies de organismos, reforçando a ideia que era um facto indiscutível, provado pelos estudos paleontológicos, que numerosas formas orgânicas têm desaparecido da face da Terra durante o longo decurso da História geológica, não será difícil encontrar exemplos bem claros de que igual fenómeno se tem realizado dentro do círculo restrito da espécie humana.

Pondo de lado as raças humanas pré-históricas extintas – dentre as quais poderíamos citar a de Neandertal, e limitando as nossas considerações aos tempos históricos, recordamos apenas os casos bem averiguados da *extinção dos Tasmanianos*, da *quase-extinção* dos

²⁶ Estiveram presentes na reunião de 15 de Junho de 1933, onde foi dada a conhecer a exposição, com data de 18 de Janeiro de 1933, feita no *Senado Universitário de Coimbra*, em sessão de 25 de Janeiro de 1933, os seguintes professores: **Faculdade de Letras**: Joaquim de Carvalho, Sílvia Lima, John Opie; **Faculdade de Direito**: José Alberto dos Reis, J. Carlos Moreira, Beleza dos Santos; **Faculdade de Medicina**: Lúcio Rocha, Duarte d'Oliveira, Novais e Sousa, Almeida Ribeiro, Rocha Brito, Álvaro de Matos, Joaquim d'Azevedo, Mário da Silva Mendes, António de Matos Beja, João d'Oliveira e Silva, Geraldino Brites, Alberto Cupertino Pessoa; **Faculdade de Ciências**: Anselmo Ferraz de Carvalho, Eusébio Tamagnini, Manuel dos Reis, Pacheco de Amorim, Antero Frederico de Seabra, Francisco Mendonça, Abílio Fernandes, Miguel Ladeiro, Duarte Guimarães, Raul Miranda, António Themido; **Liceus**: Aníbal Cabral, Alberto de Oliveira, Rocha Diniz.

Novi-Zelandeses, do depauperamento numérico, cada vez mais acentuado, dos *Índios norte americanos*, etc. (Tamagnini, 1934b, pp. 114-115).

E para que não se dissesse que Eusébio Tamagnini se focava na ideia que este fenómeno atingia apenas as populações primitivas, segundo ele *de cultura atrasada e baixa posição hierárquica no quadro da classificação das raças humanas*, acabou por acrescentar a queda e o desmoronamento dos impérios da antiguidade clássica, quer oriental, quer ocidental, de que são exemplo: os egípcios, os gregos e romanos, “e tantos outros povos cuja cultura e civilização atingiram, em muitos casos, níveis tão altos que não temem o confronto com o dos povos mais cultos da atualidade, decaíram depois e degradaram-se, como se sabe” (Tamagnini, 1934b, p. 115). Para Eusébio Tamagnini, a Grécia Antiga, apesar do fascinante brilho e assombrosa grandeza duma civilização, mesmo tendo em conta que no seu período áureo deixa a perder de vista a de todos os povos conhecidos, mesmo que nos reportemos à atualidade, degenerou e caiu.

Nessa exposição perante o *Senado Universitário de Coimbra*, Eusébio Tamagnini fez uma pequena reflexão acerca da enorme perturbação económica, cujos efeitos práticos se traduziam na *crise mundial*, sem deixar de pensar que a tal facto se devia ao desacerto em tantos males como sintoma claro dum período de franca decadência em que entraram os povos mais cultos da época, anos 30 do século XX. Para ele, infelizmente, a suspeita duma decadência social era fundamentada no facto das classes dirigentes não estarem à altura da gravidade dos problemas a solucionar, o que obrigaria ao “estudo objetivo das origens do mal e a formulação científica e concreta da terapêutica adequada, a não ser que – não nos importando com o caso – resolvamos suicidar-nos” (Tamagnini, 1934b, p. 115).

Deduzindo das suas palavras, era uma questão de confronto entre o homem culto, em virtude do alto grau de desenvolvimento mental que atingiu, encontrando-se na Natureza em condições muito especiais, e aqueles em que vivem as espécies e variedades selvagens. Aqui, no que toca ao homem culto, funcionava o poder de abstração e raciocínio lógico, que permitia formular as leis científicas dos fenómenos materiais e, utilizando-as convenientemente, tem podido, em muitas circunstâncias, emancipar-se mais ou menos completamente do jugo despótico do ambiente.

Esta enorme vantagem tem-lhe permitido multiplicar-se rapidamente e instalar-se com segurança por toda a superfície da Terra (Cf. Tamagnini, 1934b).

Segundo Tamagnini,

a vantagem que determinou os formidáveis progressos realizados no campo científico pelas raças e povos mental e fisicamente superiores, acabou por também contribuir para obscurecer o espírito do homem com a ideia de que é *livre e independente*, que é *senhor da natureza*, cujas leis em caso algum o podem atingir, concluindo que “a enorme importância prática, sob o ponto de vista da conservação das raças humanas, duma tal atitude de espírito é fácil de compreender” (Tamagnini, 1934b, p. 116).

Este cientista coimbrão era apologista de que todos os conhecimentos científicos da época mostravam que o progresso genealógico se efetuava em consequência da *variabilidade orgânica*, que servia de apoio às *forças seletivas* ambientes determinativos da adaptação. Nenhum organismo se podia compreender fora dum ambiente particular em que se desenvolvia a sua existência; manter num ambiente para que não estivesse adaptado; e, finalmente, nenhum progresso orgânico se poderia realizar sem o aparecimento de *novos caracteres hereditários* mantidos, por virtude da sua natureza vantajosa, por um *processo seletivo* rígido.

Valorizava, assim, a enorme eficiência do processo seletivo, face à evidência dos resultados que a técnica vinha obtendo nos domínios das plantas cultivadas e dos animais domésticos, por virtude do conhecimento mais exato da *hereditariedade biológica*, produzido pela redescoberta das famosas *leis de Mendel*, tornando possível a um geneticista experimentado, fazer a síntese – permita-se-nos a analogia – duma raça particular de organismos em subordinação a requisitos prévios de combinações, mais ou menos arbitrárias, de determinados caracteres hereditários (cf. Tamagnini, 1934b). E dá como exemplos: a produção duma raça nova de galinhas; o segredo dos horticultores e zootécnicos quando está exclusivamente no conhecimento exato das leis que regulam o processo hereditário; a *sobrevivência dos mais aptos* como “resultado final da concorrência, da luta pela vida, que o espírito genial de Darwin descobriu e a observação e a experiência têm sempre confirmado” (Tamagnini, 1934b, p. 117).

As preocupações resultantes dos defensores do eugenismo, inferiam-se nas palavras do próprio Eusébio Tamagnini ao afirmar que nas nações cultas e civilizadas da Europa e da América a degenerescência era um facto. Para ele, bastava lançar a vista para o que ocorria nas sociedades humanas do seu tempo, duma forma particular nos países mais cultos e civilizados, sem que se pudesse deixar de reconhecer a existência dum estado de coisas que, segundo Tamagnini, “a manter-se, conduzirá fatalmente à ruína e ao

desaparecimento final duma civilização que é honra e glória das raças europeias” (Tamagnini, 1934b, p. 117).

Na altura da fundação da *Sociedade Portuguesa de Estudos Eugénicos*, tiveram em linha de conta vários estudos e a devida atenção aos problemas que se referiam à apreciação do valor real das capacidades sociais, e ao estudo das diferentes ordens de fatores que, de qualquer forma, pudessem “contribuir para a decadência ou avigoramento da raça e da nação” (Tamagnini, 1934b, p. 122). Eusébio Tamagnini, em defesa do estudo das diferentes ordens de fatores que pudessem contribuir para avigoramento da ‘raça e da nação’, refere e realça a determinado momento, face à sua importância, que a *Deutsche Gesellschaft für Rassen Hygiene*, na sua reunião de 1922, aprovou a seguinte moção:

- 1 – *O maior perigo que ameaça qualquer população é o da degenerescência, isto é, o seu empobrecimento em elementos étnicos valiosos e capazes.*
- 2 – *Um povo apenas consegue manter-se na luta da concorrência se possui uma larga massa de homens e mulheres de carácter, moralmente aptos e de boa constituição hereditária, física e mental.*
- 3 – *A saúde, a capacidade vital e a aptidão cultural duma população não dependem apenas das influências do ambiente (alimentação, educação, doenças infecciosas, etc.) mas essencialmente também da sua constituição hereditária.*
- 4 – *A constituição hereditária duma população não é invariável. Pode modificar-se segundo diretrizes inconvenientes de duas maneiras distintas: por seleção inadequada, isto é, mantendo-se a reprodução dos cidadãos mais aptos num nível inferior ao dos menos aptos; ou deteriorando-se diretamente a sua massa hereditária (venenos germinais).*
- 5 – *Atualmente, nos povos civilizados, atua em larga esfera uma seleção inadequada.*
- 6 – *Na atualidade o progresso social acarreta infelizmente consigo a destruição das famílias.*
- 7 – *A reprodução insuficiente dos indivíduos que, pelas suas predisposições hereditárias, estão naturalmente designados para as funções de direção, é do mais funesto significado para o futuro da raça.*
- 8 – *O problema mais urgente da Higiene racial é o da conservação, em todos os estratos sociais, das linhas hereditárias, de maior valor para a coletividade.*
- 9 – *Na atualidade, a reprodução insuficiente é mais vezes consequência da limitação propositada dos nascimentos do que de causas involuntárias (doenças sexuais, etc.).*

10 – Como nem todos os recém-nascidos chegam a reproduzir-se, o sistema de dois filhos conduz dentro de poucas gerações à extinção das Famílias. Três filhos, em média, dificilmente chegam para manter a família.

11 – Os motivos da propaganda para a limitação dos nascimentos são principalmente de natureza económica e social; a Higiene da raça precisa por isso, em primeiro lugar, de promover reformas económicas e sociais tendentes a destruir ou pelo menos diminuir, entre os casais sãos e aptos, as preocupações contrárias a um número elevado de filhos.

12 – Na promulgação das leis fiscais deve procurar-se entrar em consideração verdadeiramente eficaz com o tamanho da família. Pelo menos deve procurar-se que todos os rendimentos e toda a fortuna sejam divididos em tantas partes iguais quantos os membros da Família.

13 – Todas as Famílias com 3 ou mais filhos devem ser completamente isentas de imposto sucessório, a não ser que se trate de fortunas excessivas.

14 – É especialmente importante a organização do imposto sucessório em bases eugénicas. De contrário, é para rezear que as famílias rurais permanentes não possam ter o número de filhos suficiente para a sua conservação.

15 – Nas concessões de locais de colonização deve atender-se a que os colonos tenham, ou permitam esperar, uma descendência de valor.

16 – O fomento da colonização rural, ou semirural, é também importante sob o ponto de vista da higiene da raça.

17 – Uma política da população favorável à diminuição dos nascimentos, no sentido do neomalthusianismo, prejudica a seleção, porque na prática tal diminuição afetará predominantemente as melhores famílias.

18 – Mas também uma política da população puramente quantitativa que, sem entrar em consideração com as diferenças de constituição hereditária, se esforce por elevar o número dos nascimentos, contribui para o abaixamento das aptidões da raça, porque todas as medidas respetivas favorecem prevalecedoramente a reprodução dos menos aptos.

19 – Na proteção às famílias numerosas são, por isso, também, de considerar os pontos de vista convenientes à higiene da raça.

20 – Os suprimentos de salário às famílias dos funcionários apenas se justificam, sob o ponto de vista da higiene da raça, se na sua admissão se observar uma seleção rigorosa.

21 – Os suprimentos de salário às famílias devem ser, com relação ao vencimento de categoria, claramente mais elevados que os atuais.

Atualmente, os suprimentos em razão dos filhos, particularmente para os altos funcionários, ficam ainda muito abaixo do custo efetivo de sua criação.

22 – *A melhor base dum povo está na firme manutenção das famílias solidamente constituídas. O interesse do Estado exige por isso franca proteção à Família.*

23 – *Todas as Disposições que tendam a afrouxar os laços que unem os membros da família, particularmente aqueles que favorecem a separação prematura das mães e dos filhos, são de rejeitar por serem perigosas para a Família e por isso para a Nação.*

24 – *É muito para desejar, sob o ponto de vista da conservação da raça, a associação do maior número possível de famílias vigorosas das diferentes camadas sociais para propaganda das ideias respeitantes à Higiene da raça e conservação da Família.*

25 – *A retardação do casamento, em vista das profissões que exigem maior tempo de formação, é, sob o ponto de vista da higiene da raça, prejudicial. A duração das formaturas deve por isso reduzir-se. Uma duração de 12 a 13 anos de cursos escolares é grande demais. Em todas as profissões os vencimentos devem permitir o casamento aos 25 anos aproximadamente.*

26 – *As atuais disposições referentes à jurisprudência matrimonial na Alemanha, que se limitam à proibição do casamento entre parentes próximos e à publicação dos banhos são, sob o ponto de vista da higiene da raça, insuficientes.*

Devemos esforçar-nos para, num futuro próximo, ampliar as cláusulas impeditivas do casamento, por motivos referentes à higiene racial; nas atuais condições não parece viável esta realização.

Contrariamente, é desde já possível, e nossa obrigação, promover o estudo dos candidatos ao matrimónio, e esforçarmo-nos por introduzir na lei as disposições necessárias.

27 – *Parece não ter ainda chegado o momento para a esterilização forçada dos débeis mentais ou mesmo degenerados.*

28 – *A esterilização voluntária, ou solicitada, dos portadores de taras patológicas hereditárias deve imediatamente ser regulada por lei.*

29 – *Para evitar a reprodução dos antissociais, ou fortemente degenerados, deve desde já legislar-se no sentido de os segregar em colónias de trabalho, economicamente mantidas com os recursos provenientes da atividade dos reclusos e com subsídios da assistência pública.*

30 – *A liberdade incondicionada do aborto é, sob ponto de vista da higiene da raça, geralmente nociva.*

31 – *O Estado deve nomear, procedendo formação especializada sobre os problemas respeitantes ao casamento e à família, funcionários encarregados de informar o povo acerca dos problemas da reprodução.*

32 – *As decisões respeitantes à esterilização, segregação forçada, etc., devem ser da competência de comissões especiais de peritos extraídos dos diferentes círculos profissionais.*

33 – *Enquanto se não conseguir a proibição de bebidas com mais de 2% de álcool deve introduzir-se um sistema de cartas de consumo segundo o plano sueco. As bebidas com menos de 2% de álcool devem ser isentas de impostos.*

34 – *Para a luta eficaz contra as doenças sexuais, particularmente contra a sífilis, está indicado o segredo absoluto para evitar a sua divulgação e a obrigatoriedade do seu tratamento gratuito. Devem elaborar-se listas oficiais de todos os sífilíticos, mantidas com a mais absoluta reserva do segredo profissional, de modo a poder ajuizar-se no futuro, com maior segurança do que atualmente se pode fazer, da sua cura e aptidões matrimoniais.*

35 – *A organização de listas de sanidade para toda a população, com observações adequadamente intervaladas, deve introduzir-se na legislação logo que seja possível.*

36 – *O desenvolvimento, até por parte de muitas pessoas cultas, das questões referentes ao avigoramento e degenerescência das raças, dificulta o rápido melhoramento sanitário das populações.*

37 – *É, por isso, necessário introduzir o ensino da higiene da raça nas escolas superiores.*

38 – *E também se devem iniciar os alunos mais velhos das escolas secundárias nos conhecimentos da higiene da raça, aproveitando para isso os quadros respeitantes ao ensino da higiene geral.*

39 – *Todos os Candidatos às funções docentes devem seguir cursos de higiene racial, e dar provas nos exames do seu conhecimento das matérias.*

40 – *Para ministração dos conhecimentos relativos à higiene da raça e respetivas investigações científicas devem fundar-se institutos do Estado segundo o modelo sueco.*

41 – *É duma importância decisiva a renovação da opinião pública. A prosperidade da Família, nas gerações futuras, deve ser reconhecida por todas as pessoas inteligentes, como um bem superior às comodidades pessoais presentes, e a política do Estado deve colocar o futuro da raça acima das misérias da atualidade (Tamagnini, 1934b, pp. 122-126).*

Com este exemplo vindo da Alemanha, Eusébio Tamagnini propunha-se, através da exposição feita, ter focado problemas da mais alta importância social a que, segundo ele, infelizmente, não se tinha ligado consideração apreciável. Na altura, e como forma de defender os estudos eugénicos, afirmava que “tudo quanto diz respeito à composição da população portuguesa, aos critérios conhecidos para apreciação do seu valor social e

cultural, às suas tendências evolutivas determinadas pela ação dos variados agentes seletivos, está por estudar” (Tamagnini, 1934b, p. 126).

Numa série de interrogações, manifestamente inseridas nas preocupações da sanidade mental, avigoramento e degenerescência da raça, a todos os níveis da sociedade, Eusébio Tamagnini não deixava de remetê-las para a condição de mistério, incógnita ou ignorância, só ultrapassáveis com a aplicação de recursos destinados aos fins em vista, nomeadamente ao estudo das questões respeitantes à *Higiene da Raça* e a criação de um Instituto de Estudos Eugénicos na Universidade de Coimbra.

As preocupações, alegadamente de interesse nacional que os estudos em questão encerravam, levadas à reunião de 15 de junho de 1933, ficam bem claras com as perguntas e respostas de Eusébio Tamagnini:

– *Qual é o valor médio mental dos portugueses atuais, apreciado pelo seu quociente intelectual?*

Ninguém sabe!

– *Como é que se reproduzem os diferentes estratos sociais, e como é que se refazem os quadros do escol dirigente?*

É um mistério!

– *Com que incidência atuam os vários fatores económicos nas diferentes classes sociais?*

Uma incógnita!

– *Como é que as diferentes taras degenerativas se repartem e com que intensidade contribuem para a degenerescência da raça?*

Confiamos em Deus!

– *Qual é a constituição física, mental e moral dos colonos que embarcam para os nossos domínios ultramarinos?*

– *Quais são os efeitos que, sob o ponto de vista do nosso futuro colonial, são de esperar da sua mestiçagem com os elementos étnicos autóctones dos referidos domínios?*

Tudo é para nós mistério, incógnita, ignorância!” (Tamagnini, 1934b, pp. 126-127).

Para Eusébio Tamagnini nada disto era inocente, na expectativa de lhe parecer que se a Universidade de Coimbra resolvesse, com os recursos de que assim dispunha, criar um Instituto, sob o nome do benemérito Alexandre Sá Pinto²⁷, especialmente destinado ao

²⁷ Benemérito, nasceu em Gondozende, Freguesia de Esmoriz (Ovar), em 7 de dezembro de 1833, e faleceu em Buenos Aires (Argentina), em 2 de abril de 1926. Cresceu numa família de dez irmãos, com poucos recursos, o que o impossibilitou de estudar. Como era vulgar no seu tempo, começou a trabalhar muito cedo

estudo das questões respeitantes à anteriormente citada higiene da raça, praticaria, segundo as suas palavras, “um ato do mais elevado interesse nacional e honraria duma maneira condigna a memória de tão notável cidadão” (Tamagnini, 1934b, p. 127). Além do interesse nacional que os estudos daquela natureza encerravam, para Tamagnini, face à sua exposição, todas as faculdades universitárias teriam a sua quota-parte nos benefícios resultantes da organização de tal Instituto.

Para além de se impor uma ação coletiva e uma colaboração estreita de especialistas e estudiosos, segundo Tamagnini, a extensão e complexidade dos problemas a estudar exigiam que na organização destes Institutos se considerassem diferentes secções:

A Faculdade de Letras seria especialmente interessada, pelas suas secções de Pedagogia e Psicologia experimental, nas questões referentes à determinação do quociente intelectual das diferentes classes sociais.

A Faculdade de Direito, pelas suas secções de ciências políticas, sociais e económicas, teria necessariamente de se ocupar das questões que se referem aos efeitos eugénicos das leis económicas e sociais.

A Faculdade de Medicina seria particularmente interessada, pelas suas secções de Psiquiatria, Medicina Legal, etc., em todas as questões referentes à hereditariedade das taras degenerativas; distribuição e incidência das doenças infecciosas e estudo dos seus efeitos disgénicos.

A Faculdade de Ciências teria necessariamente a seu cargo, pela sua secção de matemática, o tratamento estatístico dos dados obtidos nos estudos realizados, e pela secção de Ciências biológicas ocupar-se-ia dos problemas respeitantes à somatologia normal da raça, e às questões referentes ao comportamento hereditário dos seus caracteres distintivos (Tamagnini, 1934b, p. 128).

Em ofício dirigido ao Reitor da Universidade de Coimbra, Eusébio Tamagnini apela à aplicação dos fundos provenientes do rendimento do Legado Sá Pinto, a fim de o mesmo reitor levar à ponderação do Senado Universitário algumas considerações

e não chegou a frequentar a escola. Ainda antes de cumprir o Serviço Militar ou mesmo ir à Inspeção, resolveu sair da sua terra e emigrar para o Brasil. Daí foi chamado por um parente já instalado na Argentina, onde se fixou, trabalhou e fez fortuna. Durante todo o tempo, enquanto emigrante, apenas veio a Portugal por duas vezes. Contudo, nunca esqueceu o seu País, a sua Região e a sua Terra Natal. Por tal motivo, antes de falecer, fez um testamento que acaba por provar o seu amor à terra que o viu nascer e a sua vontade de contribuir para superar as deficiências que ele mesmo sentira na pele, nomeadamente no campo da Saúde e do Ensino. As suas disposições por morte contemplaram, entre outras, a Escola Técnica do Marquês de Pombal, em Lisboa; a Escola Técnica do Infante D. Henrique, no Porto e a Universidade de Coimbra.

complementares como esclarecimento ao seu “alvitre e lógica demonstração” de sua relativa superioridade sobre as outras sugestões patrocinadas por alguns dos seus ilustres colegas, sendo que, segundo ele, algumas das opiniões expedidas não tinham consistência. Assim, sem deixar de referir que não havia direito de impedir que qualquer Instituto universitário, cuja atividade no campo da investigação científica se não tenha ainda salientado, só porque, na prática, de uma forma injusta e pretensiosa, se cultivava a ideia de que os rendimentos do fundo se deviam aplicar de preferência a subsidiar aqueles Institutos universitários que, manifestamente, “têm dado provas de estarem positivamente inoculados pelo *vírus investigatorius*” (Tamagnini, 1934b, p. 129).

Chamando à atenção para a complexidade da ciência, e a importância dos estudos eugénicos, porque abrangendo a ação dos mais variados fatores que podem modificar, em sentido favorável ou desfavorável, a constituição física e mental duma **raça** ou duma **nação**, dá o exemplo, entre outros, de

um Médico, num hospital, ou na sua clínica particular, observa um doente aflito de um mal hereditário, e procura, empregando todos os seus conhecimentos especializados, aliviá-lo dos sofrimentos, *exerce clínica*; mas se regista a observação para fornecer elementos conducentes à melhor apreciação do mecanismo da transmissão hereditária desse carácter, com o objetivo de limpar a raça do referido mal, então está realizando *trabalho eugénico*, no exato sentido da palavra (Tamagnini, 1934b, pp. 131-132).

Em 14 de Dezembro de 1934, é publicada, pelo Ministério da Instrução Pública, no *Diário de Governo* N.º 293/1934, Série I, uma Portaria (N.º 7948), assinada curiosamente pelo Ministro da Instrução Pública, *Eusébio Tamagnini de Matos Encarnação*²⁸, onde são aprovados os estatutos da *Sociedade Portuguesa de Estudos Eugénicos*, a qual se propõe:

²⁸ Gustavo Esteves Lopes, investigador colaborador do Núcleo de Estudos em História Oral da USP e CEIS-20 (Grupo História e Memória), em artigo publicado na *Revista Portuguesa de História* (Coimbra, 2016) refere *aspetos político-ideológicos da passagem do antropólogo e catedrático da antiga Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra, Eusébio Tamagnini pela tutela do Ministério da Instrução Pública, entre 1934 e 1936 – isto é, no lume do Estado Novo (1933-1974). Foi aquando de seu ministério que o Estado Novo deu início à depuração de docentes e investigadores, na qualidade de funcionários públicos, por motivos de ordem política e social, declarada ou suspeita, em oposição ao então recém-instituído regime tendencialmente totalitário instaurado em Portugal. O dispositivo jurídico para a legitimação da depuração destes funcionários públicos foi o Decreto-lei nº 25.317 de 1935, que esteve em vigor até a queda do Estado Novo, e cujos primeiros saneamentos vieram a ocorrer; não por acaso, na Universidade de Coimbra, berço intelectual do longo presidente do conselho de ministros, António de Oliveira Salazar (1932-1968). Cabe também destacar o papel de Eusébio Tamagnini no Ministério de Instrução Pública, no sentido de suscitar algum aparato ideológico fascista que servisse de base para a conservação desta pasta, após o seu retorno à cátedra, em Ministério da Educação Nacional, já sob a batuta de António Faria*

Capítulo I, Art.º 2.º – a) Promover o estudo científico de todas as questões pertencentes aos domínios da hereditariedade e eugenia que possam contribuir para a conservação e progresso da espécie humana e, em especial, para o aperfeiçoamento físico, intelectual e moral da população portuguesa; b) Fazer a mais larga difusão dos conhecimentos adquiridos em matéria de hereditariedade e eugenia e dos resultados obtidos nos países estrangeiros, por forma a criar-se em Portugal uma forte corrente de opinião a favor da adoção de medidas razoáveis de profilaxia social e a desenvolver-se em cada indivíduo o sentimento das suas responsabilidades para com a prole; c) Sugerir e apoiar as medidas que sejam praticamente conducentes à constituição eugénica da família e à defesa eugénica da população portuguesa; d) Fomentar o ensino eugénico na família, nas escolas e nas várias corporações e associações portuguesas; e) Publicar regularmente um arquivo de estudos eugénicos, onde serão insertos os resultados das investigações e estudos efetuados em matéria de hereditariedade e eugenia e se dará notícia resumida do movimento eugénico internacional; f) Promover a criação do Instituto de Eugenia.

A *Sociedade Portuguesa de Estudos Eugénicos* apresentava-se com sede em Coimbra, mas com a abertura de constituírem-se secções locais, ficando constituídas na altura as de Lisboa e Porto, abstendo-se de qualquer atividade política ou religiosa, inspirando-se no movimento eugénico internacional, mas a maioria dos seus dirigentes não defendia em Portugal a aplicação radical das políticas raciais alemãs. O Estado Novo mostrou interesse por ideias de higiene social, natalidade e fortalecimento da família, mas nunca implementou programas sistemáticos de esterilização em massa semelhantes aos da Alemanha nazi ou de alguns estados norte-americanos.

Para António R. Amaro²⁹ (2024), por exemplo, a ascensão política de António de Oliveira Salazar no seio da Ditadura Militar e o início do Estado Novo (1933) foi aproveitada pelos mais fervorosos eugenistas para imporem, no autoritarismo corporativista do novo regime, a ideia de purificação da raça portuguesa, sempre vista como em decadência. Contudo, essas propostas eugenistas, “por um lado, não se assumiram como uma alternativa credível à forte tradição higienista no terreno e, por outro, também não foram totalmente consequentes sobre o que consideravam ser os «problemas da mestiçagem» e

Carneiro Pacheco (1936-1940) – In, “Um Ministério entre a Instrução Pública e a Educação Nacional: Eusébio Tamagnini e o saneamento político-ideológico contra docentes e funcionários da UC (1934-1936)”. *Revista Portuguesa de História*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, Tomo XLVII, 2016, p. 443.

²⁹ Doutor em História Contemporânea. Professor da Universidade de Coimbra, Faculdade de Economia. Investigador Integrado do Centro de Investigação Interdisciplinar (CEIS20/UC).

«cruzamentos de raça»”, vistos por si como formas de decadência da nação e da raça (Amaro, 2024, 5-6).

António R. Amaro reforça, ainda, a ideia que Eusébio Tamagnini, na altura docente da Universidade de Coimbra, e primeiro presidente da SPEE, de se ter deixado influenciar pela eugenia germânica, mostrando plenas convicções sobre a superioridade das raças. Tamagnini acreditava e defendia que as raças mais fortes eram dotadas de uma cultura superior e que, por isso mesmo, estariam «melhor apetrechadas» para se apossarem de vastos espaços territoriais (cf. Amaro, 2024).

Verificamos, assim, que a eugenia tinha os seus defensores em Portugal (Eusébio Tamagnini, Mendes Correia, Barahona Fernandes, José Aires de Azevedo, para só referirmos os mais conhecidos), envolvendo médicos, cientistas e antropólogos. Contudo, mesmo na década de trinta, em que o nacionalismo imperialista/colonialista debateu-se com a aspiração de um Homem Novo, a eugenia nunca teve suficiente impacto político para levar o Salazarismo a adotar formalmente medidas de natureza eugénica (Amaro, 2024, p. 6).

No entanto, muitos dos seus membros acreditavam na existência de diferenças biológicas entre populações e defendiam conceitos hoje considerados racistas ou pseudocientíficos. Vários dirigentes da SPEE ocupavam cargos académicos e políticos relevantes durante o regime do Estado Novo. A eugenia portuguesa acabou por se misturar com políticas de higiene social, proteção da família, natalidade e administração colonial. Contudo, a forte influência da Igreja Católica limitou algumas das medidas mais extremas defendidas pelos eugenistas. A doutrina católica opunha-se, por exemplo, à esterilização coerciva (cf. Pio XI, 1930).

Os estudos históricos indicam que a *Sociedade Portuguesa de Estudos Eugénicos* continuou formalmente ativa durante várias décadas, existindo referências à sua atividade até 1974, embora com influência cada vez menor após a Segunda Guerra Mundial, quando a associação entre eugenia e os crimes do nazismo desacreditou profundamente este campo de estudo (cf. Cleminson, 2016).

3.1.2. *As principais figuras no eugenismo em Portugal*

3.1.2. 1. Francisco Ferraz de Macedo (1845-1907)

Francisco Ferraz de Macedo, nasceu no Lugar de Paradela, Espinhel, Águeda, em 11 de outubro de 1845, e faleceu em Lisboa, a 18 de janeiro de 1907. Foi farmacêutico, médico e antropólogo físico³⁰. Imigrante no Brasil, foi figura de relevo na colónia portuguesa do Rio de Janeiro, onde exerceu medicina e ocupou o cargo de diretor geral da Associação Montepio Agrícola do Rio de Janeiro. Depois de se fixar em Lisboa, em 1881, dedicou-se ao estudo da antropologia, com destaque para a osteologia e as mensurações antropométricas e a criminologia. Encontra-se publicado, postumamente, no jornal *O Crime* (1936), um excerto de um estudo da sua autoria sobre a morfologia dos evadidos do Limoeiro. Reuniu uma coleção de milhares de ossos humanos recolhidos nos cemitérios de Lisboa. É autor de diversas publicações pioneiras na antropologia biológica portuguesa, e incluiu na sua tese de licenciatura o primeiro relatório sobre a homossexualidade no Brasil.

Tendo em conta que em finais do século XIX a degeneração e degenerados na sociedade eram um assunto muito pouco estudado, e tal como todos os assuntos novos, face à sua complexidade, era vasto e atraente, Francisco Ferraz de Macedo justificando-se pelas largas observações objetivas de aplicação prática, física e psicologicamente, que vinha dedicando ao longo do percurso de largos anos, apesar de apenas ter recolhido leves informações, cujos resultados, minguaíssimos, expô-las-ia em breves linhas, em forma de *notas originais*, para que viessem a servir, segundo ele, “de esboço a futuros trabalhadores, aos quais o amor da humanidade, em primeira linha, e depois o amor pátrio movam, como até hoje têm movido aquele que as subscreve” (Macedo, 1899, p. 5).

Para Francisco de Macedo, em biologia, *degeneração* ou *degradação* era a marcha física e funcional da espécie trajectando para o seu aniquilamento, considerando até que este fenómeno natural não era de fácil percepção:

³⁰ Homem culto, versado em línguas, apreciador de poesia, publicou, em 1888, *Dois Dias de Ociosidade*, onde reúne alguns poemas de sua autoria, escritos em dois domingos de passeio a Chambésy (27 de maio de 1888) e a Champel (3 de junho de 1888), assim como duas traduções de poetas estrangeiros: *Sem Título*, tradução direta do russo de obras de Pushkin; e *Tempo Perdido*, tradução de poesias inéditas gregas do poeta Elias João Zenemvissis, seu amigo. Em 1887 já tinha publicado *Sem Mãe*, tradução do mesmo autor Elias João Zenemvissis.

Para o observador compreender esta fase biológica, e conceber a sua subtil, mas poderosa força de ação, é necessário estar fora do seu circuito dominante; quero dizer, estar incólume da sua infeção e ser dotado de um organismo francamente aptudinal. Quem não tiver estes predicados, nunca poderá descriminar o gravame degenerativo, nem, como disse, conceber a sua existência.

Para surpreender a marcha degenerativa, o estudioso tem necessidade de confrontar a espécie que estudar por círculos dentro dela mesmo. Nesse confronto, continuado com tenacidade e perspicácia, é que o observador começará a ver avolumar num ponto, ou em muitos, várias séries de circunstâncias estático-dinâmicas anti-biológicas, formando como que um corpo de resistência tenaz, dificultoso à remoção (Macedo, 1899, pp. 5-6).

Para além disso, a lei biológica abrange todas as espécies do reino vegetal e animal, operando em forma de purificador elementar por áreas no espaço habitado, e por ciclos no tempo. Segundo Francisco de Macedo estas leis biológicas, ao operarem em forma de purificador, são como que eliminações naturais nos círculos orgânicos que normalmente atingem a curva vital, “os quais tombam por caducos, por desnecessários, por entorpecentes à marcha ascensional das outras séries congêneres” (Macedo, 1899, p. 6), advertindo-nos para o facto que as séries em declinação não se apresentam degeneradas de repente, pois a infeção ou gangrena degeneradora começa por um ou poucos elementos, mas toma proporções vultosas rapidamente, se lhes não procuram limitar a marcha do corrosivo, transmissível à descendência. Só por isso, a espécie humana, porque elemento do reino animal, não poderia escapar a esta lei.

Apesar da degeneração ser um fenómeno natural, obedecendo à imposição de leis regulares, para Francisco Macedo há casos em que a intervenção dos não corrompidos e aptos é acatada:

Essa intervenção faz sustar ou suspender a marcha precipitada da infeção degenerante, quando sejam empregues os recursos antropológicos indicados pela própria natureza, como preventivos da ação degradativa. Esses recursos são a medicina, a higiene, o direito, a moral, a educação e outros grupos antissépticos da degeneração, cada um dos quais forma um corpo de doutrina, oriunda de *ação exclusivamente humana* (Macedo, 1899, p. 7).

Segundo o mesmo médico, com tais elementos, dirigidos criteriosamente, seria possível sustar a queda de muitas séries no começo degradativo, e até salvar algumas já condenadas, se a aplicação dos preceitos profiláticos fosse geral, enérgica e persistente:

Circunscrevendo a ação devastadora, e esterilizando os elementos corrosivos, está provado que podemos conseguir o saneamento de uma série e prolongar-lhe a sua utilidade, tal qual como faz o médico numa necrose eliminando o sequestro, para desafrontar o membro afetado e saneá-lo, tornando-o ainda útil à organização a que pertence (Macedo, 1899, p. 7).

Gravitando à volta de ensaios de investigações antropológicas, segundo os processos científicos defendidos à época, Francisco Macedo prossegue o seu estudo sobre a degeneração e degenerados na sociedade, com a convicção que se a natureza escolhesse os talões das espécies animais e os conservasse únicos e incorruptíveis, tanto na organização como no funcionalismo para a genésica, cairíamos na escolha ou seleção natural perene, dando em resultado a *marcha da coletividade*,

sem acidências, sem variantes, sem ondulações; mas não é assim. A natureza constituiu em vários pontos telúricos o mesmo talão primevo para cada espécie, munindo cada um de disposições elementares diferentes, de acordo talvez com o trato geográfico em que o talão aparecia. Cada um desses talões da mesma espécie, multiplicando-se em círculos isolados, produziu a *variedade fixa*, ou a *raça*. Mais tarde, as raças, entopando-se e comunicando-se, produziram os *cruzamentos* ou *penetrações*, donde resultou as *sub-raças*, mais ou menos felizes na evolução individual e coletiva, segundo a aproximação homogénea constitutiva e funcional das variedades entre si cruzadas (Macedo, 1899, p. 7).

Assim teriam sido os primeiros lances dos círculos zoológicos, e particularmente humanos, sendo destes hoje considerados mais perfeitos os que mais harmónicos vivem na propagação da espécie e no seu convívio transitório. Contudo, sempre vai afirmando que no meio das raças, mesmo antes de antes de penetradas, deviam ter aparecido exemplares com grandes desvios orgânicos e funcionais, desde o mínimo ao máximo, e utilizando a terminologia técnico-antropológica,

que os deveriam afastar do talão comum respetivo; esses cresceriam em número depois da penetração das raças. Tais desvios, isto é, tais afastamentos do talão normal, foram denominados *anomalias*, tendentes sempre a suspender a marcha da espécie e favorecer o seu aniquilamento. Ora, há raças que, por comparativas com outras, são consideradas orgânica e funcionalmente débeis para a evolução; e, pois, quando penetradas com outras aptas, transmitem-lhes as suas máculas, posto que atenuadas, conhecidas pela denominação de *taras degenerativas ancestrais* (Macedo, 1899, p. 8).

As denominadas *raças superiores* são também por si abordadas, que quando aparecem indícios das ‘inferiores’, quer manifestados sem interrupção, quer por períodos ou intercalamentos, são consideradas como presumíveis de debilidades congénitas para a propagação duradoura e feliz da própria espécie, resultando como sinais, como avisos de abatimento, de queda constitutiva, de regressão específica, conhecidos por *estigmas*, que podem ser *regulares*, *intercorrentes* ou por *atavismo*. Para Francisco Macedo, nesses estigmas são incluídas as *anomalias* eventuais, que não tenham carácter teratológico ou repugnante, que então são *monstruosidades*:

Por conseguinte, todas as disposições orgânicas e suas consequências, que, por comparativas, nos advirtam do enfraquecimento, da esterilidade, da degradação, do aniquilamento da espécie em cada ciclo biológico, devem ser consideradas como *sinais de degeneração*, e os portadores desses sinais devem ser presumidos como *tipos degenerados* (Macedo, 1899, pp. 8-9).

Assim, para este médico, os estigmas podem ser analisados sob o ponto de vista de duas grandes divisões: *estigmas somáticos* e *estigmas funcionais*, sendo que a origem dos mesmos é variável, podendo estudá-los como vindos de três fontes capitais: 1.º de origem natural por anomalia; 2.º por hereditariedade, sendo inclusive a penetração de raça estranha; 3.º por infeção mórbida intercorrente à vida. Para ele, de todos estes estigmas só são de possível remoção os da 3.ª fonte, dado que os outros nunca são elimináveis.

A classificação em globo dos estigmas é por Francisco Macedo considerada sob quatro pontos de vista: *estigmas físicos*, *psicológicos*, *psíquicos* e *sociológicos*, permitindo-se, segundo ele, em apresentar alguns exemplos de cada uma das divisões suprarreferidas nas *raças civilizadas*. Assim temos:

1. Estigmas somáticos ou materiais ou físicos ou anatómicos – o prognatismo, o desvio enorme das orelhas, os dentes volumosos e supranumerários, a abobada palatina ogival, a exageração do sistema piloso e a sua aberração por áreas com o pigmento cutâneo, a mulher barbada *anomasta* e o imberbe ginecomasta (onde a natureza vacilou na opção sexual), o estrabismo por compressão intracraniana, a escoliose congénita hereditária, as rugas precoces...

2. Estigmas fisiológicos – a bebedice, a ebriedade, a devassidão habitual, a lascívia asinina ou simiana inclusive ninfomania, a impudicícia aberrada, a gagueira congénita, a impropriedade não patológica, a velhice funcional precoce da vida vegetativa...

3. Estigmas psíquicos – a dipsomania, a cliptomania, o beatismo, a aberração ideal da honra e pudor, a erotomania, o desenvolvimento intelectual prematuro ou retardado, a megalomania, a lipsemanía e pantofobia, a falta de persistência nas determinações, o desejo de cruzamento com raças de anatomia e fisiologia diferentes...

4. Estigmas sociológicos – a calúnia consciente, a mentira por cálculo, a usura e a avareza, o perdularismo, o jogo, a violação, a traição, a turbulência, a iniquidade, a prevaricação, a mendicância e piedade hipócritas, a frequência deleitosa de pontos viciosos reprovados pela moral... (Macedo, 1899, pp. 9-10).

De uma forma particular, as teorias do atavismo e do criminoso nato não parecem compartilhar a crença pessimista na onnipresença e disseminação de degeneração que induziu Francis Galton, em 1883, a cunhar o termo eugenia para indicar um programa de planeamento e racionalização da reprodução humana, visando o melhoramento biológico da espécie. Para F. Cassata (2011), por exemplo, quando se refere à antropologia criminal italiana, identifica a causa básica do inatismo ao crime como prisão desenvolvimento. Portanto, o objetivo principal da disciplina não era intervir no processo reprodutivo, mas sim para isolar os tipos disgénicos (delinquentes antissociais) e segrega-os do resto da sociedade:

Como consequência, a *nova terapia criminal* de Lombroso delineou um grande projeto reformista de controlo social, desenvolvido a partir de uma complexa taxonomia antropológica e psiquiátrica: a regulação dos fluxos migratórios e uma justiça repressiva rápida, a segregação dos criminosos habituais e a controle de «honesto, mas cidadãos fracos», impostos sobre o álcool e uma vigilância prolongada de jovens e desamparados através de *asilos voluntários* ou *obrigatórios* e *escolas industriais*. Para os criminosos natos e os criminosos insanos, as medidas eram diferentes e mais graves: *segregação vitalícia*, trabalho forçado, asilos criminosos e, finalmente, a pena de morte. Foi sobretudo

em relação a esta última medida que a intenção eugénica foi explícita: embora seja correto considerar que as raízes de certos males não podem ser superadas com a morte de alguns criminosos, é, no entanto, verdade que o crime diminuiu em intensidade e ferocidade nos últimos séculos graças, em parte, à pena de morte. Distribuído tão amplamente e com tanta publicidade, se contribuiu para uma parcela de novos crimes com espírito de imitação e de feroz espetáculo público, deve também ter diminuído muitos outros, impedindo toda evasão, toda recaída e hereditariedade dos criminosos, fazendo aquilo que a natureza faz na seleção das espécies, quando, a partir de seres inferiores, nos dá os grandes dominadores do globo (Cassata, 2011, p. 11).

Prosseguindo com Francisco Macedo, a intensidade e gravidade de uns estigmas não dependem das de outros, dado que eles não chegam a estar sob o domínio direto nem recíproco, com relação aos seus efeitos, mesmo quando se verifica que os funcionais são mais graves do que os somáticos. No dizer do médico, um determinado indivíduo pode ter um ou mais estigmas físicos pronunciadíssimos e não revelar consequências funcionais que lhes deviam ser correlativas. Tais foram os casos observados por Francisco Macedo em muitos naturais africanos de Moçambique e com especialidade da *Costa da Mina*, de Luanda, do Congo, de S. Tomé e de outros pontos, nos quais, por exemplo,

um prognatismo exagerado presidia a indivíduos corretos quase como europeus; e inversamente, muitos ortógnatas dos mesmos pontos eram dominados por uma vasta série de estigmas funcionais. Nos europeus ocorre o mesmo fenómeno, não sei se na mesma proporção. O facto é que *em referência à criminalidade* a proporção estigmática não é correlativa; mas infelizmente esta coteja o grau de degeneração – não há degenerado sem a bagagem maculada dos estigmas –. Morel, Maupaté, Icard, Dallemagne, Minovici, Marro, Lombroso e todos os observadores assim o dizem, e o meu fraco testemunho o confirma (Macedo, 1899, p. 10).

Outro facto a realçar é que para Francisco Macedo, muitas disposições anatómicas e fenómenos funcionais vulgares numa raça, e nela de efeitos sociológicos anódinos, são, para outras, característicos de fraqueza orgânica, ou de incompatibilidade concorrente social. Para reforçar esta opinião e verificar esta proposição, afirma, a dado momento, que basta confrontar os povos nativos de dois continentes a respeito de alguns traços físicos e funcionais, fazendo notar o seguinte:

O maior número dos povos da África tem por constituição anatómica facial os maxilares com grandes inclinações alveolares e dentárias, mais pronunciadas ainda pela recorrência mentoniana, fenómeno que nas raças europeias constitui um *estigma físico* de notável importância científica – o prognatismo.

Além do erotismo, o desejo de ingestão exagerada de bebidas alcoólicas é fenómeno constitutivo de carácter quase geral nos puros africanos, e usam do *etilismo* sem grandes insultos anestésicos, nem graves perturbações dos órgãos viscerais e circulatórios; porém, nas raças europeias esse mesmo desejo, e uso, é um valioso *estigma fisiológico*, de consequências desastrosas para o portador e infalíveis desgraças para a descendência; e são para esta tão perigosas que, segundo Morel, Legrain, Blomberg, Lombroso, Minovici, Féré, Maupaté, Pellmann³¹ e outros, *os filhos dos alcoólicos são fatalmente degenerados e maleficientes*. Tais são as desgraças acarretadas à sociedade europeia pela – ebriedade. A percepção tardia, sem ser patológica, de ideias correntes e quase de comum que manifestam os pertencentes a muitas hordas africanas, constitui um estigma físico nas raças europeias, ou então é o indício de tara ancestral, por antepassados penetrações de uns com outros – os retardatários.

O nomadismo individual e familiar é uma regra ou uso muito aceitável e praticado ainda por vários povos naturais da África, no entanto que nas coletividades europeias revela um *estigma sociológico* de resultados indubitavelmente funestos, reclamando vigilâncias policiais ininterruptas para dar caça aos seus representantes, quer tenham ou não outros estigmas – a vagabundagem (Macedo, 1899, pp. 11-12).

Passando ao confronto de exemplares descendentes de outros ascendentes minados pela patologia, para Francisco Macedo o quadro é deveras aterrador, por ser verdadeiro também.

A prole da consanguinidade, ou a de ascendentes longínquos com taras regressivas de qualquer das quatro ordens de estigmas, por ele anteriormente abordados, a direta de epiléticos, a de cancerosos, a de tuberculosos, a de sífilíticos, a de histéricos, a de

³¹ Pellmann, da Universidade de Bonn, reconstitui a terrível história de uma família de alcoólicos – Uma mulher chamada Ada Jurke, nascida em 1740, morreu alcoólica no começo do século XIX, depois de ter vivido como ladra e vagabunda; a sua posteridade conta 834 indivíduos. Foi possível reconstituir a existência de 709 deles, cujos resultados obtidos Pellmann foram os seguintes: 106 nasceram sem ser por casamento, 142 mendigos, 64 pensionistas de *depósitos* de mendicidade, 181 mulheres tornaram-se prostitutas, e 76 indivíduos desta família foram condenados por crimes, dos quais 7 por homicídio. Em 75 anos esta família de alcoólicos custou ao Estado, a título de socorros a indigentes, sustento nas prisões e despesas ocasionadas, uma soma avaliada em mais de 6 milhões de francos.

escrupulosos, a de neurosténicos, a de alienados e vesânicos, a de suicidas, significa constantemente uma prole de míseros somáticos, e por consequência condenada a desfalques de energias elementares com pobreza funcionais reveladas por desequilíbrios, ou mesmo por aberrações fisiológicas, psíquicas e sociológicas. Estas revelações sobem do mínimo ao máximo contra as coletividades, desde o leve ato sociológico anormal até ao ato facinoroso (Macedo, 1899, p. 13).

Contrastando com uma coletividade, um povo, uma nação vasta ou pequena, cujos constituintes descendem de *uma raça provadamente avançada no somatismo e funções*, e tem a infelicidade de ser penetrada por uma outra crivada de estigmas, segundo ele, conducentes à miséria orgânica e à contra prudência *sinérgica*, a evidência é clara: perante a humanidade avançada, a sua declinação é mais que evidente, presumindo-se que a decadência de tal nação

acompanhará proporcionalmente a percentagem das unidades estigmatizadas que a compuseram; e que tanto mais rápido será o seu aniquilamento, quanto mais violentos forem os efeitos dos *estigmas plásticos* (?). Devem ocupar o primeiro lugar desorganizador os estigmas funcionais, ou fisiólogo-psíquicos e sociológicos, entre os quais figuram a ebriedade, o erotismo, a indolência, as aberrações ideais da genesia e da honra, a devassidão, a prevaricação, a piedade hipócrita, a megalomania e a falsidade, adicionando-lhes as correlativas a cada uma destas máculas degradantes no meio da sociedade civilizada (Macedo, 1899, p. 13).

Para Francisco Macedo, nestas tristes condições, a nação não teria outra solução se não caminhar à mercê de guias que escolherá inconscientemente dentre os seus, ou senão à mercê de alguns especuladores internos, que forçosamente procurarão conduzir de um modo suave no plano declive degradante, até ao fundo abismo da perda da autonomia – numa alusão clara ao regime monárquico: “A queda, porém, de uma pobre nação em tais circunstâncias será rápida, quando os seus dirigentes ocuparem um lugar tão distinto entre os degenerados sociológicos, como aquele que eles ocupam nos altos poderes nacionais” (Macedo, 1899, p. 13).

Francisco Macedo é apologista que só no meio homogéneo à sua índole é que os degenerados podem viver e todos aqueles que se oponham aos seus desígnios são perseguidos e procurados aniquilar. E dá o exemplo que os ladrões, os assassinos e os bandidos, só prosperam no covil quando governados pelo mais degradante deles:

o ébrio, o devasso, o aberrado, só dirigidos pelo mais crapuloso é que folgam no estábulo do vício; o chulo, o ignorante, o cretino, só vivem contentes, a babar-se nos antros, quando são lisonjeados pelas futilidades e momices do mais parvo, do mais imbecil, do mais idiota!” (Macedo, 1899: 14). Segundo ele, só o altruísmo cordial e científico, a temperança e a sensatez humanas, o saber criterioso e prolífico, encontram três categorias de elementos anti-sociológicos precedentes os verdadeiros *inimigos figadais*. O benefício individual e coletivo deveria assentar em preceitos da observação humana, recolhidos por beneméritos cosmopolitas, “que os vão apresentando sob o título de leis antropológicas, ou leis vindas do estudo natural do homem, hoje em via aberta a franca de codificação (Macedo, 1899, p. 14).

A degeneração serve de arma de arremesso, principalmente quando afirma que a sociedade em que o regresso físico dos seus componentes é visível, e que os seus funcionamentos são síndrome de degeneração, desaparecerá em breve,

se lhe não ampararem os não corrompidos por via da seleção dos malsinados, empregando ativamente os meios profiláticos, filhos da experiência e por ela indicados como proveitos para a remoção do mal. Essa aplicação é semelhante à que deveria ser empregada numa epidemia, que ameaçasse a existência da população inteira (Macedo, 1899, p. 15).

Como sintoma inerente à própria degradação sociológica, Francisco Macedo adianta que quanto mais adiantada é a degeneração no seio do povo, tanto mais o desregramento, o luxo e o vício sob todos os seus aspetos. Por isso, a sua convicção vai no sentido de que é por esse motivo que uma nação no maior auge do seu declive acaba por ter o aspeto de estar em período ativo de evolução progressiva, quando na verdade está nos últimos alentos da existência. Segundo as suas palavras,

aos olhos dos sensatos normais, essa nação é sempre a mesma desditosa, sempre a infeliz inconsciente em caminho do suplício, em trânsito para a sua desgraça definitiva, arrastando na queda desastrosa o lustre dos seus antepassados, se os teve, e a vida dos filhos perfeitos que lhe restam! (Macedo, 1899, p. 15).

E é aqui que chama à importância do papel do médico, enquanto observador perspicaz, quando nos povos em degeneração acaba por descortinar com facilidade os grupos com

estigmas vários, todos concorrentes à porfia, para abreviar a queda da pátria que lhes dá o nome. Envolvendo os indivíduos de todas as categorias sociais, só aqui e ali o mesmo encontrará indícios físicos de degeneração; mas, ao mesmo tempo, em seu lugar descortinará indícios funcionais dessa mácula em aluvião constante. Nesse caminho acaba por verificar e dar-nos alguns exemplos, entre os quais destacamos:

O médico perito que oculta a prova do crime, o advogado convicto da injusta causa que defende, o magistrado em exercício que torce o espírito da lei, o ministro em acção que deixa adrede de atender aos benefícios sociais pátrios e humanos... todos eles, um por um, arrastando à desgraça o indivíduo, a família, a nação, movidos por ódio, por amor de classe, ou pelo lucro da venda da dignidade de que foram e estão empossados! E desta arte vão alimentando o fogo voraz da concussão, da iniquidade, da prevaricação e da desonra! (Macedo, 1899, p. 16).

Vai mais longe dando outros exemplos, principalmente quando questiona se verá o indivíduo humano, considerado perfeito em alguns círculos civilizados, ter por sensibilidade moral a indiferença pela paternidade positiva dos filhos, dos quais não obstante toma a responsabilidade de serem legítimos seus, mas logo adiante sente-se incapaz de ser bom esposo, bom pai, bom amigo e bom cidadão; outro tipo de igual origem à precedente, cuja ocupação é descrever e mostrar pública ou clandestinamente os encantos femininos existentes no seu lar, de cujo emprego vive à farta, e de um modo distinto com o concurso prestimoso da esposa, das filhas, das irmãs e mais criaturas apenas do mesmo sexo; outro de semelhante origem, que aceita e firma as estipulações do contracto conjugal, porém que viola por vícios e por aberrações todos os preceitos e leis fisiológicas, atinentes a garantir o amor dos esposos, o respeito da prole e a consideração dos estranhos honrados. “E por isso o observador convencer-se-á que o indivíduo em questão nunca poderá ser um varão justo, nem prestimoso aos seus congéneres, podendo afirmar que serão seus iguais todos aqueles que com ele conviverem” (Macedo, 1899, p. 16-17).

O problema do alcoolismo, quando envolto em mil disfarces, também é abordado por Francisco Macedo,

apesar de circunstancialmente tanta piedade e misericórdia merecem os infelizes padecentes de enfermidades mentais não provocadas”, acabam por causar no observador

alguma aversão e repugnância que conscientemente “alteram o juízo reto por líquidos fermentados, verá no ébrio um ente repulsivo e perigoso. Como o *ébrio voluntário* não pode durante a ação anestérica dirigir, nem governar convenientemente os atos da sua vida de relação (Macedo, 1899, p. 17),

Isto leva a que o mesmo observador possa concluir que aquele está preparado para cometer crimes, segundo as circunstâncias em que se encontre, se eventualmente a sua índole for a dos maleficientes:

Assim, se o considerar na família, como esposo, irmão e pai, verá que a ação da sua maleficência sociológica pode subir ao superlativo; porque se, como esposo, fecunda nesse estado, o produto concebido e viável é fatalmente um mísero para si e para o meio que o acalenta; se o mesmo ébrio tiver irmãs pode intentar o torpe caminho do incesto, e se tiver filhas é capaz mesmo das mais repugnantes das violações!

Oxalá fosse um exagero o quase nada que acabo de dizer do hediondo ébrio; mas por desgraça os factos confirmam os meus dizeres... (Macedo, 1899, p. 17).

Para além disso, ao lado do alcoólico, o observador pode muito bem encontrar o agressor, mas, à semelhança do ébrio, ter-se-á sempre de considerar o portador de instrumentos agressivos pontiagudos como um assassino premeditado, tendo para ele como única atenuante a ação frustrada, pois se não matou é porque a ocasião lho não permitiu.

A hereditariedade, raça ou ascendência também são abordadas da seguinte forma: “Todo aquele que tiver por avô um avarento ou usurário e avó de estranha raça suspeita; que tiver por pai um enfatuado pretensioso e por mãe uma beata, falsa esmoler: nunca passará de um produto híbrido ou estéril para benefícios evolutivos” (Macedo, 1899, p. 18). O mesmo acontece, segundo ele, com todo aquele que tiver por avô um canceroso e por avó uma devassa; que tenha por pai um sífilítico devoto do etilismo e por mãe uma vesânica, será mais provável que nunca poderá ser um ente perfeito no somatismo e funcionalismo, devendo ser muito mais imperfeitos todos os seus descendentes.

Resumindo e concluindo, para o médico Francisco Macedo,

em todos os povos do mundo civilizado, sem exceção predominante do povo peninsular, encontramos exemplares semelhantes aos supramencionados, e de outras variantes de miséria orgânica e funcional, que proliferam, crescem e progridem desafogadamente, sem o mais leve obstáculo que lhes tolha a evolução infecciosa, onde o morbidismo da

degradação se difunde, como num vasto terraplano se alastra e infiltra pestífera enxurrada!

As nações altamente infectas por esta forma, gastam-se a si mesmas, como duas pedras de mó em rotações opostas se gastam, quando não têm grão para triturar (Macedo, 1899, p. 19).

Segundo o mesmo médico, perante tais condições, assiste-se ao definhamento da agricultura, da indústria, da navegação e do comércio, sem esquecer o desprezo pela ciência, vendo crescer o pendor para a ebriedade, para a devassidão, para o luxo, para a fantasia parva, sem distinção de classe nem de *gerarchia*. De forma alegórica e metafórica, à semelhança da mó em rotações opostas, afirma que

o aspeto dessas nações, em franca degradação, faz lembrar um palco visto do proscénio, representando um salão adornado por alcatifas douradas, no qual figuram garbosos cavalheiros e damas galantes... mas, penetrando por detrás dos pintados panos, sofremos a grande desilusão de encontrar só farrapos podres, bancos quebrados e mesas desconjuntadas, onde convivem os figurantes da cena em repugnante promiscuidade, ensaiando a crápula real e preparando a degradação da espécie! (Macedo, 1899: 19).

Percebe-se aqui, perfeitamente, a quem se dirige tais adornadas palavras onde figuram os denominados *garbosos cavalheiros* e damas *galantes*. Reforça ainda a ideia de que da sórdida penúria física e moral desses povos, resulta o ludíbrio mútuo declarado, através dos produtos *degenerados na sociedade* e as consequências da *degeneração*, fruto da desatenção e desprezo pelo ditame do bom senso com o ***apoio salutar da ciência positiva***:

Nem vão pensar os alheios a este género de estudo que os degenerados maleficientes em geral, quer fortuitos ou por taras ancestrais, quer por patologia hereditária ou adventícia, limitem a sua audácia a feitos de violência e mortes de uso comum; pelo contrário, o genuíno degenerado de má índole é tão distinto pela atrocidade do crime entre os criminosos vulgares, quando deve ser distinto dos normais na constituição orgânica, posto que elementar e intangível (Macedo, 1899, pp. 19-20).

De uma forma a estes supostos vulneráveis em excesso, irritáveis em extremo, só porque contrários à corrente positivista, segundo ele, “os puros degenerados desvirtuam as mais inocentes intenções de todos aqueles com os quais convivem, desdobrando em ultrajes à

sua pessoa os atos mais inofensivos, mormente se vão de encontro às suas opiniões ou desejos” (Macedo, 1899, p. 20), contrariando assim aquilo que assumira como consequência de encontro às suas opiniões e desejos, se veio a revelar uma década depois como consequência desse mesma impressão que condenara:

Atingindo tal auge psíquico, o degenerado maleficiente tem o rancor do louco em fúria e os manejos de ataque felinos contra o seu perseguido – não elimina só a vida, destroça a sua desgraçada vítima, até esgotar a carga nervosa vingativa que o domina e impele (Macedo, 1899, p. 20).

E aqui refere-se de uma forma bem clara, com o exemplo como a perda na banca do jogo arrebatada o degenerado, até o levar à prática, segundo ele, da perversidade sobre *vítimas indistintas*: suspeita de zombaria na taberna, que transporta o degenerado ébrio ao cúmulo da malvadez; a negação de respeito ao seu partido, fere e cega tão profundamente o político degenerado; as obsessões do usurário, do beato, do falsário, do hipócrita, do sodomita, da tribade, do ciumento, e outros análogos. Porém, de todos os degenerados maleficientes, para Francisco Macedo, leva a palma na crueldade o sedutor e violador erótico devasso, alegando que o cio do lascivo degenerado pela mulher predileta

é veneno que o converte num agente criminoso tão bárbaro, que deixa a perder de vista o *algoz* legal mais sanguinolento. Quando a fêmea da sua eleição não satisfaz os seus apetites simianos³², ou quando se esquivava ao cumprimento das suas ordenações asininas, perde a qualidade do ser humano e transforma-se num tigre carniceiro. Fustigado pela ideia do abandono feminino, toda a exótica sensibilidade do decadente só encontra lenitivo na perseguição daquela que lhe não acata as carícias bestiais e sórdidas ternuras, ao menos com um simulacro de meiguice!... (Macedo, 1899, pp. 20-21).

Infelizmente, o por si denominado *talão da crueldade humana* e a *norma* legítima *do tipo antissocial*, mesmo com as revoluções que se sucederam, sob a capa da ciência positivista, permanecem até aos dias de hoje.

A proposta mais plausível para Francisco Macedo recai sobre a prudência dos povos, cujos componentes coletivos são compostos por ascendência de algumas *variedades* e

³² Semelhantes ou relativos aos macacos, termo utilizado na teoria da evolução das espécies, principalmente no que toca à natureza humana.

sub-raças de fundo regressivo, na necessidade urgente de centrar as pesquisas com todo o escrúpulo e minudência sob os quatro pontos de vista físico, fisiológico, intelectual e social, como forma de “desviar do seu centro evolutivo todos os indivíduos em degeneração franca, ou feridos de miséria orgânica por herança ou por aquisição intercorrente à vida, *para não contaminarem os perfeitos*” (Macedo, 1899, p. 21).

É aqui que aparecem os preceitos da força dos poderes judiciais, nos quais incluem os atingidos de uma evolução maculada por orientação ancestral, assentes nas suspeitas de desordens viciosas ou mentais de efeitos hipotéticos, onde têm lugar os limitados mentais, reconhecíveis para Francisco Macedo por síndrome desdobrável em sintomas palpáveis de perturbação até ao início psicopático, bem como os rebeldes ou antipáticos às estipulações de ordem pública sancionada por todos, desde a simples infração, ao ato de carácter levemente antissocial:

É assim que a *responsabilidade legal* coteja de peito descoberto todo o delinquente que foi retido depois de praticar a infração, salvo o caso de mórbidismo intercorrente, em que por novos esclarecimentos a parte judiciária modificará a sua aplicação correcional (Macedo, 1899, p. 22).

Só assim, para este médico, a responsabilidade social poderia vir a justificar as suas atribuições e alargar os seus domínios antropotécnicos nos casos imprevistos e subtis de lesões aos bons costumes, sendo que com esse apoio seriam punidos os ataques à ordem privada ou pública por impulsos mórbidos sem responsabilidade penal, “ora em proveito duplo vigiando os indivíduos predispostos, ora detendo-os temporariamente em asilos, ora privando-os para sempre do convívio, quando suspeite a possibilidade de atos criminosos” (Macedo, 1899, p. 22).

Este era o objeto único de Francisco Ferraz de Macedo, ver iniciados e aplicados à sociedade do povo em que nasceu os *benefícios positivos*, recolhidos do *estudo natural do homem*, considerado em convívio civilizado.

3.1.2.2. Egas Moniz (1874-1955)

Egas Moniz, de seu nome completo António Caetano de Abreu Freire Egas Moniz, nascido no seio de uma família aristocrata rural, em Avanca, uma freguesia do concelho de Estarreja, Aveiro, a 29 de novembro de 1874, foi um médico, neurocirurgião,

investigador, professor, político e escritor português. Frequentou a Universidade de Coimbra, onde inicialmente estudou Medicina, formando-se em 1899. Posteriormente, fez um doutoramento em Medicina com especialização em neurologia. Além da sua carreira na medicina, Egas Moniz esteve também envolvido na política³³. Foi professor de Neurologia na Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa.

Para além de ser sobejamente reconhecido pelas suas contribuições ligadas à neurologia, em 1927, introduziu a *angiografia cerebral*, uma técnica de imagem que permite visualizar os vasos sanguíneos do cérebro através da injeção de um meio de contraste, e a *malformação arteriovenosa* (MAV). A técnica da angiografia cerebral foi um avanço significativo no diagnóstico de problemas vasculares cerebrais, como aneurismas e tumores. Contudo, a contribuição mais controversa de Egas Moniz para a medicina foi a introdução da *leucotomia pré-frontal*, mais tarde conhecida como lobotomia, em 1935. Desenvolveu este procedimento como uma forma de tratar certos distúrbios mentais graves, como a esquizofrenia e a depressão severa³⁴.

Embora a sua contribuição para a medicina seja inegável, especialmente com a angiografia cerebral, o legado de Egas Moniz é complexo devido à controvérsia ética em torno da lobotomia. O procedimento, que já foi amplamente utilizado, caiu em desuso com o desenvolvimento de tratamentos psiquiátricos mais seguros e eficazes.

Em preâmbulo à sua obra *A vida sexual* (1922), Egas Moniz afirma que nos animais e nas sociedades nómadas e selvagens reduz-se tudo a uma satisfação física consciente, e a uma exigência da espécie, na maior parte das vezes inapreciável, enquanto nas sociedades chamadas cultas há mais do que a satisfação dum desejo imperioso donde advêm o prazer dos sentidos. Sendo assim, torna-se evidente a importância deste assunto, que incide diretamente sobre a vida, desenvolvimento e futuro da humanidade, longe das sociedades selvagens onde se mostram “os homens e as mulheres na sua nudez primitiva, sendo o ato sexual, como nos animais, a consequência do funcionamento de órgãos que, por hereditariedade e por adaptação especial, lhes foram legados através das espécies ancestrais” (Moniz, 1922, p. 2).

³³ No campo político, atuou como deputado e, posteriormente, foi nomeado embaixador de Portugal em Madrid. Também desempenhou funções como Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal durante a Primeira Guerra Mundial.

³⁴ Em 1949, Egas Moniz foi agraciado com o Prémio Nobel de Fisiologia ou Medicina, em reconhecimento ao desenvolvimento da leucotomia pré-frontal como tratamento psiquiátrico. Foi o primeiro português a receber um Prémio Nobel e continua a ser o único a receber o Nobel de Fisiologia ou Medicina.

A premissa da “hereditariedade – origem dos sexos” era para Egas Moniz uma questão que encerrava dois enigmas científicos. Depois de estudar aturadamente este assunto, com base em inúmeras investigações científicas feitas na época, acaba por chegar à conclusão de que nada resiste à apreciação fria dum julgador. Com base nas dúvidas e impressões de Montaigne, filósofo francês do séc. XVI, feitas ao tempo, mas que decerto se continuarão a fazer durante muitos anos e talvez até durante muitos séculos, sem que uma resposta possível, cientificamente fundamentada, deixe satisfeita a justa e racional curiosidade de qualquer homem ligado às ciências médicas:

Que monstro é esta gota de sémen que traz consigo as impressões não só da forma corpórea, mas os pensamentos e as inclinações dos pais? Esta gota em que se alberga um número infinito de formas e de semelhanças, por vezes tão extraordinárias, que neto se parece com o avô e o sobrinho com o tio? (Moniz, 1922, p. 206).

Egas Moniz ao tomar consciência que estava em presença de factos cujo estudo completo ainda alguém o não poderia fazer, sempre foi adiantando que

melhor do que há séculos, apenas sabemos como se opera a fusão aparente das substâncias masculina e feminina, mas como esta fusão de parcelas infinitamente pequenas, duma matéria que se subdivide sem se aniquilar, permite que um cortejo numerosíssimo de aptidões físicas, morais e mórbidas não só sejam transmitidas integralmente e diretamente, mas também, o que é mais para admirar, persistam intactas através de algumas gerações para despertarem do sono em que jaziam depois de longos períodos de desaparecimento, ainda não pode ser explicado por teoria alguma, mesmo das mais engenhosas e perspicazes que os naturalistas têm apresentado (Moniz, 1901-1902, p. 221).

Daí, Egas Moniz afirmar que por hereditariedade se transmitirem as formas, a estrutura, a composição química, as propriedades vitais, os órgãos e as suas modalidades funcionais. A questão da hereditariedade (...)

1. *Todo o ser vivo se reproduz, isto é, dá origem a um ou vários indivíduos semelhantes aos pais e outras vezes aos ascendentes;*

2. *No caso da semelhança aos ascendentes trata-se de gerações alternantes e a lei da hereditariedade só se mostra em toda a evidência depois da evolução do ciclo completo das transformações;*
3. *Por hereditariedade se transmitem as formas, a estrutura, a composição química, as propriedades vitais, os órgãos e as suas modalidades funcionais;*
4. *Ao lado desta hereditariedade fisiológica observa-se que os seres vivos transmitem as suas próprias disposições mórbidas.* (Moniz, 1901-1902, pp. 221-222).

Egas Moniz sempre acaba por considerar que seria um absurdo reconhecer a hereditariedade como uma reprodução exata e perfeita, dado que esta mesma concepção é puramente teórica, tendo em conta o facto dos fenómenos da vida não se limitarem a esta regularidade matemática. Gravitando em torno de **Sanson**³⁵ – não faz dependente (com alguns autores) da hereditariedade os seres monocelulares assexuados que se multiplicam por divisão; **Paul Le Gendre**, com a maior parte dos biólogos, não acha fundamentada a restrição, porque o novo ser, mesmo unicelular, não é, senão aparentemente, semelhante ao que lhe deu origem por scissiparidade, gemiparidade ou esporulação; **Hertwig**, que as células-óvulos e as células-espermatozóides são formadas por diferenciação, seguindo direcções opostas, de células produtoras; **Herbert Spencer**, para quem a hereditariedade pertence à categoria dos problemas que não admitem senão uma solução hipotética; **Weissmann e Debierre** – não se pode duvidar da transmissão dos caracteres anatómicos adquiridos (sexdigitismo, lábio leporino, etc.) e das doenças alcançadas (sífilis, gota, etc.), tendentes a explicar os processos das transmissões hereditárias; **Haeckel**, não considera a célula como um elemento irreduzível; **Orchansky**, considera o problema da hereditariedade composto de três questões fundamentais: a da fecundação, a da evolução e, finalmente, a da relação dos pais com os descendentes; **Bouchard**, quando enuncia a sua teoria dizendo que o segredo da hereditariedade está na genealogia ininterrompida das diferentes partes da célula, desde o espermatozoide e do óvulo do primeiro ser masculino e da primeira fêmea até hoje (cf. Moniz, 1922, pp. 223-229), Egas Moniz apresenta em oposição a estas teorias, que denominou de organicistas, que consideram a célula-ovo como um elemento extremamente complexo, quando aparece outro grupo de

³⁵ SANSON, *L'hérédité normale et pathologique*. Paris, 1893.

teorias a que chamou físico-químicas e em que ocupou, incontestavelmente, o primeiro lugar a de *Yves Délage*³⁶.

No que concerne ao casamento e à higiene da vida sexual, ao referir-se às sociedades monógamas, Egas Moniz afirma que “o casamento é a união de dois indivíduos de sexos diferentes presos pelos mesmos interesses, identificados pelas mesmas intenções, vivendo a mesma vida e ambicionando o mesmo fim.” (Moniz, 1922, p. 229). Assumidamente, para ele, em geral, o fim do casamento é a fecundação, apesar de compreender o casamento entre indivíduos que acabam por não dar origem a novos seres: “As doenças dos pais, quando graves e transmissíveis, devem servir sempre de freio à fecundação. Nestes casos e noutros já apontados as práticas neomalthusianistas³⁷ devem ser aconselhadas e rigorosamente praticadas.” (Moniz, 1922, p. 299).

Para Egas Moniz só há dois caminhos a seguir na vida: o do casamento e o do celibato. Citando P. Garnier³⁸, ambos caminhos são diametralmente opostos, contudo, igualmente autorizados, permitidos, consagrados e protegidos pelas leis civis e religiosas das sociedades modernas. Apesar da função sexual ser uma necessidade, o homem e a mulher têm dois processos de a satisfazer:

Ou se entregam à libertinagem, experimentando as uniões momentâneas de indivíduos do sexo oposto, ou seguem um caminho diverso: juntam-se a um único indivíduo (casamento, falso casamento). O casamento consiste na sanção legal dessa união. Perante a sociedade só o casamente permite regalias e vantagens que devem ser a condenação do falso casamento (Moniz, 1922, p. 301).

Por uma questão de higienização da vida sexual, Egas Moniz afirma que no *falso casamento* “o homem tem tendência polígamas, a mulher é naturalmente monândrica, mas na nossa sociedade e com a nossa civilização, um e outro têm de sujeitar-se à união constante e persistente, que é vantajosa para ambos.” (Moniz, 1922, p. 301). Permitindo-se a alguma exortação eugénica, quando afirma que aos indivíduos atacados de doenças graves contagiosas devia ser proibido o casamento ou apenas consentido entre indivíduos

³⁶ Insurge este autor contra a ideia de que o ovo seja uma célula complexa. Assim, afirmam os organicistas: o ovo da mulher é essencialmente diverso do ovo da cadela, por exemplo. Posto isto, a hereditariedade dá ao ovo apenas a sua constituição físico-química relativamente simples, mas rigorosamente precisa.

³⁷ *Teoria populacional malthusiana*, criada pelo demógrafo, economista e polímata iluminista Thomas Malthus. É uma teoria que defende o controlo do crescimento populacional tanto através de métodos malthusianos como a abstinência sexual e casamentos tardios, quanto através do uso de métodos anticoncecionais.

³⁸ *Célibat et célibataires*, Préambule. Paris, 1886.

atacados pelos mesmos males, acaba por admitir que, à época, ao haver atestados médicos como documento importante para a admissão em certos cargos e em certas associações, em nada o repugnava que houvesse legislação similar para o matrimónio (cf. Moniz, 1922, pp. 301-302).

A consanguinidade é também tema de preocupação para Egas Moniz, baseando-se no facto de todas as legislações concordarem em considerar impedimento do casamento a consanguinidade e a afinidade em qualquer grau da linha reta, bem como a consanguinidade no segundo grau da linha colateral, divergindo apenas aos outros graus de parentesco. Eram três os impedimentos por parentesco do casamento civil admitidos pelo então código: O parentesco por consanguinidade ou afinidade em qualquer grau de linha reta; o parentesco em segundo grau na linha colateral; o parentesco em terceiro grau na linha colateral, salvo se os contraentes obtiverem dispensa (n.ºs 1.º, 2.º e 3.º do art. 1073.º)³⁹.

Era o tempo em que a consanguinidade exaltava somente a hereditariedade e influenciava-a tanto no bom como no mau sentido. As doenças estavam no centro das preocupações médicas. Por exemplo, dentre todas, só a impotência perpétua, manifesta e anterior ao casamento, fazia parte do sistema de impedimentos matrimoniais de muitas legislações europeias:

Ao lado deste há outros estados patológicos que devam ser considerados como impedimentos transitórios ou perpétuos do casamento. Refiro-me às doenças contagiosas. Mas dir-me-ão que sendo eu adepto do casamento infecundo, dando assi, uma satisfação ao amor e aos desejos sexuais dos que podem transmitir a seus filhos as doenças que os atormentam, também deveria defender o casamento destes doentes. A dificuldade salta à vista, mas a comparação não pode ser admitida. Com efeito, o mal da fecundação pode ser evitado; mas como se poderá evitar o contágio? Em casos de tuberculose, de lepra, etc., como se poderá impedir a comunidade do sofrimento e das torturas duma vida de acusações que hão de aparecer aos primeiros desgostos e até com os primeiros sofrimentos? (Moniz, 1922, p. 309).

³⁹ Prof. Marcano e Sousa, *Impedimento do casamento no Direito Português*. Coimbra, 1886. Ultimamente, devido à legislação que organizou, entre nós, o registo civil obrigatório, que há muito vinha sendo reclamado, foram alteradas algumas disposições a que no texto se fazem referências. – Citação bibliográfica e referência feitas por Egas Moniz.

Em relação às causas transitórias de impedimento matrimonial, Egas Moniz, ao referir-se a doenças graves contagiosas, curáveis, aponta duas, que por serem muito espalhadas mereceram a sua particular atenção: A *sífilis* designando-a como uma “doença da raça”, tendo em conta que, quando transmitida, constitui um perigo para a espécie, contribuindo para o seu enfraquecimento e decadência, fazendo sofrer e morrer os seres pela única falta dos que o geraram; a *blenorragia*, o cancro mole, etc., deviam ser considerados nas legislações como causas transitórias de impedimento do casamento. A *blenorragia* do homem malcurada era causa de doenças graves na mulher, sendo de todas as doenças venéreas a mais comum, era, contudo, a mais desprezada pelos doentes (cf. Moniz, 1922, pp. 312-315).

Contra estes perigos das doenças graves contagiosas, ainda que curáveis, apelava-se à atenção dos higienistas e dos clínicos, por forma a fazerem a mais intensa propaganda, espalhando largamente estas ideias e recomendando-se, como meio profilático, a fidelidade absoluta, base fundamental das uniões monógamas.

Egas Moniz aborda ainda a ambiguidade nas relações sexuais entre o homem e mulher no estado adulto, remetendo-nos para a homossexualidade mórbida, citando Tardieu⁴⁰, quando se refere à violação e aos atentados ao pudor. A hereditariedade das prostitutas, por exemplo, com base em observações de Paulino Tarnowsky, Laurent e Minor, é fonte de estudo através do *alcoolismo* dos ascendentes. As estatísticas e os factos pareciam demonstrar que havia prostitutas natas, como havia criminosos natos. “Laurent interrogou muitas toleradas sobre os seus ascendentes e na maior parte confessavam-lhe que eram alcoólicos” (Moniz, 1922, p. 362). Esta ideia, embora Egas Moniz achasse um pouco exagerada, acaba por confirmar “o facto bem averiguado da existência de famílias em que só há alienados, criminosos ou prostitutas.” (Moniz, 1922, p. 362). Egas Moniz conclui que Legrain, na sua tese, cita caso semelhante, e Laurent apresenta outros, o que o “leva a crer que a prostituição não é, em alguns casos, senão uma das últimas formas da degenerescência” (Moniz, 1922, p. 363). E se a prostituta é uma degenerada hereditária dever-se-ia encontrar nela taras físicas e psíquicas e estigmas que denotassem o estado de degenerescência. Para Egas Moniz, “sob o ponto de vista psicobiológico, as prostituídas apresentam ainda certos caracteres típicos que lhes são comuns e lhes dão uma fisionomia moral que as distingue das outras mulheres” (Moniz, 1922, p. 364).

⁴⁰ A. TARDIEU, *Étude médico-légale sur les attentats aux mœurs*. Paris, 1878.

Por sua vez, a homossexualidade merece uma abordagem histórico-científica por parte de Egas Moniz, referindo que as tendências homossexuais não são atributo exclusivo da espécie humana, dado que nos próprios animais se têm elas reconhecido. As perversões homossexuais não são acidentais, mas nitidamente patológicas:

Com efeito, estas anomalias foram observadas em todas as épocas e em todos os países mesmo em indivíduos que ignoravam completamente o que em outros se praticava e sempre com os mesmos caracteres que têm identificado num grande número de biografias e autobiografias de uranistas, apesar das diferenças individuais que naturalmente existem (Moniz, 1922, p. 408).

A vida sexual dos alienados é também abordada por Egas Moniz, no decurso da exposição das psicopatias sexuais, referindo-se à presença dessas alterações mórbidas do instinto sexual em diversas formas da alienação mental: **Idiota** – A vida sexual é muito pouco desenvolvida, faltando por vezes nos mais atacados desta enfermidade, resultado de uma espécie de cio que exige impetuosamente uma satisfação genésica. Face à baixa intelectualidade, não há perversões sexuais; **Imbecilidade** – São geralmente tão sexualmente desenvolvidos como os indivíduos normais, mas dificilmente se esforçam por se ligar às pessoas adultas do outro sexo. Os imbecis, por vezes exibicionistas, procuram as crianças, e dão-se com elas a manifestações impudicas do instinto sexual; **Demência** – Esta afeção mental é quase sempre consecutiva. A vida sexual dos dementes, embora semelhante à dos imbecis, são vulgares entre eles os ultrajes ao pudor, o exibicionismo, as violências sobre menores, a bestialidade, etc.; **Demência senil** – Chegam a praticar as maiores infâmias e com um impudor repugnante. As suas predileções tendem geralmente para as aproximações sexuais com crianças do sexo diferente; **Paralisia geral** – apresentada como causas de graves perturbações genésicas. Segundo Egas Moniz, logo no período da incubação se começa a manifestar, sendo que o carácter perverte-se-lhe e um homem, até aí honesto e bem comportado, principia por praticar as mais revoltantes obscenidades, violando menores, praticando a pederastia. O que caracteriza as suas manifestações mórbidas é especialmente a maneira brutal como estes doentes tentam satisfazer o seu instinto sexual; **Melancolia** – A melancolia é definida por um delírio geral ou parcial de natureza depressiva. A consciência e as

predileções do melancólico⁴¹ não são favoráveis ao desenvolvimento dos instintos sexuais, levando-os circunstancialmente à prática de masturbação, onde poderão surgir casos de masturbação excitada⁴²; **Mania** – Variedade de loucura vesânica, psiquicamente caracterizada por um delírio generalizado, com viva sobreexcitação da inteligência e tumultuosa necessidade de movimento, aparecem sempre, como sintoma, as perversões genésicas. Egas Moniz refere que na simples exaltação maníaca os homens tentam constantemente a fazer a corte a todas as mulheres, frequentam os bordéis, cercam-se de frivolidades para se insinuarem no mundo feminino. Contrariamente, as mulheres falam constantemente de histórias de casamentos e de escândalos, lançam infundadas suspeitas sobre a honestidade dos outros, etc.; **Loucura circular** – Também conhecida por *psicose cíclica* ou *delírio de formas alternadas*, é caracterizada pela sucessão regular de períodos de depressão e excitação psíquica, ou reciprocamente, surgindo por vezes manifestações ou acentuações mórbidas da esfera sexual; **Histeria** – Nesta neurose a vida sexual é muitas vezes anormal. Segundo Egas Moniz, todas as anomalias genésicas se encontram entre os histéricos e histéricas. Existe mesmo uma base degenerativa hereditária de decadência moral, que podem aparecer das mais perversas formas. Por vezes as histéricas são arrastadas inconscientemente para a prostituição; **Neurastenia** – Existem tendências para as práticas onanistas. Para Egas Moniz devia dar-se mesmo uma certa importância à masturbação na etiologia da neurastenia. O ananismo pode atuar como causa da neurastenia, ao demonstrar que o ‘doente’ – o neurasténico é quase sempre um deprimido –, no conceito de Miguel Bombarda, mesmo depois de neurastenizado, era um excitado sexual com desejos masturbadores; **Paranoias** – Ao demonstrar que os fenómenos anormais da vida sexual não constituem um facto raro nas diversas formas de loucura,

⁴¹ A palavra *lypemia*, criada por Esquirol, aplica-se de preferência aos casos em que, sobre um fundo geral deprimido, se torna predominante um grupo circunscrito de ideias e sentimentos delirantes – Cit. MATOS, Júlio de – *Manual das doenças mentais*, Porto, 1884.

⁴² Egas Moniz apresenta uma observação feita por Miguel Bombarda, referindo-a como curiosíssima: «X..., senhora de cinquenta annos, d'uma familia enormemente tarada. Estado de melancolia anciosa datando de cerca de um anno. Via aos pés abysmos terriveis. Todos tinham morrido. Ella era a grande criminosa. Segurava-se a qualquer que d'ella se approximasse, depois de o tentar expulsar se se tratava de pessoa desconhecida, e não o largava nem a rogos nem a ameaças. Aggressiva nestas occasiões, batia, beliscava, mordida. Entrada no hospital em 24 de setembro... Anciedade hoje menor. Fica bem só no seu quarto alguém está junto d'ella. Ainda crê que todos morreram. Injúria as pessoas que de novo se approximam, para depois as reter. / Hontem, 15, entrando-lhe no quarto, soffri as injurias habituaes: – V. que vem cá fazer? Você é um... homem de opera... A minha L. (sua irmã) morreu. Deixe-me cá a minha L., é esta (uma enfermeira). Quiz morder-me, beliscou-me, bateu-me. Por fim, estando eu aos pés da cama, deitou-se bruscamente para traz e começou a masturbar-se com todo o impudor, provocando-me com palavras obscenas de mulher de lupanar. Acabou num espasmo violento olhando-me com anciedade e por uma forma bem característica.» – procurando por esse meio uma mudança temporária na sua situação psíquica tão miserável e digna de dó.

Egas Moniz afirma que há indivíduos que, apesar de livres de quaisquer estigmas de degenerescência funcional, possuem a esfera da sua vida sexual carregada de pesadas taras. Muitas vezes até em indivíduos que reputamos normais, acaba por se encontrar perversões repugnantes que eles dificilmente teriam coragem de confessar. Daí, ser da opinião de agrupar todos estes casos e formar uma entidade nosológica nova entre os delírios sistematizados até então conhecidos (cf. Moniz, 1901-1902).

3.1.2.3. Eusébio Tamagnini (1880-1972)

Eusébio Barbosa Tamagnini de Matos Encarnação, de seu nome completo, filho de Augusto Barbosa Tamagnini da Encarnação, proprietário, e de Antónia Adelaide de Matos da Encarnação, nasceu em Tomar, a 8 de Julho de 1880 e em Tomar⁴³ morreu a 1 de Novembro de 1972. Frequentou o ensino liceal em Santarém e Coimbra, tendo cursado Filosofia Natural na Universidade de Coimbra, obtendo os graus de licenciado em 23 de dezembro de 1903 e de doutor em 17 de julho de 1904. Foi um lente catedrático da Faculdade de Filosofia da Universidade de Coimbra, onde regeu a cadeira de Antropologia; fez investigação na área da antropobiologia e cultivou laivos de eugenismo. Foi vice-reitor da mesma universidade (1916-1918) e diretor de vários museus, tendo recebido o título de “diretor honorário do Museu e Laboratório Antropológicos” (1950). Foi um político da extrema-direita portuguesa, inicialmente ligado ao Integralismo Lusitano e ao nacional-sindicalismo, tendo sido ministro da Instrução Pública e das Belas Artes do governo de António de Oliveira Salazar (outubro de 1934 a janeiro de 1936), período em que adquiriu maior destaque. O seu nome fica, sobretudo, ligado a uma série de medidas repressivas contra professores republicanos e democratas⁴⁴.

Eusébio Tamagnini está, assim, ligado ao ensino normal superior, desde as primeiras tentativas da sua criação, em 1911. Tendo feito parte das sucessivas comissões e corpos docentes que tentaram organizar o ensino normal superior, nomeadamente da comissão nomeada em 1916 para redigir o regulamento geral das escolas normais superiores, acaba

⁴³ Cf. *Dicionário de Educadores Portugueses*. Dir. António Nóvoa. Porto: ASA Editores, 2003, p. 1353. Há, contudo, quem defenda a cidade de Lisboa, como o local da sua morte. No entanto, no “MEMORIA PROFESSORVM VNIVERSITATIS CONIMBRIGENSIS 1772-1937”, p. 278, editado pelo Arquivo da Universidade de Coimbra (1992), o local da sua morte vem interrogado.

⁴⁴ É durante a vigência de Eusébio Tamagnini na pasta da Instrução que o Conselho de Ministros assina um diploma legislativo, com data de 13 de maio de 1935, destinado a iniciar a depuração dos serviços públicos com carácter sistemático, vitimizando, na altura, trinta e três funcionários civis e militares, imediatamente afastados do serviço, entre os quais se destacam Abel Salazar, Rodrigues Lapa, Sílvio Lima e Aurélio Quintanilha, professores universitários do mais alto prestígio.

por ter uma ação relevante como “professor metodólogo” e como bibliotecário da escola de Coimbra (1915-1925). No entanto, a sua contribuição mais decisiva é dada como diretor da escola, cargo que ocupa de 1925 até à extinção do ensino normal superior, em 1930.

Da vastíssima obra científica de Eusébio Tamagnini, e no que concerne às suas incursões no campo do eugenismo, destacamos a sua liderança e participação na fundação da Sociedade Portuguesa de Estudos Eugénicos, anteriormente tratada, bem como, nas contribuições para o Estudo da Antropologia Portuguesa, na abordagem a temas como a pigmentação dos portugueses e os problemas da mestiçagem, na vertente da anatomia e antropologia.

Para Eusébio Tamagnini, os indivíduos que forneceram os dados para o seu estudo da pigmentação dos portugueses, dentre os chamados *caracteres descritivos* revestiram-se de uma importância especial, na constante à análise etnológica, segundo ele, das *raças brancas*, os que se referem à pigmentação, isto é, a *cor da pele, do cabelo e dos olhos*. Embora duma maneira geral

o aspeto cromático das diferentes partes do corpo varie consideravelmente em todas as raças humanas, é particularmente entre os representantes das raças europeias que essas variações atingem valor diagnóstico especial, como se reconhece pela consideração sistemática que se lhes dá em todos os modernos esquemas propostos para sua classificação (Tamagnini, 1936, p. 127).

Utilizando a prática corrente da altura⁴⁵, em estudos deste género, através da Técnica Somatoscópica, viria a concluir que a cor da pele, face às enormes dificuldades que havia na determinação rigorosa deste importante carácter étnico, resultavam, em parte, da extraordinária variabilidade do mesmo. A cor da pele não se apresentava uniforme em todo o corpo, ficando sempre condicionado à indispensável indicação com precisão a região a que se reportavam. O estudo sobre a cor da pele variava fortemente pela ação dos fatores do ambiente: calor, luz, humidade, etc., e estava ainda na dependência das *condições gerais metabólicas*. “Todas estas causas contribuem para complicar o estudo do carácter e tornam muito difícil a obtenção de dados com valor comparativo apreciável” (Tamagnini, 1936, p. 129).

⁴⁵ Escalas cromáticas de von Luschan, de E. Fischer e de K. Saller.

Tamagnini, utilizando uma escala (van Luschan⁴⁶), definia assim três classes para a cor da pele: *rosada*, que corresponde ao terceiro termo da escala; *branca pálida*, que se aproxima sensivelmente dos termos 7-9 da escala; e *trigueira*, que compreende os tons escuros e coincide sensivelmente, na maior parte dos casos, com os termos 10-15 da escala.

No que toca à cor do cabelo, a sua pigmentação foi apreciada por Tamagnini em referência à escala cromática de E. Fisher, onde agruparia as suas observações em quatro classes: *cabelos ruivos*, em correspondência com os termos 1-3 da escala; *cabelos loiros*, que incluem todos os tons correspondentes aos termos 9-26; *cabelos castanhos*, que correspondem aos termos 6-8 da escala; e, por fim, *cabelos escuros* (castanho-escuro e preto), equivalentes aos termos 4-5 e 27. Contudo, em face dos cabelos ruivos se apresentarem numa percentagem insignificante, Tamagnini relevaria o seu estudo, vindo a incluí-los na classe dos loiros, reduzindo assim as categorias de cabelos a três: loiros, castanhos e escuros (cf. Tamagnini, 1936: 130).

Quanto à cor dos olhos, a mesma foi determinada por Tamagnini em referência à escala de K. Saller, para o tratamento estatístico das observações por ele formadas, apenas em três classes: *olhos claros*, onde incluiu todos os tons do azul correspondentes aos termos S1 a S10 da escala; *olhos médios*, classificando todos os olhos de pigmentação mista, correspondentes aos termos de M1 a M22 da escala; isto é, os olhos esverdeados, ou azulados, onde era possível reconhecer também a existência de pigmento castanho em maior ou menor quantidade; *olhos escuros*, que correspondiam aos termos P1-P8,

nos quais o estroma da íris se apresenta uniformemente impregnado por pigmento castanho, mais ou menos escuro, a que se pode sobrepor outro pigmento mais claro, acastanhado, com varável distribuição. Compreendem os chamados olhos pretos e castanhos de diferentes tons e aspetos (Tamagnini, 1936, p. 131).

Tudo isto para que os problemas estudados tivessem o seu principal enfoque nas raças humanas, através de uma forma de distinguir uma das outras pela associação de determinados complexos, ou grupos, de “caracteres hereditários, de variabilidade determinada, que se estabeleceram e fixaram, dentro da espécie, em *ambientes*

⁴⁶ Tal método também é chamado de Escala von Luschan ou Escala de von Luschan, sendo que o nome para esta deriva de seu inventor, Felix von Luschan. O equipamento consiste em 36 ladrilhos de vidro fosco que são comparados à cor de pele em questão, de um lugar do corpo sem exposição ao sol (como debaixo do braço).

geográficos especiais, pela ação dos *processos seletivos* naturais” (Tamagnini, 1936, p. 131); o processo hereditário do complexo característico de qualquer raça; os fenómenos de *disjunção* e *dominância* que acompanham o processo da mestiçagem, conjugados com a influência de certos produtos do *metabolismo*; o problema da análise étnica duma população, quando se apresentava como um problema delicado e difícil, “não obstante os maravilhosos progressos realizados nos últimos anos no campo da genética” (Tamagnini, 1936, p. 133); a organização dos arquivos indispensáveis para a elaboração de estudos genealógicos, ainda que à época se tornasse dispendiosa e demorada.

Daí, a atenção de Tamagnini se ter limitado a dois problemas: Posição dos portugueses, quanto ao complexo dos caracteres estudados, no quadro geral das populações europeias, problema esse ao qual envolveria a análise da distribuição dos indivíduos estudados, e a comparação dessa distribuição com as que eram características das populações europeias; Grau de heterogeneidade geográfica da população portuguesa, fosse qual fosse a constituição da população estudada, tornando-se indispensável

dividir o país em regiões mais pequenas, isto é, dividir a população geral estudada, em grupos regionais, e apreciar a maneira como, em cada um desses grupos, se manifestavam os caracteres considerados – o reconhecimento da uniformidade, ou a falta dela (Tamagnini, 1936, p. 134).

A mestiçagem também foi um problema para Eusébio Tamagnini, quando através das *Leis de Mendel* – no fundo, um conjunto de fundamentos que explicam o mecanismo da transmissão hereditária durante as gerações –, justificaria a sua opinião de que

as variedades e raças mais não do que espécies incipientes e, como as diferenças que distinguem as raças se podem determinar experimentalmente pelo método dos cruzamentos, os progressos da genética experimental têm permitido averiguar, em muitos casos, como se originam as diferenças específicas (Tamagnini, 1934a, p. 5).

Com a redescoberta das *Leis de Mendel*, para Tamagnini os progressos da *Citologia* e o estudo experimental da “hibridação”, tinham, a seu ver, no decurso dos últimos decénios (anos 1920-1930), projetado uma luz no campo dos fenómenos hereditários, que o mecanismo do processo evolutivo se lhe apresentava notavelmente esclarecido.

A anterior noção duma *hereditariedade conjuncional*, determinativa da fusão dos caracteres ancestrais, substituiu-se a ideia duma *hereditariedade particulada*, por virtude da qual se mantem, nas gerações futuras, a integridade dos caracteres distintivos dos progenitores (Tamagnini, 1934a, p. 5).

Debruçando-se sobre os aspetos biológicos da mestiçagem, começa por mostrar a evidência de que o homem, sendo um ser vivo, um organismo, está subordinado às mesmas leis biológicas gerais que regulam toda a vida orgânica, mas também é indiscutível que o mesmo, ao atingir “um estado de evolução mental que lhe é típico, conseguiu, por esse facto, conquistar um lugar que, a muitos respeito, se diferencia nitidamente dos correspondentes aos outros animais, mesmo os mais altamente evoluídos” (Tamagnini, 1934a: 8), acrescentando que os factos fundamentais estabelecidos pela genética experimental podem resumir-se da seguinte maneira:

os caracteres individuais, ou de raça, seja qual for a sua natureza, são determinados por fatores, ou genes, localizados nos cromossomas; os genes mantêm, geralmente, a sua individualidade através de gerações sucessivas, e os alelomorfos separam-se no processo de maturação dos “gâmetros”; certos caracteres são dominantes, relativamente aos seus alelomorfos; há caracteres monogénicos, isto, é, cuja expressão fenotípica está na dependência dum só gene, mas, na grande maioria dos casos, os caracteres são poligénicos, o que complica bastante a sua análise genética; e, finalmente, a efetivação fenotípica das potencialidades de qualquer indivíduo está ainda na dependência do ambiente externo e dos processos de metabolismo (Tamagnini, 1934a: 9-10).

Depois da exposição feita, onde acrescenta a *diabetes insipidus* e a braquidactilia – levado pelo reconhecimento, segundo ele, de características determinadas por genes recessivos –, resulta a conclusão evidente, “que o cruzamento de raças – a mestiçagem – consiste, essencialmente, na reunião, em dado indivíduo, dos genes que previamente se encontram separados em indivíduos de tipos diversos, isto é, numa reunião de genes que, separadamente produzem resultados diversos” (Tamagnini, 1934a: 14), o que o leva à seguinte conclusão: quando se trata de indivíduos muito diferentes, os resultados são desastrosos.

Para Eusébio Tamagnini, uma raça “é um grupo de indivíduos que possuem, em comum, muitos genes iguais, ou muito semelhantes, embora possam nela encontrar-se indivíduos portadores de genes diferentes, e que difere das outras raças pelo seu complexo genético”

(Tamagnini, 1934a, p. 17), mas nenhuma raça é uniforme, sendo que entre os seus elementos componentes, existem sempre variações que são devidas a genes particulares. Segundo ele, é por isso que as uniões sexuais, no âmbito de qualquer raça, produzem sempre novas combinações de genes.

Quanto aos aspetos nacional e social da mestiçagem, para Tamagnini a perpetuidade da raça é o fim último que condiciona a existência de todos os organismos, levando a que todas as atividades biológicas se orientam no sentido de garantirem aos indivíduos uma certa capacidade de reprodução, de sobrevivência. Depois de uma extensa retrospectiva histórico-económica, onde aborda a taxa de natalidade, o estudo do movimento migratório e emigratório, com as dificuldades a que lhe são inerentes, o apelo patriótico-colonizador não poderia ser mais cirúrgico:

Em minha opinião deve, pois, fomentar-se o mais intensamente possível a nossa emigração para as colónias, fazendo todos os esforços e empregando todos os meios para inculcar no espírito dos emigrantes a ideia de que elas não são mais do que a continuação da mãe-pátria, e o desejo de lá se fixarem definitivamente, constituindo as suas famílias, acumulando os seus patrimónios e perpetuando a sua raça, como se tivessem permanecido em qualquer canto do território continental (Tamagnini, 1934^a, p. 25), [refutando a ideia de que] nós, portugueses, vamos para a África apenas para comandar pretos, deve sobrepor-se a ideia de que o que mais convém ao interesse nacional e à economia individual dos emigrantes, é a constituição definitiva de núcleos populacionais – casais, aldeias, vilas, etc. – de famílias portuguesas, onde as atividades profissionais se exerçam e repartam como se tratasse de autênticas povoações portuguesas metropolitanas (Tamagnini, 1934a, p. 25-26).

O apelativo de Tamagnini era extensivo, em nome da ciência, aos dois povos, ou duas raças, quando atingem níveis culturais diferentes e organizam sistemas sociais completamente diversos, as consequências da mestiçagem são, necessariamente, desastrosas. Para ele, era no seu aspeto social que o facto da mestiçagem revestia consequências mais graves, sendo que os mestiços, ao não se adaptarem a nenhum dos sistemas, eram rejeitados por ambos. Para Tamagnini, este facto criava-lhes uma posição social infeliz. Citando Ernst Redenwaldt, afirma que a mestiçagem “é um risco para todas as sociedades humanas, desde a Família até ao Estado; um risco tomado sobre as gerações futuras. Como ninguém pode prever a sua impetração, deve desaconselhar-se” (Tamagnini, 1934a: 27).

3.1.2.4. Mendes Correia (1888-1960)

António Augusto Esteves Mendes Correia nasceu no Porto, a 4 de abril de 1888, e faleceu em Lisboa, a 7 de janeiro de 1960. Licenciou-se em Medicina em 1911 e foi nomeado assistente de Ciências Biológicas na Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, onde começou a lecionar Antropologia. Dois anos mais tarde, em 1913, acaba por fazer provas públicas nesta mesma faculdade, apresentando a dissertação *Os Criminosos Portugueses* (Estudos de Antropologia Criminal). É nesse sentido que, apesar de ser licenciado em Medicina, dedicou-se sobretudo ao ensino e à investigação científica. Para além da docência – Professor de Geografia e Etnologia na faculdade de Letras do Porto e Professor Catedrático da Faculdade de Ciências da mesma cidade –, Mendes Correia ocupou diversos cargos diretivos, tendo sido diretor do Instituto de Investigação Científica de Antropologia da Faculdade de Ciências do Porto, em 1923; Diretor da Escola Superior Colonial (mais tarde, Instituto Superior de Estudos Ultramarinos), em 1946; e Presidente da Sociedade de Geografia de Lisboa, em 1951, entre outros⁴⁷. Na sua vastíssima obra, publicou inúmeros estudos no âmbito da Antropologia, Arqueologia, Criminologia e História.

Como se depreende das pequenas notas biográficas, o eugenismo foi uma das preocupações de Mendes Correia. No II Congresso Nacional de Medicina, ocorrido em junho de 1927, a sua intervenção foi, precisamente, no sentido de abrir ao debate “o problema eugénico em Portugal”. Ficamos a saber que, à época, o eugenismo era uma preocupação internacional:

Há poucos meses o relator dum inquérito, promovido por um organismo internacional sobre o desenvolvimento dos estudos e das medidas eugénicas nos diferentes países, escrevia-me de Bruxelas, por indicação dum eminente antropologista suíço, pedindo informações sobre o que em tal domínio se tem realizado em Portugal” (Corrêa, 1927, p. 401).

⁴⁷ De salientar que as investigações antropológicas das Províncias do Ultramar tiveram em Mendes Correia um dos mais calorosos defensores. Assim, em simultaneidade ao cargo de diretor da Escola Superior Colonial, foi eleito presidente da Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais. António Mendes Correia ajudou a fundar diversos institutos, sociedades – nas quais se inclui a *Sociedade Portuguesa de Estudos Eugénicos* –, museus e laboratórios científicos; foi Presidente da Câmara Municipal do Porto e procurador à Câmara Corporativa de 1936 a 1942; deputado à Assembleia Nacional (1945-56); e ocupou, desde o ano de 1951, a presidência da Sociedade de Geografia de Lisboa.

Lamentavelmente, tal questão era motivo de preocupação, a ponto de o Ministro da Instrução, Prof. Alfredo de Magalhães, nomear uma comissão para estudar esse momentoso problema, que era o problema eugénico em Portugal. Segundo Mendes Correia, ocupando-se ele desta realidade, como médico antropólogo, da robustez física e psíquica da população portuguesa, tinha o dever de consciência e de patriotismo de trazer ao mesmo Congresso Nacional de Medicina um brado de alarme, que, fundado na evidência desoladora e cruel de alguns números e de diferentes observações, possuía “o dom de acordar os homens de boa vontade e são critério, unindo-os num movimento esclarecido de opinião que se traduza por fim em realizações proveitosas” (Corrêa, 1927, p. 401). Tal como muitos médicos / antropólogos da época, Mendes Correia achava-se no direito de estar longe de concluir que a raça estava inteiramente perdida, que a população portuguesa estava condenada a perecer numa seleção inexorável, porque confiava nos agentes automáticos de depuração natural e na sobrevivência de gerações fortes: “O que representam os números tremendos da mortalidade infantil entre nós (que, aliás, nos envergonham perante as nações cultas), senão em grande parte, esse processo de eliminação natural?” (Corrêa, 1927, p. 406). Para o mesmo médico, não era preciso esperar que a natureza cruelmente ceifasse as existências de pobre criaturas que nasceram fracas, doentes ou predispostas à doença, tendo em conta que muitas delas sobreviviam mercê da terapêutica e da higiene, “muitos indivíduos que atravessam a vida contagiando os sãos, semeando os seus males, legando as suas taras, desfalcando terrivelmente a saúde, a tranquilidade, a economia e a moralidade públicas” (Corrêa, 1927, p. 406). Assim, o seu otimismo, em face de um quadro tão sombrio, vinha sobretudo da sua confiança em que a aplicação dos princípios de eugénica viria a ser uma realidade em Portugal.

No que toca ao casamento, por exemplo, apesar de ser partidário do certificado pré-nupcial, não reclamava o valor proibitivo deste a não ser em casos bem averiguados e graves de neuropatias, psicopatias constitucionais, idiotia, imbecilidade, sífilis em período contagioso, tuberculose em período cavernoso, etc. Para Mendes Correia, o casamento não poderia ser um *guet-apens* para os nubentes, nem uma fonte de males para a sociedade. Havia a ponderar fatores económicos, a má alimentação, a falta de higiene, assistência médica e quantos dos males enunciados, não eram, segundo ele, o reflexo duma *desgraçada herança patológica*. A solução apresentada por Mendes Correia ia no sentido urgente e indeclinável de pôr em prática os princípios racionais de eugénica

positiva (favorecendo a procriação sã), da eugénica negativa (combatendo a procriação mórbida) e da eugénica preventiva (combatendo os fatores degenerativos). E, ainda,

estabeleça-se o *pedigree* das famílias, a segregação de criminosos recidivistas, a esterilização e o neo-maltusianismo em casos de grandes taras e doenças profundas, o exame antenupcial com regulamentação sanitária do casamento, a propaganda popular escolar da eugénica (incluindo a educação sexual e a profilaxia antivenérea), a proteção às gestantes, a regulamentação médica da imigração; enfim a luta contra todos os fatores disgenizantes (alcoolismo, uso de alcaloides, prostituição, imoralidade, etc.) (Corrêa, 1927, p. 407).

Não há engano nos propósitos: *Estabeleça-se o «pedigree» das famílias!* Eram estes os processos preconizados pelos eugenistas. Eram estes os processos que se propunham pôr em prática em Portugal, por forma – e segundo Mendes Correia – a que aos “varões robustos”, não viesse um dia a suceder, num triste fim de raça, uma geração miserável e incapaz, “de ineptos, de malvados, de covardes, de dissipadores, de preguiçosos, de impotentes, de tarados, de estropiados do corpo e da alma” (Corrêa, 1927, p. 407).

Ao debruçar-se sobre os fatores degenerativos na população portuguesa, Mendes Correia recorda que Júlio de Matos, em 1911, reconhecia a degenerescência nervosa nas neuro psicoses, a degenerescência psíquica nas anomalias mentais, e incluía nesta também a demência precoce. “Para o psiquiatra português, a degenerescência era um vício constitucional, uma anomalia de evolução, uma verdadeira monstruosidade” (Corrêa, 1940, 4). Para Mendes Correia a degenerescência não deveria ser considerada como puramente imaginária, dado que se tratava de um processo genérico como a doença, a hereditariedade, a evolução.

O que pode ser é um processo celular, individual ou racial, segundo a sua extensão. Biologicamente, ela é um desvio por vício profundo, uma inferiorização crescente em relação ao tipo da espécie, quer no conjunto, quer apenas nalguns sectores, inferiorização resultante duma alteração progressiva de estrutura e sobretudo duma perturbação e suspensão de funções. Pode afetar células, tecidos, órgãos, indivíduos, raças (Corrêa, 1940, p. 6).

Ainda, segundo Mendes Correia, se à primeira vista parecia que entre a hereditariedade e degenerescência existia uma certa antinomia, a verdade, porém, é que a hereditariedade

mantinha igualmente os defeitos degenerativos, e estes apresentavam, na sequência das gerações, mais tendência ao agravamento do que a uma regressão, que lesões irreparáveis tornavam em geral impossível. Para Mendes Correia, também era ocioso procurar relações simples e diretas entre muitos estigmas ou sinais clássicos de degenerescência, sobretudo os físicos, e esta última. “Assim se explica o insucesso duma definição morfológica dum tipo criminal degenerativo, a variabilidade dos sinais físicos que acompanham certas formas profundas de alienação constitucional” (Corrêa, 1940, p. 7). Se certos degenerados – que foram designados «superiores» – apresentavam algumas faculdades notáveis, sobretudo na literatura, na arte e na política, era, para este ilustre médico-antrópologo, inexato considerar esse desenvolvimento como consequência direta da degenerescência, salvo em casos de verdadeira excentricidade, decadência ou exaltação, indevidamente tomadas como «superiores» por turbas ingênuas ou por pessoas falhas de crítica. Tal superioridade era apenas aparente, dado que “tantos políticos famosos, tantos condutores de multidões, nunca fizeram nada de notável, senão disparates!” (Corrêa, 1940, p. 7). Assim sendo, para Mendes Correia, a verdadeira superioridade intelectual ou artística pode *coexistir* com a degenerescência. A expressão «degenerado superior» não representa uma variedade da degenerescência, “mas o facto de coexistência episódica desta com manifestações superiores nos domínios que ela, em regra, não atinge nesses casos. Um degenerado, como *degenerado*, é sempre inferior, é sempre um decadente evolutivo, em relação ao tipo específico normal” (Corrêa, 1940, p. 7-8). Para ele, conviria assim banir aquela expressão que conduz à errónea suposição vulgar de que a degenerescência pode possuir aspetos autenticamente brilhantes, quando o mais certo é que tal brilho não lhe pertence, não é sua consequência. A degenerescência sendo congénita ou adquirida; física ou psíquica ou mista; elementar, individual ou racional, engloba todas as manifestações de decadência relativamente ao tipo de espécie, que, segundo Mendes Correia, se traduzem num processo intensivo hereditário, cujo termo é a incapacidade, a esterilidade, *a morte daquela estirpe*. A degenerescência deve ser entendida ou, aliás, deve ser examinada, através dessas manifestações, nos povos e nas raças.

Conhecem-se os seus fatores: Hereditariedade patológica, intoxicações (blastotoxias, alcoolismo, estupefacientes), má alimentação, toxi-infecções e doenças sociais (cretinismo, paludismo, tuberculose, sífilis, etc.), *surmenage*, influências morais (maus

costumes, civilização, contágio mental, política, superstições, espiritismo, hipnotismo, emoções) (Corrêa, 1940, p. 8).

Mendes Correia chama-nos à atenção para os resultados das inspeções médicas do recrutamento militar no nosso país – reportando-nos à época (1915-1933) – e para os desoladores resultados da determinação da robustez nalgumas séries de desportistas portugueses:

Bem sabemos que os resultados das inspeções se podem atribuir mais a grande severidade do que a uma benevolência, pouco provável e pouco louvável, das juntas. Mas são chocantes, por exemplo, os números que atestam, entre nós, a proporção de certas doenças e anomalias, como as do aparelho cardiovascular, relativamente ao qual fomos levados já a exclamar: «Tanta gente nova com coração e vasos de gente velha!» (Corrêa, 1940, p. 9).

Ao tempo, e apesar de ser difícil fazer um juízo seguro perante as estatísticas, uma questão se colocava, a de saber se alienação mental tinha aumentado de frequência em Portugal. Por exemplo, o censo de 1920 registava 4.576 alienados e 6.424 idiotas, e estes números eram quase o dobro dos fornecidos pelo censo de 1900. Para Mendes Correia, tais censos não mereciam sombra de confiança: “Basta reparar na proporção inverosimilmente elevada de idiotas em relação aos alienados, e em que nalguns concelhos se não registou um só caso, para se não tomarem em consideração aqueles números” (Corrêa, 1940, p. 12). Segundo o mesmo médico-antropólogo, a quase totalidade dos declarantes ou dos recenseadores não souberam distinguir a idiotia perante a alienação, e os limites desta eram tão imprecisos para os próprios médicos que não eram de estranhar que escapassem à fieira do censo muitos autênticos alienados e até fossem dados como tais alguns indivíduos que assim não deveriam ser considerados. Os últimos *Anuários Estatísticos* (1940) mencionavam globalmente a alienação, eliminando a idiotia.

Outro fator importante a ter em conta, para Mendes Correia, era a mestiçagem, como possível fator degenerativo:

Ainda que o mestiçamento, como dizemos numa memória ao *Congresso Colonial*, não implique necessariamente, por um processo natural, a inferioridade biológica, psíquica, moral e social do mestiço, e possam existir cruzamentos felizes, saudáveis e estáveis de raças diferentes, a pureza duma raça forte é, por si, maior garantia de higidez e de valor

físico e social do que a lotaria germinal dum cadinho confuso de elementos heterogêneos e contraditórios (Corrêa, 1940, p. 13).

Mendes Correia era perentório nos seus ideais, quando sobre ‘a pureza do sangue português metropolitano é uma condição essencial da continuidade histórica e moral da Nação’, afirma: “O mestiço é assim um ser imprevisto no plano do mundo, uma experiência infeliz dos Portugueses... Nesta confluência de sangue, as duas raças interpenetram-se, sem se confundir, enfeitando-se e repelindo-se uma à outra com permanente hostilidade” (Corrêa, 1934, p. 6). E vai mais longe quando diz que não se deve apenas aos portugueses essa «experiência», mas em todas as colónias havia mestiços e algumas delas, como Cabo Verde e Macau, possuíam uma população constituída em enorme parte por eles:

Se nas colónias do Ocidente estes resultam quase exclusivamente de cruzamentos entre portugueses e negros da África, nas do Oriente há, além destes cruzamentos, outros, como luso-indianos, indo-africanos, africanos-timorenses, luso-timorenses, sino-timorenses, luso-chineses, etc. (Corrêa, 1934, p. 6).

Mendes Correia defendia, também, a uma denominada e embrionária *Antropossociologia*⁴⁸ como um autêntico ramo científico:

Tem-se proclamado o descrédito da Antropossociologia, supondo-se que ela nada mais é e será do que uma ficção hábil de pangermanistas⁴⁹ eruditos. Mas por Antropossociologia não devemos entender hipóteses mais ou menos arrojadas de escritores sectários: trata-se dum autêntico ramo científico – embora ainda embrionário – baseado, como outros, na constatação imparcial dos factos (Corrêa, 1919, p. 9).

Por exemplo, para Mendes Correia, as tentativas imperialistas de alguns povos semitas surgiram do fervoroso anseio de, como filantrópico dom, propagar a toda a humanidade

⁴⁸ A tradição da Antropologia Social tem uma matriz britânica, tendo sido inaugurada pelas pesquisas de Malinowski e Radcliffe-Brown. Adotaram uma perspectiva holista, de acordo com a qual todos os elementos de uma determinada sociedade deviam ser entendidos enquanto funções destinadas a assegurar a manutenção dessa mesma sociedade. Embora as posições de ambos os autores não fossem idênticas, elas acabaram por definir a corrente chamada «funcionalista», que recusou os postulados evolucionistas (Cf. *Nova Enciclopédia Larousse*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996, p. 513).

⁴⁹ O pangermanismo é um sistema político da Alemanha tendente a estender o domínio deste país sobre todos os povos de origem alemã.

um ideal místico. As de outros foram animadas pela crença de que Deus era uma entidade estreitamente ligada aos seus interesses nacionais, dizendo-se os eleitos do céu, vendo desdenhosamente nos mais povos os filisteus, os gentios, os amaldiçoados de Deus, e legitimando assim a sua absorção e conquista: “A nossa expansão dos séculos XV e XVI fez-se sob o emblema cristão que se conciliava curiosamente com interesses mercantis. É em nome da civilização, que ainda hoje as nações coloniais conservam o indígena sob a sua tutela político-económica” (Corrêa, 1919, p. 10).

A raça e a nacionalidade eram para Mendes Correia, a par de outros do seu tempo, peculiares preocupações: “Enquanto muitos dizem que Portugal nasceu dum fortuito episódio político, outros afirmam que ele surgiu necessariamente dum condicionalismo natural cujo desenvolvimento se iniciara muito antes do facto histórico da independência portuguesa” (Corrêa, 1919, p. 31). Segundo o mesmo médico-antropólogo, geograficamente, Portugal era na realidade um fragmento da grande unidade peninsular, embora bem individualizado sob o ponto de vista climático. Contudo – e ao longo da História –, quanto ao valor social do português, as dúvidas persistem, porque emaranhadas em conceitos eugénicos:

É claro que imediatamente esbarramos com fortes obstáculos. Quais são socialmente superiores: as raças puras ou os mestiços? Por outro lado, o valor social de um agregado étnico corresponde exactamente à combinação ou fusão dos valores específicos de cada elemento antropológico componente? Além disso, é sempre difícil averiguar o que deve atribuir-se à raça e o que resulta de outros condicionalismos, de causas meramente acidentais inclusive (Corrêa, 1919, p. 153-154).

A respeito do povo português, segundo Mendes Correia, conhecem-no mal os estrangeiros ignaros que o julgam um povo de mulatos, portadores de todos os defeitos destes, ou os estrangeiros superficiais que o ajuízam somente através de um ou outro episódio político mais ruidoso e mais ou menos deturpado lá fora por gazetas tendenciosas ou mal informadas. A raça é trazida às luzes da ribalta pelo conceito de nacionalidade:

As virtudes, bem conhecidas, dos velhos Lusitanos, o seu valor indómito, os seus costumes guerreiros, a sua altivez heroica, o seu sentimento ardente de independência, a sua resistência contra as influências estrangeiras, são factos estabelecidos pelos textos históricos mais fidedignos e constituem o mais remoto padrão da epopeia nacional (Corrêa, 1919, p. 156).

Para Mendes Correia o génio guerreiro de Viriato simboliza as primeiras manifestações de vida de uma Pátria. Nem se podia atribuir a lendas de patriotas entusiastas o que é documentado por investigações arqueológicas e pelos depoimentos imparciais de historiadores antigos que não eram Lusitanos:

A raça é inegavelmente vigorosa e forte. Diodoro Sículo considerava já os Lusitanos os mais fortes de todos os Iberos. E os números, as estatísticas, não acusam ainda hoje nos portugueses uma decrepitude ou degenerescência física que os coloque em plano de nítida inferioridade perante os povos mais vigorosos e robustos (Corrêa, 1919, p. 157).

Até a capacidade craniana, índice sagrado, algumas proporções do corpo, etc. – o que equivale a falar em vários caracteres e índices somatológicos –, levaram a que Mendes Correia viesse a afirmar que o português apresentava condições de superioridade antropológica, que lhe davam um lugar de modo algum secundário no grupo das raças europeias em que se filiava pelo conjunto da sua caracterização morfológica. E levavam-no a formular certezas com base em teorizações: “Os coeficientes de robustez física de Piguet⁵⁰ que calculámos sobre os resultados de observações feitas a alunos do Liceu de Coimbra não se afastam sensivelmente dos padrões estabelecidos em França por Lucien Mayet” (Corrêa, 1919, pp. 157-158).

Os estudos sobre a criminalidade, com base em índices de valor, levaram Mendes Correia a estabelecer comparações com outros países, a ponto de salientar que Portugal tinha uma percentagem de criminalidade inferior à de alguns países mais cultos e progressivos:

Os homicídios são aqui mais frequentes do que na França e nos países do Norte (efeitos climáticos?), mas são menos frequentes do que na Áustria, na Espanha, na Hungria e na Itália. Quanto aos furtos não conheço país algum em que a sua percentagem seja menor. Só nas rebeliões políticas, o nosso país bate o *record* das taxas elevadas. Nos Estados Unidos, a percentagem dos homicídios era em 1897 sete vezes maior do que a correspondente em Portugal (Corrêa, 1919: 161-162).

Segundo Mendes Correia, dadas as más condições económicas da população portuguesa, a sua desorganização familiar, jurídica e política, e o mau ambiente educativo em que ela

⁵⁰ Este coeficiente era determinado com a estatura, peso e perímetro torácico.

respirava, seria de esperar uma delinquência mais desenvolvida. Com base nas estatísticas afirmaria que apesar da crise moral que o país atravessava, não havia modificado estruturalmente o próprio povo. Achava que se tratava talvez de uma espuma superficial, o que nem por isso deixava de ser um perigo grave.

A moderação observada em várias taxas de criminalidade, sobretudo nas dos crimes contra a propriedade, é um documento feliz da psicologia do português: “é excessivo e instável (escrevemos nós há anos), como autêntico meridional, mas em geral atenua as suas demasias com os lances de uma bondade resignada e simples que floresce às vezes a par de uma coragem épica. Agressivo e inteligente, é dos meridionais o menos feroz e o menos astuto (Corrêa, 1919: 163).

Assim se defendia a raça e a nacionalidade, com as consequências vistas no colonialismo e nas futuras ideias de pureza racial.

3.1.2.5. João Porto (1891-1967)

João Maria Porto, filho de Joaquim Martins Porto e de Maria da Graça Neves Porto, nasceu em Nisa (Portalegre), a 9 de setembro de 1891 e faleceu em Coimbra, a 28 de julho de 1967. Formou-se em Medicina, em 1919, na Universidade de Coimbra, obtendo uma média final de 19 valores. Quatro anos depois concorreu ao lugar de 1.º assistente da Faculdade de Medicina da mesma Universidade. Em junho de 1928 foi nomeado professor catedrático de Pediatria e em 1933 professor de terapêutica médica-clínica. Entre 1932 e 1940 exerceu o cargo de diretor da Faculdade de Medicina e desde 1942 diretor dos Hospitais da Universidade de Coimbra. Dedicado aos estudos médico-sociais, promoveu a criação de várias instituições junto dos Hospitais da Universidade. Fundou a Sociedade Internacional de Medicina Interna e foi diretor do Centro de Cardiologia Médico-Social, de Coimbra. Foi membro da Sociedade Francesa de Cardiologia e da Sociedade Alemã de Cardiologia. Foi, também, presidente-geral da Associação dos Médicos Católicos e presidente da comissão permanente das «Semanas Sociais Católicas». Proferiu inúmeras conferências por todo o país e representou Portugal em importantes congressos internacionais. Colaborou em numerosas revistas científicas, portuguesas e estrangeiras.

Para João Porto, se as populações são a mais flagrante expressão da existência das nações era necessário, ainda, que a sua gente fosse sadia e vigorosa, física e mentalmente. E acrescentava:

Por virtude da superpopulação em alguns países, da baixa natalidade em outros, do desemprego, do aumento de elementos enfermos ou tarados em muitos e ainda por outros motivos, em quase todos os países do mundo, desde há anos a esta parte [1941], os poderes públicos volvem particular atenção para a política demográfica e as nações, por via oficial ou extraoficial, promovem congressos de eugénica, nacionais ou internacionais, para o estudo científico dos meios mais eficazes a pôr em prática e tendentes à valorização da espécie humana (Porto, 1941, p. 3).

Para o mesmo médico católico diversos eram os meios eugénicos preconizados em alguns estados do antigo e novo mundo, varáveis na sua índole consoante os recursos materiais e ainda as tendências sociais, políticas e confessionais, tais como: educação moral, educação sexual, subsídios e outros estímulos para as famílias numerosas e para o casamento; regulamentação dos casamentos, exame médico pré-nupcial, redução dos impostos, reeducação dos anormais, segregação, esterilização preventiva dos indesejáveis, luta contra a mestiçagem, limitação dos nascimentos, legislação contra o aborto, medidas de higiene social tais como proteção da maternidade, da infância e da juventude, luta contra a tuberculose, luta contra o perigo venéreo, luta contra as doenças mentais, luta contra o alcoolismo, etc., etc. E tudo isto passava por medidas de carácter manifestamente assistencial e preventivo; medidas de política económica e fiscal; medidas de educação e de propaganda; medidas de carácter biológico.

Se já haviam definido o eugenismo, para João Porto importava agora definir a hereditariedade:

sujeita a tantas contingências e incertezas, a definição de hereditariedade não pode ser comum a todos os tempos e para todos os filósofos e biólogos que têm participado no debate. (...). Se não sabemos ainda qual é, na essência, o princípio da hereditariedade, contentemo-nos por enquanto em dizer que ela seja cómoda expressão para designar facto de similaridade e de continuidade de caracteres normais ou abnormes, corporais ou mentais, transmitidos de gerações a gerações (Porto, 1941, p. 6).

Segundo o mesmo médico, não havia lugar a preocupações com as velhas noções de ordem teológica e metafísica da hereditariedade. Por outro lado, é sua a afirmação de que os resultados experimentais da genética vieram dar sólida segurança às teorias mendelianas⁵¹. Assim, as leis mendelianas eram aceites pela generalidade dos sábios, considerada a sua aplicação ao mundo vegetal e aos animais da escala inferior.

Todavia, se no mundo vivo há unidade de plano e se em todos os estudos de hereditariedade, para boa compreensão desta se deve recorrer à mesma metodologia científica, não parece que esta deva excluir o homem que tem lugar marcado na série animal e a quem são aplicáveis as mesmas leis de anatomia e da fisiologia que a todos os outros seres (Porto, 1941, p. 10).

Para João Porto, assim deveria ser. Contudo, na prática, nem sempre assim se observa, ou seja, por dificuldade em seguir na espécie humana número suficiente de gerações, cada geração com muito limitado número de representantes, ou seja, pela impossibilidade de experimentação, pois o homem, consciente da sua liberdade, não se sujeita a quaisquer imposições em matéria de procriação. O observador para a espécie humana é contemporâneo de três, o máximo de quatro gerações e são muito diferentes as condições de análise em que o geneticista se encontra ao passar do homem para outras espécies vivas:

A não considerar senão um carácter, a cor da pele, nas diversas raças, raças branca e negra, por exemplo, pelos resultados do seu cruzamento nem sempre se deve concluir pela não observância das leis mendelianas, embora nem sempre se destaque o fenómeno da disjunção da segunda geração consoante a primeira lei (Porto, 1941, p. 10).

Segundo o mesmo médico, o estudo das genealogias, por exemplo, quando extensas e seguras, mostra que por vezes obedece àquelas leis a transmissão de malformações e de certas doenças constitucionais. Muitas das afeções são determinadas pela constituição genética, pela atividade de um *gene* ou grupo de *genes* dominantes ou recessivos. Daí, concluir que a transmissão de taras dominantes só pode fazer-se por indivíduos afetados.

⁵¹ Gregor Mendel (1822-1884), religioso e botânico austríaco, realizou experiências sobre hibridação de plantas e hereditariedade nos vegetais e estabeleceu as leis designadas pelo seu nome.

Para João Porto, entre as taras de hereditariedade recessiva, contam-se a idiotia amaurótica⁵² familiar, o albinismo, a alcaptonúria, etc., e possivelmente algumas formas de esquizofrenia, debilidade mental, psicose clínica. Ainda, segundo o mesmo médico, as duas clássicas taras de hereditariedade ligada ao sexo são o daltonismo e a hemofilia. Para João Porto, o que imprime valor a uma sociedade não são tanto as formas ou os defeitos físicos, como as qualidades intelectuais, morais e afetivas dos indivíduos que a constituem:

Consoante consideremos os meios de valorização dos elementos úteis ou os da extinção dos elementos inúteis, indesejáveis, duma sociedade, assim deveremos procurar a realidade e o mecanismo da hereditariedade biológica dos caracteres psíquicos normais ou infra normais (Porto, 1941, p. 14).

No entanto, conclui que o estudo da hereditariedade das funções psíquicas esbarra com tremendas dificuldades. Segundo ele, a psicologia é extremamente complexa e o seu estudo é, por isso, de marcha lenta, muito mais lenta que para as outras ciências, tendo em conta que o progresso das ciências vem da progressiva análise das coisas e dos fenómenos; “e, mais que do auxílio de métodos puramente lógicos e conceituais do contacto com a experiência e do confronto incessante das ideias com os factos; e isso é tanto mais difícil quanto mais se sobe na hierarquia das funções humanas” (Porto, 1941, p. 14). Assim sendo, para João Porto a psicologia humana tem outro alcance e as entidades da clínica psiquiátrica são apanágio do homem. Para ele, a espécie humana não se submete à seleção artificial: “Tudo isso só faz crescer a complexidade do problema e há-de fazer sempre com que sejam impossíveis resultados comparáveis, em princípio, aos dos seres inferiores” (Porto, 1941, p. 15). Realça ainda que “só por subterfúgios e juízos indiretos, raciocínios de indução se decifram enigmas de hereditariedade dos caracteres morfofisiológicos e cuja solução direta seria impossível” (Porto, 1941, p.19). Enumera também que “outra fonte de dificuldades para fazer aderir as funções psíquicas aos estudos da hereditariedade, reside na sua natureza muito especial. Nem todas se manifestam desde a infância como não é desde a infância que se desencadeiam todas as entidades psiquiátricas” (Porto, 1941, p. 19). Pois, é verificável, nos inúmeros factos da experiência humana, que

⁵² Que padece de *amaurose*, cegueira mais ou menos completa causada pela atrofia do nervo ótico.

o produto de fatores externos, da mais diversa origem e dos mais distintos valores, exerce poderosa influência nos vários sectores da atividade psíquica e mesmo dirigem, em certa maneira, o desenvolvimento da personalidade; como exercem poderosa influência nas psicoses quer para provocar a sua emergência quer para lhes modificar o sentido e a evolução (Porto, 1941, p. 19).

Partindo do postulado primordial da hereditariedade, que atribui ao gene a residência do património hereditário e veículo da continuidade de transmissão dum carácter, normal ou patológico em sucessivas gerações, somos induzidos

a aceitar que o conjunto de taras que atualmente infesta a humanidade se teria concentrado nas células germinativas dos nossos primeiros pais. E isso seria absurdo se em contrapartida se não aceitasse também a possibilidade de modificação do *idioplasma*, em circunstâncias quase sempre desconhecidas, modificação que conclui pela criação de *genes* mórbidos e se exprime pelo nome de *mutação* (Porto, 1941, p. 20).

O autor assume frontalmente que a *mutação*, já naquela época moeda corrente em genética, não é produto de fantasia, mas sim realidade que procede da experimentação. Discorda categoricamente da pretensão de certos biólogos de que a *mutação* se instalaria, bruscamente, nos cromossomas dando origem ao transformismo de certas espécies bem como à formação de tipos novos. Passando, após instalação na cercadura cromossómica, as mutações “a repetir-se na progénie como carácter ancestral e sujeitas às leis gerais da hereditariedade” (Porto, 1941, p. 20).

João Porto rebate também o quadro de que a frequência das mutações, num grau de elevada ocorrência, induziria no abandono de todas e quaisquer medidas eugénicas. Por seu lado consagra que a sua atitude “é a da proteção hereditária das famílias, protecção franca, pelo emprego de todos os processos legítimos que não violentam os direitos imprescritíveis da pessoa humana” (Porto, 1941: 21).

Argumentando que os estudos da hereditariedade, no campo metodológico, devem recorrer à estatística genealógica bem como a inquéritos familiares psico-genealógicos, e não apenas à genética, advoga que os mesmos não se podem confortar em fornecer apenas medidas práticas e decisivas da higiene da espécie, no tocante a taras de hereditariedade recessiva e que, segundo ele, infestavam a sociedade. Conclui que nos estudos da hereditariedade, a estatística e a genética não se substituem, mas auxiliam-se e

complementam-se. Pois, na primeira afirma-se empiricamente a hereditariedade, e na última procura-se o seu *processus*. Vai mais longe quando afirma que

a investigação e estudo das taras numa genealogia poderá trazer sempre benefícios eugénicos pois por uma vulgarização de noções indispensáveis de ordem educativa, na base da própria família ou dentro de outros grupos da sociedade, se pode obter já a seleção. O estudo da hereditariedade da espécie humana não pode dispensar o estudo das genealogias, dos *pedigrees*, ninguém está em melhores condições de levantar o estatuto biológico de cada região, geograficamente bem delimitada, do que o médico municipal ou o delegado de saúde que na sede da sua jurisdição fundaria um pequeno centro de estudos psico-genealógicos e onde por seu conselho e judiciosa orientação eugénica junto dos doentes e da família poderia exercer ação inestimável (Porto, 1941, p. 22).

Preconiza que uma das obrigações inerentes ao cargo de médico municipal ou de delegado de saúde seria a de registar “os caracteres físicos e psíquicos, assim como as doenças e anomalias de marcha hereditária, a regularidade segundo a qual os caracteres, as taras, se transmitem numa geração à outra e as influências exteriores suscetíveis de fornecer ou inibir a sua evolução” (Porto, 1941, p. 22).

Sustenta por fim que além de o médico ter o dever de se familiarizar com os estudos da hereditariedade e aos médicos em exercício ser-lhes facultado ou indicado o respetivo compêndio, deveria ser criada uma cadeira ou, pelo menos, um curso de frequência obrigatória de biologia da hereditariedade nas três faculdades de medicina, ora existentes. Assim, consagra que

o único modo de comprometer o problema para uma solução mais prática seria o de trabalhar em inquéritos familiares, com utilização de métodos de estatística mais compreensivos e conhecimentos modernos da genética. A eugénica, quaisquer que sejam os limites que se lhe imponham, só tem que beneficiar da aliança perfeita dos novos métodos das duas ordens de estudos (Porto, 1941, p. 23).

Indo de encontro e refutando objetivamente a seleção humana, tão em voga na época por famosos biólogos, João Porto distingue-se da linha dos eugenistas puros, acenando que ao aceitar “a existência de genes detentores do património hereditário da inteligência, do carácter e dos sentimentos nobres elevados, também há de haver detentores da devassidão, do opróbrio, da imbecilidade e do crime” (Porto, 1941, p. 25).

Culmina, exemplificando que “as populações da Austrália e da Nova Zelândia tiveram a sua origem nas colónias de deportados, delinquentes, vagabundos, ociosos, etc., e, todavia, são hoje populações exemplares pela raça e pela civilização” (Porto, 1941, p. 26). Em forma de epílogo, e não fosse ele um médico católico, repudia

o eugenismo abastar-se a si mesmo, guindado aos píncaros de religião da humanidade ou mesmo de ciência autónoma, simples peça da máquina materialista que aceita o homem como simples animal, com desprezo do que julgam ser pormenores, mas que por serem pormenores, nem por isso deixam estes de constituir a essência do género humano, aquilo que ele tem ou pode possuir de mais nobre e elevado (Porto, 1941, p. 28).

Reafirma o desejo de uma sociedade melhor, melhor pelo espírito e pelo corpo, construída na prática de todos os processos possíveis que não colidam com a aliança que ele próprio estabelece entre a ciência, a razão, a moral e os direitos naturais do homem.

3.1.2.6. Luís de Pina (1901-1972)

Luís José de Pina Guimarães, médico, professor universitário e político português, nasceu na cidade de Lisboa, em 24 de agosto de 1901. Licenciou-se em Medicina em 1927, depois de concluir os estudos preparatórios médicos na Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra, doutorando-se, três anos depois (1930), na Faculdade de Medicina da Universidade do Porto.

Foi na Faculdade de Medicina da Universidade do Porto que Luís de Pina, logo após a licenciatura, ocupou o lugar de assistente de Anatomia; professor auxiliar de Medicina Legal, História da Medicina e Deontologia Criminal, após o doutoramento na mesma faculdade (1930); e, a partir de 1944, professor catedrático da História da Medicina e Deontologia Profissional.

Para além da docência, e enquanto individualidade marcadamente ligada ao regime do Estado Novo, foi Procurador-vogal do Centro de Estudos Demográficos do Instituto Nacional de Estatística, vogal da Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais, vogal da Comissão Nacional de História das Ciências, Vice-presidente do Conselho Regional da Ordem dos Médicos (1942-1944), Provedor da Santa Casa da

Misericórdia do Porto (1953-1955), diretor do Instituto de Criminologia do Porto e primeiro diretor da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, entre 1961 e 1966⁵³. Apesar de se ter dedicado fundamentalmente à História da Medicina e Deontologia Profissional, face à sua dedicação à Anatomia, Luís de Pina também versou a sua investigação científica pelas áreas da antropologia física, psicologia e psiquiatria, chegando a realizar diversas observações antropométricas e a colaborar na elaboração de programas das Lições do Curso Livre de Antropologia Aplicado à Medicina, como as que foram realizadas pela primeira vez no Ano Letivo de 1932-1933, na Faculdade de Medicina do Porto, por Mendes Correia, Luiz Pina e Alfredo Ataíde, para médicos e estudantes.

Dentre as várias contribuições científicas de Luís de Pina salientamos a *antropologia dos povos bracarense*s (1932), onde tendo-lhe sido possível realizar algumas observações antropométricas em indivíduos do sexo masculino e feminino, num total de 142, naturais de Braga, Guimarães e Fafe⁵⁴, resolveu coordenar os respetivos resultados e apresentá-los, em 1932, na *Revista de Guimarães* [“Contribuição para a antropologia dos povos bracarense”s”, Vol. 42, fascículos 1-2 (janeiro-junho 1932), pp. 38-51].

Aos vários estudos realizados por outros autores sobre a arqueologia, etnologia, etc., das referidas localidades, propunha-se Luís de Pina esta contribuição antropológica, com a certeza de que o estudo das populações, a seu ver, deveria revestir os aspetos que se mostravam naqueles diversos ramos da investigação.

Apesar das populações minhotas terem sido objeto de estudos vários, entre os quais alguns antropológicos, devido a Fonseca Cardoso e Ricardo Severo⁵⁵, o Baixo Minho, ou centro de Entre Douro e Minho, ao qual pertenciam os indivíduos que Luís de Pina havia observado, não havia sido largamente estudado, se bem que Fonseca Cardoso tivesse deixado trabalhos sobre o povo de Entre Cávado e Âncora e da margem do Atlântico,

⁵³ Para além de ter sido fundador e diretor do Museu de História da Medicina Maximiano Lemos, na Faculdade de Medicina da Universidade do Porto, a nível político, Luís de Pina desempenhou alguns cargos, dos quais destacamos: Vogal da Comissão Consultiva da União Nacional; deputado pelo Porto, de 1938 a 1945; vogal da Comissão Administrativa da Câmara Municipal do Porto, de 1935 a 1937; Presidente da Câmara Municipal do Porto, de 1945 a 1949; Procurador da Câmara Cooperativa nas legislaturas III, IV (1942-1949) e VI (1953-1957). Daí, ter sido agraciado com a Medalha de Honra da Cidade do Porto (1971); Grão-oficial da Ordem Militar de Cristo (1947).

⁵⁴ Observados no Laboratório de Identificação Civil do Porto: Braga – 39 homens e 27 mulheres; Guimarães – 29 homens e 23 mulheres; Fafe – 16 homens e 8 mulheres, o que totaliza 84 homens e 58 mulheres.

⁵⁵ Cardoso, F. (1900). *Anthropologia do Povo Portuguez: O Minhoto de Entre Cavado e Ancora. Portugália*, Tomo I, Fasc. I; Severo, R. & Cardoso, F. (1901). *O ossuário da freguesia de Ferreiró. Portugália*, Tomo I, Fasc. 2.º.

Póvoa de Varzim, e, em coautoria com Ricardo Severo, sobre 32 observações de crânios da freguesia de Ferreiró, pertencentes ao Baixo Minho.

No estudo antropométrico efetuado por Luís de Pina, as mensurações e observações realizadas foram: *estatura, envergadura, busto, cor do cabelo, forma do cabelo e cor dos olhos*, deixando de fora, apesar de os referir de outros estudos apenas para estabelecer algumas conclusões provisórias – braça, índice braça-estatura, índice esquelético, índice cefálico, índice nasal e índice auricular. No que concerne ao índice cefálico, por exemplo, refere verificar-se que, sendo o índice cefálico médio dos portugueses igual a 76,3, os minhotos que ele mesmo estudou são um pouco mais dolicocefalos. Comparando com a média por ele encontrada em mil portugueses de todas as províncias – 75,82 nos homens e 76,83 nas mulheres – acaba por constatar que os brácara-vimaranenses apresentam um índice cefálico igual, nas duas séries masculina e feminina⁵⁶.

Há, contudo, uma grande diferença entre os valores que obtive e os de Fonseca Cardoso, encontrados em indivíduos Minhotos de Entre Cávado e Ancora, abrangendo naturais dos distritos de Viana do Castelo (V. do Castelo e Ponte de Lima) e Braga (Barcelos); o destes é igual a 78,1. Esta diferença não é de fácil explicação, tanto mais que o índice por aquele antropologista obtido em naturais de Braga é também igual a 78. Haverá, assim, grandes diferenças entre naturais de concelhos tão próximos, como sejam os de Braga e Viana, Braga e Guimarães?” (Pina, 1932c, p. 10).

A marca do conceito rácico, muito em voga na época em que nos reportamos neste estudo, volta a ser colocada quer no índice nasal quer na cor dos cabelos ou dos olhos. No que toca ao índice nasal, tomando como referência Santana Marques, o índice dos Portugueses é de 65,1, inferior ao que Luís de Pina encontrara nos minhotos (Viana, 64,3 – Braga, 64,8) (cf. Pina, 1932c, 11).

Num outro trabalho realizado sobre observações de 800 Portugueses de todas as Províncias⁵⁷, encontrei: Homens, 66,51; Mulheres, 66,25, valores idênticos aos que calculei nos referidos Minhotos. F. Cardoso nos de Entre Cávado e Ancora obteve 64,2,

⁵⁶ Pina, L. (1931). A acentuada dolicocefalia dos naturais da cidade do Porto. *Arquivo da Repartição de Antropologia Criminal e Identificação Civil do Porto*. Porto, Fasc. 2.º, Vol. I.

⁵⁷ Pina, L. (1932). *Materiais para a antropologia portuguesa: o índice nasal no vivo*. Bulletin de la Société Portugaise des Sciences Naturelles. Tomo XI, n.º 12.

inferior à minha média. Porém, nos indivíduos de Ponte de Lima o valor que calculou é 68,2 (superior à média que apresentei) e 65,4 nos de Barcelos (Pina, 1932, p. 12).

No que toca à cor dos cabelos, Luís de Pina refere que a frequência dos cabelos loiros é muitíssimo reduzida, fazendo notar, porém, haver entre os castanhos muito de tom claro, que de forma alguma se deviam classificar de loiros,

que Fonseca Cardoso notara nos minhotos que estudou, nos quais o cabelo loiro aparecia em pequeníssima percentagem, exceto nos de Ponte de Lima, cuja frequência é de 15,0 %. No caso dos Minhotos por mim observados, não é admirar tão fraca proporção, atendendo a que também a estatura alta, conjugada com os cabelos loiros, aparecia em fraca percentagem. Mais uma vez se verifica uma influência de elementos nórdicos nas populações cujos representantes examinei (Pina, p. 1932c, p. 15).

Quanto à cor dos olhos, Luís de Pina refere que as influências nórdicas que Fonseca Cardoso conseguiu evidenciar na população do Alto Minho acabam por se verificar, ainda que menos pronunciadas, nos que estudou no Baixo Minho.

estas populações de Entre Cávado, Vizela e Ave parecem não se terem mesclado tanto com os tipos de outras raças: loiros, braquicéfalos e de alta estatura. Os factos que apresentei o revelam claramente. A grande massa populacional demonstra uma certa pureza étnica, que se observa noutras regiões do País. Podem, pois, repetir-se, quase textualmente, estas palavras de Fonseca Cardoso, quando se refere às raças pequena-dolicocéfala, braquicéfala e loira (nórdica):

Da fusão destas três raças resultou uma profunda e variada mestiçagem em que, quase sempre, preponderam os caracteres da raça aborígene como a mais numerosa e resistindo melhor no seu meio (Pina, 1932c, p. 16).

Por outro lado, no estudo que efetuou nos transmontanos constatou que é mais forte a percentagem de estaturas altas, que a das baixas, nas duas séries.

nos homens o número de estaturas acima da média suplanta o de estaturas abaixo da média; na Mulher, verifica-se o contrário. Se compararmos os meus resultados com os vários outros autores [...], vemos que duma maneira geral o transmontano tende para uma estatura alta, como os Beirões (Pina, s/d, p. 150).

Segundo Luís de Pina, do que é dito se conclui que, de uma forma geral, o

Transmontano representa um tipo étnico relativamente puro, quanto a mestiçagens com populações altas e loiras; a média da estatura e a cor dos olhos e cabelos o comprovam, como o comprova a sua dolicocefalia bem marcada.

Porém, influências dessas populações existiram, sem que tivessem apagado sensivelmente a marca étnica do primitivo tipo ibérico; aquela forte dolicocefalia e a percentagem de cabelos negros não estarão até provando, parece-me, influência provada de elementos étnicos estranhos à raça nórdica? (Pina, s/d, p. 152).

Para Luís de Pina, quanto ao índice cefálico, por exemplo, com ligeiras diferenças, a média da série masculina da população citadina portuense concorda com a dos Transmontanos (Vila Real) e aproxima-se da dos Beirões, “havendo, portanto, uma certa afinidade entre eles e os Durienses, afastando-se estes claramente dos tipos Minhotos e certos Transmontanos (S. Pedro de Mogadouro)” (Pina, 1932b, p. 5).

Para necessários cotejos, Luís de Pina acaba por estabelecer uma digressão pelo campo das observações de outros investigadores, iniciando com Fonseca Cardoso que apresentou o seguinte quadro de índices cefálicos médios nas diferentes províncias portuguesas (cf. Pina, 1931-32, p. 229):

Minho	78.7
Douro (Porto)	76.2
Trás-os-Montes	75.2
Beira Alta	75.2
Beira Baixa	75.5
Estremadura	76.8
Alentejo	76.5
Algarve	77.1
 No País	 76.3

Reportando-se ao índice médio por ele encontrado para a cidade do Porto (75.3), que se afasta quase uma unidade do indicado por Fonseca Cardoso (76.2), respeitante também ao Porto, aproximando-se do índice médio de Trás-os-Montes, Beira Alta e Beira Baixa.

Se, como afirma o prof. Mendes Corrêa, naquelas províncias «os representantes da raça dolicocefala de Mugem (tipo Beaumes-Chaudes), que constitui o fundo antropológico do povo português» se encontram «num estado de relativa pureza», podemos também pensar que tipo portuense citadino, apesar de influenciado por outros tipos provinciais e quiçá estrangeiros do norte, se conserva num estado de certa pureza étnica. Se a dolicocefalia marca esse estado, já vimos como esta, na série masculina, é bem flagrante (Pina, 1932b, p. 6).

Para Luís de Pina, a menor dolicocefalia na mulher portuense estava de acordo com que muitos autores, à época, referiam a propósito da diferença sexual. Na mulher predominava assim um índice cefálico maior, o que ia de encontro ao que diziam diversos investigadores, entre eles Fonseca Cardoso.

Num trabalho realizado em francês para o «*Archives d'Anatomie, d'Histologie et d'Embryologie*», relacionado com o desenvolvimento da cabeça dos portugueses em relação ao tamanho e idade, Luís de Pina refere (cf. Pina, 1931-1932, p.227) que no *Bulletin de la Société Suisse d'Antropologie et d'Ethnologie*, o Prof. Pittard e o Dr. Petre-Lazar ao publicarem um breve estudo sobre o crescimento da cabeça humana e os fatores que influenciam: idade e tamanho, e ao medirem os diâmetros ântero-posterior e transversal máximo da cabeça, em 494 crianças dos 8 aos 15 anos, que, como se sabe, nos dão o índice cefálico, chegariam às seguintes conclusões:

- Os crescimentos do diâmetro ântero-posterior e do diâmetro transversal são apenas uma função do tamanho:
- A idade não parece desempenhar um papel neste aumento craniano. Ou seja, se considerarmos dois grupos de indivíduos de idade, é o maior que terá os diâmetros cranianos mais desenvolvidos;
- Como resultado, quanto maior o tamanho, mais diminui o valor do índice cefálico.

Como possuía muitas observações sobre alguns caracteres antropológicos de crianças portuguesas, nomeadamente, na sua maioria, alunos do Liceu, Luís de Pina pensou fazer o estudo sobre o mesmo assunto:

O número de indivíduos observados por nós chega a 771, e a sua idade situa-se entre os 10 e os 20 anos; a fim de fornecer informações comparativas, estudei também uma série de 100 indivíduos totalmente desenvolvidos, com idades entre 25 e 60 anos.

Esses estudos sobre o desenvolvimento físico do Lar são muito importantes; Eu já estudei a relação entre o índice cefálico e a idade e a idade e a altura” (Pina, 1931-32, p. 227).

Na primeira dessas obras, entre outras conclusões, verifica-se que: i. à medida que avançamos com a idade o índice cefálico diminui; ii. os diâmetros ântero-posterior e transversal da cabeça aumentam com a idade. Assim, e após ter elaborado tabelas comparativas, Luís de Pina concluiria que

a partir desses dados, vemos que os diâmetros ântero-posterior e transversal da cabeça aumentam com o avançar da idade, como já observei no trabalho citado; ao mesmo tempo, os indivíduos maiores do mesmo grupo, com a mesma idade, têm os dois diâmetros maiores; pelo contrário, nos menores deste grupo, eles apresentam-se mais inferiores (Pina, 1931-32, p.229).

Ou seja, para Luís de Pina, ao chegar à idade adulta (25-60 anos), o homem português não apresenta essa diferença: o crescimento é completo e não há diâmetros maiores ou menores em homens altos ou baixos.

A presença aqui da personalidade de Luís de Pina serve para dar conta das preocupações dos cientistas, à época, em definir a pureza da ‘raça’ através das medições crânio-encefálicas. Uma tipificação de diferentes grupos (sexo e idades), contextualizados geograficamente, daria conta das especificidades de origem e hibridação. Importa dizer que estas medições, apresentadas em quadros métricos e sem grandes comentários sobre características comportamentais ou sociais, tinham, posteriormente, observações e discursos que estereotiparam os portugueses pela sua origem geográfica.

3.1.2.7. H. Barahona Fernandes (1907-1992)

Henrique João de Barahona Fernandes, psiquiatra português, nasceu em Vinhais – Trás-os-Montes, em 29 de julho de 1907, e veio a falecer extemporaneamente, ainda em plena atividade, com grande vigor intelectual e criatividade, em 22 de janeiro de 1992, no Hospital de Santa Maria, Lisboa. Depois de ter estudado no Liceu Pedro Nunes, concluiu

a licenciatura em Medicina pela Faculdade de Medicina de Lisboa (1930), e após ter feito clínica “modesta de bairro, em Campo de Ourique, onde seu pai, o Dr. António Fernandes exercia atividade como clínico geral” (Fernandes, 1998, p. IX). Foi assistente do Professor Sobral Sid no Hospital Miguel Bombarda. Mais tarde parte para a Alemanha, onde fez a sua formação, com o psiquiatra K. Kleist. Regressado a Portugal, após o curto estágio na Alemanha (1934-1936), fez provas de doutoramento e agregação em simultâneo, tendo sido aprovado para professor agregado da Faculdade de Medicina de Lisboa (1938), passando a professor catedrático de Psiquiatria, em 1947, e de Psicologia, em 1955. Com António Flores organizou, no Hospital Júlio de Matos – tendo sido uma das pessoas que o ajudou a criar –, a clínica psiquiátrica, de que foi diretor, por ele transformada em eficiente centro de investigação e verdadeiro laboratório de medicina mental. A ele se devem valiosas contribuições para o aperfeiçoamento de métodos de tratamento em psiquiatria. Foi presidente da Sociedade de Neurologia e Psiquiatria, sócio de várias organizações científicas portuguesas e estrangeiras, tendo sido, também, um dos peritos da Organização Mundial de Saúde.

Em 1982 foi-lhe atribuída a medalha Von Jauregg, durante o Congresso Mundial de Psiquiatria em Viena. Chegou a ser Reitor da Universidade de Lisboa e, graças a ele, criou-se a primeira licenciatura em Psicologia. Fez escola, tendo sido seus discípulos profissionais distintos; a ele se deve o elevado nível atual da Escola Psiquiátrica Portuguesa. Foi membro da Associação Mundial de Psiquiatria e da Academia de Ciências de Lisboa, tendo convivido, a nível mundial, com vultos do seu tempo, em diferentes campos do Saber.

A autoria de centenas de trabalhos científicos e de outros destinados *ao público não especializado*, a intervenção na sociedade em que viveu, refletem, também, o seu conhecimento e experiência, como cientista e humanista. O seu *modelo estrutural da personalidade em situação* foi um contributo original, bem como a perspetiva epistemológica das *Antropociências*⁵⁸.

Em agosto de 1940, Barahona Fernandes, num artigo intitulado *Possibilidades eugénicas nas psicopatias*, e a propósito da degeneração, diz que havia casos “em que nós devemos decidir com toda a energia, por uma intervenção eugénica mais incisiva, muito principalmente nos alcoólicos graves e nos criminosos, burlões e outros psicopatas

⁵⁸ In, *Um Trabalhador Apaixonado pelo Saber: Barahona Fernandes* – Catálogo da Exposição Ícono-Bibliográfica Comemorativa do seu Centenário. Lisboa: Universidade de Lisboa, Abertura do Ano Académico, 2007/2008.

antissociais” (Fernandes, 1940b, pp. 36-37). Empolgava o seu ‘discurso’ de forma a culpabilizá-los pela falta do sentimento de responsabilidade, nomeadamente quando deitam ao mundo numerosos filhos (*degenerados, como eles próprios e os conjugues e amantes com quem se ligam*), sem serem capazes de os educar e, consequentemente, sustentar. Nesse mesmo artigo, Barahona Fernandes propunha “medidas eficazes de profilaxia hereditária, proibindo e impedindo-lhes o casamento e limitando de todas as formas possíveis as suas possibilidades de procriação” (Fernandes, 1940b, p. 37). E apontava a reclusão preventiva como forma de evitar a possibilidade de procriação.

Numa conferência realizada, em 1939, na Faculdade de Medicina de Lisboa, sob a égide da Sociedade de Estudos Eugénicos, referia os males do espírito como constituintes do campo mais lato de aplicação médica da Eugénica, na altura considerada no seu sentido estrito de profilaxia dos fatores hereditários das doenças, tendo em conta que eles formavam o grupo mais vasto e importante das enfermidades transmissíveis por herança, “tratando na sua generalidade dos problemas basilares da Eugénica, focando em especial a profilaxia hereditária das oligofrenias e do grupo mais vasto de doenças mentais, as psicoses constitucionais” (Fernandes, 1940b, p. 3).

Ao considerar o debate em torno da eugénica aplicada às psicopatias, levanta-se uma questão central que atravessa o pensamento médico-psiquiátrico da primeira metade do século XX: até que ponto seria possível intervir sobre as disposições psicopatológicas com base em pressupostos hereditários? A discussão surge, nomeadamente, a partir da compreensão das psicopatias constitucionais como variantes desviantes da personalidade humana – não apenas como patologias no sentido estrito, mas como expressões situadas nos extremos de um contínuo temperamental. No pensamento de Barahona Fernandes, a eugénica assume contornos de uma problemática complexa e multidimensional, cuja abordagem desejável passava por ponderar diversas frentes: desde a seleção dos traços mais desejáveis da personalidade, até ao equilíbrio entre medidas profiláticas ambientais e estratégias de controlo hereditário. Neste quadro, colocam-se assim questões como a distinção entre variações psicológicas normais e psicopatias clinicamente relevantes; a tensão entre compreensão científica e carga moral associada a termos como ‘degenerado’; ou ainda, a utilidade prática de se identificar aquelas formas de desvio que, pela sua intensidade ou impacto, geram sofrimento individual ou perturbação social (cf. Fernandes, 1940b).

Para Barahona Fernandes, a eugénica propriamente dita combatia diretamente as predisposições psicopáticas hereditárias e a sua transmissão aos descendentes, sendo que

só se podia falar na eugénica das psicopatias se se conhecesse com suficiente precisão os seus fundamentos heredobiológicos (cf. Fernandes, 1940b). A profilaxia eugénica das doenças mentais, a que se propunha tratar, era apenas uma parte do magno problema da Eugénica, da «Higiene da Raça», que lhe permitia, ao tempo, “iniciar uma campanha mais enérgica, com suficiente garantia e relativa possibilidade de êxito” (Fernandes, 1940a, p. 3). A *hereditariedade e profilaxia eugénica das doenças mentais*, mote titular que Barahona Fernandes levaria, em setembro de 1940, ao Congresso Nacional de Ciências da População, no Porto, fazia “jurisprudência” ao seu pensamento científico:

Falar da eugénica das doenças mentais, pelo simples combate ao alcoolismo, à sífilis, à tuberculose e outras noxas exógenas, é falsear a questão, confundindo a profilaxia hereditária com a ambiental e dar argumentos aos detratores da higiene hereditária. A sua mais forte objeção é, de facto, a de que ainda não sabemos o suficiente sobre a hereditariedade das doenças para ousarmos intervir sobre a composição das famílias e das gerações do futuro (Fernandes, 1940a, p. 4),

Afirmando-se, única e exclusivamente, na rigorosa ciência da hereditariedade, como forma de legitimar uma conscienciosa ação eugénica, comprometendo-se a “investigar com todo o rigor metodológico as condições e meios de transmissão hereditária das doenças, para podermos encetar, com segurança, a sua profilaxia hereditária” (Fernandes, 1940a, p. 4).

O seu principal foco centrava-se na profilaxia hereditária para as doenças mentais, num dos capítulos mais avançados da, por ele denominada, “moderna heredobiologia”. Dando como exemplo os filhos e irmãos de doentes esquizofrénicos, mercê de uma forma de herança recessiva, com certa frequência poupados pela doença, mais vezes sinalizados por anomalias do carácter do tipo da psicopatia «esquizoide»; da mesma maneira os psicopatas cicloides nos parentes dos maníaco-depressivos e os psicopatas «epileptoides», nos epiléticos:

A combinação desta e outras formas de doença numa estirpe manifestamente «degenerada», como é tão frequente na epilepsia, imbecilidade e anomalias corporais, resulta da *aliança conjugal dos respetivos troncos hereditários* (aliança frequente de famílias de epiléticos com oligofrénicos e psicopatas) e não da transformação de umas doenças nas outras por agravamento progressivo das «taras degenerativas» (Fernandes, 1940a, p. 5).

Para Barahona Fernandes, o estudo da hereditariedade da esquizofrenia, bem como de outras doenças mentais, deveria ser feito no futuro a partir dos aspetos orgânicos, para se poder estabelecer a cadeia genética, que através de variadas perturbações biológicas, os ligava às disposições constitucionais herdadas. Reportando-se ao estudo anteriormente comunicado, e por nós citado, à Sociedade Portuguesa de Estudos Eugénicos, Barahona refere o problema da *hereditariedade dos psicopatas*, “em si mesmo da mais transcendente importância, toma um lugar especial, por tornar necessária a consideração de certas reservas e princípios gerais acerca da herança das funções psíquicas normais de que aqueles se não podem separar nitidamente” (Fernandes, 1940a, p. 15).

Assim, continuava firmemente convencido do dever e utilidade da sua orientação ativa, biológica, psicoterápica e social, na terapêutica e na assistência, cabendo-lhe a *obrigação de reparar as consequências perniciosas que essa mesma altruísta ação* pudesse ter.

Anos antes, mais concretamente em 1938, *o problema da eugénica* seria abordado por Barahona Fernandes, numa conferência em maio desse mesmo ano, na Faculdade de Medicina de Lisboa, sob a égide do grupo lisbonense da *Sociedade Portuguesa de Estudos Eugénicos*, sendo presidente H. Vilhena, onde começou por abordar o tema «Higiene e Eugénica», revelando que a Medicina havia ultrapassado o mero âmbito da terapêutica individual, encetando a sua meritória pugna contra os agentes morbígenos e todos os elementos nocivos à saúde:

Assim nasceram a Profilaxia e a Higiene, tais são hoje geralmente compreendidas e largamente praticadas. A prevenção das doenças infecciosas, cada vez mais lata e eficaz nos países cultos, constitui, sem dúvida, a mais expressiva confirmação e a maior vitória dos princípios que a norteiam (Fernandes, 1938: 1).

Refere mesmo que a ação da Higiene foi-se depois alargando cada vez mais, intervindo decididamente sobre

os elementos do ambiente em que o homem crescia, vivia e trabalhava, pela melhoria e apuramento da alimentação, da casa, do ar, do vestuário e ainda por todas as medidas sanitárias gerais dos aglomerados humanos, como a higiene das cidades, das águas, do trabalho, da escola, entre tantas outras (Fernandes, 1938, p.1),

No desenvolvimento das ideias eugénicas e higienistas que marcaram profundamente o pensamento médico do seu tempo, Barahona Fernandes descreve uma ampliação progressiva das preocupações com a saúde, que passou a abarcar todas as fases da vida humana. Essa ampliação manifestava-se, segundo o autor, numa ‘higiene do casamento’, da concepção, do parto, da amamentação e do crescimento infantil, estendendo-se à infância escolar, ao ambiente de trabalho e, por fim, ao espaço doméstico enquanto projeto de futuro. Estes ideais sanitários, amplamente defendidos por eugenistas e higienistas da época, eram exaltados como metas civilizacionais desejáveis, motivo de adesão entusiástica por parte dos profissionais da saúde e da ciência. No entanto, a própria grandiosidade dos seus propósitos acabava por revelar, em muitos casos, a sua irrealizável concretização, assumindo traços de utopia. A tensão entre o ideal e o possível acentuava-se ainda mais quando se confrontava a questão da dualidade entre hereditariedade e meio: até que ponto faria sentido canalizar tamanhos recursos e esforços assistenciais para populações consideradas ‘degeneradas’, colocando em causa a legitimidade dessa intervenção, quer do ponto de vista científico, quer do ponto de vista ético (cf. Fernandes, 1938).

Nas tentativas de educação e reeducação social dos imbecis e psicopatas – quando, por outro lado, na difícil situação económica e social dos tempos correntes, faltam por completo esses meios a tantos e tantos elementos são e valiosos, desta arte condenados à míngua e tão prejudicados nas suas possibilidades de construir um lar, de criar e fazer triunfar a sua desejável descendência (Fernandes, 1938, p. 12).

A ‘esterilização eugénica’, levada pela necessidade de completar as medidas higiénicas gerais dirigidas contra os agentes nocivos do ambiente, por “medidas eugénicas tendentes a limitar a difusão das doenças hereditárias e das predisposições mórbidas constitucionais transmissíveis por herança” (Fernandes, 1938, p. 21); Os ‘conselhos pré-matrimoniais eugénicos’, apelo ao homem cónscio das suas responsabilidades na família, cura de se tratar convenientemente das doenças venéreas que tenha sofrido, “evitando a infeção da mulher, a sua esterilidade e o advento de abortos e de filhos infetados e doentes” (Fernandes, 1938: 43); Em prol da ‘Eugénica’, preenchem, em síntese, todas as preocupações de Barahona Fernandes do modo como abordava «O Problema da Eugénica», através do ideal de felicidade do matrimónio, projetando-o de forma a

emprestar-lhe um sentido mais nobre e mais elevado, alegando que uma alta civilização só é possível quando, para além da Técnica e do Saber, os Homens souberam refletir sobre si próprios, e dominar os seus impulsos, chamando a si o patriotismo de circunstância:

Que não tenhamos de lamentar, como Camões, «da Natureza o desconcerto» ao ver como «do justo e duro Pedro, nasce brando... remisso e sem cuidado algum Fernando». Nem sempre poderemos dizer, no entanto, com D. Francisco Manuel de Melo, que «mais vale a criação que o nascimento», pois quando a nasçença é ruim, não há criação que a faça medrar (Fernandes, 1938, p. 88).

Por fim, citando Schopenhauer, Barahona Fernandes reproduz a sumula de circunstância de que melhor fora que os enfermos e degenerados não houvessem nascido – só para eles poder ser legítima a renúncia desesperada ao sofrimento do Mundo, ficando para ele, pelo contrário, o ideal profilático de Renascimento para a Saúde, e para a Vida!

3.1.2.8. Almerindo Lessa (1909-1995)

Estas páginas são, ao mesmo tempo, as mais ingénuas e cheias de boa-vontade que escrevi na juventude. Foram também as malsinadas. Quando, porém, as releio sempre me convenço de que se a ciência me tremeu nalgumas linhas será impossível negar em cada página o meu absorvente desejo de servir a humanidade, e de a sarar.
(Almerindo Lessa)

Almerindo Lessa nasceu na freguesia do Bonfim, cidade do Porto, em 31 de agosto de 1909, e concluiu o curso de Medicina na Faculdade da sua terra natal em 1933, tendo sido assistente de Histologia e Embriologia da mesma Faculdade de 1932 a 1933. Em 1937, por concurso de provas públicas, entrou como interno nos hospitais de Lisboa, e no mesmo ano frequentou o Hospital Tenon, de Paris. Em 1940 organizou nos Hospitais Civis os Serviços de Transusão de Sangue. Visitou em missão de estudo algumas repúblicas sul-americanas e a Espanha, e mais tarde a França e a Suíça. Morreu em Lisboa⁵⁹, a 11 de Abril de 1995, com 87 anos.

⁵⁹ Apesar da sua curta incursão pelo ideal do eugenismo (sobretudo na juventude), segundo uma nota difundida pela Câmara Municipal de Lisboa, aquando da atribuição do seu nome a uma das suas artérias,

Tal como se depreende pela anotação manuscrita às suas «Exortações Eugénicas: notas para um programa de política genética», Almerindo Lessa alude o facto destas mesmas páginas serem, ao mesmo tempo, as mais ingénuas e cheias de boa vontade que escreveu na juventude. Apesar de malsinadas – no sentido de malfadadas –, como faz questão de salientar [ver ANEXO II], se o fez foi com a vontade absorvente do desejo de servir a humanidade, e de a sarar. Esta sua curta incursão pelo eugenismo ficou vincada neste pequeno opúsculo publicado pela Associação Profissional dos Estudantes de Medicina do Porto, precisamente no ano em que concluiria o curso de Medicina. Iniciando esta sua incursão eugénica num apelo ao amor, Almerindo Lessa exorta aos homens de todas as raças e de todos os credos, ricos e pobres; aos homens de todos os países e de toda a república, irmãos nossos; aos homens do monte e da beira-mar, trabalhadores; aos homens doentes e sãos, homens de paz; aos homens de todas as raças e de todos os credos, dando as mãos em nome do Amor. E a solução para todas as idades inicia-se por um princípio arrasador, em termos eugénicos:

Criança que sorris e trejeitas nos cueiritos passados: tua mãe te gerou com saúde, te beija e cria com leite das mamas?: – dá-lhe Amor. / Meu rapaz: teus 10 anos são prometedores e joviais? Há alegria no teu lar e nos teus olhos? Tua mãe tem pão e teu pai trabalho?: – dá-lhes Amor e corre nas campinas, tomba nas relvas, vive o Sol que o Sol é a Alegria do Amor. / Jovem: teus 15 anos são o primor da Vida. A Vida vai começar-te. Vive-a, inteira, do princípio ao fim. Vive o programa da tua Vida juvenil que deve ser Alegria, Educação, Desporto, Saúde, Amor. / Homem: atende os teus 20 anos. Tua alma pede uma companheira? Arranja-lha. Teu corpo pede beijos e abraços, líricos abraços, mimosos beijos? Cede: escolhe esposa. Mas cautela. Não te baste que seja insinuante – deseja-a mulher: não apeteças só dinheiro – busca também saúde: não procures um rosto delicado – escolhe uns peitos duros. E casa-te. Atende os teus 20 anos. Na tua alcova espera-te o

refere-o como uma personagem ímpar da vida académica, que aliou à sua vida de médico destacado e de investigador incansável, uma preocupação constante pelo estudo e pela inovação deste, constituindo-se assim com um exemplo para as gerações vindouras. Foi bolseiro do Instituto para a Alta Cultura desde 1942. Foi diretor da revista universitária de Medicina do Porto, *Germen*, secretário de redação de *A Medicina Contemporânea*, diretor e fundador da revista *Hema*, e diretor português da revista médica de Paris *Schemas*, assim como colaborador de *São Paulo Médico*, do Brasil. Pertenceu a várias organizações médicas, assim como a sociedades científicas. Tomou parte em dezenas de congressos e reuniões médicas, integrando em muitos deles o seu comité diretivo. Em 1946, organizou o I Curso Internacional de Medicina e Cirurgia de Urgência, que reuniu, nos Hospitais Cívicos de Lisboa, as maiores notabilidades médicas do tempo. Em 1969, cofundou, em Paris, a Associação Internacional de Antropologia, de que foi sócio. Escreveu e publicou dezenas de trabalhos científicos. Em maio de 1994, foi-lhe atribuído, pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, o Prémio *Nunes Correia Verdades de Faria*, pela atividade desenvolvida na área do progresso da Medicina na sua aplicação às pessoas idosas.

Amor, um mar de promessas e realizações. / Tu que vais na meia-idade, caminha devagar: que o teu passo tenha o ritmo do teu coração. É monótono, mas seguro. A idade madura é a idade da temperança. / E tu, velho, olha os teus filhos e os teus netos e connosco, com a Eugenia, vem trabalhar a construir uma vida mais perfeita e mais harmónica, mais bela e mais larga, que eles possam viver intensamente, em Saúde e em Amor (Lessa, 1933, pp. 5-6)

Textualmente, tudo em nome da tradição eugénica, em cujas bases – e segundo Almerindo Lessa – assenta o princípio de que foi sempre preocupação no homem, o problema dos filhos. Para o mesmo médico, na vida selvagem nada moderava o seu nascimento, mas com a vida gregária surgiu a regulamentação natal: “Primeiro a necessidade egoísta: depois o costume: finalmente a lei” (Lessa, 1933, p. 6).

Argumentando a tradição eugénica pelo percurso do passado mais longínquo, Almerindo Lessa transporta-nos até ao Código de Manu⁶⁰ (Lib. III, § 6 e 7) que já impedia o casamento entre hemorroidários, tísicos, epiléticos, dispépticos, elefantiásicos, ‘ainda que fossem de família de alta linhagem e extremamente rica’. Isto é, o indivíduo submetia-se à família, à classe e à cidade. Outro exemplo dado por Almerindo Lessa (1933) leva-nos ao tempo de Platão que – inspirado nos povos do Lácio que regulavam o casamento organizando castas de dinheiro e de saúde –, legislou a favor dos filhos da república. Preconizou os conselhos dos anciãos para verificarem, nos casamentos, o estado de alma e corpo dos nubentes:

Pitágoras e Diógenes aplaudiram, bem como Aristóteles. Poetas como Homero e Teogeis cantaram a raça sã. E os trágicos precursores de Ibsen, Esquilo, Sófocles e Eurípedes ensaiaram na Hélade distante o teatro eugénico. Os escoceses evitavam os matrimónios entre epiléticos, maníacos e leprosos e se uma mulher, em tal estado, engravidava, mesmo assim a matavam (Lessa, 1933, p. 6).

Ao tempo desta teorização de Almerindo Lessa, na Nova Zelândia ainda casavam primeiro as mulheres que remavam com mais força e na Nova Granada, durante muito tempo, estrangeiro robusto e são que lá aportasse, era acolhido com cuidados e amor sob a condição de pagar a hospedagem com um ano de matrimónio forçado e fecundo (cf.

⁶⁰ O primeiro homem, progenitor do género humano, segundo a mitologia hinduísta. Filho de Brama, foi salvo do dilúvio nas montanhas do Himalaia. Primeiro legislador, criador da ordem social e moral, o Código Manu apareceu entre os sécs. II a. C. e II d. C.

Lessa, 1933, p. 15). Mas, segundo o mesmo médico, o cristianismo, que em parte reabilitou a mulher, aboliu estas restrições mundiais, conservando, apenas, o impedimento consanguíneo. Para ele, as ideias sãs do eugenismo foram degenerando, dado que o cristianismo, mal temperado pela Revolução Francesa, lançou os homens no descuido da sua carne. Não é por acaso que Almerindo Lessa se emoldura na fragilidade da lei portuguesa para atacar a própria Igreja:

Não há em Portugal lei alguma que proíba, dois miseráveis fisiológicos se unam para procriar débeis orgânicos e mentais ou uma ninhada de monstros. A Igreja também disso não cuida. Terão, pois, o Estado e a Igreja, o direito de censurar que os conjugues, em tais circunstâncias, cuidando melhor da Nação do que os que têm a cargo a saúde da república, evitem a funesta prole? (Lessa, 1933, p. 16).

Na sua ótica, os médicos deveriam ter presente que os alcoólicos, os perversos, os imbecis, os tarados, os alienados, os grandes criminosos, as prostitutas, os pelagrosos⁶¹, os cancerosos, os cardíacos, os tuberculosos, os nefríticos (patologia dos rins), os vagabundos, os intoxicados, os incestuosos e os impúberes, geravam “maus filhos ou filhos maus: e filhos que tornam piores os pais” (Lessa, 1933, p. 10). Nas suas *Exortações Eugénicas*, Almerindo Lessa chega mesma a propor uma eugenia construtiva que se faria selecionando os homens que deviam procriar: “A todos se consentirá o casamento (legal ou não): mas só aos bem constituídos se permitirá a prole. Como fazer? Protegendo os fortes: exigindo atestados médicos obrigatórios pré-nupciais, fazendo intensa propaganda das suas doutrinas” (Lessa, 1933, p. 10). E vai mais longe ao afirmar que a mulher que quer ter filhos sãos e inteligentes deve escolher homem com estas qualidades: sem doença herdada ou acrescida, sem nenhum vínculo de parentesco, de virilidade robusta, de idade de 24 a 35 anos. Juntando a isto, propunha prémios de boa nupcialidade, que passava pela organização de castas de pessoas eugénicas e prescrições sobre a criação da mestiçagem. O papel da Eugenia Construtiva resumia-se nestas palavras: “Cuidar dos filhos escolhendo pais. E na Cidade Perfeita, o homem eugénico com a mulher eugénica e os filhos sãos, glorificarão a vida. E o Amor será mais puro” (Lessa, 1933, p. 11). Apelando aos estadistas, pedia a proteção das crianças, proteção essa que assentava no zelo da saúde dos pais. A proteção dos filhos passava pelo antes dos pais os conceberem: “Para que

⁶¹ Portadores da doença que principia por certos sintomas na pele, seguidos de graves alterações na membrana mucosa do canal digestivo, a que sucedem perturbações no sistema nervoso e a morte.

cases com Alegria e despreocupação faz um rigoroso exame da consciência e do físico. Estuda-te: vê o estado da tua saúde. E dos teus parentes próximos. Há doenças que só aparecem nos tios e... nos sobrinhos” (Lessa, 1933, p. 12). Na Eugenia Construtiva, Almerindo Lessa citava os tipos inferiores, vinculados aos enfermos físicos e morais, que “estendem a mão e colhem – a caridade manda dar. Quem dá aos pobres, empresta à Sociedade: e os pobres pagam à Sociedade, com juros largos, povoando-a de degenerados tipos, enfermos morais e físicos” (Lessa, 1933, p. 12). Os pobres eram, assim, considerados degenerados. Por outro lado, os tipos superiores, considerados sadios físicos e morais,

estendem a mão e nada colhem: quem tem saúde que mais precisa, interroga o burguês na sua digestão pacífica? E os tipos fortes, desamparados, morrendo de fome e de álcool, vingam-se da Sociedade que os esteriliza por carência, subtraindo-lhe, porque não procriaram ou procriaram mal, a descendência sã (Lessa, 1933, p. 12).

Para quem se ria da eugenia, Almerindo Lessa chamava à atenção para o facto de que a mulher se fosse eugénica e a sua bacia de bom tamanho, não teria precisado da cesariana aquando do nascimento do filho, filho esse que a levou a lues (o mesmo que sífilis). António Almiro do Vale, médico pela Universidade de Coimbra, por exemplo, num estudo baseado em mais de sessenta mil observações médico-antropológicas, em crianças do Concelho de Tondela, escrevia em 1936 que sífilis adquirida nas idades infantis era um facto frequente nos meios populares, onde o contágio era favorecido pelo viver humilde dos seus habitantes:

A ignorância que têm acerca da doença que possuem; a comunidade de mesa, leito e habitação em que vivem; a inobservância de um tratamento antissifilítico rigoroso, etc., são fatores que, com outros, muito contribuem para favorecer consideravelmente o contágio da sífilis (Vale, 1936, p. 33).

O mesmo médico, para além de abordar a sífilis como doença infecciosa crónica, enuncia também a tuberculose como uma doença dentro dos mesmos parâmetros. Para ele, os antecedentes mesológicos da criança começam por se sentir, por influência direta, logo desde o nascimento: “Essa influência é por ela bem definida quando grita após o parto. Grita certamente porque o ambiente que agora a rodeia e que começa a sentir lhe é

inteiramente diferente daquele donde saiu” (Vale, 1936, p. 51), sendo que a primeira influência sobre a criança era exercida pela família, o que por vezes, mesmo sendo muito importante, atuava desfavoravelmente no seu desenvolvimento. Daí, defender que

o povo português possuiu características étnicas próprias e importantes que o podem fazer, como já deu provas disso, um dos povos mais poderosos do Universo; mas a sua vitalidade presentemente é bem diferente daquela que deveria ter tido há séculos e esse deficit carece de ser extinto na hora em que as tendências imperialistas dalguns povos nos fazem pensar na necessidade inadiável de, na vida e para a vida sermos um povo essencialmente Forte (Vale, 1936, p. 229).

Retomando Almerindo Lessa, a mulher eugénica teria poupado alegria e fortuna, sendo que o ideal não estava em Nietzsche nem tão pouco em Han Riner: “nem super-homens, nem infra-homens. Homens perfeitos, igualmente perfeitos, do mesmo modo capazes, é o que quer a Eugenia. E ninguém se aflija na previsão de uma humanidade monótona, de homens iguais” (Lessa, 1933, p. 13). Outra proposta de Almerindo Lessa passava pela eugenia restritiva que, apesar de ser o mais censurado ramo eugénico, era o mais prometededor e útil proceder genético. Segundo o mesmo médico, dever-se-ia ensinar aos pais que nos filhos não deveriam procurar quantidade, mas sim qualidade, porque mais-valia pouco e bom que muito e mau, “é doutrina honesta de sábia e até seria genial se não fosse nascida do mais vulgar bom senso. É uma grande campanha democrática” (Lessa, 1933, p. 13). A restrição era, para ele, a alavanca da eugenia, porque era o grande meio de eliminar os tipos inferiores, protegendo-os no presente, mas matando-os para o futuro. Os processos que a eugenia restritiva poderia lançar eram muitos e passavam pelos casamentos tardios, nascimentos espaçados, concepções atalhadas, gérmes abortados, etc. Por exemplo, os casamentos tardios tinham contra si a impossibilidade quase geral da abstinência, apenas realizada em poucos homens (sublimação dos sábios e dos santos, etc.) e, por isso, conduziam à luxúria, à promiscuidade sexual, aos gozos solitários, às aberrações sexuais, etc., enquanto os nascimentos espaçados eram um ótimo meio a realizar por dois modos: pela continência entre casados ou pela oportuna técnica

neomaltusiânica⁶². Por outro lado, a continência entre casados, para Almerindo Lessa, era como o casamento tardio, contrária à natureza e à vida.

Só os superiormente fortes podem ser, neste passo, superiores à natureza. Os outros, o maior número, doentes da vontade, egoístas, sexo centralizados, não a praticarão. Hão-de fornicar e ter filhos. E era nestes precisamente que os convinha evitar. Os superiores na vontade, já eram fortes superiores na vida (Lessa, 1933, p. 13).

Almerindo Lessa propunha também a eugenia destrutiva e a eugenia curadora. A eugenia destrutiva era um processo definitivo de defesa e previdência sociais: “Como tem sido usada nas penitenciárias há quem a julgue um meio de castigo. É um absurdo: primeiro, porque os crimes não se castigam, segundo, porque também se esterilizam os doidos e a ninguém passa pela cabeça castigar um doido” (Lessa, 1933, p. 19). Para Almerindo Lessa, a esterilização poderia ser voluntária ou forçada, sendo que a última era a mais necessária, pois a primeira supunha já uma certa soma de qualidades morais, ao passo que a recusada (e, portanto, obrigada), depois de advertência médica ou jurídica traduzia o contrário. Para este mesmo médico, a eliminação total, definitiva, em três gerações, dos incapazes e inferiores, traria como consequência a justa recompensa do trabalho, pelo salário justo; uma melhor produção, pelo estímulo; diminuição dos impostos e contribuições; aumento do tesouro do Estado e sua derivação para o fomento da Educação, das Ciências e das Artes; um equilíbrio na economia e na Vida. Traduzia tudo isto numa palavra: Harmonia. Ao reduzirem-se o número de incapazes, Almerindo Lessa achava que se diminuiriam o número dos seus abrigos (asilos, hospitais privativos, cadeias, etc.) e a sua «antourage» (juízes, magistrados, guardas, médicos, enfermeiros, professores especializados em educação de anormais, etc.), diminuindo assim muito os gastos públicos e daí uma baixa tributária e até um aumento do tesouro, “tesouro este que aumentando iria facilitar, protegendo os fortes, o apogeu final da Eugenia” (Lessa, 1933, p. 21). Para ele, não tinha qualquer fundamento protestar-se contra a ideia de esterilizar um doido, na ideia de que se ele tem órgãos sexuais e para se reproduzir, sem que conscientemente se lembrasse disso quando o fecha num manicómio onde não poderá

⁶² O maltusianismo ou malthusianismo passa pela restrição voluntária da reprodução da espécie humana, segundo a doutrina de Thomas Robert Malthus que, preocupado com o significativo número de pobres na sociedade inglesa, em fins do séc. XVIII, admitiu que a causa essencial desta situação residia no facto da população crescer a um ritmo superior ao da produção. Nesse sentido, publica, anonimamente, em 1798, a obra *Ensaio sobre o Princípio da População*, que teve repercussão imediata.

procriar. Por isso – e parafraseando Almerindo Lessa –, os sentimentos maus, rubros ou negros deveriam cercear-se pela Educação e os tipos inferiores pela esterilização. E transmitia toda essa sua argumentação através de factos da vida real:

À porta de minha casa passa, volta e meia, uma doida com um filho nos braços. E todos os anos o filho é novo. Desgraçada! As esmolas que lhe dão comem-lhas os filhos: e, tiritando de frio, embrulha-os na lã rota do xaile. O miserável que lhos faz não sei quem é. Mas um e outro, ele e ela, beneficiariam com a esterilização. Ela porque é doida: ele porque é malvado e, é fatal, um doente (Lessa, 1933, p. 21).

A eugenia curadora aparece, em Almerindo Lessa, como remate e princípio, procurando melhorar as condições individuais de criação. Sendo o homem reflexo da sociedade em que vive, a eugenia curadora é a eugenia social. Reflete assim uma eugenia conselheira do Estado, que ensina ao Estado como deve ter sob sua dependência este outro processo de produção – fazer filhos. Para o mesmo médico, o Estado deveria proteger os bons pais:

Todos os bons núcleos individuais e que tenham honorários bastando, devem ter 3 a 4 filhos, para que tenham, na morte, quem os prolongue na vida. Se tais pais, ótimos humanos, não têm possibilidade de sustentar a cria, ampare-os o Estado como faz aos incapazes. Que é deles e não destes que a Nação depende, e também a altura moral da Humanidade (Lessa, 1933, p. 22).

Devia-se procriar, mas nem sempre. Para Almerindo Lessa, o natural no casal era ter filhos, mas o matrimónio sem filhos justificava-se também, tendo em conta que todas as vezes que dois seres desejando-se, se juntavam, sendo portadores de doença ou tara que pelos filhos fosse contagiar os outros homens e minar a Nação. Procriar, sim, mas eugenicamente.

A política eugénica deveria ser a política de todos, porque – extraindo das suas palavras – se apresentava como garante contra o crime, o pauperismo, a miséria, o desemprego, a enfermidade, a mortalidade infantil, a “mortinatalidade”, a estupidez, a perversão sexual, a grosseria do gesto e da alma. A política eugénica era para Almerindo Lessa a “política do amor e o amor é a política da vida (Lessa: 1933, p. 23).

A título de curiosidade, convenhamos em referir que Almerindo Lessa, em 1938, chegou a proferir uma conferência lida na Faculdade de Medicina de Lisboa, a convite da Sociedade de Estudos Eugénicos, cujo núcleo de Lisboa era presidido pelo professor Henrique de Vilhena, subordinada ao tema *Fialho de Almeida, ou a campanha eugénica dum prosador*, onde faz transparecer que na prosa de Fialho se topa a visualidade da descrição e o poder de fazer sentir:

Pulsa-lhe sangue como em nenhuma outra, colorido, e tem a novidade de introduzir os termos médicos nas descrições dos romances, chamando as coisas pelos seus nomes, num à vontade e com uma segurança que só atingiu superação na prosa psiquiátrica do moderno romance italiano e alemão; duro no exame artístico, sobretudo das anatomias, jactante e de traço largo, a sua força espelha em todos os granéis (Lessa, 1938, p. 2).

Para Almerindo Lessa, os contos de Fialho de Almeida distinguem-se pela unidade da construção, através da auto-observação, por um processo que lhe gerou as melhores e mais comoventes páginas. Quem se debruçar na prosa de Fialho, acaba por encontrar um certo número de circunstâncias que se repetem, fatalmente, por todas as páginas do escritor, relacionando-se com os cenários, os centros de interesse e os objetivos morais. Quanto ao sentido apologético da sua obra

é possível reduzir a multidão dos assuntos que abrangeu a quatro proposições essenciais: a apologia da vida rural, como no *Jantar do moinho*; a apologia da saúde, tirada pelo processo dos contrastes com as degenerescências, no primeiro livro de contos, e com todas as letras nos vários juízos do ano e nas autobiografias; a reposição dos interesses morais como problemas centrais de meditação, sobretudo na página sobre *A dor*; e a *apologia* da Higiene e da Eugénica, contida em toda a prosa (Lessa, 1938, p. 7).

Almerindo Lessa acaba por admitir que embora Fialho de Almeida fosse médico,

mal praticasse a arte e corresse as aulas meio ignorado dos mestres (aparte *Sousa Martins*), mourejando o pão de cada dia e o fato de cada ano, num sudário de energias que só podem reconhecer devidamente os que, como ele, viveram os cursos de braço dado com a pobreza e a ambição. No que talvez poucos tenham reparado é que esse evadido da Medicina estava inteiramente dentro dela e fez campanha numa ciência que por essa época se enformava. Refiro-me à Eugénica (Lessa, 1938, pp. 7-8),

confessando seus companheiros que ele tinha – sobretudo na adolescência e, talvez, por ambivalência psicológica de ser franzino – a preocupação adônica da saúde e da beleza. Segundo Almerindo Lessa, Fialho de Almeida sabia o seu valor, sendo que ele próprio vinha duma cepa mórbida, tinha no *pedigree* a histeria da mãe e a epilepsia dum irmão, e observara bem a sua psicopatia:

fantasmagorias, sobressaltos, domofobias, vagabundagem, mania ambulatória, ostentações, pensamento vertiginoso e tumultuário intercalado de súbitos crepúsculos, delírios religiosos, ideias persecutórias, concentrações matutinas, mutismos lassos, fugas, obsessões, superideação, melomania, negrofiliismo, amor do trágico, necrofilismo, sentimento poético delirante, coprolalia, cromatofilia, ceticismos, labilidades, tudo isto num comportamento tão desconforme e incoerente que lhe valeu o epíteto de *paradox rex*, diagnosticamos como hipertimia temperamental... (Lessa, 1938, p. 8).

De uma maneira mais cirúrgica, conclui que Fialho de Almeida foi um hipertímico instável, com mutações bruscas do humor e da atividade. Apesar de ter sido o escritor mais arrojado do seu tempo,

e em muitos passos libertário, distingue-se dos acratas peninsulares pela resistência e pela poesia com que, sem perder a correção racional, sempre tratou o Amor. E por ter sido ele, como eu já disse, um dos assuntos das suas novelas. O Amor que ocupa *Fialho de Almeida* e executam as suas personagens caracteriza-se, até nos quadros mais enevoados ou mais reles, por ser um sentimento delicadíssimo, assim posto ou sugerido, e, o que é mais, declaradamente eugénico: o namoro, o *flirt*, o casamento, o divórcio, o adultério, o donjuanismo, o *desdobramento do Amor* e tantos outros temas, ele os entendeu e proclamou como eugenista (Lessa, 1938, pp. 7-8).

Para Almerindo Lessa, todo aquele que, como ele, depois de ter lido e relido a obra de Fialho de Almeida, procure erguer uma visão de conjunto sobre a sua atitude de prosador eugénico, fatalmente concluirá que no seu tempo as populações rurais e urbanas eram ainda mais fracas, do que ao tempo a que reportava na conferência proferida, tendo em conta o “grande número de degenerados, de sub-cerebrais, de sífilíticos, de tísicos (com ele muito se comovia desde que por essa doença lhe morrera a irmã e haviam agonizado

tantos do seu tempo, como *Leite Bastos* e *Cesário Verde*), e outros doentes, que a seu jeito perturbavam a raça” (Lessa, 1938, p. 20).

3.1.3. As questões eugénicas e os médicos de Viana do Castelo

Os nomes que trabalhamos anteriormente, médicos e personalidades destacadas no panorama nacional, são conhecidos. Quisemos dissecar o seu pensamento nos vários escritos e documentos que nos legaram. Junto a eles acrescentamos personalidades do distrito de Viana do Castelo, menos conhecidos nacionalmente, mas muito importantes para o tema a que nos propusemos, contribuindo, assim, para que outros investigadores deles tenham conhecimento.

A escolha dos médicos de Viana do Castelo, prende-se com facto de – ao contrário do que aconteceu noutros países – a eugenia em Portugal ter-se debruçado sobretudo na higiene e na diminuição da mortalidade infantil e focos de doença, não tendo, contudo, grande viabilidade política a institucionalização de medidas extremas. Aqui tiveram um papel importante os médicos municipais (de partido⁶³), formados logo após a Implantação da República (1910), cuja prática decorria da assistência médica nas zonas rurais, que era escassa, mas veio a tornar-se no principal pilar da saúde pública local. Como adiante constatamos, a sua atuação estava regulamentada por Códigos Administrativos da época e englobava várias tarefas específicas: *Assistência Gratuita* – Tratamento de indigentes, crianças abandonadas e presos; *Saúde Pública e Polícia Sanitária* – Campanhas de vacinação obrigatória, controlo de surtos e verificação de insalubridade; *Medicina Legal* – Auxílio às autoridades e delegados de saúde em perícias e investigação criminal.

3.1.3.1. José Cândido Pinto da Cruz e Costa (1863-1937)

Com base nas responsabilidades dos médicos, no que concerne ao plano higiénico e social, assistimos, a partir da implantação da república portuguesa (1910), à consciencialização da classe para a necessária elaboração de «bases para a organização de um ‘código deontológico’». Seria o médico limiano Cândido Cruz a elaborar as bases programáticas com esse fim, através de uma comunicação apresentada ao *I Congresso*

⁶³ O termo “partido” não tem a conotação partidária atual, significando antes “público” ou “parte”.

Nacional de Deontologia Médica e Interesses Profissionais, levado a cabo na cidade do Porto, em fevereiro de 1912.

José Cândido Pinto da Cruz e Costa nasceu no Rio de Janeiro, em 21 de Janeiro de 1863. Depois da obtenção do diploma na Escola Médica e Cirúrgica, através de boas classificações, chega a Ponte de Lima em 1894, para preencher o lugar vago de médico municipal. Instalar-se-ia no burgo da vila, no Arrabalde, no início da Rua Vasco da Gama, logo a seguir ao Largo de S. João. Não havia muitos médicos a exercer a sua atividade nesta vila. Em 1907 exercia as funções de Subdelegado de Saúde interino, sendo que o principal lugar onde Cândido Cruz exercia a sua atividade era a Misericórdia. A sua produção literária mais relevante situa-se, naturalmente, no âmbito da medicina, da higiene e da deontologia médica. Participou ativamente no 2.^a Congresso da Liga Nacional contra a Tuberculose, realizado em Viana do Castelo, de 3 a 6 de setembro de 1902, congresso que contou com a presença de Miguel Bombarda, no edifício do antigo Convento de Sant'Ana, onde então corriam as obras de transformação e adaptação a Hospital da Caridade. Cândido Cruz apresentou a dissertação «O Manuel de Higiene para uso nas escolas primárias». No terceiro e quarto congressos (Coimbra, 1904; Porto, 1907) sobre o mesmo assunto, apresentou comunicações sobre os temas «Os regulamentos sanitários e o segredo profissional em matéria de tuberculose comum ou normal» e «A mulher na luta contra a tuberculose». Saiu de Ponte de Lima mais algumas vezes para participar em reuniões científicas. De todas elas, a que se tornou mais emblemática, foi o I Congresso de Deontologia Médica, realizado no Porto, em 1912, no qual apontou alguns princípios a seguir no relacionamento com os doentes, dando origem ao primeiro Código de Deontologia Médica, de 1914. Em 15 de Maio de 1937, na viagem de conclusão do ano letivo, os finalistas do curso da Faculdade de Medicina do Porto, sob a direção do seu professor de História da Medicina, Luís Pina, deslocaram-se a Ponte de Lima para homenagear Cândido Cruz. Faleceu a 12 de agosto de 1937 (Reis, 2002-03, pp. 295-302). Na abertura dessas bases programáticas, apelava-se à moral profissional como parte integrante da moral social, que diferiria desta apenas na sua latitude e campo de ação, consistindo, portanto, na aplicação dos princípios gerais de conduta que regeriam a própria moral social. Apesar da vinculação deontológica à liberdade de cada um dos membros, Cândido Cruz alerta para o facto dessa mesma liberdade sofrer necessariamente restrições, “quando comprometa o interesse coletivo, quer porque exerça violência sobre a liberdade alheia, quer porque cerceie as utilidades que a sociedade auferir do exercício dessa profissão, quer ainda porque entrave os esforços empregados no aperfeiçoamento

contínuo da sua missão” (Cruz, 1912, p. 3). As funções públicas afetas aos médicos passavam a ser desempenhadas sempre com “ciência e consciência”, visto que com elas se prendiam importantes interesses sociais. Dentro das considerações gerais, destaque-se a do médico dever com prudência e persistência ir fazendo a educação higiénica do povo, dando assim uma prova eloquente da utilidade da medicina e do espírito altruísta que a domina.

3.1.3.2. Cláudio Basto (1886-1945)

Cláudio Filipe de Oliveira Basto, nasceu na cidade de Viana do Castelo, a 23 de agosto de 1886. Era filho de Francisco Costa de Oliveira Basto, natural da freguesia de S. Clemente de Celorico de Basto e de Romana Dolores Martinez Basto, de nacionalidade espanhola⁶⁴.

Tirou os preparatórios médicos na Antiga Academia Politécnica do Porto, e terminou o curso médico-cirúrgico na Faculdade de Medicina da mesma cidade, em 1911, havendo defendido a respetiva Tese, no ano seguinte, intitulada ‘Alma Doente (a Génese da Psicastenia)’, tese original, que imprimiu em Viana do Castelo, em 1912.

Em ‘primeiras palavras’ à necessidade de apresentar a sua aludida tese à Faculdade de Medicina do Porto, Cláudio Basto afirmava-se na obrigação de sair da preguiça doentia que, segundo as suas próprias palavras, habitualmente lhe paralisava a execução da vontade e a escrever, num esforço heroico, uns dias antes de expirar o prazo para a apresentação de ‘teses’ à Faculdade, as breves páginas que todos passariam ler. Segundo Cláudio Basto, as ideias que haveria de expor naquela por ele denominada ‘obrazita’, tinha-as desde 1909: “ruminei-as então, auto observando-me meticulosamente, sem a sugestão de livros, longe de qualquer preconceito ou influência estranha” (Basto, 1912, p. 7).

Ao tempo, assim se nos revelava um facto interessante da sua vida académica que nos dava a ideia clara da sua compleição moral, “honrando-lhe a memória – como se expressa a pessoa amiga que recorda aqueles tempos já distantes, em carta afetuosa, de que extraímos as informações que se seguem: Com Leonardo Coimbra, e outros [...], Cláudio

⁶⁴ Em 27 de Junho de 1917 casou, em Lisboa, com Hermínia Costa de Oliveira Basto, sua colega em Medicina, havendo deste casamento um filho, o Eng.º Hermínio Cláudio Basto. Fez o curso geral do liceu em Viana do Castelo e o complementar (6.º e 7.º anos) no Liceu de Braga.

Basto foi um dos mentores, no Porto, da «parede» académica de 1907, iniciada em Coimbra; e, quando a «parede» gorou perante quase perdão de ato, Cláudio pertenceu ao grupo dos intransigentes, isto é, absteve-se de ir a exames, com perda provável de ano, para mostrar que ainda havia quem prezasse mais os princípios do que os interesses (Basto, 1948, pp. 9-10).

É nessas “primeiras palavras” da sua tese que, citando uma frase de Alberto Deschamps – *Pour «tout comprendre», il est quelquefois nécessaire de «tout sentir»*⁶⁵ –, exprime eloquentemente “a dificuldade que devem experimentar os que não conhecem a neurose asténica senão pela exposição dos livros e pelas narrativas dos doentes para darem justo valor à sua sintomatologia e devidamente apreciarem as discussões numerosas que, sobre as causas e o tratamento, cada vez estão mais ateadas” (Basto, 1912, p. 8). As suas ideias, que por “introspeção” havia adquirido em 1909, não se modificaram pelo exame que pôde fazer de outros doentes similares e, sobretudo, pela empenhada leitura de autores que o assunto versavam, sem sofreram qualquer abalo, “antes essas ideias se radicaram mais, e melhor se fundamentaram. Um dos pontos mais discutidos, visado por mil maneiras e de mil maneiras interpretado, é, neste vastíssimo e ainda tão obscuro campo das astenias nervosas, o da sua patogenia” (Basto, 1912: 9). Pois é precisamente sobre a génese da psicastenia que ele se atrevia a escrever, convencido que estava de que aquela astenia se apresentava como “o resultado da derrota da energia psíquica, da potência espiritual, pela contrariedade tenaz e invencível do mundo exterior, de ordem social em particular” (Basto, 1912, p. 9).

Cláudio Basto estava convencido de que, em face desse critério patogénico, era levado a dar uma ideia do que deveria ser o conceito do ‘ser humano’ e da ‘vida’ na prática médica:

É o que faço antes de me abeirar do problema da génese psicasténica, – e faço-o com dobrado intuito: não só para esclarecimento do capítulo que dedico à patogenia, mas ainda como ataque à maneira inadmissível, grosseiramente mecânica, como na prática é considerada a vida do homem (Basto, 1912, pp. 9-10).

Abeirando-se da “vida na prática médica”, reflete sobre o sentido que se dá à vida, apesar do muito que a respeito dela até ali tenham escrito,

⁶⁵ Para «entender tudo», às vezes é necessário «sentir tudo».

desde o poeta e o filósofo até o mecânico e o fisiologista, é ainda geralmente encarada, na prática médica, pelos seus aspetos grosseiros, no seu funcionamento para assim dizer visível, quase como num velho tempo em que sobre um materialismo simplista pontificaram sábios cujos nomes ilustres mal chegam já até nós... (Basto, 1912, p. 15).

Em suma, para Cláudio Basto a cura é sobretudo devida ao próprio doente, depois de adquirido o sentimento da curabilidade, sendo que esse sentimento será sempre a ‘força adicional’ para a vontade se constituir regularmente, impondo à atividade pessoal a sua potência corretora, suspensiva ou impulsiva, cujo fim é a autodisciplina da vida interior. Tal sentimento nascerá, principalmente, pelo trabalho do psicasténico que no bom êxito do seu exercício encontrará uma auto persuasão curativa e efetiva, que a hétéro persuasão, por si só, não lograria. A hétéro persuasão será o estímulo inicial e orientador e bons serviços prestará, sem duvida, acompanhando e animando o trabalho auto reeducador do doente:

Corpo e espírito, sendo aspetos do mesmo ser, requerem terapêutica una e exercício combinado. A psicoterapia associar-se há a fisioterapia; ao trabalho mental, o trabalho físico. A cura será em Liberdade; do «meio» afastar-se hão apenas os contactos que, fazendo subsistir contrariedades evitáveis, embaraçam a marcha e mormente o início do tratamento. – A reeducação não visará só a repor a energia psíquica no seu estado primitivo, mas a fortalecê-la e acrescentá-la profilaticamente (Basto, 1912, p. 86).

3.1.3.3. Ernesto Galeão Roma (1887-1978)

Outro exemplo é o de Ernesto Galeão Roma, discípulo de Miguel Bombarda e Júlio de Matos, que apresentou, em 1913, uma dissertação final do Curso de Medicina, através de um estudo da microcefalia em quatro pacientes. Ernesto Galeão Roma, filho de um Capitão de Infantaria⁶⁶ e neto materno de Policarpo António Esteves Galeão, médico

⁶⁶ Ernesto Galeão Roma era filho de Bento Manuel Gonçalves Roma e de Josefa Emília Vieira Galeão, ambos naturais e residentes em Viana do Castelo. Na perspetiva de melhor interpretarmos o percurso académico deste ilustre médico, já que, neste estudo, temos por objetivo uma vertente «filosófico-científica», estaremos em afirmar, e de uma forma muito sumária, que, entre 1897 e 1905, Ernesto Roma frequentou e concluiu o ensino secundário no Real Colégio Militar. convenhamos em dizer que a sua carreira como médico militar passou, inicialmente, pela promoção a 1.º sargento-cadete, em 14 de julho de 1905, mais ou menos quando iniciara o curso de medicina. Concluído o curso de medicina, em 20 de maio de 1916, é promovido ao posto de alferes-médico e colocado no Regimento de Infantaria n.º 1. Cerca de um ano depois, mais concretamente a 24 de Setembro de 1917, assume o posto de tenente e, finalmente,

militar em Viana do Castelo, onde era conhecido por «pai dos pobres»⁶⁷, nasceu na rua de S. Sebastião – hoje Manuel Espregueira –, Viana do Castelo, no dia 1 de Junho de 1887.

Talvez por influência de seu avô, um verdadeiro esmoler, que ao tempo socorria os mais necessitados com auxílios em dinheiro para a compra de medicamentos, a conduta humanista de Ernesto Roma continuasse a manter tão altruístas qualidades pessoais, nomeadamente em Lisboa, onde exerceu o seu múnus (Arroteia, 2001, p. 14).

Ernesto G. Roma fez os preparatórios para medicina na Escola Politécnica da Universidade de Lisboa. De 1905 a 1913, na Escola Médico-Cirúrgica⁶⁸ da capital, completou o curso de médico.

Tal como Ernesto Roma, Pulido Valente foi discípulo de Miguel Bombarda e Júlio de Matos. Pulido Valente iniciou-se, em 1912, no ensino universitário como assistente de Psiquiatria, tendo realizado, pouco depois, investigações sobre etiologia e a patogenia da paralisia geral, com extraordinárias repercussões fora do nosso país. Deu, também, um largo contributo em Portugal ao método científico no estudo da fisiopatologia⁶⁹.

Licenciado da carreira militar, Ernesto Roma passou a dedicar-se ao tratamento da diabetes. Em 13 de Maio de 1926, cria e assume o cargo de médico e diretor clínico da Associação Protetora dos Diabéticos Pobres – a primeira associação do género no mundo e que ajuda a formulá-lo como pioneiro do associativismo⁷⁰ –, que auxiliava os diabéticos com carências económicas e sociais, e que contava com a colaboração da Santa Casa da

chega ao posto de capitão-médico, a 1 de Janeiro de 1921, tendo nessa altura sido nomeado, também, assistente e Chefe de Clínica da Faculdade de Medicina de Lisboa, onde trabalhou com os professores catedráticos Carlos Bello Morais⁶⁶ (que havia sido diretor dessa mesma faculdade) e Francisco Pulido Valente (1884-1963), sobejamente conhecidos do meio médico-científico.

⁶⁷ Segundo Aristides Brás Arroteia, era assim conhecido pelo facto de entre as classes menos favorecidas, especialmente na zona da Ribeira de Viana do Castelo, Bairro dos Pescadores, que a sua assistência clínica mais se desenvolveu, especialmente quando surgiu o «tifo exantemático», epidemia que o havia de vitimar, em maio de 1905.

⁶⁸ Por volta de 1911, quando ia a meio do Curso, as Escolas Médicas estiveram sujeitas a reformas, passando a dominar-se Faculdades de Medicina. Até 1910 o ensino de medicina em Lisboa era feito num anexo do Hospital de S. José, em condições precárias. Só em 1911 é que é inaugurado o edifício no campo de Santana, onde hoje funciona a Faculdade de Ciências Médicas.

⁶⁹ Estudo das perturbações que alteram as funções fisiológicas e são responsáveis pelos sinais patológicos.

⁷⁰ Convém recordar que, ao tempo, “não existia uma estrutura nacional de saúde (salvo algumas Caixas Sindicais e, no interior, as Casas do Povo, ambas com recursos muito limitados) pelo que a saúde era totalmente custeada pelos próprios” (Correia & Boavida, 2006: 9).

Misericórdia de Lisboa. Esta instituição de solidariedade, sediada então na rua Augusta n.º 1226/7, como obra de benemerência adaptava-se à estrutura social e política da época. Ernesto Galeão Roma escreveu e publicou, para além da dissertação final do curso médico⁷¹, os seguintes trabalhos dentro da área da diabetes: *Conselhos aos Diabéticos*, *Tratamento do Coma Diabético* e *A Alimentação na Educação Física e no Desporto*. No estudo apresentado por Ernesto Roma, é referida a tese de concurso⁷² de Miguel Bombarda⁷³, onde é feita a primeira observação de uma microcéfala, chamada *Bem-vinda*, que no Congresso de Antropologia, reunido em Lisboa em 1880, foi também apresentada pelo Professor Francisco Augusto de Oliveira Feijó, dando origem a interessantes considerações de Rudolf Virchow (1821-1902), médico alemão, autor de importantes trabalhos de anatomia patológica e fundador da patologia celular.⁷⁴ A microcéfala *Bem-vinda* morreu em 1889 e, nesse mesmo ano, Bettencourt Rodrigues escreveria no n.º 2 da *Revista de Neurologia e Psiquiatria*:

A Autópsia foi praticada pelo dr. Curry Cabral, professor de Anatomia patológica. O estudo do cérebro foi confiado ao prof. Bombarda, o do esqueleto ao prof. Serrano e a miologia ao prof. Alfredo Costa. O prof. Sabino Coelho encarregou-se de estudar os órgãos sexuais. Aguardamos com toda a impaciência o relatório destes professores (Cf. Roma, 1976, p. 36).

Ao que nos foi dado constatar, só Miguel Bombarda apresentou o resultado do seu trabalho⁷⁵. Segundo Ernesto Roma, – *parece que* – os ossos foram cedidos por Serrano

⁷¹ Apresentada em junho de 1913 na Faculdade de Medicina de Lisboa e impressa, em 1976, em sua homenagem, pela «Associação Protetora dos Diabéticos em Portugal». Desta dissertação foram publicados poucos exemplares, circulando apenas nos meios académicos.

⁷² Bombarda, M. (1877). *Dos hemisférios cerebrais e as suas funções psíquicas*. (cit. por Ernesto Roma)

⁷³ O reconhecimento ao Professor Henrique Jardim de Vilhena (ao tempo, professor de *Anatomia Descritiva*), manifesto no prefácio à sua dissertação final do Curso Médico – *pelo seu talento, pelo amor que dedica ao ensino, pela superioridade com que orienta os estudos anatómicos da nossa Faculdade e pela feição própria e caracteristicamente nacional que lhes imprime e se reflete nos livros de cientista honesto e escrupuloso* – espelharia um percurso e uma orientação com base no rigor científico dos mestres de então, dos quais destacamos, para além do próprio Henrique Vilhena, Miguel Bombarda e Júlio de Matos. Aliás, a sua dissertação sobre a microcefalia mereceu rasgados elogios destes dois médicos-cientistas. Infelizmente, Miguel Bombarda não assistiria à apresentação da *Dissertação Final do Curso Médico* de Ernesto Roma, pelo facto de ter sido assassinado no seu próprio gabinete por um louco, a 3 de outubro de 1910, dois dias antes da implantação da República em Portugal, revolução essa pela qual tanto pugnara e que ajudara a preparar.

⁷⁴ Rudolf Virchow combateu o artífice da unidade alemã, Otto Bismarck (1815-1898), mas apoiou-o na luta contra os católicos.

⁷⁵ Foi apresentado numa conferência que fez na Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa, em 28 de maio de 1892, referindo ainda mais três microcéfalos, observados no Hospital de Rilhafoles. Ao reunir mais dois

ao antropologista Ferraz de Macedo, passando os mesmos a pertencer à *Faculdade de Ciências de Lisboa* e o crânio seria oferecido por Miguel Bombarda ao museu do *Instituto de Anatomia da Universidade de Lisboa*. Alguns anos mais tarde, Azevedo Neves descreveu um caso de meia-microcefalia⁷⁶ e Costa Ferreira publicaria um interessante estudo sobre o fémur e a tíbia da microcéfala *Bem-vinda*⁷⁷.

Apesar da microcefalia se expressar na semiologia daqueles que têm a cabeça muito pequena ou a massa encefálica diminuta, numa conotação à curta inteligência e à idiotice, quase como algo irremediavelmente olvidado da ciência ou do estudo da mente, quer Miguel Bombarda através da psiquiatria, ou quer mesmo Ernesto Roma, apesar da sua desmesurada dedicação ao estudo da diabetes, procuraram na anatomia patológica; na descrição e sintomas – evolução, frequência e distribuição; na etiologia; e no diagnóstico, chegar ao tratamento da microcefalia. No campo da etiologia da microcefalia, por exemplo, têm sido apontadas várias causas acidentais, operadas durante a gravidez, e das quais destacamos a acidental tóxica do alcoolismo, ação mais provável durante o período embrionário. Victor Fontes, em introdução à dissertação de Ernesto Roma, chega mesmo a afirmar que “a intoxicação materna é mais compreensiva durante a gravidez; compreende-se melhor pela maior afinidade do álcool para o sistema nervoso” (Fontes, 1976, p. 15). Júlio de Matos escreveria, também, um dia que “é preciso não esquecer que a doença fere todas as idades; há mesmo um *alcoolismo fetal dos recém-nascidos* determinado pela intoxicação das mães” (Matos, cit. in Fontes, 1976, p. 15). Daí não estranharmos que na anatomia patológica da microcefalia, nos estudos efetuados por Miguel Bombarda e Ernesto Roma, tivessem sido apreciadas as condições psico-funcionais dos microcéfalos, sempre inferiores à média do normal, sendo que esses mesmos estudos acabam por classificar a microcefalia como *idiotia* e apresentam sempre um carácter regressivo das suas funções psíquicas⁷⁸. Baseando-se no estudo acima citado de Costa Ferreira, «Sobre o fémur e a tíbia de uma microcéfala», publicado em Coimbra (1911), Ernesto Roma lembra o interesse que pode ter o estudo do esqueleto e da miologia dos microcéfalos – na altura por fazer –, salientando o facto de que logo à primeira vista,

casos de microcefalia, viria a publicar, em 1894, um livro que intitulou «Contribuição para o estudo dos microcéfalos» e onde discutiu largamente a memória de CHARLES VOGT e a sua teoria. Para Miguel Bombarda, a microcefalia era um “capítulo interessantíssimo de patologia mental pela enorme soma de factos que fornece à observação clínica e anatómica, e nessa fertilidade pela qualidade algumas vezes deveras surpreendente dos fenómenos que o observador consegue colher” – Cit. da mesma conferência.

⁷⁶ «Medicina Contemporânea», N.º 43, Lisboa, 1898.

⁷⁷ Ferreira, A. A, da C. (1911). *Sobre o fémur e a tíbia de uma microcéfala*. (cit. por Ernesto Roma)

⁷⁸ Cf. In Introdução de Victor Fontes à dissertação de Ernesto Roma, p. 10.

o que mais impressiona nestes doentes é a marcha, a atitude e a pequenez da cabeça. Foi através de uma prolongada e minuciosa observação (muito bem documentada através de expressivas fotografias) [ver ANEXO IV], em resultado até das várias modificações esqueléticas, que o médico, natural da ‘princesa do Lima’, fez a seguinte descrição:

Caminham inclinados para diante, o tronco curvado, a cabeça baixa e avançada e os membros inferiores meio fletidos. A marcha, quase sempre rápida, faz-se muitas vezes às pequenas corridas com o corpo balanceando para um e para outro lado como se fossem ébrios.

Parados, conservam a mesma atitude e então melhor se nota ainda a flexão que apresentam as três articulações dos membros inferiores [...]. A atitude ereta, necessário ao homem para equilibrar o grande peso da cabeça, torna-se dispensável nos microcéfalos, devido à redução que sofreu a massa encefálica e basta-lhes, portanto, a atitude inclinada de que resultam até várias modificações esquelética (Roma, 1976, p. 53).

Costa Ferreira diria que se trata de uma atitude de equilíbrio antropitecoide⁷⁹ devido a uma analogia de condições estáticas e não a um atavismo. Um dos grandes defensores da teoria atávica⁸⁰, Charles Vogt⁸¹, chegou mesmo a exagerar em tal similitude antropitecoide, aventando a hipótese de que alguns microcéfalos deviam caminhar servindo-se dos quatro membros. Na sua Obra *Mémoire sur les microcéphales ou hommes-singes*, Charles Vogt cita uma observação feita por Iaeger, onde se lê:

L’usage du corps est aussi bien au-dessous de son âge ; il ne peut pas marcher, mais il court çà e là sans but ; il laisse aller au lit l’urine et les excréments, mange ce qu’on lui donne ; mais ne peut pas beaucoup s’aider avec les mains. Il ne peut prononcer que quelques mots sans suite et cohésion. La mère pretend avoir été effrayée par un hérisson au commencement de sa grossesse (Vogt, cit. in Roma, 1976, p. 54).

⁷⁹ Do grego, *Anthropos* = homem e *Pithekos* = macaco.

⁸⁰ *Atavismo* – propriedade que têm os animais e os vegetais, de transmitir caracteres seus aos descendentes, com intervalo de uma ou mais gerações.

⁸¹ Charles VOGT [N. Giessen, 1817 – m. Genebra, 1895], naturalista alemão, era filho de um médico distinto. Foi educado em Gimnasio e na *Universidad de Giessen*, dedicando-se aos estudos da faculdade de medicina. Dali passou a Berna, onde seu pai havia sido nomeado professor catedrático de clínica. O jovem VOGT foi um dos alunos prediletos do professor Valentin, célebre pelos seus trabalhos de anatomia e fisiologia. Em 1839, Charles VOGT licenciou-se em medicina. Levou ao extremo a posição naturalista de alguns homens de ciência que, na Alemanha, em meados do séc. XIX, se opuseram à corrente idealista e romântica na Filosofia. – Trad. da *Enciclopedia Universal Ilustrada Europea-Americana*, Tomo LXIX, p.898.

Iaeger (cf. Roma, 1976, pp. 54-55) refere-se às crianças microcéfalas que nos primeiros anos, correm em vez de caminharem a passo, como acontece com as crianças da mesma idade. Ernesto Roma prossegue o seu raciocínio afirmando que a atitude descrita, “a marcha rápida, a agilidade dos movimentos, a viveza do olhar, a atenção saltuária, o reduzido vocabulário, o carácter irritável e desconfiado” (Roma, 1976, p. 54), imprime-lhes, forçosamente, uma feição particular que, ao longo dos tempos, tem levado muitos observadores – mesmo que não credenciados cientificamente – a compará-los aos grandes antropoides. É por isso que Charles Vogt, sugestionado pela teoria atávica, se atreveu a acrescentar às palavras que transcreveu de Iaeger:

J'avoue que ne comprends pas bien ce que veut dire les phrases soulignées. Il me semble que la marche doit précéder la course; M. Iaeger veut peut-être dire que l'enfant courait à quatre pattes et d'une manière agitée. Cependant le mot allemand *rennen*, dont se sert M. Iaeger, n'exprime pas du tout courir à quatre pattes, il indique seulement une course très rapide et agitée (Vogt, cit in Roma, 1976, p. 55).

Ernesto Roma acaba por concluir que, reforçando a ideia de Iaeger, aos microcéfalos, enquanto novos, não é fácil vê-los caminhar a passo, como as outras crianças da mesma idade, mas isso não significa qualquer tipo de atavismo.

A deformidade mais notável nos microcéfalos reside, precisamente, na pequenez da cabeça. Parafraseando Ernesto Roma, a face tem caracteres perfeitamente humanos e o crânio, devido ao pequeno desenvolvimento do cérebro, apresenta-se reduzido em todas as dimensões. Isto traduz-se pela diminuição dos diâmetros e das curvas cefálicas. O frontal descaído para traz torna a testa fugidia e a face, aparentemente, muito prognata – ou seja, de maxilas alongadas ou proeminentes –, dando à cabeça a forma de pinha⁸².

No que concerne ao sistema nervoso, o estudo elaborado por Ernesto Roma revela-nos a deteção de perturbações motoras, sensitivas e tróficas:

⁸² A título de curiosidade lembraríamos o caso dos dois irmãos microcéfalos de Viana do Castelo, que Ernesto Roma estudou apuradamente, cujos comportamentos dissolutos se espelhavam nas revistas ilustradas, preferencialmente com mulheres, conseguidas pelo ‘Toninho Lalau’, por um lado, e a atitude brincalhona da ‘Laidinha’ que pretendia confundir-se com as mulheres normais desatando a dizer disparates, como por exemplo: “*estou grávida e vou-me casar*”. Nós mesmos o havíamos visionado (‘Toninho Lalau’) – aquando da obrigatoriedade académica fazíamos as nossas viagens diárias com partida da Estação de Darque – junto ao muro da Caridade, confinante à Estação de Viana do Castelo, de cabeça encostada ao gradeamento, com gestos de gratidão sempre que lhe ofereciam uma moeda ou um cigarro – através de sorrisos, braços no ar, acenos de mão, atirar beijos – ou, por vezes, em rasgadas contumélies e gestos mais ou menos obscenos, sempre que fosse ‘provocado’ pela possível proximidade de uma colega mais atrevida.

Se em muitos casos a sintomatologia nervosa é escassa noutros apresenta alterações bastante notáveis. É impossível atualmente separar os sintomas próprios a cada grupo, mas não nos parece arrojado afirmar que é no dos pseudomicrocéfalos que se devem encontrar maiores perturbações do sistema nervoso, o que de resto está bem de acordo com as lesões anátomo-patológicas que descrevemos (Roma, 1976, p. 56).

Em dezoito casos estudados por este ilustre médico-psiquiatra, levar-nos-á a concluir que não foram encontradas paralisias nem paresias⁸³. Os sintomas motores mais frequentes são as contracturas e as convulsões. Segundo ele, a contractura pode ser generalizada ou localizada e de uma forma paraplégica. Num dos casos por ele estudado (‘Toninho Lalau’), a contractura é ligeira e acentua-se nos membros inferiores, dando ao doente uma marcha espática, resultante precisamente da contração anormal, involuntária e súbita dos músculos, que também é frequente em outros casos, de que é exemplo o caso observado por ele no Hospital de Rilhafoles, também estudado por Miguel Bombarda. Quase todos estes doentes apresentam numerosos tiques, principalmente na face:

O grau de idiotismo deste primeiro exemplar – Manuel Cartaxo – é tão profundo e reflete-se de tal modo no aspeto do desgraçado, que nos chegamos a possuir de invencível repulsão. O olhar vago, indeciso, nunca se fixando, lembra o de um doente atacado de certas formas do delírio sistematizado agudo, particularmente o delírio sistematizado catatónico, que, absolutamente absorvido nas conceções do seu delírio, nada vê, nada sente, do mundo real. [...] Outras vezes, quando o doente está sentado, o tique consiste em contrações bruscas da face, a boca abre-se e avança para se fechar bruscamente logo depois, como o movimento da cabeça e das maxilas de um cão que se entretém a apanhar moscas (Bombarda, 1892, p. 178).

Segundo Ernesto Roma, as convulsões epileptiformes⁸⁴ e generalizadas raras vezes deixam de aparecer e são frequentíssimas nas primeiras idades. Outro facto importante a salientar nos microcéfalos – apesar de alguns se apresentarem musculosos e corpulentos – é que, normalmente ou em regra, são fracos e de estatura inferior ao normal: “A força muscular não é fácil avaliá-la pelo dinamómetro porque o grau de Idiotia que muitos

⁸³ Paralisia incompleta, isto é, paralisia do nervo ou músculo que não perdeu inteiramente a sensibilidade ou o movimento.

⁸⁴ Semelhantes à epilepsia, que o mesmo será dizer: doença cerebral, caracterizada por convulsões e pela perda de sentidos.

apresentam não lhes permite compreender o que desejamos que façam ao aparelho” (Roma, 1976, p. 57).

Outros dados observados foram as perturbações sensitivas e os reflexos cutâneos. Se os primeiros refletem alguma dificuldade de exploração, os segundos revelaram alguma normalidade, enquanto os tendinosos apresentam-se em muitos casos exagerados.

No que concerne aos aparelhos auditivos e oculares, Ernesto Roma revela-nos que não há alterações apreciáveis, enquanto no olfato e no paladar nota-se quase sempre um certo embotamento que em alguns destes doentes chega a atingir um grau bastante elevado. Nas observações feitas por este ilustre médico vianense, conclui que “igualmente lhes agrada o perfume duma flor e o cheiro do sulfureto de carbono, e com a mesma satisfação saboreiam o açúcar e o sulfato de quinina” (Roma, 1976, p. 57).

A forma de se exprimirem através da fala não existe. Normalmente emitem sons inarticulados, guinchos agudos e animalescos. A existiram algumas palavras, estarão reduzidas a quatro ou cinco vocábulos, mesmo assim mal pronunciados e de que são exemplos: *pão, mãe, quero, sim, não*. Porém, nesta asserção, Ernesto Roma chama-nos à atenção para o facto de que em alguns casos,

o desenvolvimento da linguagem causa admiração porque contrasta com a deficiência de todas as faculdades, mentais e mesmo com o grau de microcefalia bastante acentuado, mas como é sabido, a linguagem não mede o valor da inteligência e a microcefalia e a idiotia nem sempre se associam nos mesmos graus (Roma, 1976, p. 58).

A expressão mímica não existe nos microcéfalos.

Prosseguindo o seu raciocínio, Ernesto Roma fala-nos da ‘atenção voluntária’ que, nos microcéfalos, é muito limitada e pouco persistente e a ‘espontânea’ é deficiente e frouxa. Isso mesmo observa Miguel Bombarda, quando afirma que

é difícil atrair a atenção do doente e impossível fixá-la; chamo-o, volta os olhos lentamente para o lado onde ouve a voz, mas imediatamente os desvia; esse mesmo movimento não se produz quando lhe pronuncio o nome por uma segunda vez. Ofereço-lhe um bocado de pão; dificilmente se chega, ou mesmo não o faz, e é quase necessário metê-lo à força na mão para que ele se aposse. Se tem o estômago cheio, guarda-o sem lhe tocar; de outro modo devora-o brutalmente, quase sem se dar ao trabalho de mastigar (Bombarda, 1892, p. 178).

Perante esta circunstância se conclui que a memória é fraca e pouco desenvolvida e em muitos casos pode-se dizer que não existe. Daí, estes doentes serem considerados idiotas e, por tal razão, os sintomas psíquicos que apresentam – segundo Ernesto Roma – traduzem a deficiência de todas as faculdades mentais. Muito poucos são os microcéfalos que possuem o sentimento de propriedade, as noções de quantidade, de tempo e de espaço. E a existirem tais noções, tal como as faculdades de inteligência, são normalmente muito rudimentares.

Outra das noções adquiridas nas observações feitas a microcéfalos – quer por Miguel Bombarda quer por Ernesto Roma – a afetividade e os sentimentos morais não se chegam a manifestar: “Uns vivem alegres e satisfeitos, a tudo se amoldam, são dóceis e suportáveis, outros facilmente irritáveis, coléricos e maus, são o desassossego das famílias e das povoações” (Roma, 1976, p. 59). Um dos doentes, na altura internado em Rilhafoles, havia sido preso pelo crime de ofensas corporais. Segundo descrição de Ernesto Roma, este mesmo doente, na freguesia onde habitava, tinha-se revelado como o terror das crianças e das mulheres, infligindo-lhes maus tratos, sendo que da última vez que o fizera completou a sua façanha vibrando numerosas facadas na vítima.

Outro facto interessante a reter reside na fraca tendência que estes doentes tinham para o trabalho, levando a que muitos deles fossem utilizados por familiares na exploração da caridade pública. Segundo Ernesto Roma (1976, p. 59), alguns, completamente insociáveis, levavam uma vida ‘verdadeiramente animal’, vagueando pelos campos e recolhendo a casa só quando a fome os apertava. Havia, ainda, aqueles que, face ao profundo grau de idiotismo, se não houvesse o cuidado de os alimentar, por certo que morreriam de fome. Os portadores de microcefalia, aquando crianças, apesar de mamarem com a mesma facilidade das crianças normais, o seu crescimento faz-se de uma forma mais vagarosa.

Nessa mesma dissertação, Ernesto Roma revela-nos, também, que os primeiros dentes aparecem tarde e só tentam os primeiros passos depois dos quatro ou cinco anos. Aliás, idade com que – em alguns desses doentes – se manifestam os primeiros ataques epilépticos, ataques esses que só desaparecem mais tarde. Em alguns casos, a epilepsia manifesta-se muito antes dessa idade e noutros prolonga-se por toda a vida.

Assente numa crendice popular, onde os dois irmãos microcéfalos (Laidinha e Lalau), naturais de Viana do Castelo⁸⁵, seriam vítimas de um castigo por uma heresia proferida pelo progenitor dos seus dias que, ao pretender salvaguardar as falsas aparências de uma exemplar fidelidade conjugal, teria vociferado em subterfugiosos impropérios a máxima que correria de boca em boca: – *se meu filho for o fruto daquelas entranhas ele não poderá ser diferente de um macaco!*... Não há forma de contornar a imaginação popular, principalmente quando à mistura dos acidentes naturais – mesmo quando da natureza humana – se procura admitir o irreversível castigo, face ao blasfemar do desnaturado pai desse simiesco verificado nos dois seres nascidos para o mundo. Ainda que tenha acontecido tal “profecia”, os dois microcéfalos nasceram de pai incógnito. E a popularidade destes dois irmãos, revelava-se, precisamente, no herege e blasfemo comportamento de um pai que nunca chegaram a conhecer – e se o chegaram a conhecer, provavelmente, em face da latente degeneração eram ignorados, ou, quiçá, desprezados –, e no seu aspeto exótico, grotesco, semelhante aos dos macacos⁸⁶. Até Charles Vogt, depois do estudo anatómico e clínico de um certo número de casos, considerou o microcéfalo como um macaco superior, colocando-o entre o gorila e o orangotango (Cf. Bombarda, 1892, p. 177).

Apesar de Ernesto Roma se ter debruçado sobre o estudo de quatro patologias microcéfalas, procuraremos, face à proximidade geográfica, centralizar-nos apenas nas observações feitas ao caso dos dois irmãos microcéfalos de Viana do Castelo. Classificando-os pelos sintomas físicos e psíquicos, Ernesto Roma (1976) enquadrá-los-ia em grupos diferentes da *idiotia*: ‘Toninho Lalau’ no dos ‘cerebroplégicos frustes’ e a ‘Laidinha’ no dos ‘cerebroplégicos psíquicos’.

⁸⁵ Nascidos na freguesia citadina de Santa Maria Maior, numa humilde casa da ex-rua Gonçalo Afonso, rua suprimida há mais de cinquenta anos, face ao novo traçado citadino, no qual se circunscreveria a Avenida dos Combatentes da Grande Guerra. A casa localizava-se no espaço entre os atuais edifícios do Tribunal e da Cruz Vermelha.

⁸⁶ Nós mesmo verificamos através dos assentos de batismo e de óbito que o primeiro a nascer foi a criança de sexo feminino. Nasceu pelas 11 horas do dia 4 de dezembro de 1901, à qual foi dado o nome de Adelaide – mais tarde Adelaide de Jesus –, filha de pai incógnito e de Maria das Dores, neta materna de João de Passos Cardoso e de Maria da Assunção, sendo padrinhos João Martins Ferreira e Adelaide Martins Ferreira. A segunda seria a de sexo masculino. Nasceu pelas 17 horas do dia 29 de maio de 1903 e ser-lhe-ia atribuído o nome de António (Silva?), batizada a 3 de julho desse mesmo, tendo como padrinhos António Joaquim Pereira e Carolina Rosa de Sousa. Ambos morreram no Hospital de Velhos e Entravados da Nossa Senhora da Caridade – também conhecido pelo Hospício da Caridade –, Viana do Castelo, e as suas ossadas estão depositadas numa das gavetas do Cemitério Municipal de Viana do Castelo, cedida para efeito pelo município, e na qual se pode ler o seguinte epitáfio: «RESTOS MORTAIS DE / ANTÓNIO SILVA / “LALAU” / F 13-2-973 / COM 69 ANOS / E / ADELAIDE DE JESUS / “LAIDINHA” / F 7-11-964 / COM 64 ANOS / OS DOIS IRMÃOS MICROCEFALOS / FORAM FIGURAS TÍPICAS DE / VIANA».

Um facto curioso é que, em 1910, estes dois irmãos foram para Lisboa acompanhados pela mãe e por uma irmã, onde ambos seriam contratados por um empresário de ‘animatógrafo’⁸⁷, mas, face à linguagem obscena da Adelaide, que obrigou mesmo a polícia a intervir, levou a que o dito empresário viesse a rescindir o contrato. Por exemplo, se algum espectador a fixava demoradamente ou lhe chamava macaca, era certo que ouvia meia dúzia de bons palavrões. Era prática corrente na época utilizar-se pacientes desta natureza e não só, em animações circenses. E disso são exemplo os anões e os ditos gigantes, sendo que os mesmos eram, muitas vezes, cartaz nas grandes festas e romarias. O antagonismo era o furor dos espectadores: *Convosco, o homem mais baixo e o mais alto do mundo!*

Com rigor científico e a minúcia inerente às escrupulosas investigações feitas por Ernesto Roma, os antecedentes alcoólicos e sífilíticos – sendo que neste último apenas foi detetado um único caso (o avô materno dos dois microcéfalos de Viana do Castelo) – foram tidos em conta, pelo facto de que, como anteriormente afirmamos no primeiro capítulo, citando os autores que o afirmam, a intoxicação materna é mais compreensiva durante a gravidez; compreende-se melhor pela maior afinidade do álcool para o sistema nervoso. Referimos, também, a tese de Júlio de Matos que se firmara na convicção de que “é preciso não esquecer que a doença fere todas as idades; há mesmo um *alcoholismo fetal dos recém-nascidos* determinado pela intoxicação das mães” (Matos, cit. in Roma, 1976, p. 70).

Pelo facto de termos consultado uma interessante dissertação inaugural do curso médico de Jaime Ramos Moreira, publicada em 1914, pela Faculdade de Medicina de Lisboa – Instituto de Medicina Legal –, viríamos a constatar o quanto importante era para a época o problema dos estigmas psíquicos e somáticos de degenerescência, a ponto de nos anos trinta do séc. XX ainda se falar – aquilo que, presentemente, se formulou como uma «Eugenia Construtiva», uma fórmula quase “doutrinal” de seleccionar os homens que deveriam procriar: “A todos se consentirá o casamento (legal ou não): mas só aos bem constituídos se permitirá a prole. Como fazer? Protegendo os fortes: exigindo atestados médicos obrigatórios pré-nupciais, fazendo intensa propaganda das suas doutrinas” (Lessa, 1933: 10). Almerindo Lessa defendia uma eugenia curadora.

⁸⁷ Cit. *A Aurora do Lima*, 56.º anno, N.º 8197, Sexta-feira, 30 de dezembro de 1910. – *N’esta cidade existem duas creanças, que todos conhecem, dois microcephalos pertencentes a gente pobrissima, que foram contractados por uma empresa de Lisboa, em vantajosas condições, para serem expostos no Salão Foz, daquela cidade. / O notavel par seguiu hoje para Lisboa e d’alli para o estrangeiro, onde deve ser admirado.*

Ainda a propósito da dissertação de Jaime Ramos Moreira, outro dos condiscípulos de Ernesto Roma, tal era a dissimulação política que apontava, à luz da ciência, para uma nobreza gafa de vícios e desmandos; um clero não menos vicioso e incorrigível que respondia a tudo com a excomunhão; e um povo apagado, imbecilizado pelo sofrimento e pela rusticidade dos tempos. D. Pedro I, por exemplo, figura central dessa dissertação, era apresentado como poço sem fim de degenerescência, louco-lúcido e feroz desabrochou como uma flor sanguinária: “passou como a assolação, a guerra, a peste, o raio. Morigerou talvez, mas morigerou pelo terror. É que nunca sobre o trono estivera um rei tão degenerado, tão sanguinariamente degenerado” (Moreira, 1914, p. 13). E a genealogia serviria para reformular o próprio conceito de degenerescência:

Para se fazer ideia da herança mórbida que pesa sobre os ombros de D. Pedro é indispensável o estudo da árvore genealógica desta personagem tão discutida e cujos atos tanta crítica têm merecido. Por esse estudo se verá como vem «*já de longe em sucessivas pelejas patológicas, o morbo ruim, crescendo-se e multiplicando-se de geração em geração e pesando de sobra em todas as células nas reprodutoras como nas outras*», que produz D. Pedro, gago e cruel, insurgindo contra o poder paterno, sádico e homossexual, pródigo e amoroso (Moreira, 1914, pp. 14-15).

Segundo o mesmo médico, D. Pedro não entrava na patologia mental apenas pela herança, pelo prognatismo, pelo sadismo. A homossexualidade transparecera quase tão violenta como a heterossexualidade. E pergunta: “Em que capítulo da patologia mental devemos classificar esta psicologia tão acentuadamente mórbida? Apenas não pode entrar sem sombra de dificuldade nem impugnação, no capítulo dos degenerados” (Moreira, 1914, p. 50).

O caso da Laidinha e do Lalau, apenas estudado por Ernesto Roma, viria a revelar--se algo de inédito no estudo da microcefalia, dado que foi possível a este ilustre médico, para além de os acompanhar desde tenra idade, ter sido possível documentar a sua dissertação com fotos, esboços e gráficos cranianos dos mesmos microcéfalos. E isto aconteceu a partir do momento que o estudo antropológico dos microcéfalos foi desviado para o plano secundário, precisamente quando deixaram de ser consideradas como formas atávicas e regressivas do homem. É neste espaço temporal da ciência que Ernesto Roma – na sua assumida humildade – gravita:

Tentamos não nos deixar influenciar pelas velhas ideias e nas observações damos a maior importância à parte clínica e principalmente aos sistemas nervosos e mentais. Se neste ponto elas foram ainda consideradas incompletas, só lastimamos que a deficiência dos nossos conhecimentos não nos tivesse permitido fazer o que tanto desejávamos (Roma, 1976, p. 95).

Através das medidas antropométricas⁸⁸, Ernesto Roma complementaria assim as suas observações, fixando as dimensões das várias partes do corpo, permitindo avaliar a influência que sobre elas exerceria a doença. Para que o estudo tivesse um resultado aceitável em termos científicos, houve necessidade de comparar as medidas observadas nos microcéfalos com as dos indivíduos (ditos) normais médios da mesma ‘raça’, sexo e idade, mesmo quando este ilustre médico tinha consciência das dificuldades, pelo facto de na literatura da época não haver trabalhos antropométricos necessários. Os dois irmãos microcéfalos de Viana do Castelo vinham a ser observados desde 1909.

Face à escassez de trabalhos antropométricos, Ernesto Roma não deixa de salientar as utilíssimas indicações do Dr. Costa Ferreira⁸⁹, na altura professor livre de Antropologia da Faculdade de Ciências de Lisboa, que pôs à sua disposição a sua rica biblioteca da especialidade.

Uma coisa é certa, havia nesta gente uma preocupação – como um dia aventaria Manuel Curado (*Ciborgues Humanos*) – de debate sobre o problema da consciência, consciência essa que, desde o século XIX, deixou de ser um assunto que atrai exclusivamente a atenção dos filósofos. Tomando em consideração a interdisciplinaridade destes homens das ciências médicas, embrionariamente assente inicialmente na psiquiatria – de que são exemplo os Doutores Miguel Bombarda, Júlio de Matos e o próprio Ernesto Roma –, não admira que o principal debate das suas preocupações se espelhasse no estudo da mente. E aí concordamos com Manuel Curado quando afirma que “é discutível se existe um

⁸⁸ Da *Antropometria*, estudo comparativo das proporções das diferentes partes do corpo humano, onde a aplicação dessas medidas leva à identificação do indivíduo.

⁸⁹ António Aurélio da Costa Ferreira [N. Funchal, 1879 – m. Lourenço Marques, 1922], médico, antropólogo e pedagogo português. Licenciou-se em Filosofia (1899) e em Medicina (1905) na Universidade de Coimbra e estagiou em Paris, especializando-se em Pediatria. Por sua influência foi criada na Escola Normal Primária a cadeira de Pedologia, de que foi professor. Director da Casa Pia de Lisboa, aí desenvolveu acção notável também como educador. Num edifício desta casa criou (1914) o Instituto Médico-Pedagógico, obra pioneira no atendimento e ensino de crianças com dificuldades de aprendizagem escolar, que teve continuidade no actual Instituto de António Aurélio da Costa Ferreira, criado em 1941 por influência do médico e professor catedrático Vítor Fontes [N. Lisboa, 1893 – m. *ib.*, 1979], autor das palavras prévias (prefácio) à Dissertação Final do Curso Médico do Dr. Ernesto Roma, a que nos aludimos nesta dissertação.

elemento comum ou uma estratégia por defeito que todas as disciplinas adotam quando se confrontam com os aspetos mais intratáveis da consciência, nomeadamente a subjetividade, a relação mente-cérebro e as intuições modais reunidas no problema duro” (Curado, 2004, p. 171). Um dos atributos desta gente ia, precisamente, no sentido da tomada de consciência de que só com uma mente sã se poderia obter um corpo são.

Se, por exemplo, no campo da etiologia da microcefalia, haviam sido apontadas várias causas acidentais, operadas durante a gravidez, e das quais se destacou a acidental tóxica do alcoolismo, ação mais provável durante o período embrionário; o problema da diabetes encontra eco na deficiência – e porque não, degenerativa – alimentar.

Ernesto Galeão Roma faleceu, em Lisboa, com 91 anos de idade, a 9 de julho de 1978.

3.1.3.4. Eduardo Valença (1898-1962)

Eduardo Valença, nasceu na freguesia de Maximinos, Braga, em 5 de dezembro de 1898. Era filho de Eduardo Fernandes Valença, proprietário, morador na Sé, Braga, que casou aos 31 anos de idade, em Nogueira, S. João Baptista, a 15 de Agosto de 1892, com Clementina Marques, 24 anos de idade, proprietária, natural de Nogueira e moradora em S. Lazaro, Braga⁹⁰.

Após a defesa da sua tese de doutoramento, apresentada à Faculdade de Medicina do Porto, em janeiro de 1925, onde obteve a nota de 19 valores, fixou residência em Viana do Castelo, na Avenida dos Combatentes da Grande Guerra, onde tinha consultório.

A importância ligada ao desenvolvimento da fronte no homem, como sinal de superioridade sobre os outros animais, e o interesse que ao tempo vinham merecendo certas anomalias da fronte como estigmas degenerativos ou atávicos, inspirou-se em Eduardo Valença o desejo de estudar alguns caracteres métricos da região frontal do crânio, em exemplares portugueses. Para esse fim veio a utilizar as coleções dos Museus

⁹⁰ Foram testemunhas do casamento de seus pais – Domingos Fernandes Valença, negociante, Largo do Paço, Braga, e António José Vieira, caseiro, Igreja, Nogueira; neto paterno de João Fernandes Valença, natural de S. Cristelo de Covo, Valença, e de Maria José da Silva Rocha, Sé, Braga, e materno de Francisco Marques, natural de Parada de Gatim, e de Engrácia Luísa Rodrigues da Cruz, Adiães, Barcelos. Viemos a saber um pouco mais tarde que fora capitão-médico da Cruz Vermelha de Viana do Castelo e médico-consocio da Associação dos Artistas Vianenses, e havia casado com Elisa Maria de Vasconcelos, às catorze horas e trinta minutos do dia 30 de julho de 1925, na Conservatória do Registo Civil de Viana do Castelo, perante o Conservador António Carlos Ribeiro da Silva. Ficava assim comprovado que seis meses após a obtenção do doutoramento passou a residir em Viana do Castelo. Algumas pistas se abriram, quando na mesma Conservatória do Registo Civil de Viana do Castelo localizámos o seu Assento de Óbito, assinalando a sua morte às dezoito horas e trinta minutos do dia 22 de setembro de 1962.

de Anatomia e de Antropologia da Universidade do Porto, que lhe foram facultadas pelos diretores daqueles Institutos, Joaquim Alberto Pires de Lima (presidente da sua tese) e Mendes Correia.

Mesmo não se ocupando de certos caracteres craniográficos que, por certo, o levariam longe no seu estudo, Eduardo Valença tinha consciência de não ter esgotado o assunto, mas, sob o ponto de vista médico, aplicou os métodos mais aconselháveis, sendo que ao tempo, alguns dos quais vinham sendo muito pouco empregados que não lhe sobejavam, nem no país nem no estrangeiro, elementos importantes para confronto dos seus resultados. Todavia, importava-lhe, isso sim, colocar em todo o seu trabalho o escrúpulo que era devido em assuntos científicos e a precisão que cabia nas forças; “qualquer deficiência que possa ser-me apontada terá desculpa na acumulação de observações e de cálculos que tive de fazer, assim como na minha natural inexperiência em trabalhos desta índole” (Valença, 1925, p. 20).

Debruçando-se sobre as variações étnicas patológicas e sexuais, a sua tese vai no sentido de que o desenvolvimento cerebral comanda o desenvolvimento do crânio, creditando a sua certeza, “como na ascensão da animalidade para o Homem, os lobos frontais do cérebro adquirem dimensões muito superiores às correspondentes nos outros animais, a caixa craniana, no grupo humano, não podia deixar de aparecer com maior desenvolvimento anterior” (Valença, 1925, p. 23).

No âmbito desta análise, importa salientar como Eduardo Valença articula a noção de raça num enquadramento influenciado pelas concepções científicas da sua época. Na sua tese de doutoramento, o autor não se refere à raça no sentido de uma unidade humana comum, mas antes com base na ideia diferenciadora de ‘raças humanas’. A propósito das variações étnicas patológicas, nomeadamente ao nível dos lobos frontais do cérebro, afirma que: “pois, pelo contrário, o bordalete [grossura carnosa] que margina superiormente as órbitas e a raiz dos ossos nasais apresenta-se mais desenvolvido nos animais e nas raças inferiores” (Valença, 1925, p. 23). Acrescenta ainda que “é essa a porção da fronte que colabora na constituição da face, e esta, nos animais mais próximos do Homem, apresenta-se, em relação ao crânio cerebral, com mais proeminência e desenvolvimento do que as que possui na nossa espécie” (Valença, 1925, p. 24).

Ainda no tratamento dos dados craniométricos, Eduardo Valença evidencia uma preocupação metodológica com a precisão das medições, especialmente no que diz respeito à região frontal. A sua análise leva-o a distinguir entre diferentes áreas do osso frontal, o que o conduz a observações relevantes sobre as variações morfológicas entre

grupos humanos. Como refere: “É clássico o tipo do Australiano com a fronte fugidia e as arcadas supraorbitárias salientes” (Valença, 1925: 24). Segundo Eduardo Valença, esses caracteres encontram-se mais ou menos atenuados ‘noutras raças’, como os Melanésios, os Vedas, etc.

Ao longo da sua análise, Eduardo Valença percorre diferentes classificações raciais pré-históricas, cruzando referências anatómicas com comparações entre tipos humanos primitivos. Através da descrição das formas cranianas, procura estabelecer relações entre características morfológicas e grupos raciais, segundo os paradigmas científicos do seu tempo.

Perpassando por aquelas a que chama de **raças pré-históricas**, Eduardo Valença afirma-se pela proximidade das particularidades, ao tipo do australiano, fronte fugidia e as arcadas supraorbitárias salientes, que as mesmas apresentam, referindo-se ao tipo *humano de Neanderthal*, que tinha a fronte muito fugidia e um bordalete supraorbitário contínuo (*tori supraorbitales*), que formava uma viseira bestial sobre a face; no *Homo Sapiens* onde existia sempre o *planum supra orbitale*, resultante de as arcadas supraorbitárias nunca atingirem o rebordo da órbita; no *Homo taganus*, por ele consideradas **outras raças humanas primitivas**, que apresentam também a fronte mais ou menos oblíqua; no tipo *Cro-Magnon* e *madelenense de Chancelade*, que apresentavam uma fronte alta e vertical e arcadas moderadamente pronunciadas; nos *Beradas da Núbia* que apresentavam, segundo Hartman, uma fronte desenvolvida; no *Homo de Neanderthal* e nos *Caledónios* as frentes são muitos mais apagadas, enquanto nos negros são mais desenvolvidas do que nos europeus (cf. Valença, 1925, pp. 24-25). “Uma fronte larga, cheia, inclinada ligeiramente para traz, de modo a descrever uma curva ampla ao nível das bossas frontais medianamente elevadas dirigida a seguir imediatamente para trás” (Paul-Boncour, 1912, p. 116) eis, segundo Boncour a fronte característica das **raças europeias**.

Para Eduardo Valença, há também a notar diferenças sexuais, já que a fronte da mulher é mais vertical e mais abobadada do que no homem:

As arcadas supraciliares e a glabella masculina apresentam um maior grau de desenvolvimento do que as femininas, o que se constata facilmente, demorando a nossa atenção sobre a norma anterior do crânio.

O contrário acontece com as bossas frontais que são mais pronunciadas na mulher do que no homem.

Na criança vamos encontrar, relativamente ao adulto, a fronte mais arqueada, a glabella menos desenvolvida, a glabella menos desenvolvida, as bossas frontais mais pronunciadas.

A glabella resulta da formação dos seios frontais e estes só começam a aparecer no fim ou no decorrer do segundo ano, atingindo grande desenvolvimento em certos casos patológicos, de que são exemplo: acromegalia⁹¹, gigantismo⁹².” (Valença, 1925, pp. 25-26).

Daí, Eduardo Valença concluir nesta sua tese que não é só sob o ponto de vista antropozoológico e étnico que o estudo da fronte tem valor. Segundo a sua opinião, o seu estudo interessa também à semiologia clínica:

Com efeito, certos caracteres, como a maior ou menor obliquidade da fronte, o desenvolvimento exagerado das bossas, dos seios frontais e das arcadas orbitárias, a permanência da sutura metópica, têm sido considerados como estigmas atávicos e degenerativos (Valença, 1925, p. 26).

Manuel Costa Santos, na sua tese inaugural apresentada no ano anterior (1924) na mesma Faculdade de Medicina do Porto, com o título *O Ângulo Facial nos Crânios Portugueses*, faz notar que a maior ou menor obliquidade da fronte está, em certo grau, ligada ao prognatismo. “O desenvolvimento progressivo dos lobos frontais, na série animal, até ao homem, acarretando um maior desenvolvimento na nossa espécie, foi acompanhado de uma atrofia do aparelho mastigador” (cit. in Valença, 1925, p. 26-27).

Ao referir que o tipo acentuadamente *digestivo de sigaud* deu lugar ao tipo *cerebral*, Eduardo Valença acaba por pronunciar o valor semiológico e clínico que existe uma relação, dentro de certos limites, entre a fronte fugidia e a acentuação do prognatismo.

Por exemplo, Eduardo Valença cita Júlio de Matos no seu livro *Elementos de Psiquiatria*, que perfilhando da opinião de Tanzi, acaba por afirmar que “a fronte baixa e fugidia, os seios frontais pronunciados, são os principais estigmas da imbecilidade” (cit. in Valença, 1925, p. 27), e tomando por referência Lombroso, prossegue dizendo que “o

⁹¹ Doença crónica que se traduz por um aumento gradual, mas evidente, de certas partes do rosto, das mãos e dos pés. Estes sintomas característicos resultam do crescimento exagerado das cartilagens e das extremidades dos ossos, causado pela excessiva produção das hormonas que regulam o crescimento, segregadas pela Glândula Pituitária.

⁹² Crescimento excessivo dos ossos compridos dos braços e das pernas, durante a infância e a adolescência. Tal como na Acromegalia, nos adultos, o gigantismo é provocado por uma hiperprodução da hormona do crescimento, segregada pela Glândula Pituitária.

desenvolvimento anormal dos seios frontais, a excessiva proeminência das bossas, são estigmas degenerativos da epilepsia” (cit. in Valença, 1925, p. 27).

Por outro lado, Miguel Bombarda exprime-se desta maneira nas suas *Lições sobre epilepsias e pseudo-epilepsias*: “a fronte fugidia é de muita repetida observação. Constitui-se por este modo um grau mais ou menos notável de microcefalia frontal, que nos epiléticos se repete muitíssimo mais do que noutros alienados” (cit. in Valença, 1925, p. 27). Noutro lugar, Miguel Bombarda diz que “ordinariamente, é a região frontal – ou melhor – frontoparietal que se apresenta achatada do lado esquerdo; o relevo frontal é aí muito menos pronunciado” (cit. in Valença, 1925, p. 27).

Debruçando-se sobre vários trabalhos ligados à antropomorfologia, Eduardo Valença acaba por citar E. Régis⁹³ (1914), que conta a estenocrotafia no número dos estigmas da degenerescência; Giuffrida Ruggeri (*Sulla Dignità Morfologica dei Segni Deiti «Degenerativi»*, s/d), que possui um estudo interessante das anomalias da fronte na frenastenia, na epilepsia, nas degenerescências psíquicas, nas psiconeuroses e no histerismo; Mendes Correia (1914) que através de um estudo sobre 629 delinquentes portugueses, verificou que o índice frontal mínimo e a amplitude da sua variação eram maiores nos delinquentes do que nos normais, e que a fronte fugidia se encontrava numa proporção de 9,4%; Kurela e Lombroso, que davam a fronte fugidia como caracter dos delinquentes.

Imiscuindo-se à teoria lombrosiana do ‘criminoso nato’, onde aparecem ligados, como estigmas degenerativos, a saliência das bossas frontais e as arcadas orbitárias proeminentes, Eduardo Valença não deixa de referir o facto de não ser desconhecida para ele a crítica de que, ao tempo, vinha sendo alvo a mesma teoria lombrosiana. E questiona-se: “O seu valor é relativo, bem o sei, mas onde poderemos nós encontrar o absoluto? Na Biologia?” (Valença, 1925, p. 28) – crendo ou acreditando que era a ciência onde seria mais difícil encontrá-lo.

A fronte e a inteligência também são tema de debate na sua tese inaugural,

já que não é raro afirmar-se que, a uma fronte abobadada e alta, corresponde um alto grau intelectual; isto é, a frontalização encontra-se ligada ao maior ou menor desenvolvimento das faculdades psíquicas.

Quanta verdade encerrará esta afirmação?

⁹³ Régis, E. (1914). *Précis de Psychiatrie*. (cit. por Eduardo Valença)

Analisá-la detidamente seria trabalho de mais para as minhas forças e para o tempo que posso dispor.

Julgo, no entanto, que seria imperdoável, num trabalho sobre a fronte, não abordar, embora muito ao de leve, este problema (Valença, 1925, p. 31).

Tomando como referência a carta topográfica do cérebro, “elaborada sobre uma base histofisiológica, a região frontal granular de Brodmann, apreciada em proporção com a área total do cérebro, aparece com superfícies dum valor crescente dos Mamíferos para o Homem” (Valença, 1925, pp. 31-33), da seguinte forma:

Homem – 29%; Chimpanzé – 16,9%; Macacos – 11,3%; Prosímios – 8,3%; Cão – 6,9%; Coelho – 2,1%, na qual a dignidade hierárquica do homem é marcada por essa progressão que, atingindo um maior desenvolvimento na nossa espécie, *tornou, diz Houzé, inúteis as adaptações defensivas (Homo nudus et inermis). O lobo frontal tornou-se a arma mais terrível do ataque e da defesa* (Valença, 1925, p. 33).

Ainda segundo Eduardo Valença,

esse desenvolvimento parece que deveria ser imputado, tomado pela opinião de Edinger, não ao aumento das zonas sensoriais, que se encontram dispostas da mesma maneira em toda a série animal, mas à maior expansão dos espaços intercalares, dos sistemas de associação inter-corticais e da parte anterior do lobo frontal; e conforme o maior ou menor grau dessa expansão, assim os atos do animal são mais ou menos *inteligentes* (Valença, 1925, p. 33).

Num momento da sua reflexão, Eduardo Valença socorre-se do ponto de vista de Edinger para sublinhar a importância do lobo frontal na manifestação das funções psíquicas superiores. Através de uma analogia com o comportamento animal, ilustra a presença, ainda que rudimentar, de certos estados emocionais. Como observa: “o lobo frontal como parte do cérebro onde estão localizadas as mais altas faculdades psíquicas, o que de resto está de acordo com a maioria daqueles que cientificamente lhe querem dar uma localização anatómica” (Valença, 1925, p. 34).

Para além disso, Eduardo Valença dá exemplos:

Grasset [*Le Psychisme inférieur*, 1906] julga muito provável a localização do centro O – «o centro psíquico superior da personalidade consciente, da vontade livre, do Eu responsável» – no córtex do lobo pré-frontal; Hitzig [*Éléments d'Anatomie et de Physiologie*, 1913] diz-nos que é no «lobo frontal, característica do cérebro humano, que se organizam a reflexão, as ideias abstratas e os atos voluntários»; Purves Stewart [*Le diagnostic des Maladies Nerveuse*, 1910] localiza as funções psíquicas superiores na parte anterior do lobo frontal; e Landouzy [*Éléments d'Anatomie et de Physiologie*, 1913] parece aceitar esta opinião anterior, depois de nos falar em experiências sobre cães e macacos, as quais deram resultados satisfatórios nos primeiros e foram infrutíferos nos segundos (Valença, 1925, p. 34).

Em resultado deste estudo, mesmo esquecendo por momentos a existência de factos clínicos contraditórios, Eduardo Valença acaba por admitir “a localização das mais altas manifestações do espírito humano no lobo frontal e recordemos que o desenvolvimento desta parte do cérebro se encontra relacionada com a maior ou menor frontalização” (Valença, 1925, pp. 34-35), sendo levado a concluir que esta, mesmo que esteja longe de ser isenta de crítica, representava, quando desenvolvida, um carácter de superioridade intelectual. Contudo, com base nessa não isenção de crítica, Eduardo Valença alerta-nos para o facto de que não convém esquecer que

a progressão geométrica que representa o desenvolvimento do lobo frontal e, consequentemente, da frente, é uma progressão, no dizer de Grasset, cujos termos diferem não só pela quantidade, mas também pela qualidade. E, além disso, quantos termos dessa progressão são para nós desconhecidos, nesse labirinto da evolução da série animal até ao homem? (Valença, 1925, p. 35).

Para além disso, os centros nervosos eram ainda um grande segredo da biologia, e se a unidade anatómica parecia ter sido encontrada ainda não tinha sido a unidade psicológica. Segundo Eduardo Valença, a propósito da procura da unidade psicológica, são do *grande sábio* Oscar Vogt que teve a honra de ouvir no ano letivo, anterior à apresentação da sua tese de doutoramento, na Faculdade de Medicina do Porto, as seguintes palavras:

A medida dos campos arquitecturais, principalmente dos mielo-arquitecturais, danos a medida anatómica do cérebro, o seu sistema métrico por assim dizer. É agora que principiamos a resolver o grande problema, o problema psicológico. Trata-se no presente

de encontrar a medida psicológica das funções elementares. Não basta dizer de um homem, era um génio, um grande matemático, um grande músico, etc. É preciso analisar as qualidades elementares que faziam deste homem um grande matemático ou um grande músico. É preciso, pois, encontrar os métodos para medir o desenvolvimento das qualidades elementares nos diferentes indivíduos (Valença, 1925, pp. 35-36).

Continuando o seu raciocínio, Eduardo Valença vai mais longe, ao permitir-se encarar o problema sob o ponto de vista das diferenças sexuais, julgando de forma pouco bioética, ao tomar como prova a história da humanidade,

que não é lícito duvidar de que o homem é dotado duma inteligência superior à da mulher e, no entanto, se considerarmos o maior grau de frontalização como superioridade intelectual, temos de confessar que nos encontramos num plano inferior ao sexo feminino. O homem, como já disse, aparece-nos menos frontalizado do que a mulher. É certo que não podemos negar a esta um maior poder afetivo; e, sendo assim, recordando os estudos de Edinger, atribuiríamos o maior desenvolvimento frontal da mulher à sua maior afetividade (Valença, 1925, p. 36).

O lado rácico volta a pairar nas suas argumentações, quando afirma que se algumas ‘raças inferiores’ “como o Homem de Neanderthal, nos apresenta uma fronte fugidia, o mesmo não acontece com os negros, que nos aparecem mais frontalizados do que as raças europeias; e seria inadmissível dar àqueles um maior valor intelectual do que aos europeus” (Valença, 1925, p. 36). Ao discutir os critérios utilizados na avaliação da superioridade intelectual ou evolutiva, Eduardo Valença adota uma posição de cautela face à frontalização como indicador absoluto. Atribui-lhe um valor relativo, condicionado por variáveis como sexo e raça, deixando clara a limitação desse parâmetro. Nas suas palavras:

Nem outra coisa era de esperar se refletíssemos um pouco no desenvolvimento do cérebro humano. As faculdades intelectuais, como é fácil de prever, não dependem exclusivamente da massa maior ou menor do órgão onde estão localizados os seus centros.

A Anatomia não basta para avaliarmos do valor dum órgão; precisamos de estudar também a sua Fisiologia. Esta, no que diz respeito ao cérebro, apresenta-nos diferenças de raça para raça e de sexo para sexo (Valença, 1925, p. 37).

No desenvolvimento da sua tese, Eduardo Valença dedica também atenção ao estudo da célula nervosa, procurando identificar as fases do seu ciclo e as implicações funcionais de cada uma. A sua observação distingue dois momentos distintos da célula após o seu surgimento. Assim refere:

Como é sabido, a célula nervosa apresenta-nos duas fases depois do seu aparecimento. Na primeira é a célula arredondada e possui um alto poder de multiplicação, à qual corresponde o aumento em massa do centro nervoso de que faz parte. Na segunda fase, a célula nervosa, perde as suas propriedades reprodutoras mas fica ainda apta, diz-nos Devaux [*Les causes physiologiques de la Prèéminence du Cerveau chez l'Homme*, 1924] «a propagar em todos os sentidos os seus prolongamentos protoplasmáticos e a realizar associações sinérgicas cada vez mais complexas». Durante o período de amamentação, o cérebro humano adquire, segundo o mesmo autor, inúmeras células novas, que encontrando-se já constituída a vida de relação, «vão ser destinadas à vida intelectual do novo ser» (Valença, 1925, p. 37).

Assim, para Eduardo Valença, essas células intelectuais fazem uma longa aprendizagem de modo a tornarem-se aptas para as altas funções que têm que desempenhar. Segundo ele, é a *fase educadora* de Devaux, cuja educação será tanto mais perfeita quanto maior for a sua duração e esta depende

do aparecimento mais ou menos tardio da puberdade. Será, portanto, menos duradoura no Negro que no Europeu e na mulher do que no homem.

Concluindo, direi, que o grau maior ou menor de frontalização, considerado como carácter de superioridade intelectual só o podemos admitir na comparação de indivíduos do mesmo sexo e da mesma raça e ainda assim com muitas reservas. Seria interessante um trabalho que nos desse o desenvolvimento da fonte de sábios, artistas e escritores (Valença, 1925, p. 38)

Alude o autor ao estudo comparativo em que os seus resultados obtidos em crânios (a que denomina) de *humildes*, pudessem preencher um dos termos de comparação.

Eduardo Valença, sem deixar de referir que utilizou

para o estudo da fronte 150 crânios, na sua maioria pertencentes a indivíduos das províncias do Norte de Portugal, depositados no Museu de Anatomia da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto, ao qual pertenciam 49, sendo 24 femininos e 26 masculinos; os restantes 101 no Museu de Antropologia da Faculdade de Ciências da mesma Universidade, sendo 51 femininos e 49 masculinos (Valença, 1925, p. 43).

A proveniência dos crânios analisados por Eduardo Valença é, ela própria, reveladora de uma dimensão social e simbólica que o autor não deixa de assinalar. A origem modesta dos restos ósseos, associada à metodologia quantitativa adotada, é por ele assumida de forma clara e até com alguma carga expressiva:

para alguns dos resultados, como não têm sido feitos trabalhos análogos, faltaram-me elementos de comparação, pelo que resolvi aproveitar sete crânios masculinos de negros de Angola, pertencentes ao Museu de Anatomia da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto e o crânio dum chimpanzé e o dum cinocéfalo, pertencentes ao Museu de Antropologia da Faculdade de Ciências da mesma Universidade, para suprir, embora deficientemente, essa falta (Valença, 1925, p. 53).

Apesar dos numerosos processos utilizados nesta sua tese para o estudo métrico da fronte, Eduardo Valença acaba por reconhecer que não foi fácil condensar numa conclusão sumária

os resultados obtidos no que diz respeito à localização dos Portugueses numa escala hierárquica das raças, organizada com documentos referentes à fronte. Como os dolícocefalos mediterrânicos, em geral, os Portugueses aparecem-nos pouco frontalizados, sendo mesmo em alguns elementos métricos batidos pelos negros, cujo desenvolvimento frontal já tinha sido assinalado por Topinard [*Éléments d'Anthropologie*, 1885] e outros em relação a diversas raças europeias (Valença, 1925, p. 73).

Para Eduardo Valença, este facto acabou por lhe restringir a significação desses elementos como índices de superioridade ou de inferioridade. Para ele,

alguns índices, como o fronto-transversal e o fronto parietal, aparecem elevados nos Portugueses, mas devemos considerar isso como uma consequência passiva da dolicocefalia e não como expressão dum real desenvolvimento frontal.

Sob o ponto de vista de medidas e índices que dão os graus de inclinação e convexidade da fronte, os Portugueses aproximam-se doutras raças europeias. Alguns elementos, como o ângulo da convexidade frontal, distinguem claramente o Português de certas formas inferiores como o Homo de Neanderthal e o Pitecantropus como era de supor (Valença, 1925, p. 74).

3.1.3.5. José Gomes de Almeida Crespo (1902-1992)

José Gomes de Almeida Crespo, nasceu em Gouveia (Serra da Estrela) a 14 de maio de 1902 e faleceu em Viana do Castelo, na sua residência à Avenida dos Combatentes – na casa que mandara construir e que denominaria das *Varandas Floridas*, hoje um exemplar arquitetónico de referência na ‘princesa do Lima’ – a 6 de fevereiro de 1992. Estudou as primeiras letras na sua terra natal e concluiu o ensino liceal em Coimbra. Em 1920, matriculou-se na Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra, onde se licenciou em medicina e cirurgia (1926) e, mais tarde, especializou-se em fisiologia e dermatologia⁹⁴. Tem uma bibliografia extensa.

A propósito de um estudo apresentado pelo médico José Crespo, ilustre vianense por adoção, numa tese apresentada ao *III Congresso dos Funcionários Administrativos de Portugal*, que decorreria em Setúbal, nos meses de julho e agosto de 1933, o mesmo médico colocaria o dedo na ferida da problemática da assistência médica municipal, quando afirma a dado momento da sua intervenção que a superintendência das Câmaras nos partidos médicos municipais começa normalmente

na faculdade que se outorgaram de disporem deles a seu belo prazer, oferecendo-os a quem lhes apetece, conforme o critério dos seus Vereadores, as suas simpatias pessoais e

⁹⁴ É ainda em Coimbra, quando já finalista do curso de medicina, que integra o Centro Republicano Académico. Imbuído pelos princípios e ideais de republicano e democrata, participa, em 1927, na Revolta do Porto contra a ditadura militar saída do golpe de 28 de maio de 1926. Desiludido, sai de Portugal a 19 de março de 1927, embarcando como médico, num vapor francês, em direção aos Estados Unidos da América. Anos mais tarde, após alguma aparente calma política no país, regressa a Portugal e fixa residência em Viana do Castelo, abrindo o seu primeiro consultório na freguesia limítrofe ao concelho de Ponte de Lima, Lanheses (Viana do Castelo), onde exerce as funções de médico municipal. Aliás, cargo que – a par do de delegado de saúde – viria a exercer, também, em Viana do Castelo. Foi também alferes-médico da Cruz Vermelha Portuguesa e clínico do Hospital Rodrigues Semide, no Porto, tendo recebido um louvor do Ministério da Instrução Pública, em 1935.

políticas e desatendendo quaisquer outras razões de melhor preferência, em prejuízo de legítimos direitos (Crespo, 1934, p. 7).

Segundo ele, as leis administrativas favoreciam mais ou menos este procedimento nada justificável, quando se tratava de uma profissão em que a competência, as habilitações, comprovado amor ao estudo, dedicação e bons serviços, deveriam ser, mais do que em qualquer outra, elemento primordial de escolha entre os que atenderam às condições gerais dos próprios concursos.

José Crespo, apesar se notabilizar como médico-escritor, chegou a desempenhar as funções de médico municipal⁹⁵.

Em agosto de 1929, por exemplo, numa tese apresentada ao *II Congresso Municipalista Minhoto*, congresso que decorreu em Viana do Castelo, José Crespo abordou uma interessante problemática que daria título à sua intervenção nesse importante certame – «Aspecto Sanitário da Emigração no Minho». Na altura, apesar de salientar os benefícios que advinham da emigração – “caudais de ouro tão indispensáveis ao equilíbrio da nossa balança económica, garantia da manutenção do nosso comércio exportador, facilidades à propaganda das riquezas e do nome de Portugal” (Crespo, 1930, p. 6) –, exprimiria alguma preocupação pelo lado oposto desse fenómeno, que rotularia de «*défice* emigratório». Segundo ele, a emigração não trazia só *saldo*, dado que acarretava também um *défice* importante na economia e na vitalidade da nação, face às doenças contagiosas que o emigrante adquiria lá fora, apoucando-se como valor produtivo, “e consequentemente difundindo-as entre nós quando regressa, empobrecendo a nação, e a maneira que eu vejo mais viável de lhe acudirmos” (Crespo, 1930: 6-7). Para este médico, o recurso extremo seria estancar a onda emigratória, mas depressa acaba por reconhecer a impraticabilidade deste “remédio”, já que tal facto se apresentava como um fenómeno natural impossível de entrar. José Crespo propunha, assim, que o saldo da balança demográfica não deveria ser conseguido através da limitação da emigração, mas pela via da higiene social:

Aumentar os nascimentos e promover as repatriações é remédio pouco viável, a não ser indiretamente, a longo prazo e em fraca medida. Só pode conseguir-se eficazmente

⁹⁵ Em 1982, foi galardoado pela Ordem dos Médicos com a medalha de grande valor artístico de raro simbolismo, mandada cunhar expressamente para o homenagear em Viana do Castelo, pelo reconhecido talento literário como escritor e médico –, dedicou uma grande parte da sua vida à problemática da higiene social.

«diminuindo as perdas», isto é, diminuindo a mortalidade, pela remoção das causas sociais e anti-higiénicas que a determinam, combatendo as doenças e combatendo o contágio (Crespo, 1930: 7).

Outro fator importante a destacar, tendo em conta o senso de 1921, no que toca à mortalidade, Viana do Castelo apresentava-se em quarto lugar, quando a taxa de natalidade era a segunda mais baixa do país, logo a seguir a Coimbra⁹⁶. Segundo José Crespo, o Minho era, das “províncias portuguesas”, uma das que mais vivia da emigração, nomeadamente para a América do Sul, Espanha e França. Com a emigração, iniciavam-se, assim, focos de contágio trazidos pelo agravamento do estado sanitário dos que regressavam e, consequentemente, dos que cá estavam. Este cenário desolador espelha-se na hipótese observacional aferida à tese desse ilustre médico vianense, que apontava as doenças carreadas pelo emigrante, com a seguinte distribuição: “do Brasil, o emigrante traz principalmente a sífilis, não deixando de vir também um grande contingente de tuberculosos; da França, país de tuberculosos, vem sobretudo a tuberculose [...]; da Espanha, o emigrante regressa principalmente impaludado” (Crespo, 1930, pp. 8-9). As doenças eminentemente contagiosas e hereditárias, como a sífilis, tuberculose e outras doenças venéreas (consideradas como doenças da emigração), entravam no rol das preocupações higiénicas, marcadamente revestidas por conceitos estereotipados, onde as nações acolhedoras eram acusadas de proporcionarem imundas condições a quem ali vivia e trabalhava. Aquelas que ofereciam melhores condições de higiene, pautavam-se pelo conforto e a assistência: *O trabalhador aqui* – referindo-se aos Estados Unidos da América, para onde emigraram alguns da região do Soajo (Arcos de Valdevez)

vive bem, trabalha na justa medida da sua capacidade, não corre, depois do trabalho diário, atrás de prazeres abusivos que provocam surmenagem, a fadiga genésica é consideravelmente limitada pela educação e pelas leis proibicionistas, alimentando-se logicamente e guardam-se do alcoolismo. Já não acontece assim noutras partes, onde o emigrante, para juntar pecúlio, tira-o do corpo, levando uma vida de poupança e de desconforto (Crespo, 1930, pp. 9-10).

José Crespo caracteriza estes últimos como aqueles que mandavam dinheiro, de facto, mas que os via regressar despidos de carnes, estropiados e famintos. Os emigrados para

⁹⁶ Estudo feito com base numa escala de 1/1.000 habitantes.

Espanha, por exemplo, acabavam por viver uma vida exageradamente destituída das mais elementares condições que um ser humano pode ambicionar: trabalhavam duro, dormiam pouco e eram mal assistidos.

Em algumas zonas deste país, muitos dos nossos emigrantes iam trabalhar para as serranias, longe dos povoados, dormiam em tendas improvisadas; cozinhavam, eles próprios, refeições inadequadas ao esforço despendido e comiam da mesma tigela. Para além de trabalharem como escravos e estarem submetidos a uma apertada vigilância de capatazes e contratadores, eram, muitas vezes, alimentados a sopas de pão em água fervida com azeite. Como afirmaria José Crespo (*Aspeto sanitário da emigração no Minho*), os nossos emigrantes eram alimentados a “pão e navalha, pouco mais”. A principal razão da forte corrente emigratória do Alto Minho para Espanha prendia-se com o facto de estarem perto de casa e, circunstancialmente, terem a oportunidade de virem ‘retemperar-se periodicamente’.

Apesar das doenças venéreas, que no Minho entravam em larga escala, virem de todas as partes do mundo, o maior contingente vinha do Brasil e de Espanha. Ao entrarem às dezenas por ano, acabavam por vir a agravar o estado sanitário da região, “aumentando o número de doentes e criando outros tantos focos de contágio. É isto que precisamos de evitar, a bem da saúde pública e do bem-estar coletivo, assistindo-os de forma que não agravem as condições sanitárias do meio” (Crespo, 1930, p. 11). Segundo José Crespo, o comprometimento da prosperidade da região tinha origem, precisamente, nas três doenças trazidas pelos emigrantes: a tuberculose, a sífilis e as doenças venéreas – “a primeira, sobretudo, mal implacável, a verdadeira doença social, o tenebroso flagelo do nosso século” (Crespo, 1930: 11) –, doenças para as quais era indispensável estabelecer uma defesa lógica. Mais que não seja, pelo facto de, na altura, a saúde pública estar a ser posta em causa. De facto, a tuberculose era a doença mais espalhada⁹⁷. Sem que escolhesse estratos sociais ou idades, a tuberculose vitimou muita gente de classe média-alta. Por

⁹⁷ Nos dias 3, 4, 5 e 6 de setembro de 1902, realizou-se em Viana do Castelo o 2.º Congresso da Liga Nacional contra a tuberculose. A Liga Nacional contra a tuberculose foi instituída sob a orientação que lhe imprimiu de começo o Professor Miguel Bombarda. A ele se deve a organização da Liga, constituída por núcleos disseminados pelo país, com as suas relações centralizadas no núcleo de Lisboa. Em Viana do Castelo constituiu-se um destes núcleos, que foi presidido pelo Dr. Tomás António de Azevedo Meira. Foi o núcleo de Viana encarregado de preparar o 2.º Congresso da Liga. O primeiro havia-se realizado em Lisboa, em abril de 1901. Houve um terceiro em Coimbra, em abril de 1904; e um quarto no Porto, em abril de 1907. Com a morte de Miguel Bombarda, a Liga Nacional contra a tuberculose, extinguiu-se muito do dinamismo necessário ao combate a esta doença. Estiveram no congresso de Viana, entre outros: Miguel Bombarda, José Sobral Cid, Augusto Fuschini, Augusto da Silva Carvalho, Cândido Cruz, Tiago de Almeida, Tomás Meira, Manuel Costa Alemão, António Martins Delgado e Daniel F. Matos.

exemplo, em 1919, pelas 16 horas do dia 12 de abril morria, em Paredes de Coura, o republicano e subchefe de fiscalização de impostos, António Francisco de Miranda, vítima da ‘gripe pneumónica’, conforme consta da sua certidão de óbito.

Nesse mesmo estudo efetuado sobre o «aspeto sanitário da emigração no Minho», o doutor José Crespo dá-nos conta de ter encontrado na Ribeira-Lima famílias inteiras de tuberculosos, desde os avós aos netos, o que seria para si motivo de grande apreensão face à possível proliferação dos focos contagiosos. Outros dos fatores que, para além da facilidade de contágio, levavam ao agravamento e crescimento desta doença, eram as condições favoráveis do meio, da vida e do clima da região, sobretudo ao longo do Rio Lima:

a excessiva humidade, a impermeabilidade do solo, a frequência de nevoeiro, a promiscuidade e desapego higiénico, favorecem eminentemente a difusão do mal. Mas é de lamentar em povoações como S. Lourenço da Montaria e Vilar, em plena montanha, a uma altitude média, ainda aqui há anos indemnes de tuberculose e que já vão dando um contingente regular (Crespo, 1930, pp. 12-13).

Quase todos os portadores da tuberculose nestas povoações haviam sido emigrantes ou de família de emigrantes. O lado eugénico funcionava no subconsciente dos próprios médicos, quando se atreviam a considerar tal situação de contágio como “tristíssima e fúnebre sementeira” (Crespo, 1930, p. 13). Os doentes eram vistos como infelizes, a quem o médico nada mais tem a dar do que o alívio e boas palavras, que viam passar junto dos seus uma longa agonia feita de miséria e sofrimentos, semeando inconscientemente o mal à sua volta. O problema da hereditariedade também não estava posto de parte.

Numa entrevista ao *Diário de Coimbra* (13 de maio de 1934), e quando se referia ao seu estudo «*aspeto sanitário da emigração no Minho*», José Crespo afirma que através desse mesmo estudo estavam de pé as ideias sobre o contágio da tuberculose que se dizia ‘epidemia branca’, extraordinariamente contagiosa. Mas, segundo o ilustre médico, o problema da contagiosidade e da hereditariedade da tuberculose parecia ter tendência a transformar-se de *fond encomble* (inteiramente) com a descoberta do vírus filtrável, por Tito Augusto Fontes⁹⁸. Aos ‘olhos’ de José Crespo, as doenças venéreas e a sífilis

⁹⁸ Tito Augusto Fontes (1854-1933), médico português, nasceu e morreu em Valença do Minho. Formou-se, em 1880, na Faculdade de Medicina do Porto. Em Berlim e Paris especializou-se no conhecimento da tuberculose e da sua terapia. No Hospital da Misericórdia, no Porto, do qual foi diretor, instalou uma

continuavam a pressagia sementeira, a transbordar para os meios rurais. Nessa mesma entrevista, observava ainda que nas populações infantis não eram raros os estigmas de degenerescência, de debilidade física e fisiológica, de heredossífilis, heredodistrofia paratuberculosa, heredoartrismo, etc.:

ao lado das condições meteorológicas detestáveis e do excesso de população para a escassez de terras produtivas, o que fomenta ou a emigração, a promiscuidade ou a pobreza, há considerar este outro fator que eu reputo importante: as condições geológicas, isto é, a falta de calcário nos terrenos, nos produtos da terra, e a acidez acentuada dos mesmos” – citamos dessa mesma entrevista ao Diário de Coimbra.

Segundo o médico vianense, no Alto Minho tudo era ácido. Os organismos viviam em permanente escassez de cálcio orgânico. Apesar da vizinhança do mar, o escrofulismo, o linfatismo (doença que se manifesta por ingurgitamento dos gânglios linfáticos, alterando-se os fluidos que estes contêm, e formando-se tumores ovulares, que podem ulcerar-se) e a cárie dentária eram banalidades.

O cancro e o bócio eram outras das doenças hereditárias. O foco de bócio mais antigo era na freguesia de Nogueira, do concelho e distrito de Viana do Castelo. Das doenças infectocontagiosas, José Crespo chama à atenção para a febre tifoide de características endémicas, por se localizar, principalmente, na freguesia de Perre, também do concelho e distrito de Viana., onde sofria por vezes recrudescências com dez e mais pessoas doentes sob o mesmo teto. O tratamento para combater este flagelo era feito através da vacinação. Estávamos em tempos de Medicina Social, onde não seria estranho ouvir dizer, pela voz do professor Gregório Maraño⁹⁹, que “o médico de hoje, e sobretudo o médico futuro, de um futuro muito próximo, terá a seu cargo uma missão transcendente, muito superior à sua missão de curar: a missão eugenésica, a de velar pela pureza e pelo aperfeiçoamento da raça humana. As raças futuras têm de ser melhores no físico e no espiritual, graças ao esforço intencionado do homem” (Cit. Crespo, da mesma entrevista ao Diário de Coimbra, 13 de maio de 1934).

Os propósitos eram bem claros: *missão eugenésica, a de velar pela pureza e pelo aperfeiçoamento da raça humana.*

enfermaria para o tratamento dos tuberculosos. Trabalhou também nos hospitais de São Francisco e da Trindade. Foi um dos fundadores da célebre Casa de Saúde Portuense e um devoto servidor da Câmara Municipal do Porto.

⁹⁹ Gregório Maraño y Posadillo, médico e escritor espanhol (Madrid, 1887 - *ib.*, 1960), foi um dos pioneiros da endocrinologia. Além disso, efetuou estudos, nomeadamente sobre o conde-duque de Olivares e sobre Toledo. Deputado em 1931, viu-se obrigado a refugiar-se algum tempo em França.

Para o médico José Crespo, as medidas a tomar para acudir à influência agravante destas doenças no estado sanitário da região alto-minhota, passavam pela existência de hospitais de isolamento ou, na falta destes, dever-se-ia oferecer uma melhor assistência moral e higiénica, pondo os doentes ao corrente dos cuidados de que deveriam rodear-se para não serem nocivos aos outros. Para ele, a orientação a seguir deveria repousar no seguinte princípio:

Obrigatoriedade da inspeção médica gratuita, cuidadosa e conscienciosa, à chegada do emigrante, multiplicação dos tratamentos gratuitos com distribuição gratuita de medicamentos. Educação higiénica e profilática” (Crespo, 1930, p. 21) [...] “O emigrante que sai de saco às costas por esse mundo de Cristo, exposto a todos os riscos, sujeito aos maiores sacrifícios e a todas as doenças, no desempenho duma missão necessária, é um soldado da Pátria, que esta dispensa porque não pode proporcionar-lhe em si uma luta condigna. Deve-lhe a Pátria, por isso, toda a proteção (Crespo, 1930, p. 23).

Este importante estudo do doutor José Crespo, em face de um conceito muito em voga e apregoadado pelos mentores do *eugenismo*, que “é da saúde pública que mais depende a riqueza e a força de uma região”, concluiria o seguinte:

- 1.º) - Estuda-se o problema da influência agravante da emigração sobre o estado sanitário do Minho e chama-se para ele a atenção das autoridades;
- 2.º) - Propõe-se a obrigatoriedade da inspeção médica gratuita, cuidadosa e conscienciosa à chegada do emigrante; multiplicação dos tratamentos gratuitos, com distribuição gratuita de medicamentos e assistência moral, higiénica e profilática;
- 3.º) - Procurar tratar todas as doenças contagiosas e fazer de cada doente a verdadeira propaganda profilática, procedendo de forma a evitar que eles disseminem o contágio. Convém que as municipalidades compreendam o interesse geral em matéria de profilaxia;
- 4.º) - É preciso melhorar o nosso arsenal sanitário e higiénico. Devem ser criados na província, com urgência, organismos de luta antituberculosa e antivenérea, sendo de toda a vantagem a construção de dois hospitais distritais para isolamento de tuberculosos, um em Braga e outro em Viana, e de toda a urgência a criação de enfermarias de isolamento anexas aos hospitais existentes, solicitando o auxílio do Estado, dos particulares e das Misericórdias;
- 5.º) - Que as Câmaras Municipais, de colaboração com as autoridades sanitárias, estudem a melhor forma de efetivar estas medidas de sanidade e criem no público ambiente favorável à sua aplicação (Crespo, 1930, p. 28).

A higiene na Escola Primária, face à sua importância e amplitude, é também uma das temáticas abordadas por este médico-escritor. Citando Gilbert Robin, José Crespo comungava da ideia que o futuro da pedagogia e da psiquiatria infantil poderia vir a demonstrar que o médico e o pedagogo seriam, forçosamente, dois amigos inseparáveis e, quiçá, “dois irmãos de armas”. Propunha-se em afirmar que a assistência sanitária no ensino primário era absolutamente necessária. Mais uma vez, sentia-se, ainda que de uma forma inadvertida, um sentimento eugénico:

Abandonar a criança neste período do seu desenvolvimento, variável consoante o sexo, a idade, o meio social e familiar, o temperamento e a constituição, é expô-la a inconvenientes derivados de muitas causas – *malmenage* escolar, falta de assistência moral, excesso de matérias dos programas oficiais, falta de exercícios físicos adequados, doença ou tara não corrigida – que podem fazer perder uma vocação, extraviar um carácter, formar um descontente e um revoltado (Crespo, 1945, p. 10).

Com o fim da segunda Guerra Mundial¹⁰⁰, todos os países industrializados conhecem um forte aumento das taxas de natalidade, que em algumas circunstâncias chega a atingir três filhos por mulher. Segundo as estatísticas, todos os países evoluem da mesma forma: tímida recuperação da fecundidade durante a guerra, *baby-boom* de 1945 a 1964, diminuição da fecundidade até uma estabilização por volta de 1975. Se, na Alemanha nazi, os modelos hitlerianos levaram à criação da juventude hitleriana, também em Portugal, Oliveira Salazar apostou numa juventude servil, precocemente adestrada nos exercícios militares, preparada para servir cegamente o ideário do Estado Novo. Haveria de criar a *Mocidade Portuguesa* (MP). O princípio eugénico de «*Deus, Pátria e Família*», revia-se e aflorava-se na manipulação das próprias crianças. E isso iniciava-se na Escola Primária. Quase todos os historiadores são unânimes em afirmar que a *Mocidade Portuguesa* era um alfobre de elites de intelectuais que enformariam, mais tarde, os quadros do regime.

¹⁰⁰ É evidente que estamos a falar de uma obra saída, numa segunda edição, em 1945, quando se assistia ao culminar da II Guerra Mundial, manchada pelo genocídio dos judeus e pela sangrenta manhã de 6 de agosto, quando dois aviões americanos se aproximaram de Hiroshima, uma cidade de 300 mil habitantes no Sul de Honshu, a maior ilha do Japão, e num pequeno instante acabam por a destruir. A bomba atómica havia feito perecer cerca de 100 mil pessoas, entre as quais se contavam um sem número de crianças. Mas, os efeitos nefastos da radioatividade continuaram: médicos e socorristas morrem, cinco, quinze, vinte anos mais tarde de cancro e de leucemia.

O aparecimento da *MP* coincidiu com a reforma da instrução. De harmonia com a base XI da Lei n.º 1941, de 11 de abril de 1936, seria dada à juventude uma «organização nacional pré-militar que estimularia o desenvolvimento integral da sua capacidade física, a formação do carácter e a devoção à Pátria e a colocaria em condições de poder concorrer eficazmente para a sua defesa». Finalmente, viria a ser instituída pelo Decreto-Lei n.º 26611, de 19 de maio de 1936, em execução da mencionada Lei n.º 1941, que abrangia toda a juventude – escolar ou não –, e tinha como finalidade estimular o desenvolvimento integral da sua capacidade física, a formação do carácter e devoção à Pátria, no sentimento da ordem, no gosto da disciplina e no culto do dever militar (Arriaga, 1976: 14-15).

José Crespo, avesso a estes princípios¹⁰¹, apontava para que uma das finalidades primaciais de toda a pedagogia era a de formar homens de vontade robusta, com o domínio completo de si mesmos, perfeitamente equilibrados no exercício de suas energias e capazes de porem todas as suas faculdades ao serviço de uma ideia boa e generosa. Por isso, para ele, formar homens exigia uma especial vocação, dado que a criança não era um adulto em miniatura.

Saídos da Primeira República, os manuais escolares exaltavam à higiene social, à educação, à renovação de métodos e à liberdade da própria criança:

Creio que não ignorais o terror que causa às crianças o sacrifício da ida para uma escola espelunca, de má fama, que certos pais bárbaros e ignorantes consideram como *uma casa de correção* onde os pobres inocentinhos hão-se ser *guardados e corrigidos*, como se fossem verdadeiros criminosos! (Amor, 1910, p. 15).

O conceito de degenerescência permanece. Manuel Antunes Amor chega a traçar um quadro negro da educação, colocando parte das responsabilidades nos pais das crianças. Estamos num período em que a corrente do pensamento positivista (inspirado em Auguste Comte) se instalava na medicina, nomeadamente na psiquiatria, com Miguel Bombarda e Júlio de Matos; na política, com Teófilo Braga, promotor e diretor das principais revistas do movimento: *O Positivismo* (1878-1882), *Era Nova* (1880-1881) e *Revista de Estudos*

¹⁰¹ Como atrás referimos, o Dr. José Crespo, imbuído pelos princípios e/ou ideais de republicano e democrata, participou, em 1927, na Revolta do Porto contra a ditadura militar saída do golpe de 28 de maio de 1926. Desiludido, saiu de Portugal a 19 de março de 1927, embarcando como médico, num vapor francês, em direção aos Estados Unidos da América.

Livres (1883-1887), revista onde colaboraram muitas das figuras mais preeminentes da ciência e da cultura portuguesas, como é o caso de Júlio de Matos, Teixeira Bastos, Emídio Garcia, Consiglieri Cardoso, entre outros. As bases fundamentais da sistematização positiva passaram a ser a «Lei dos Três Estados» (Teológico, Metafísico e Positivo) e a «Classificação do Conhecimento Humano». Escreveu, então, Manuel Antunes Amor na sua «Cartilha Moderna»:

Insensatez! Desleixo! Ignorância! Exploração! Crime! São gritos de revolta que a minha consciência não pode calar, perante o negro quadro que se me patenteia, quando me ponho a observar a maneira como muitos pais, que se dizem cultos, têm descurado a educação dos filhos (Amor, 1910, p. 15).

Para este professor e ex-pensionista do Estado na Alemanha (como aparecia na referida ‘cartilha’), no nosso país pensava-se mais em política do que no problema educativo, e a evolução dos métodos – como em todas as coisas – fazia-se tão lentamente e tão abstrusamente.

Voltando aos conceitos de higiene social na Escola Primária, era importante a discussão à volta da influência das condições higiénicas do edifício nos alunos. As condições de salubridade do edifício, no que diz respeito à situação, orientação, construção, dimensões e disposição das salas de aulas e anexos, ventilação, iluminação, temperatura, etc., eram muito importantes, segundo José Crespo, para a formação física, intelectual e até moral do educando (Cf. Crespo, 1945, p. 16). Para se educar um aluno, dever-se-ia começar pela tríplice preparação: física, intelectual e moral. José Crespo chamava a isso uma educação integral. A formação física conseguia-se pela higiene e pela educação física. O papel dos professores passava pela forma de incutir nas crianças hábitos de higiene e limpeza; a formação intelectual complementava-se ao exercício físico, porque, para ele, a educação intelectual, como afinal toda a formação, exigia da parte do aluno aplicação e esforço, a higiene intelectual visava principalmente combater a preguiça e opor-se a todas as causas individuais, escolares e extraescolares, que prejudiquem o rendimento normal do aluno (cf. Crespo, 1945, p. 39).

Não se punha de parte a aplicação da medicina escolar, de forma a se estudar os estados patológicos que influenciavam desfavoravelmente o exercício da atividade intelectual. Os temas em debate passariam a ser: o génio e a doença; anormais; supranormais; e a preguiça escolar. Voltava-se a falar de algumas preocupações que tinham raízes nas

correntes eugénicas: defesa da estranha tese de que as inteligências excepcionais brotam sob a influência de um desequilíbrio físico ou fisiológico do organismo, de uma doença, de uma tara, de uma intoxicação, dum estigma de degenerescência:

são os desequilíbrios e as toxicomanias de Edgar Poë e de Camilo. É a epilepsia de Júlio César, de Petrarca, de Flaubert, de Dostoiévski; a ascendência neuropática de Carlos V, de Richelieu e de Schopenhauer, e a ascendência tuberculosa de Mozart. São os desequilíbrios psicopáticos e neuropáticos de Newton, de Tasso, de Nietzsche, de Augusto Comte, de Baudelaire, Donizetti e Shumann. Pausteur foi um hemiplégico e Molière, Wateau, Laennec e Chopin foram tuberculosos. É a cegueira de Milton e de Homero e os aleijões de Talleyrand e de Byron (Crespo, 1945, p. 40).

À frente deste sem número de enunciadas figuras geniais, vergadas ao peso da sua miséria orgânica, José Crespo faz referência ao médico e filósofo alemão, August Wilhelm von Schlegel (1767-1845), que sarcasticamente chega a glosar de tal positiva degenerescência: “a doença encerra uma vida mais rica e mais misteriosa do que a saúde” (Crespo, 1945, p. 40). Caminhando em sentido contrário a esta teorização, José Crespo apressa-se em afirmar que ao aceitarmos o princípio de que a ética e a inteligência estão ligadas ao equilíbrio físico do organismo, entende assim que qualquer estado patológico e desequilíbrio orgânico ou funcional pode determinar insuficiência no aproveitamento escolar do aluno. Os apontadores mais frequentes eram as anemias e convalescenças, as crises de crescimento, as doenças dos órgãos dos sentidos, ouvidos, nariz, garganta e olhos, perturbações da nutrição e da digestão, alterações do sistema nervoso, perturbações das glândulas de secreção interna, alcoolismo precoce e tabagismo precoce, onanismo, heredossífilis, etc. Formular-se-ia o aparecimento do *preguiçoso patológico*, cuja preguiça derivaria de perturbações somáticas ou psíquicas e que se deveria combater pela higiene física.

Por fim, a formação moral ou formação de carácter – como se pretendia rotular – sem se confundir com a educação cívica, deveria atuar sobre a inteligência, a sensibilidade e a vontade. O carácter apresentava-se como um conjunto das tendências e qualidades que distinguem moralmente o indivíduo. No fundo, era a sua fisionomia moral. O mau humor, por exemplo, poderia estar associado ou na dependência de uma doença do fígado. Por outro lado, a educação sexual era tabu, apelando-se à prematuridade e até inconveniência de se falar dessas coisas às crianças. A iniciação sexual era tida como uma prática

perturbadora da evolução natural do “instinto sexual” e com uma influência desfavorável da sua evolução psicofisiológica. José Crespo era apologista de que tanto na escola, como no lar, a educação sexual deveria fazer-se na defensiva. Partindo-se da educação sexual, depressa se chegaria ao antagonismo psicológico entre as crianças de sexo aposto. O psiquismo dos rapazes era considerado diferente do psiquismo das raparigas.

O rapaz – ruidoso, turbulento, exuberante e ativo – capaz de concentrar o espírito sobre um assunto determinado e trazendo em si o esboço da atividade criadora, prefere os jogos de construção e o desenho. A rapariga, mais afetuosa e mais calina, mais manhosa e menos obediente, é mais dada à fabulação. Os seus defeitos são sobretudo a inveja, a suscetibilidade e o amuo. Desenha-se já nela o instinto materno, que se manifesta nos jogos: ela é a mamã das suas bonecas, e começa a preocupar-se com o arranjo do lar, interessando-se pelos trabalhos de costura (Crespo, 1945, p. 53).

3.1.3.6. António Simões Viana (1922-2018)

António Alberto Soares Brandão Simões Viana (ver ANEXO VI), filho de Alfredo Simões Viana e de Márcia Soares Brandão, nascido em Viana do Castelo a 21 de junho de 1922, e aqui falecido a 14 de março de 2018. A par do seu vastíssimo curriculum, convém salientar que António Alfredo Simões Viana, como especialista de Psiquiatria e Medicina Tropical (Ordem dos Médicos) e membro da Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa (eleito em 27 de março de 1973).

António Simões Viana, apesar ter tido um papel importantíssimo nas áreas das Medicinas Tropical e Sanitária, seria na área da Psiquiatria que mais se destacaria, sobretudo pelo seu olhar psiquiátrico sob a criança, vinculando-se ao facto de que não bastava dizer-se que «nacer saudável é um direito», dado que para isso era preciso criar condições. Para ele já ninguém tinha dúvidas, na altura, que o diagnóstico precoce é o fator primordial na prevenção da deficiência mental. Mas para que fosse possível prevenir era, antes de mais, necessário um mínimo de estruturas. Assunto extremamente complexo que exigia para o seu estudo técnicas altamente especializadas e não admitia, por isso mesmo, improvisações: *Pensar-se que se pode produzir trabalho válido sem essas estruturas é pura e simplesmente não se ter a noção das realidades* – citamos, de uma pequena conversa que com ele tivemos.

Para este psiquiatra vianense, havia, no entanto, um certo número de situações entre as quais dever-se-ia salientar o traumatismo obstétrico manifesto, a prematuridade, o peso anormal, a anoxia, as convulsões, a icterícia acentuada, as malformações de qualquer tipo, os acidentes, as intoxicações ou os processos infecciosos durante a gestação, os antecedentes genéticos de deficiência mental e as alterações neurológicas observadas após o nascimento que deveriam estar sempre presentes na mente de quem se debruçasse sobre a evolução do recém-nascido tendo em vista a deteção precoce de qualquer anomalia neste campo.

Mas à margem de todas essas possibilidades de diagnóstico no período neonatal, acrescentava que

há múltiplas ocasiões em que uma criança, cuja deficiência mental é constitucional, não apresenta qualquer sintoma que leve à suspeição imediata de tal condição. Daqui a necessidade de um estudo aprofundado de qualquer caso deste tipo e de meio capazes para o fazer (Viana, 1981, p. 1).

De qualquer modo, para ele,

é sempre de desejar que as histórias clínicas dos recém-nascidos sejam completas e revelem, deste modo, dados concretos a quem recorra a elas em busca de antecedentes vinculados às primeiras horas de vida de crianças que posteriormente apresentem problemas psíquicos, motores ou sensoriais. Por isso se não admite, no tempo presente, que uma criança nasça, como ainda muitas vezes acontece aqui no nosso distrito, fora de um estabelecimento adequado e devidamente apetrechado de meios materiais e humanos. É que as suas consequências podem ser extremamente graves (Viana, 1981, p. 1).

Isto leva-o a admitir que a deficiência mental era considerada (se não continuar a ser neste momento), na maioria dos países, como um dos problemas mais preocupantes dadas as suas múltiplas implicações quer na saúde, quer na educação quer no bem-estar de uma nação. Na altura, e segundo António Simões Viana, o distrito de Viana do Castelo, por exemplo, era paupérrimo de meios materiais e humanos capazes de proceder convenientemente à profilaxia da deficiência mental (quase sempre acompanhada de outros tipos de deficiência) de tão nefastas consequências para a sociedade, a ponto de encetar uma forte campanha de modo a ter condições para poder atuar eficientemente,

pelo menos a nível das causas perinatais, se pretendessem de facto diminuir, substancialmente, o número de crianças deficientes na região do Alto Minho.

A “responsabilidade dos pais”, as “dificuldades escolares em crianças de inteligência normal” e o “alcoolismo infantil” eram fatores preponderantes para o estudo da profilaxia da deficiência mental, a que se juntavam a “simulação e dissimulação de transtornos mentais”; a “psicopatologia, delinquência e criminalidade”; o ‘*delirium tremens*’, até se chegar à «*confusão mental e o seu tratamento*». Para António Simões Viana, no que tocava à responsabilidade dos pais, citando Suárez Perdiguero, na altura catedrático de Pediatria da Faculdade de Medicina de Sevilha e presidente do Comité Organizador do *I Simposium de Pediatria Social*, que se efetuou em maio de 1972, em Madrid,

educar uma criança é o trabalho mais complicado que existe; a carreira mais difícil é a de pai. Para conduzir um automóvel exige-se um documento mas, em contrapartida, para ser-se pai não se exige nada e muitos pais pensam que sabem educar seus filhos simplesmente sendo severos ou contrariamente (Viana, 1979a, p. 1).

Inúmeros eram os médicos que apontavam as condições mínimas indispensáveis nos pais – amor, sinceridade, formação e presença – para garantir uma educação positiva e socialmente conveniente dos seus filhos. Para António Alfredo Simões Viana, dever-se-ia insistir na defesa dessas condições mínimas, “sobre a sua absoluta necessidade, de tal forma que a falta quantitativa ou qualitativa de qualquer delas traduz uma clara incompetência parental que arrasta consigo uma educação defeituosa, educação essa que marcará, como um ferrete, a criança para toda a vida” (Viana, 1979a: p. 1). Para este psiquiatra vianense, as crianças criadas em condições adversas, vivendo num clima de desamor, por exemplo,

nada tem de estranho que a criança se converta num candidato à depressão e que a instabilidade afetiva, os transtornos de conduta, o atraso escolar, sejam os sintomas de uma grave enfermidade por vezes de difícil superação. Neste caso pode-se afirmar, afoitamente, que a melhor medicina é a terapêutica familiar (Viana, 1979a, p. 1),

como foi demonstrado no *Congresso Mundial de Psiquiatria* realizado no México e no *IV Congresso da União Europeia de Pedopsiquiatria*, ocorrido em agosto e setembro de 1971, em Estocolmo, no qual, sobre um dos participantes, o doutor Brown, de Londres,

salientou António Simões Viana que “a medicação antidepressiva (na infância) nunca pode substituir, mas apenas completar, a afetuosa atenção a cargo dos pais ou dos seus substitutos” (Viana, 1979a, p. 4). As dificuldades escolares em crianças com um quociente intelectual normal eram, ao tempo, para António Simões Viana, dos problemas mais preocupantes que levavam,

com razão, os pais a consultar, cada vez mais, não só o médico generalista como o pediatra ou o psiquiatra. E essas dificuldades surgem: por inadaptação da criança à escola; por inadaptação da escola à criança quanto a programas e métodos se não tivermos em conta a organização do trabalho e psicologia da criança; por dificuldades no ensino de dada disciplina que constitui determinada fase de uma aprendizagem normal; por dificuldades originadas por perturbações orgânicas e afetivas as quais nem sempre levam a uma completa inadaptação; por dificuldades específicas na aprendizagem de determinadas matérias – dislexia, disgrafia, disortografia, discalculia – cujo estudo é bastante complexo e implica ensino especializado (Viana, 1979b, p. 1).

Segundo o mesmo psiquiatra, quantos pais se interrogavam e interrogavam o médico por que os seus filhos de inteligência normal (ou supostamente normal), apresentavam mau aproveitamento escolar. Ainda segundo ele, é evidente que antes de mais se deveria verificar se, de facto,

a criança é verdadeiramente inteligente, como pensam os pais, ou se na realidade o não é. Feita esta verificação utilizando uma série de testes, é necessário procurar as causas do insucesso entre as quais é difícil, se não impossível, por vezes, traçar uma linha de separação entre o que se relaciona com a pura pedagogia, com a psiquiatria, da simples higiene ou mesmo, até do simples, bom senso (Viana, 1979b, p. 1).

Outros fatores a ter em linha de conta ou a considerar, no desenvolvimento mental da criança, eram a idade real, idade mental e nível escolar. Para Simões Viana, não podia, evidentemente, haver uma boa inserção escolar se qualquer um destes elementos fosse negligenciado (Cf. Viana, 1979b, p. 1).

O alcoolismo infantil era uma das maiores preocupações de António Simões Viana, dado que, à época, era mais frequente do que as pessoas poderiam pensar, pelo menos no norte do país.

E, para cúmulo, na maioria dos casos, inicia-se com a amamentação: o álcool – álcool etílico – ingerido pela mãe passa rapidamente à corrente sanguínea onde atinge o teor máximo ao fim de uma hora para, seguidamente, decrescer, a pouco e pouco, num período de vinte e quatro horas. Durante esta permanência no organismo atinge a glândula mamária por onde é excretado em pequenas quantidades. Assim se inicia o alcoolismo de um indivíduo. Mas, para agravar ainda mais o problema, há mães que adicionam vinho ao leite que dão aos filhos, no aleitamento artificial, convencidas que aquela bebida é *fortificante* (Viana, 1979c, p. 1).

Segundo este ilustre psiquiatra vianense, era mais que demonstrado que o álcool, componente fundamental das bebidas espirituosas, é cerca de duas vezes mais tóxico para a criança que para o adulto, originando grandes distúrbios a nível do tubo digestivo, fígado e sistema nervoso: – *Urge destruir o mito de que o álcool é um alimento!* – dir-nos-ia. Para ele, torna-se necessário que se comece, rapidamente e por todos os meios,

uma reeducação das populações especialmente junto daquelas em que o hábito de utilizar bebidas alcoólicas está mais arraigado e cujas graves consequências são bem evidentes nas crianças portuguesas, sobretudo nos meios rurais. Muito mais que problema médico, o alcoolismo infantil é um problema social que precisa de ser encarado com coragem, estudado convenientemente e resolvido com argúcia (Viana, 1979c, p. 1).

A volta desta problemática do alcoolismo, Simões Viana chegou a apresentar num estudo científico com reflexões sobre o «*Delirium Tremens*», estado que representa a manifestação mais dramática do alcoolismo crónico e que, segundo ele,

deve ser separado do delírio subagudo posto que, sob o plano clínico existem numerosas semelhanças entre estas duas ordens de acidentes (...) O vinho, segundo demonstram inquéritos feitos em várias partes do País, é o grande responsável por este estado de coisas, embora não se possa desprezar, como adjuvantes, os outros tipos de bebidas alcoólicas (Viana, 1983b, p. 221).

Por outro lado, a investigação aprofundada dos hábitos alimentares dos indivíduos sofrendo de alcoolismo crónico vinham confirmar os dados clássicos segundo os quais o alcoolismo crónico só dá lugar a acidentes agudos, mais ou menos graves, a partir do momento que existe um desequilíbrio alimentar importante, caracterizado pela

insuficiência global da ração, da carência protídica e vitamínica, sobretudo da aneurina, resultantes da anorexia progressiva que atinge o bebedor imoderado que entra num círculo vicioso ao fazer restrições alimentares, cada vez mais acentuadas, devido a perturbações digestivas (Cf. Viana, 1983b). Para este psiquiatra vianense, estes factos e os seus resultados, apesar dos tratamentos disponíveis, eram de tanto maior importância quanto é certo que a apavorante propagação do alcoolismo faz com que o ‘*delirium tremens*’ seja também um problema social.

Não queríamos terminar esta nossa curta explanação, sem deixarmos de referir que António Simões Viana chegou a debruçar-se – através de diversos estudos científicos (cf. Viana, 1963, 1979a, 1979c, 1979d, 1980, 1983a, 1983b, 1983c, 1985, 1986) – sobre as crianças mongoloides e epiléticas; sobre a confusão mental e o seu tratamento; sobre a psicopatologia, delinquência e criminalidade; e, sobre simulação e dissimulação de transtornos mentais, no quadro do conceito médico-legal, o que pressupõe, ao falarmos de simulação, o propósito plenamente consciente e voluntário, por parte do interessado, de ser considerado pelos demais como possuidor de determinado quadro clínico, tratando-se,

no fim de contas, de uma mentira de maior ou menor importância e com diversas finalidades, mas sempre com a intenção expressa e consciente de realizar uma fraude [enquanto que] a dissimulação, pelo contrário, será o propósito de conseguir, quer por parte do interessado quer por outras pessoas, a ocultação ou atenuação de um determinado quadro psicopatológico perante os demais ou, mais concretamente, perante a junta médica ou um tribunal judicial. É de salientar que certos delirantes crónicos dissimulam o seu delírio, sobretudo quando se encontram internados, para obter mais facilmente a alta o mesmo acontecendo com certos melancólicos para melhor prepararem e executarem o suicídio (Viana, 1983a, p. 13)¹⁰²

¹⁰² Para reforçar este tipo de patologia dissimuladora, tão bem estudada por Simões Viana, qual condição adversa, vivenciada num clima de severidade social e desamor, sintomas de uma grave enfermidade por vezes de difícil superação, estaremos em recordar aquele fatídico dia 16 de Julho de 1973, em que o nosso companheiro de escola Domingos da Silva Ferreira (nascido em 3 de Dezembro de 1958), acusando um estado melancólico profundo, pôs termo à vida da forma mais dramática para todos nós, ingerindo um frasco de concentrado para “emulsão de deltrametrina”, vulgo veneno do escaravelho da batata. Era o tempo em que não existiam acompanhamentos psicológicos para os quadros onde surgiam “autoacusações delirantes como acontece com melancólicos, débeis mentais, esquizofrénicos e alcoólicos crónicos” (Viana, 1983a, p. 14).

Em suma, parte destas figuras, que apresentamos ao longo desta exposição, desempenharam papéis cruciais na formação e disseminação das ideias eugénicas em Portugal, influenciando tanto a medicina quanto as políticas sociais. Suas obras e discursos refletem um período histórico onde a ciência e a medicina se entrelaçaram com questões éticas e morais complexas. O estudo dessas personalidades permite uma compreensão mais profunda do impacto da eugenia em Portugal e oferece uma lição sobre os desafios éticos inerentes à aplicação de teorias científicas na sociedade.

Para melhor compreendermos esta envolvimento teremos que referir a reforma de 1836 (art.º 83.º, § 3.º), de Passos Manuel, criando em Coimbra os «estudos de Medicina e Cirurgia ministrantes», que se mantiveram até 26 de abril de 1842. Com esta data publicou o *Diário de Governo*, de 5 de maio, um decreto, pondo termo, ‘dora em diante’, à matrícula e frequência desses estudos, por ter mostrado a experiência que os médicos e cirurgiões habilitados pela Universidade de Coimbra e pelas Escolas Médico-Cirúrgicas eram bastantes ‘para suprirem as precisões da população enferma; e que a multiplicação de indivíduos autorizados a curar sem os estudos e habilitações necessárias podem ser muito funestas à saúde dos povos’.

Segundo Tiago d’Almeida, a Escola do Porto tem uma origem humilde, tendo pertencido ao número das antigas aulas de cirurgia, que funcionavam em alguns hospitais como instituições meramente particulares:

Pelos fins do século XVIII e princípios do século XIX havia aulas de cirurgia em Lisboa, Évora, Tavira, Chaves, Elvas, Braga, e aqui no Porto, no Hospital de Santo António, e ainda no Hospital Militar de S. Bento. / A Escola do Porto tem a sua origem numa destas aulas de cirurgia – a do Hospital de Santo António, que sucedeu ao Hospital de D. Lopo (Almeida, 1926, p. 11).

Anterior ao século XIX havia no Hospital da Misericórdia uma *Aula de Cirurgia*, sob a direção da Comissão Administrativa do referido Hospital, que nomeava e demitia os professores:

Um deles, Manuel Fernandes Maciel, estando velho e doente, foi substituído por não ter capacidade para instituir os praticantes. / No princípio do século XIX eram professores desta Aula João José da Costa Pereira (mestre de sangria) e José Caitano da Cunha (1.º cirurgião do Hospital e mestre de cirurgia); em 1821 eram professores de Anatomia e

Cirurgia António José de Sousa e Francisco de Assis e Sousa Vaz, que depois entraram no quadro docente da *Régia Escola de Cirurgia* (Almeida, 1926, pp. 11-12).

Finalmente, por decreto com força de lei, de 22 de fevereiro de 1911, as Escolas Médico-Cirúrgicas de Lisboa e Porto deram lugar às Faculdades de Medicina das duas novas Universidades, que então surgiram na nova orgânica da instrução pública.

Posto isto, e tendo em conta que o eugenismo floresceu no quadro pré-existente da preocupação pela *Higiene Social* e das campanhas de assistência médica às populações desfavorecidas, não será de estranhar que nos meios republicanos – e aqui referimo-nos à I República – a ideia de intervir no meio ambiente com vista a favorecer uma boa descendência, teve as suas repercussões, desenvolvendo-se propostas preventivas centradas no casamento e na reprodução. Como antecedente a esta teorização, em 18 de março de 1842, com a entrada em vigor do *Código Administrativo* de tendência centralizadora, que viria a introduzir maior disciplina na administração local, seriam criados partidos para médicos municipais, cirurgiões e boticários (Secção Sexta [Atribuições], art. 123.º, § XI). Em 6 de Maio de 1878, é aprovado um novo *Código Administrativo*, considerado por muitos ainda mais centralizador do que o de 1842. Manteve a divisão do território (distritos, concelhos e paróquias), assim como as mesmas magistraturas. Os conselhos municipais são suprimidos. Os conselhos de distrito continuam a desempenhar funções contenciosas. Gere-se as preocupações de higiene pública, quando às câmaras municipais lhes são atribuídas funções de fiscalização (“como autoridade policial do concelho”) e da elaboração de posturas para impedir a divagação pelas ruas de animais nocivos; para prover à conservação e limpeza das ruas, praças, cais, boqueirões, canos e despejos públicos; estabelecer cemitérios municipais, tendo em vista os regulamentos sanitários; criar partidos para facultativos, boticários, parteiras e veterinários, etc. Em 1896, é aprovado um novo Código Administrativo, no qual – nos artigos 118.º a 126.º inclusive – se regula de uma maneira sucinta a criação e provimento dos partidos médicos, mas é claro e explícito na parte que diz respeito às obrigações dos facultativos. Prescreve o art.º 118.º: «*As Câmaras Municipais, exceto a de Lisboa, terão pelo menos um facultativo de partido e, além deste, os mais que exigirem as necessidades dos povos e as do serviço municipal*». A 24 de Dezembro de 1901, é aprovado o *Regulamento Geral de Saúde*.

Os municípios, por exemplo, prestavam-se à beneficência, participando na educação dos órfãos e no acolhimento dos inválidos; ao socorro que se pudesse aplicar em caso de

incêndio e naufrágio; à difusão dos conhecimentos úteis por todas as classes da sociedade; à defesa por todos os modos da saúde dos cidadãos. O aspeto da salubridade era um dos fatores mais importantes dos códigos administrativos, sendo que as suas enfermarias recolhiam e tratavam os doentes pobres; as suas boticas (espécie de farmácias) forneciam as drogas pelos preços do custo; os seus médicos visitavam as diversas localidades, curando e operando gratuitamente; as suas educandas, quando diretoras de escola, espalhavam pelas aldeias os remédios e precauções que viram usar; tomavam medidas adequadas com vista à extinção de focos de epidemias; submetiam a prostituição a regulamentos minuciosos; espalhavam profusamente instruções de higiene; infligiam penas aos das mulheres e das crianças; preveniam a causa de muitas doenças e deformidades e ao mesmo tempo corrigiam “um revoltante” abuso da força sobre a fraqueza (cf. Nogueira, 1993, pp. 107-109).

3.2. Antropologia aplicada à Medicina. Dois estudos de caso.

A antropologia veio a afirmar-se enquanto disciplina autónoma no conjunto das ciências humanas e sociais na época oitocentista do século XIX sob o signo da teoria evolucionista, assente sobretudo na área privilegiada de pesquisa e reflexão sobre a família e o parentesco: “Os primeiros textos evolucionistas recolhem justamente esse interesse pioneiro por uma área que se irá tornar determinante na evolução ulterior da antropologia” (Leal, 2005, p. 6). A propósito do debate evolucionista sobre a família são dados como exemplo, por João Leal (2005) *Das Mütterech* (1968 [1861]) de J. J. Bachofen, *Ancient Law* (1977 [1861]) de H. S. Maine e *Primitive Marriage* (1976 [1865]) de J. F. McLennan, ou textos de características mais abrangentes, como *The Origin of Civilization* (1870) de John Lubbock ou *Principles of Sociology* (1876-1896) de Herbert Spencer, os quais fazem também eco desse interesse inicial. Posteriormente, a reflexão evolucionista ir-se-á estender a outros domínios: acrescentar à família um particular interesse pelas formas de governo e de propriedade, e a religião que acaba por entrar na esfera das preocupações evolucionistas, passando mesmo a ocupar o lugar dominante, temas que acabam por ser essenciais para a constituição da reflexão antropológica (cf. Leal, 2005, p. 6).

Vem de longe a ideia de que a interpretação da diversidade biológica da humanidade contemporânea foi sempre tema fundamental para circunscrever o campo da antropobiologia; e se o mesmo fosse usado no sentido puramente etimológico, enquanto

disciplina, abrangeria a totalidade dos domínios do estudo biológico do Homem. Assim, a antropobiologia não se limita a descrever a diversidade humana, tendo em conta que tenta compreender a sua natureza e a sua génese. Para J. Hiernaux (1988), ao contrário do biologista, que manipula animais domésticos ou plantas cultivadas, o antropobiologista “só pode esclarecer tais problemas estudando situações em que conjuntos de indivíduos geneticamente semelhantes vivem em condições de meios diferentes, e situações inversas” (Hiernaux, 1988, p. 12), o que leva a concluir que a evolução, ou alteração genética ao longo das gerações, só poderia ser estudada a nível das comunidades.

No que toca à antropologia científica, as condições necessárias ao seu aparecimento acabam por estar reunidas um pouco antes dos meados do século XIX, altura em que é estabelecido um princípio orientador para a interpretação dos factos socioculturais: o conceito de evolução.

Álvaro Campelo, a propósito de ‘como se faz o corpo’, numa abordagem da construção Antropológica Física à da Saúde, equaciona a importância do papel da Antropologia no estudo das comunidades humanas “que herdaram, vivem, transformam e constroem cultura, no sentido de que são produtoras e produto dessa cultura. E isto independentemente das várias e discordantes definições de ‘cultura’” (Campelo, 2020, p. 232), levando-o a afirmar que

à teoria biológica evolucionista seguiu-se a teoria do evolucionismo social, opondo o «selvagem» ao «civilizado». Estava na «fisiocidade» do corpo a sua referência base. Isto porque ao corpo «não evoluído» se associava uma classificação social, entre o selvagem e a monstruosidade. Assim como os corpos animais, bárbaros, informes e monstruosos (a controlar), evoluíram para corpos humanos, belos (normativos), assim as sociedades selvagens (a dominar) evoluíram igualmente para as civilizadas (governadoras) (Campelo, 2020: 232).

Entre 1830 e 1840, o princípio evolucionista está presente de forma transversal no pensamento científico europeu, animando investigações nos mais diversos campos — da biologia à sociologia, passando pela filosofia. É este princípio que irá conferir à antropologia o seu primeiro grande impulso e, ao longo do século, uma certa unidade epistemológica e programática (Mercier, 1986, p. 37).

Ainda assim, importa reconhecer que esse impulso não foi uniforme nem consensual. Alguns autores recusaram ou ignoraram o evolucionismo, abrindo caminho ao surgimento de temáticas marginais, que apenas no século XX ganhariam maior projeção.

Neste contexto, João Leal (2005a) observa que a tradição etnográfica portuguesa revela, relativamente a outros países europeus, um certo paradoxo. A escolha entre antropologia e etnologia, ou entre *Völkerkunde* e *Volkskunde*, tem sido recorrentemente interpretada como reflexo das diferentes circunstâncias políticas e ideológicas que marcavam a Europa do século XIX. Segundo essa leitura, a antropologia teria triunfado nos países com impérios coloniais consolidados, enquanto a etnologia emergiria sobretudo em contextos marcados por movimentos de afirmação nacional (Leal, 2005a, p. 112).

Contudo, esta explicação, embora útil como modelo geral, não é universalmente aplicável. A França, por exemplo, detinha um império colonial vasto e ativo, mas privilegiou historicamente o termo “etnologia”, nomeadamente em instituições centrais como o Muséum national d’Histoire naturelle e, mais tarde, o Musée de l’Homme. Esta opção terminológica resulta de um percurso académico próprio e de dinâmicas institucionais específicas. Como refere Benoît de l’Estoile (2003), o uso do termo “etnologia” em França serviu, em parte, uma lógica de legitimação do saber colonial, evitando as conotações biologicistas da antropologia física, sem por isso abdicar de uma vocação imperial.

Em Portugal, por seu lado, a consolidação da antropologia enquanto disciplina científica esteve igualmente ligada a fatores políticos e ideológicos. Essa consolidação ganha particular expressão na primeira metade do século XX com a emergência da Escola de Antropologia do Porto, firmemente associada à ação científica de Mendes Correia. Este foi uma figura central no panorama nacional, sendo um dos principais impulsionadores da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia (SPAEE), pela qual lutou desde a primeira hora pelo reconhecimento académico da disciplina. Entre os temas debatidos nas sessões da SPAEE destaca-se a proposta apresentada por Mendes Correia, em 21 de janeiro de 1919, visando a introdução da cadeira de Antropologia nos planos dos preparatórios médicos. Apesar de a Faculdade de Medicina reconhecer já então um “quadro muito sobrecarregado”, acolheu positivamente a ideia, aplaudindo “a introdução da Antropologia no P.C.H. ou a criação de um curso especial de aperfeiçoamento nessa ciência para médicos” (Matos, 2012, pp. 74–75).

Esse seria o primeiro passo para que mais tarde se viessem a elaborar programas das Lições do Curso Livre de Antropologia Aplicado à Medicina, como as que foram

realizadas pela primeira vez no Ano Letivo de 1932-1933, na Faculdade de Medicina do Porto, por Mendes Correia, Luiz Pina e Alfredo Ataíde, para médicos e estudantes. A iniciativa e realização couberam à direção da Associação Profissional dos Estudantes de Medicina¹⁰³, e que passamos a transcrever:

Lições do Professor Mendes Correia:

- **O lugar do homem na escala zoológica:** *Classificação dos Primatas. Os Hominídeos. Desenvolvimento e posição relativa do crânio cerebral e da face. A fronte. O cérebro. O mento. As curvaturas vertebrais. As proporções dos membros. O pé. As diferenças fisiológicas e psicológicas. O interesse médico da Antropologia zoológica.*
 - **Classificação das raças humanas:** *Noção de raça. Bases taxonómicas. Classificações naturais. Caracteres descritivos e métricos mais usados. Biologia étnica.*
 - **Tipos humanos primitivos e atuais:** *Caracterização sumária dos tipos principais. Paleopatologia. Imunidades e doenças segundo as raças. Interesse médico da Antropologia étnica.*
 - **Hereditariedade no homem:** *Ideias gerais sobre o mecanismo e leis da hereditariedade. A hereditariedade dos caracteres normais e anormais. No homem. Hereditariedade neuro-psíquica. Gémeos. Eugenia.*
 - **Constituição e robustez:** *Apreciação da robustez física. Cânones de proporções. Tipos constitucionais e sua importância clínica. O significado dos caracteres chamados «degenerativos». Estigmas profissionais.*
- Conclusão do Curso: Valor médico-social da Antropologia.*

Lições do Dr. Alfredo Ataíde:

Método estatístico. Variantes inteiras e graduadas. Frequência, séries. Média, mediana, moda, máximo e mínimo. Sérias cumulativas. Quartil, percentil. Desvio padrão. Erros prováveis. Representação gráfica das séries. Curvas simétricas e assimétricas de Pearson. Perequação: analítica, gráfica e mecânica. Método de Frassetto. Correlação, coeficiente de correlação. Regressão.

Elaboração de cânones antropométricos.

Determinação dos tipos constitucionais, de Kretschmer-Viola. Determinação do metabolismo basal.

Tipos psíquicos. Tempos de reação. Ergógrafo. Orientação profissional.

¹⁰³ O programa foi impresso, numa edição oferecida pelo Instituto Pasteur de Lisboa (Secção do Norte).

Lições do Dr. Luiz de Pina:

- *O estado dos caracteres métricos: antropometria.*
- *Escolas: francesa, alemã, inglesa e italiana.*
- *Princípios em que deve assentar uma boa técnica antropométrica.*
- *Apresentação do instrumental antropométrico.*
- *Antropometria interna, externa e intermédia.*
- *Craniometria, cefalometria, troncometria, toracometria, pelvimetria, artometria, cheirometria, podometria, etc.*
- *Escolha das medidas.*
- *Escolha de instrumentos.*
- *Pontos de referência, diâmetros, ângulos, perímetros, comprimentos, larguras, etc.*
- *Os índices.*
- *Pontos de referência relativos à cabeça, ao tronco e aos membros (no cadáver – partes ósseas e moles –, no vivo).*
- *Caracteres especiais: cor dos olhos, dos cabelos (e forma), da pele, das mucosas, etc.*
- *Caracteres morfológicos-corpóreos totais (constituição), cabeça, face, orelha, nariz, boca, pescoço, seios, tórax, abdómen, etc.*
- *A morfologia especial do crânio: formas de Sergi, Blumenbach, Frassetto, etc. Dolico e braquicefalia. Formas anormais: acidentais, étnicas, patológicas (micro e macrocefalia, escafocefalia, trigocefalia, oxi e acrocefalia, batrocefalia, naticefalia, plagiocefalia).*
- *Formas da face: elipsoide, ovoide, triangular, tetragonal, etc. (Sergi, Poech, etc.). Plagiò –, mesò – e prosòpia. Deformações.*
- *Tórax: formas, deformações e anomalias.*
- *Abdómen: micro e macrosplancia.*
- *Membros: formas. Deformações e anomalias.*
- *Caracteres antropométricos fundamentais (Frassetto): estatura, peso, perímetro torácico.*
- *Mensurações que servem de base à organização dos tipos constitucionais (Viola, Kretschmer, Sigau, Mac-Auliffe, Frassetto, etc.).*
- *Avaliação física da individualidade (Frassetto): cabeça: índices cefálico, facial e nasal*
- *Busto e tronco: índices do busto, torácico, vital de Livi ou cirtométrico. Membros: índices esqueléticos de Manouvrier e de Ruggeri, trocútérico, de braça-estatura e intermembral. Corpo (total): índices ponderais de Livi e de Rohrer.*

Fórmula da normalidade do peso (Frassetto) Índices de Pignet e Vervaeck. Sistema de normalidade de Frassetto. Índice de Pirquet.

Prática antropométrica especial: escolar, militar, desportiva, artística, criminal e médico-legal.

Observações fisio-antropométricas: espirométrica, dinamometria, temperatura, etc.

Dactiloscopia. Identificação civil e criminal (retrato falado, ficha dactilo-antropométrica, etc.)

Depois de analisados os programas, constatamos como essa *Episteme* estabelece (poderia ser: influencia) a prática psiquiátrica. A grande preocupação em definir a distinção entre o ‘animalesco’ e o ‘humano’, o ‘normal’ e o ‘anormal’ (patológico), a saúde e moral estabelecida pelo poder das ‘medidas’ físicas e consensos psiquiátricos, e a morbilidade ‘natural’, étnica e de género, estabelecem-se como as principais preocupações científicas da época, para a construção de “tipologias morfológicas / étnicas / regionais” que justificam o diagnóstico clínico. Importa ver como as características físico-morfológicas são interpretadas para estabelecer uma leitura das práticas sociais, com destaque nas ‘degenerações’ mentais.

Antropologia da Saúde, termo corrente nos tempos que correm, pode ser compreendida como a aplicação da antropologia ao estudo das práticas de manutenção e recuperação da saúde em diferentes culturas ou etnias. É praticamente um consenso entre pesquisadores da área que o fenómeno saúde/doença, não deve ser compreendido de forma reducionista limitada ao modelo biomédico. Segundo Minayo¹⁰⁴ (2006), é necessário adotar uma reflexão antropológica nos estudos e nas práticas de saúde como forma de ampliar seu olhar sobre o fenómeno que se estuda e a grande contribuição da antropologia é a sua tradição de compreensão da cultura.

A análise dos programas do Curso Livre de Antropologia Aplicada à Medicina, promovido pela Faculdade de Medicina do Porto na década de 1930, mostra como a antropologia física serviu de matriz classificatória para uma medicina ancorada em pressupostos raciais, sexuais e sociais. Porém, para compreender o alcance ideológico desses dispositivos classificatórios e os seus desdobramentos contemporâneos – ainda que sob formas menos explícitas – importa também recorrer a fontes não estritamente científicas. É precisamente nesse sentido que se justifica a inclusão de uma obra literária

¹⁰⁴ Maria Cecília de Souza Minayo, uma investigadora brasileira de referência na área das ciências sociais em saúde.

como *Black No More*, de George S. Schuyler. Se a primeira parte deste capítulo se centrou nos fundamentos teóricos e institucionais da antropologia médica em Portugal, esta nova secção propõe-se mostrar, através de uma sátira ficcional, como os modelos científicos de racialização do corpo e da mente são desmontados e ridicularizados pela crítica cultural. Trata-se, portanto, de uma inversão deliberada de perspetiva: passamos da medição para a ficção, do crânio para a crítica, sem nunca abandonar o terreno comum – o corpo como lugar de inscrição do poder científico e político.

3.2.1. *BLACK NO MORE*: uma sátira de George S. Schuyler (1895-1907)

George Samuel Schuyler foi um autor, jornalista e comentarista social americano, conhecido pelo seu conservadorismo, depois de inicialmente ter apoiado o socialismo. Seu bisavô paterno foi um soldado negro que adotou o sobrenome do militar e senador Philip Schuyler (1733-1804). Sua bisavó do lado materno foi uma malgaxe que se casou com um capitão de navio da Baviera. Schuyler, ainda adolescente, alistou-se no exército, onde chegou à patente de primeiro-tenente, antes de desertar devido a uma série de incidentes racistas, de que é exemplo, entre outros, quando um soldado de origem grega, ao ser designado para engraxar os sapatos de Schuyler, se recusou a servir um “negro”¹⁰⁵. Pela deserção, Schuyler passou nove meses encarcerado, mudando-se mais tarde para Nova Iorque e vindo a envolver-se com a “Associação Universal para o Progresso Negro” liderada pelo radical nacionalista Marcus Garvey. Logo Schuyler passaria a criticar os apelos de Garvey por uma “pureza racial” e as ideias de segregação radical, com a volta dos descendentes a África. Ao instalar-se em Nova Iorque acabou por trabalhar como jornalista na revista *The Messenger*, pertencente ao grupo socialista «Friends of Negro Freedom» [Amigos da Liberdade Negra]. Mais tarde, escreveria para a revista *The Nation* e para os jornais *The Washington Post* e *Pittsburgh Courier*, tornando-se o primeiro jornalista negro de fama nacional nos EUA. Além de *Black No More* (1931), Schuyler escreveu o romance *Slaves Today: A Story of Liberia* (1931) [«Escravos de Hoje: A História da Libéria»] assim como várias novelas e uma autobiografia. *Black No More* [«Negro Nunca Mais»], obra muito mal recebida nos Estados Unidos, revela-nos a história de um prodigioso processo médico capaz de transformar a pele negra

¹⁰⁵ George S. Schuyler, Harlem Author, Journalist And Social Commentator, 1895-1977. In, *Harlem World Magazine* de 19 de junho de 2017.

em pele branca, na América da década de 1930. É uma sátira que examina e critica profundamente a sociedade americana do início do século XX, especialmente as questões raciais e os mitos da supremacia branca. Nesta obra, Schuyler utiliza a ficção científica e o humor para desafiar noções estabelecidas sobre raça, pureza racial e identidades vistas como essências biológicas. A trama gira em torno de uma máquina fictícia inventada pelo Dr. Junius Crookman, chamada “*Black-No-More*”, que transforma pessoas negras em brancas. A premissa absurda serve para expor a hipocrisia e o absurdo do racismo institucionalizado. No fundo, uma sátira icónica que levantou uma provocadora questão da possibilidade de todos negros passarem a ser brancos.

Provavelmente, ao se tornar conhecido na sua obra de ficção de maior sucesso, George S. Schuyler imagina uma futura América em que um médico negro desenvolve um tratamento que torna os negros americanos ostensivamente brancos, alterando a cor da pele, o cabelo e as características num período de três dias. A premissa utópica de um mundo livre de negros prepara o terreno para a imaginação afrofuturista profundamente satírica de Schuyler. *Black No More* é, como defende Joseph Mills, “nada menos do que uma acusação contundente da filosofia de elevação racial da Renascença do Harlem”, ironizando os discursos de figuras como W. E. B. Du Bois ou Marcus Garvey e expondo o potencial antidemocrático da ideologia do “racial uplift” (Mills, 2001). Esta postura crítica contribuiu para a controversa posição de Schuyler entre a elite literária e cultural negra de seu tempo. Darryl Dickson-Carr (2015, p. 22) lembra-nos que “Schuyler foi durante décadas o jornalista mais proeminente, prolífico e talentoso da América Africana”, mas a sua viragem para o conservadorismo de extrema-direita colocou-o “tão fora de sintonia com a corrente dominante afro-americana” que a sua obra literária permaneceu, durante muito tempo, obscura e pouco estudada.

Eles estavam perto da Clínica Crookman. Embora fossem cinco horas da manhã de domingo, o prédio estava iluminado da cave ao telhado e o zumbido dos motores elétricos podia ser ouvido, baixo e poderoso. Um grande letreiro elétrico pendia do telhado até o segundo andar. Representava uma enorme seta com contornos em verde com as palavras BLACK-NO-MORE a ocupar todo o espaço verticalmente. Na extremidade inferior da seta estava representado um rosto negro, enquanto no topo brilhava uma cara branca, para a qual apontava a seta. Primeiro apareceria o contorno da seta; então, BLACK-NO-MORE começava a piscar (Schuyler, 2021, pp. 29-30).

A invenção de Crookman rapidamente se torna popular, criando uma crise de identidade nacional, pois muitas pessoas negras optam por se “branquear” para evitar a discriminação racial. Schuyler usa esta situação para expor o racismo latente na sociedade, mostrando que o preconceito racial não se baseia em diferenças biológicas reais, mas sim em construções sociais arbitrárias. Ao imaginar um cenário onde a raça pode ser alterada tão facilmente quanto a cor do cabelo, Schuyler questiona a validade das divisões raciais e revela o racismo como uma ideologia insustentável e irracional. Daí, o ataque à supremacia branca e às identidades biológicas.

A posição de Schuyler, especialmente a sua crítica aos líderes negros e suas ideias, levou a acusações de traição à causa dos negros. Ele foi visto por alguns como um oportunista que atacava os próprios grupos que lutavam contra a opressão racial. A sua crítica à Nação do Islão e ao “*Harlem Renaissance*” foi percebida por muitos como uma tentativa de desacreditar movimentos que promoviam a autoestima e a autonomia negras. Em “*Harlem Renaissance*”, por exemplo, fazem um estudo estatístico de quais são as raízes puras de certas pessoas e acabam por descobrir que os líderes do Ku Klux Klan, e dos equivalentes da supremacia branca, não podem descobrir (poderia escrever: “não querem descobrir”) as suas origens porque talvez sejam negras e venham de África. No fundo, acaba por ser uma sátira contra a supremacia branca, mas também contra os intelectuais negros que queriam fazer da negritude um elemento de valor cultural. Falar do problema de raça era o mesmo que dizer ou afirmar a raça como um problema:

Ele então explicou a diferença entre a extinta Ku Klux Klan e os Cavaleiros da Nórdica. Embora ambos estivessem interessados na moral pública, na integridade racial e na ameaça de invasão da América pelo Papa, a sua organização vislumbrou o seu dever maior, a perpetuação da prosperidade do Sul através da estabilização das relações industriais (Schuyler, 2021, pp. 94-95).

George S. Schuyler (2021) crítica a hipocrisia moral e o enriquecimento ilícito, não poupando críticas nem mesmo à comunidade negra e aos seus líderes. Ele satiriza figuras do movimento “*Harlem Renaissance*”, acusando alguns líderes de usarem a luta pelos direitos civis como um meio para ganho pessoal e enriquecimento ilícito. A crítica estende-se também ao movimento da Nação do Islão, que mais tarde seria popularizado

por figuras como Malcolm X¹⁰⁶. Schuyler sugere assim que alguns desses líderes adotaram uma moralidade hipócrita, criticando a supremacia branca enquanto exploravam os mesmos mecanismos de poder e privilégio:

A grande massa de trabalhadores brancos, contudo, receava organizar-se e lutar por salários mais altos por causa de um medo profundo de que os negros tomassem os seus empregos. Eles tinham ouvido falar de trabalhadores negros que, protegidos por milícias armadas brancas, assumiam os empregos de trabalhadores brancos, e tinham medo de arriscar. Eles tinham lido pela primeira vez sobre as atividades da *Black-No-More, Incorporated*, com um sentimento secreto semelhante ao alívio, mas, depois que os oradores dos Cavaleiros de Nórdica e os editoriais do *The Warning* começaram a retratar a ameaça que os enfrentava, esqueceram os problemas económicos e começaram a gritar pelo sangue do Dr. Crookman e seus associados (Schuyler, 2021 [1931], pp. 95-96).

Apesar das controvérsias e das críticas, “*Black No More*” mantém uma pungente atualidade. As questões que Schuyler aborda, como a construção social da raça, o impacto do racismo institucional e as complexidades das identidades raciais, continuam a ser relevantes. Numa era onde discussões sobre identidade racial, apropriação cultural e a validade das categorias raciais são temas centrais, a sátira de Schuyler ainda provoca reflexões importantes. O livro antecipa debates modernos sobre a fluidez da identidade racial e a superficialidade das distinções raciais, algo que ressoa em discussões contemporâneas sobre raça e identidade.

Em suma, “*Black No More*” não só desmonta os mitos da supremacia branca, mas também expõe as complexidades internas e as contradições dentro das comunidades negras e dos movimentos que lutam por justiça racial. Através de sua sátira afiada, George S. Schuyler oferece uma crítica universal à hipocrisia e ao preconceito, seja ele de que tipo for. Porque o conceito de raça é muito antigo e de sociedades que veem o outro com uma cor diferente, com costumes diferentes, então definem a pessoa pela diferença, quando, hoje em dia, como vivemos em sociedades multiculturais, é impossível saber de onde vimos. (retirava: somos todos uma mistura, o sangue é o mesmo.)

¹⁰⁶ Malcolm X (nome de nascimento: Malcolm Little; (Omaha, 19 de maio de 1925 – Nova Iorque, 21 de fevereiro de 1965), mais tarde nomeado como Malik el-Shabazz, foi um afro-americano, ativista dos direitos humanos, ministro muçulmano e defensor do Nacionalismo Negro nos Estados Unidos. Fundou a Organização para a Unidade Afro-Americana, de inspiração separatista. Defensor dos direitos dos afro-americanos, conseguiu mobilizar brancos e negros na conscientização sobre os crimes cometidos contra a população afro-americana. Em 1998, Paul Gray, da revista *Time*, colocou a *Autobiografia de Malcolm X*, escrita em colaboração com Alex Haley, entre os dez livros de não ficção mais importantes do século XX. (In, https://pt.wikipedia.org/wiki/Malcolm_X)

No “*The Negro-Art Hokum*”, Schuyler argumenta que muito do que os proponentes do “*Harlem Renaissance*” identificam como arte distintamente negra acaba por se basear em modelos brancos ou fortemente moldado por influências brancas.

Nos últimos dias da presidência Goosie, o Cirurgião-Chefe dos Estados Unidos, doutor Junius Crookman, publicou uma monografia sobre as diferenças na pigmentação da pele entre os brancos reais e aqueles que ele havia embranquecido pelo processo Black-No-More. Nela ele declarava, para consternação de muitos norte-americanos, que, em praticamente todos os casos, os novos caucasianos eram uns dois ou três tons mais claros que os velhos caucasianos e que aproximadamente um sexto da população estava naquele grupo. Os velhos caucasianos nunca tinham sido brancos de fato, mas sim de um tom de rosa pálido caindo para cor-de-areia e vermelho. Mesmo quando um velho caucasiano contraía vitiligo, exemplificou, a pele ficava bem mais clara. Para uma sociedade que tinha sido ensinada a venerar a branquitude por mais de três séculos, este anúncio foi um tanto estarrecedor. Que mundo é esse em que um negro seria mais branco que os brancos? Muitas pessoas nas classes superiores começaram a olhar de soslaio para suas peles muito claras. Se era verdade que brancura extrema seria prova de possuir sangue negro, de ter sido membro da classe pária, então certamente seria melhor não ser tão branco (Schuyler, 2021, pp. 206-207).

3.2.2. A arte e os limites da loucura em Maria Gomes Pereira (1882-1950)

Maria Gomes Pereira nasceu no Lugar de Gandarinhos, freguesia de Santa Maria de Carvoeiro, Viana do Castelo, a 3 de novembro de 1882 e, nessa mesma freguesia, faleceu a 23 de junho de 1950, com 68 anos de idade, ao tempo em que pouco ou nada se ligava à arte popular. Enquadrada numa época de baixo nível económico, assim como martirizada pela falta de alfabetização, Maria, pobre de bens materiais e sem qualquer tipo de ambição para além da sua realização pessoal, num mundo em que tal comportamento se entendia como uma mania consequente do pouco abono de siso, cedo descobriu a sua inclinação para o lado místico. Desfazendo-se dos poucos bens de seus pais, como forma de se livrar de um pesadelo que a consumia, depressa se tornou mendiga, deambulando pelos montes da cercania, onde dormia na companhia de uma pomba, circunstância que levaria a ser rebatizada pelo povo de Maria Pomba. Não podendo comunicar doutro modo, esculpia, burilava a pedra e a madeira, imprimia nos relevos os sentimentos mais íntimos, nem sempre entendíveis. Era tida por quase toda a

gente como uma atrasada mental, e pelos mais tolerantes, portadora de uma certa leveza de inteligência.

Nasceu pobre e, voluntariamente, mais pobre se fez ainda. No seu desprendimento há já uma riqueza de sentimento e um certo sentido filosófico que pertence às escolas famosas, mas cujas teorias ninguém lhe chegou a revelar. Todavia, nada impediu que o sentisse e alcançasse o tipo de vida que tais teorias defendem e sustentam para pôr em confronto com outras que lhes são antagónicas... (Calçada, 1982, pp. 280-281).

Com esta pequena nota assinada por Domingos da Calçada, desvela-se um pouco do estado psicológico, ainda que de uma forma subjetiva, de uma das figuras mais carismáticas da pequena povoação de Santa Maria de Carvoeiro. Maria Gomes Pereira¹⁰⁷, na sua infância, cedo descobriu a sua inclinação para Deus, pois, ao atingir a puberdade, a sua fé manteve-se fiel apesar do clima e perseguição dos rapazes. Muitas vezes desabafava, dizendo-se perseguida pelo demónio. Quando recebeu a herança de seus pais, metade de um campo e uma bouça na Paradela, depressa se desfez dela, livrando-se de um pesadelo que a consumia.

Segundo relato de Cândido Neiva de Oliveira Maciel, todos conhecem, no monte, um penedo desbastado por ela com um pico rombo¹⁰⁸. Além do penedo, fez vários trabalhos de estátuas, em pedra e em madeira, referindo-se ainda a uma imagem de Santo António, esculpida em pedra, a pedido de seus pais. O pai arranhou-lhe uma pedra e emprestou-lhe um pico. Com o maior desembaraço, numa tarde concluiu a estátua do santo, sem ter modelo à sua frente (cf. Maciel, 1982b, p. 41). Assim a descreveu Cândido Maciel:

- Era, por todo o vale do Neiva, conhecida pela Maria Pomba, pois trazia sempre consigo uma pomba branca, que ela alegava ser a imagem do Divino Espírito Santo.
- O seu único vestuário era composto por saia e blusa azul, avental da mesma cor e lenço branco.
- A sua vida inteira foi de penitência contínua. Dormia dentro de uma caixa velha coberta de farrapos. O travesseiro era composto de pedras cobertas com folhas secas de árvores.

¹⁰⁷ O seu nome está contemplado na toponímia local, na hoje denominada União de Freguesias de Barroselas e Carvoeiro, como Rua Maria Gomes Pereira (Maria Pomba), no que resulta de alguma valorização desta figura do Vale do Neiva, que, segundo Cândido Maciel, no dia da morte “ao longe, cortando o espaço, todas as pombas do Vale do Neiva, seguiam uma claridade, que era a alma de Maria Pomba, elevada ao Céu no meio de uma multidão de anjos” (Maciel, 1982b: 44).

¹⁰⁸ Na verdade, foram três os penedos desbastados, sendo que um deles foi destruído para dar passagem a uma estrada florestal. Restam agora dois.

- O Padre Fontelo, ao tempo Prior do Convento de Santa Maria de Carvoeiro, conhecia bem Maria Pomba, mas tinha dúvidas sobre as suas alegadas virtudes. Ela passava horas a examinar as imagens do convento para depois traçar as suas estátuas. Um dia, o Prior negou a comunhão a Maria Pomba e ela, aflita, deixou fugir a pomba que voou e foi pousar no altar, ao pé do sacrário. Desde esse dia, o referido Prior não lhe tornou a negar a comunhão.
- Noutra ocasião, numa das missas da tarde, na capela de Santa Ana, quando Maria Pomba se aproximou da comunhão, os rapazes tentaram tirar-lhe a pomba, a qual deu um voo e saiu pela porta do lado. Maria Pomba começou a chorar. Entretanto, a pomba tornou a entrar pela mesma porta e foi pousar no altar de Nossa Senhora da Soledade onde Maria Pomba ficava sempre ajoelhada.
- Os rapazes organizavam várias procissões ao penedo. Uma delas foi organizada pela Senhora Ana Rodrigues Teixeira, em virtude de Maria Pomba alegar que, no penedo, aparecia o Brinquinho do Céu, numa alusão ao culto Mariano (Maciel, 1982b, pp. 42-43).

A apresentação de Maria Pomba, os seus comportamentos, alheia à comunidade, fazendo insculturas nos penedos, sendo mulher e o facto de se acompanhar pela pomba, fazia com que o povo a classificasse como uma atrasada mental, escapando a um olhar mais atento e valorativo da sua obra

Para muitos, impostora que esculpia estatuetas de Nossa Senhora para explorar a religiosidade do povo e mais facilmente levar a vida. Só nunca ninguém a viu como Artista e por isso mesmo morreu sem ser reconhecida, e, só depois de transformada no pó do raso coval a que desceu, a sua mensagem artística começou a ser descoberta e a sua verdadeira dimensão humana a aparecer.

Enchi os meus olhos de criança a admirar estatuetas que saíram da sua imaginação e ela mesma me explicava o significado de cada arabesco ali gravado, pois nada ali estava que não tivesse uma mensagem que queria transmitir, mensagem dimanada do seu próprio eu [...] Apenas eu não sei explicar como foi possível que várias pessoas cultas ali tivessem admirado a sua obra e não tivesse havido alguém com a força precisa de realçar para que fosse conhecida neste país como, mais tarde, o foi a Artista do barro de Galegos, a grande Rosa Ramalho (Calçada, 1982, p. 280).

Para entendermos parte da religiosidade de Maria Pomba, é necessário contextualizar a sua crença popular na experiência vivida pela comunidade local, herdeira da tradição de uma aparição mariana. A proximidade ao pequeno templo evocativo à Senhora Aparecida

de Balugães, numa pequena chã, na encosta do monte Castro, voltada para o Vale do Neiva, a primeira “aparição” mariana (1702) reconhecida pela Igreja Católica, e a influência dos monges beneditinos do convento de Santa Maria de Carvoeiro, ali ao lado, conformam essa crença religiosa. Também a região, com outras tradições festivas, herdeiras de um mundo lendário, desde o maravilhoso às complicadas superstições, por certo que influenciariam as chamadas “almas simples e crentes”, como era o caso de Maria Pomba, que viviam do seu trabalho: elas na pastorícia dos seus rebanhos; e eles no trabalho duro da pedra.

Maria Gomes Pereira, dominada pela fé e uma vida inteira carregada por penitência contínua, intrometera-se no trabalho que estava destinado aos homens. Esculpir a pedra e a madeira, fazer vassouras de giesta para vender aos lavradores para varrer as eiras, e esmolar, fizeram-na “louca por amor a Deus”: “Razão por que sofreu muito durante a vida pelos ditos dos adultos e tolices dos rapazes. Uma santa é, por vezes, no pensamento humano, uma pessoa sem juízo...” (Maciel, 1982b, p. 43).

Cândido Maciel, num outro trabalho que intitulou de *Apontamento sobre o lendário no Vale do Neiva* (1982a), chama-nos à atenção para o facto de neste mesmo vale haver lendas radicadas no mundo maravilhoso pré-romano, na vivência mística do povo e nas crenças religiosas. Isto sem falar, por acréscimo, dos ritos mágicos e das superstições, como atrás referimos. Segundo o mesmo Cândido Maciel, em todo o Vale do Neiva, magia e mito, como ações instituintes do passado, mantêm-se atuais pela sua característica interna comum: a repetição. E dá como exemplo:

O rio Neiva mereceu, nos alvares da Idade Média, o epíteto de *rivulo malo*, a tal ponto que deu origem, na primeira parte do seu percurso, ao nome de uma freguesia denominada de Rio Mau, designação esta que existe em outras zonas, com base em motivos idênticos: o fragor das águas no inverno (Maciel, 1982a, p. 28).

Parafraseando Manuel Curado (2007a), levados pela expressividade do ‘interior’ de Maria Pomba aos olhos dos outros (“louca por amor a Deus”), gentes da sua aldeia e frequentadores das cercanias da Serra, onde a mesma esculpira os seus santos nos penedos, diríamos

...a existir vida interior, o acesso de segunda e de terceira pessoas é igualmente difícil. A dificuldade que a subjetividade coloca ao inquérito racional apresenta-se como um bloco

uniforme e não como um conjunto de partes com níveis de dificuldades diferentes. Se for possível identificar o que se passa no interior de um ser dotado de subjetividade, esse seria um evento positivo para a tarefa mais vasta de saber como é qualquer subjetividade, independentemente das suas características individuais... (Curado, 2007a, p. 130).

Para Domingos da Calçada (1982), Maria Gomes Pereira, analfabeta, tinha uma sensibilidade rara e uma sede de autorrealização e comunicação que estão patentes na expressão do seu trabalho e nas condições em que o tornou possível, demonstrando uma superioridade de tal modo singular, que mereceria um estudo profundo. Para este extraordinário memorialista do Vale do Neiva, que artisticamente se expressava sem artifícios convencionais ou codificados,

Maria Pomba, não podendo comunicar doutra forma, esculpia, burilava a pedra e a madeira, e como pudemos constatar, imprimia nos relevos os sentimentos mais íntimos, nem sempre entendíveis, mas sabia explicá-los com a didática de mestre. [...] No seu trabalho, no seu meio de comunicação, havia arte; era uma arte de pessoa rudimentar, inculta, carenciada da força que a fome lhe roubava e de físico fãndoleiro (Calçada, 1982, p. 282).

O caso de Maria Pomba chama-nos para uma análise sobre como as sociedades, em geral, e as comunidades, em particular, classificam e estabelecem uma normalidade comportamental, definidora da condição do humano, mais próxima ou distante do patológico.

No ano de 2018 celebrou-se o 130.º aniversário (1888-2018) do nascimento de Mendes Correia, e o centenário da criação da SPAE (Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia), da qual ele foi um dos principais impulsionadores. É importante saber como o mundo epistémico antropológico dessa época estava claramente marcado pela teoria evolucionista e pelo eugenismo. Depois de analisados os programas académicos, constatamos como essa *Episteme* estabelecia a prática psiquiátrica. A grande preocupação em definir a distinção entre o “animalesco” e o “humano”, o “normal” e o “anormal” (patológico), a saúde e moral estabelecida pelo poder das “medidas” físicas e consensos psiquiátricos, e a morbilidade ‘natural’, étnica e de género, estabeleciam-se como as principais preocupações científicas da altura, para a construção de “tipologias morfológicas / étnicas / regionais” que justificavam o diagnóstico clínico. Importa ver

como as características físico-morfológicas são interpretadas para estabelecer uma leitura das práticas sociais, com destaque nas ‘degenerações’ mentais.

Ao debruçar-se sobre os fatores degenerativos na população portuguesa, Mendes Correia recorda que Júlio de Matos, em 1911, reconhecia a degenerescência nervosa nas neuropsicoses, a degenerescência psíquica nas anomalias mentais, e incluía também nesta a demência precoce. “Para o psiquiatra português, a degenerescência era um vício constitucional, uma anomalia de evolução, uma verdadeira monstruosidade” (Corrêa, 1940, p. 4). Para Mendes Correia, a degenerescência não deveria ser considerada como puramente imaginária, dado que se tratava de um processo genético, como a doença, a hereditariedade, a evolução.

pode ser é um processo celular, individual ou racial, segundo a sua extensão. Biologicamente, ela é um desvio por vício profundo, uma inferiorização crescente em relação ao tipo da espécie, quer no conjunto, quer apenas nalguns sectores, inferiorização resultante duma alteração progressiva de estrutura e sobretudo duma perturbação e suspensão de funções. Pode afetar células, tecidos, órgãos, indivíduos, raças (Corrêa, 1940, p. 6).

Ainda segundo Mendes Correia, se à primeira vista parecia que entre a hereditariedade e degenerescência existia uma certa antinomia, a verdade, porém, é que a hereditariedade mantinha igualmente os defeitos degenerativos, e estes apresentavam, na sequência das gerações, mais tendência ao agravamento do que a uma regressão, que lesões irreparáveis tornavam em geral impossível. Para o mesmo investigador, também era ocioso procurar relações simples e diretas entre muitos estigmas ou sinais clássicos de degenerescência, sobretudo os físicos. “Assim se explica o insucesso duma definição morfológica dum tipo criminal degenerativo, a variabilidade dos sinais físicos que acompanham certas formas profundas de alienação constitucional” (Corrêa, 1940, p. 7). Se certos degenerados – que foram designados «superiores» – apresentavam algumas faculdades notáveis, sobretudo na literatura, na arte e na política, era, para este ilustre médico-etnólogo, inexato considerar esse desenvolvimento como consequência direta da degenerescência, salvo em casos de verdadeira excentricidade, decadência ou exaltação, indevidamente tomadas como «superiores» por turbas ingênuas ou por pessoas falhas de crítica. Tal superioridade era apenas aparente, dado que “tantos políticos famosos, tantos condutores de multidões, nunca fizeram nada de notável, senão disparates!” (Corrêa, 1940, p. 7). Assim sendo, para

Mendes Correia, a verdadeira superioridade intelectual ou artística pode *coexistir* com a degenerescência. A expressão «degenerado superior» não representa uma variedade da degenerescência,

mas o facto de coexistência episódica desta com manifestações superiores nos domínios que ela, em regra, não atinge nesses casos. Um degenerado, como *degenerado*, é sempre inferior, é sempre um decadente evolutivo, em relação ao tipo específico normal (Corrêa, 1940, pp. 7-8).

Articulando o nosso estudo bibliográfico, os testemunhos recolhidos, com a observação das insculpturas deixadas por Maria Pomba nos penedos de Carvoeiro, concluiríamos que há vários ângulos para analisar esta personagem do Vale do Neiva.

Em primeiro lugar diríamos que há uma relação entre a loucura atribuída pela comunidade a Maria Pomba, a partir do comportamento anormal, e as suas expressões artísticas.

Os comportamentos *loucos* sempre foram permitidos nas sociedades, havendo, contudo, um sistema de normalização desses comportamentos, dominando os corpos e as manifestações corporais, porque eram capazes de serem incluídos dentro do campo dos excluídos, como se outra face do mundo e dos corpos fossem necessários para justificar e dar sentido à normalidade. As teorias de Erving Goffman (1963), com o *Estigma*, de Michel Foucault (1976), com o *Biopoder*, e de Norbert Elias (1939), com o *Processo Civilizacional*, contextualizam este processo de vigilância dos corpos, de domínio do ‘anormal’, de controlo e privação da violência para se construir a sociedade civilizada.

Maria Pomba tinha tudo para ser excluída! Sendo pobre, sem ocupação clara e reconhecida, e à margem dos comportamentos ditos *normais*, era relativamente fácil construir sobre ela narrativas que tivessem a loucura como base de definição da sua personalidade.

Neste contexto social, realizar trabalhos artísticos (artísticos para quem olha de fora e tem sensibilidade e não se surpreende pela genialidade estar em pessoas não conformes ao comportamento reconhecido como normal) era mais um dos ‘sintomas’ de ‘anormalidade’ e de perda de sentido, pois a personagem era pobre, e nada teria de seu ou qualquer recompensa financeira notória com esta ‘mania’! Chegam até a culpá-la de fazer imagens religiosas para merecer a compaixão dos vizinhos e receber esmolas!

Em segundo lugar, o facto de ser mulher. E aqui entram as questões de género. Neste contexto cultural e neste tempo, a arte nascida de um corpo feminino ainda era mais

proscrita! O corpo feminino era para a submissão e para a gestação: um corpo vocacionado para a ‘natureza’, ou seja, para ser usado, e procriar. Os santeiros da pedra eram homens! Do barro, ou da olaria ainda se aceitava o papel feminino (como o do junco, ou as artes das alfaias têxteis da casa). Trabalhar a pedra, a madeira, era coisa de homens! Deve-se realçar o facto de Maria Pomba percorrer os caminhos do Vale do Neiva e deixar as suas obras em penedos, em lugares afastados, nas montanhas. Este percorrer espaços perigosos por parte de mulheres estava associado a pessoa com poderes estranhos (como o caso das bruxas) (Campelo, 2004a). Ser assim livre e ainda por cima mostrar essa liberdade, semeando traços, figuras, marcas, etc., ou seja, deixando rasto por onde passa, era a suprema afirmação do poder do corpo e da mente desta mulher, que se recusava ao papel atribuído ao sexo feminino. Às mulheres não era dado o direito de serem ambíguas, ou terem a capacidade de criarem discursos e comunicações que fugissem ao que lhes estava atribuído (Campelo, 2004b). Maria Pomba, ao realizar a sua arte, está tanto a libertar o seu corpo, como a comprometê-lo dentro das narrativas locais sobre a normatividade do corpo feminino.

Maria Pomba, nos temas que tratava, descrevia o seu mundo, os seus medos, os seus anseios! E aqui não era tão contestatária e libertária como o era na atitude de ser livre e artista. Sendo uma mulher situada no seu tempo, ou seja, profundamente religiosa, transferia para as suas obras o que via nas igrejas, nos santuários, alguns deles próximos e ricos em arte, como o da Senhora Aparecida de Balugães, e o convento beneditino de Carvoeiro.

Com as suas imagens de santos e santas, faz uma sacralização do espaço ao esculpir penedos existentes na paisagem, ao lado de caminhos. Apesar de realizar muitas outras obras, móveis, ao esculpir os penedos, e deixar signos e figuras pelos caminhos e montes onde passa, vai mapeando uma geografia do sagrado e construindo um mundo seu, à volta do lugar onde vive. O despojamento ou miséria vivenciada não interfere neste propósito, porque não é necessário ter dinheiro ou bens para construir mundos muito próprios e impor aos outros a sua presença e importância, quando sempre essa presença e importância não eram reconhecidas. Não podemos deixar de ver a forma altiva, desinteressada e poderosa de Maria Pomba se afirmar no futuro, quando ela tudo tinha para ser marginalizada no imediato. Convive com as figuras sagradas e deixa-as pelos montes ou entregues a pessoas, na convicção de que elas iriam vigiar e marcar para sempre a sua passagem pelo mundo.

A apropriação do mundo através da arte é a forma de Maria Pomba comunicar; sendo pobre e marginalizada, encontra um *lugar* não entre os seus, mas *para além dos seus*, sem se preocupar com as narrativas e a marginalização. Trata-se de uma *loucura* assumida. Reforçaremos esta nossa análise com uma citação de Paulo Alexandre Borges:

É a mais que divina transgressão do divino, a trans-religiosa transgressão do religioso, a transcendência do transcendente, que encontramos, já não no contexto da cultura erudita, mas no da cultura popular, na arcaica tradição ritual e festiva que desponta, em pleno seio do medievo cristão e nas camadas mais baixas do clero, nas Festas dos Loucos, do Burro e dos Inocentes (Borges, 2001, p. 64).

Para concluir, diremos que Maria Pomba ao insistir numa comunicação que não era acessível à maioria dos que a rodeavam, naquilo que os outros viam como loucura, sinal de demência, falta de empenho na vida e assumir responsabilidades, a sua visão materializa-se na transposição do seu ser, ao tempo em que, apesar de nunca ter sido sinalizada cientificamente, a psiquiatria era conjugada no masculino. Essa transposição do seu ser materializava-se na vontade das marcas de que estava viva e deixava rasto; a convicção de que sabia ler o que se passava à sua volta e era inacessível aos chamados *normais*!

Maria Pomba estaria dentro dos parâmetros de análise dos eugenistas, que a poderiam classificar como louca, não apropriada à sociedade em que vivia, uma degenerescência perigosa para a manutenção de uma comunidade saudável.

Balanço

Medicina, exortações eugénicas e os primeiros anos da antropologia são um capítulo controverso da história da medicina, onde as teorias eugénicas influenciaram significativamente as práticas médicas e os discursos sobre saúde pública.

Os médicos, posicionados como autoridades em questões de saúde e biologia, desempenharam um papel fundamental na difusão e implementação de ideias eugénicas. Eles incentivaram medidas como o aconselhamento genético, a esterilização forçada de pessoas consideradas “inaptas”, e políticas de saúde pública que promoviam a reprodução seletiva. Essas exortações eugénicas eram muitas vezes justificadas como necessárias para prevenir a degeneração da raça e melhorar a saúde da população em geral. No

entanto, a aplicação de princípios eugénicos levantou sérias questões éticas e morais, principalmente devido ao seu potencial de discriminação, coerção e violação dos direitos individuais. A história das exortações eugénicas pelos médicos é um lembrete das complexas interseções entre ciência, poder e ética. Daí a necessidade de análise e conhecimento das obras destes médicos portugueses e dos que, por interesse próprio, trabalharam em Viana do Castelo. Este tema não só examina o papel dos médicos na promoção de ideias eugénicas, mas também nos leva a refletir sobre as implicações éticas das intervenções médicas e a responsabilidade dos profissionais de saúde na defesa dos direitos humanos e da dignidade individual.

Para além das figuras a nível internacional, tais como, entre outros, Francis Galton (1822-1911), considerado o fundador da eugenia, propondo a ideia de que a seleção artificial poderia melhorar a qualidade genética da população humana, desenvolvendo, ao mesmo tempo, métodos estatísticos (biometria e psicologia) para estudar diferenças humanas, promovendo a ideia de hereditariedade e melhorias genéticas; Charles Davenport (1866-1944), um dos principais defensores da eugenia nos Estados Unidos, foi diretor do *Cold Spring Harbor Laboratory* e fundou o *Eugenics Record Office* (ERO), promovendo estudos (biologia e genética) sobre hereditariedade e defendeu políticas de controle de reprodução para eliminar características consideradas indesejáveis; Madison Grant (1865-1937), este não foi médico, mas advogado e antropólogo amador que, com sua obra *The Passing of the Great Race* (1916), popularizou a eugenia racial nos Estados Unidos, argumentando pela preservação da “raça nórdica”, e foi um dos promotores das leis de imigração e esterilização baseadas em princípios eugénicos; Alexis Carrel (1873-1944), médico e cientista francês, laureado com o Prémio Nobel de Medicina, em 1912, defendendo ideias eugénicas no seu livro *L’Homme, cet Inconnu* (1935), onde argumentava pela eliminação de indivíduos considerados fracos e pela promoção de uma “super raça”; José Ingenieros (1877-1925), psicólogo e médico argentino, um dos principais defensores das ideias eugénicas na América Latina, vendo a eugenia como uma forma de regenerar a raça e melhorar as condições sociais e de saúde pública.

Em Portugal aparecem referenciados nomes como Ruy de Andrade (1902-1969), ligado à medicina e à psiquiatria, e destacou-se como uma das figuras centrais na promoção de ideias eugénicas, estando envolvido em várias conferências e publicação de trabalhos sobre eugenia, influenciando a formação de uma consciência eugénica em Portugal; António Mendes Correia (1888-1960), médico-antropólogo português, foi um dos principais defensores da eugenia em Portugal, acreditando na importância de uma

intervenção científica para melhorar a qualidade da população portuguesa e defendeu políticas de controle de natalidade e casamentos eugénicos; Miguel Bombarda (1851-1910), psiquiatra e político português, foi um dos primeiros a introduzir e defender a eugenia em Portugal, sendo que os seus trabalhos na área da psiquiatria e da medicina legal incluíam discussões sobre degeneração e hereditariedade, temas centrais ao pensamento eugénico; Júlio de Matos (1856-1922), outro nome de destaque na psiquiatria portuguesa, abordou a eugenia em seus estudos sobre higiene mental e a regeneração da sociedade, defendendo a ideia de que a melhoria da saúde mental da população passava pelo controle da reprodução de indivíduos com doenças mentais; e Manuel Laranjeira (1877-1912), médico e escritor português, interessou-se por temas de higiene social e eugenia, refletindo sobre a influência de fatores hereditários no comportamento e na saúde mental, sendo crítico da degeneração social e defendeu a regeneração moral e física da sociedade.

Paralelamente a estas figuras, em Portugal, o movimento eugénico encontrou adeptos entre médicos, antropólogos e intelectuais que se empenharam na promoção de ideias voltadas para a melhoria da “raça” e da saúde da população. Esses profissionais influenciaram as políticas de saúde pública e as práticas sociais, refletindo as preocupações com a degeneração social e a hereditariedade que marcaram a primeira metade do século XX. Essas figuras destacaram-se num contexto em que a eugenia era vista por muitos como uma ciência legítima e uma solução para problemas sociais e de saúde. No entanto, suas exortações eugénicas frequentemente cruzaram fronteiras éticas, levando a práticas discriminatórias e coercivas. Compreender suas contribuições e ideias é crucial para refletir sobre os impactos e legados da eugenia na ciência e na sociedade moderna.

Por outro lado, a antropologia, a medicina e as exortações eugénicas estão profundamente interligadas, especialmente em relação à história da compreensão humana da saúde e da doença. A antropologia estuda a natureza humana em todas as suas dimensões culturais, sociais e biológicas, enquanto a medicina é uma área disciplinar que se dedica ao estudo da saúde, da doença, dos fatores patogénicos e do seu tratamento em seres humanos. As exortações eugénicas, por sua vez, são práticas e ideologias que buscam melhorar a qualidade genética da população humana através de atos médicos e políticas públicas, como a seleção de quem deve ter filhos ou o estímulo para que pessoas “superiores” tenham mais filhos. Historicamente, a antropologia e a medicina foram frequentemente utilizadas para justificar políticas eugénicas. Por exemplo, durante o movimento eugénico

do início do século XX, médicos e antropólogos usaram os seus conhecimentos para defender a esterilização compulsiva de indivíduos considerados “defeituosos” ou “inferiores” em termos de saúde ou capacidade intelectual.

Hoje em dia, a eugenia é amplamente considerada uma ideologia perigosa e repugnante, e as práticas eugénicas são amplamente proibidas. No entanto, é importante lembrar que a história das disciplinas referidas está ligada a essa prática discriminatória e perigosa, e que há sempre a possibilidade dessas ideias surgirem novamente.

Felizmente que a antropologia médica é hoje um campo interdisciplinar que une a antropologia e a medicina, focando-se na compreensão de como as crenças culturais e as práticas e políticas sociais afetam a saúde, a doença e o bem-estar das pessoas. A antropologia médica explora como os valores culturais e as diferenças sociais afetam a percepção, o tratamento e a prevenção de doenças. Essa área de estudo examina a relação entre cultura e saúde, incluindo as crenças populares, os rituais, os tabus e as práticas médicas tradicionais em diferentes culturas. A antropologia médica também analisa questões de desigualdade e acesso à saúde em diferentes grupos sociais e culturais, além de como a globalização afeta a saúde e a medicina em todo o mundo. Em resumo, a antropologia médica ajuda a fornecer uma visão holística da saúde e da doença, levando em consideração as dimensões sociais e culturais que influenciam a medicina e a saúde.

4. CAPÍTULO IV – DIAGNÓSTICOS DA PSIQUIATRIA NOS TRIBUNAIS PORTUGUESES E IMPLICAÇÕES EUGÉNICAS.

A presença e desenvolvimento das teorias eugenistas no espaço médico, na antropologia física e nos estudos sobre doenças mentais, onde as causas e consequências dos estados físicos e mentais das pessoas estavam associadas à degenerescência, tiveram repercussão em diferentes âmbitos. Se o principal campo de análise era o da degenerescência física e mental, dentro dos estudos da herança genética, com repercussões na vida social e política, a partir da eugenia negativa ou positiva, conforme as posições dos cientistas e pensadores envolvidos, um outro campo surgiu: o da relação entre a psiquiatria e a justiça. Os comportamentos e as caracterizações de certas pessoas passaram a ser analisados dentro de uma linguagem eugénica. Não raro a associação entre loucura, herança genética e moralidade, no escrutinar de comportamentos não conformes à sociedade, transformaram-se na base de decisões nos tribunais. Manifesto um ato tido como criminoso, ilegal ou com forte sansão social, envolviam-se os psiquiatras no escrutínio da evidente ‘patologia social’, comprovada numa suposta ‘patologia mental’, quase sempre manifestação individual de uma pertença coletiva, fosse ela um grupo de pertença étnico, fosse uma herança familiar.

Para exemplificar a presença da cultura eugénica surgida no campo médico e de profilaxia social, no campo da justiça, trazemos aqui três estudos de caso, prova das consequências do pensamento eugénico da época.

4.1. Camilo Castelo Branco (1825-1890): entre o génio-nevropata e a loucura do seu filho Jorge

O interesse em apresentar o caso de Camilo Castelo Branco decorre de uma assumida filiação camilianista – ou mesmo camiliana –, transmitida por herança familiar e cultivada pelos mestres colegiais. Desde cedo nos intrigaram algumas das “transfigurações” da figura de Camilo, tanto nas suas cartas como nos seus romances. O seu perfil psicológico revela uma instabilidade emocional profunda, frequentemente transbordando para posições políticas e religiosas oscilantes.

Importa, aqui, analisar como essa instabilidade foi entendida e discutida à época. As suas relações pessoais e intelectuais revelam isso mesmo. Com Faustino Xavier de Novais, por

exemplo, Camilo confessa em 1858 – já no início da relação com Ana Plácido – que a sua vida “há-de em toda a parte estar subordinada a uma sina infernal”. Também os vínculos com Soares dos Passos, Nogueira Lima e, sobretudo, António Pinheiro Caldas, ajudam a compreender o peso da sua instabilidade. Este último, de resto, revela em carta datada de 1864 (referindo-se aos anos de 1854), um tom claramente marcado pela melancolia e pelo desalento. À partida de Camilo para o Minho, reagiu com sinais que hoje poderíamos reconhecer como sintomas depressivos.

Foi nesse mesmo período que Camilo se refugiou temporariamente em Viana (então ainda vulgarmente chamada ‘vila’, apesar de já ser cidade desde 1848). Aí colaborou como redator no jornal *A Aurora do Lima*, fundado em 1855, publicou *Carlota Ângela* e *Cenas da Foz*, iniciou a controversa relação amorosa com Ana Plácido e começaram a manifestar-se os primeiros sinais da sua doença oftalmológica.

O tom nostálgico e sombrio de Caldas, ao recordar esse momento, é revelador do ambiente afetivo que rodeava Camilo e do impacto das suas escolhas:

Camilo Castelo Branco isolou-se numa pequena vila da formosa província do Minho; Augusto Pereira Soromenho atravessa, talvez, a estas horas as montanhosas terras da Galiza; António Coelho Lousada há muito que dorme o seu último sono, esquecido, em cova ignorada, no cemitério – o Prado do Repouso; Joaquim Simões da Silva Ferraz fixou a sua residência em Lisboa, aonde há muito tempo vive. E eu... eu daqui a dois ou três meses talvez me perca, errante, nas florestas virgens da América! Que voltas dá o mundo no pequeno espaço de treze anos!... (Caldas, 1864, p. 334).

Ou, ainda, numa outra fase, “era aquele local, por assim dizer, o nosso templo das musas, o grémio literário dos jovens daquela época... E, agora, se alongo a vista, se olho em torno de mim, nem um só encontro de tantos que ali via...” (Caldas, 1864, pp. 333-334). Cerca de duas décadas depois (1879), já com os consumados desaparecimentos físicos de Faustino Xavier de Novais (1820-1869) e de António Pinheiro Caldas (1824-1877), Camilo escreve uma pequena carta a Ana Plácido. Nessa pequena carta original de Camilo (ver ANEXO V) já se vê a genialidade do escritor, aquele que Ricardo Revez, doutorando, em 2005, em *História Cultural e das Mentalidades Contemporâneas* na Universidade Nova de Lisboa, afirmaria encarnar “o mito do homem romântico como nenhum outro escritor da sua época: perseguido por uma *sina cruel* e pelo peso de uma herança familiar

degenerada, viveu essa *maldição* por entre amores atribulados e todo o tipo de provocações – até ao suicídio” (Revez, 2005, p. 20).

E diz a referida carta:

Creio que cheguei ao termo da vida. Resigna-te, minha querida e até à morte amada Ana Augusta. Agarra-te à vida que é a tábua salvadora deste filho que está ao pé de mim com a morte estampada no rosto. Segue a tua via de amargura com a coragem que tens sempre revelado. Fica neste mundo por alguns anos como quem se sacrifica ao pai na pessoa dos filhos. Lembra-lhes (...) o teu Camilo.

2 horas da noite

23 de abril de 1879

O despoletar da nossa curiosidade surge, precisamente, a partir do momento que tomamos conhecimento que o filho de Ana Augusta Plácido, Manuel Plácido Pinheiro Alves, por quem Camilo tinha um carinho especial, havia falecido dois anos antes, enquanto o seu filho Jorge haveria de ser internado, sete anos depois, mais concretamente a 2 de agosto de 1886, no Hospital Conde Ferreira, de onde saíria “levemente melhorado” a 23 de outubro desse mesmo ano. Daí concluirmos tratar-se de uma alusão clara ao seu filho Jorge.

A voz recorrente desse internamento seria o médico Ricardo Jorge, célebre médico higienista que exerceu uma influência decisiva na política sanitária do país, e que se tornara íntimo do romancista, como seu médico e seu amigo:

O abaixo-assinado atesta e jura que Jorge Castelo Branco, idade 23 anos, solteiro, filho de D. Ana Plácido, sofre de alienação mental, pela qual julga ser necessária a sua internação num hospital apropriado. A doença cuja aparição ascende à infância, tem tido fases diversas, segundo se depreende da narração das pessoas de família. A mãe desde sempre lhe notou sinais de pouca sanidade mental. Aos 4 anos observaram que procurava masturbar-se de diferentes modos. Quatro anos depois foi atacado de epilepsia atribuída à ténia.

Dos 10 aos 14 anos passou por uma exacerbação mística notável, entregando-se a assíduas práticas religiosas, chegando a cingir-se a cilícios; depois passou a um absoluto indiferentismo em tal matéria.

Aprendeu a ler e a escrever e chegou mesmo a iniciar os estudos preparatórios que não pôde prosseguir por falta de capacidade, sendo para notar que sozinho em casa adquiriu

razoáveis conhecimentos de língua latina entregando-se também ao desenho com certa habilidade.

A masturbação continua; há o abuso do tabaco e especialmente do álcool. Esta dipsomania é irresistível. Nestes últimos tempos tem tido períodos de agitação durante os quais tem lançado fogo, tentando contra a vida dum vizinho, insultando e batido pessoas de família e criados, etc. O pai, homem de talento, é um nevropata e um sífilítico. O avô paterno foi um alienado assim como dois tios. Eis as informações mais úteis que posso apresentar, das quais deduzo que o doente pode ser classificado no grupo dos degenerados hereditários, de que me parece ser um declarado (?) exemplar. – Porto, 2 de Agosto de 1886. – (a) Ricardo de Almeida Jorge¹⁰⁹.

É o médico Ricardo Jorge quem escreve que Júlio de Matos na papeleta do pobre Jorge, internado por nós no Hospital do Conde Ferreira – documento, seja dito de passagem, psiquiatricamente merecedor de reparos – escreveu, a respeito do pai, como estigma mental, “que oscilava entre as crenças religiosas mais arreigadas e o ceticismo mais completo” (Jorge, s/d: 103).

Inicialmente, quando, em 1886, Jorge Camilo Castelo Branco foi internado no Hospital Conde de Ferreira, o seu primeiro médico foi o diretor desse mesmo hospício, António Maria de Sena, passando pouco tempo depois para os cuidados de Júlio de Matos. De facto, seria o próprio Júlio de Matos a escrever na caderneta que cada um dos doentes tinham, como referira Ricardo Jorge, a reforçar a convicção do estado hereditário-degenerativo do filho de Camilo Castelo Branco, imputando ao conceituado romancista, também, um estigma mental. No referido “*Caderno de Admissão*”, no que concerne à *História Clínica*, lançamentos periódicos exigidos pelos parágrafos 7.º e 8.º do artigo 21.º, e 1.º do artigo 22.º, Júlio de Matos começa por escrever que Jorge Castelo Branco apresentou-se às primeiras observações num estado de abatimento psíquico muito profundo, emagrecimento, palidez, memória enfraquecida, desprovido de sentimentos morais, falando da família com desconfiança ou ódio. Vincula, ainda, a existência de agitações grandes, em termos comportamentais, mantendo o hábito de masturbação, consequência direta, segundo ele, muito provavelmente, de excessivos abusos alcoólicos a que Jorge se entregava.

¹⁰⁹ “Hospital do Conde de Ferreira”, *Caderno de Admissão* de Jorge Castelo Branco, 1.ª Secção (Homens), N.º 705, 1886-1887, *História Clínica*; Cf. LEMOS, M. (1920). *Camilo e os médicos*, p. 516-517.

E prossegue Júlio de Matos no seu diagnóstico, aqui sim, imputando a Camilo Castelo Branco o “estigma mental”, através da história ancestral, onde diz descobrir uma longa mancha hereditária, do máximo peso degenerativo:

A história ancestral, aliás incompleta no atestado da admissão, descobre uma longa mancha hereditária, do máximo peso degenerativo.

No lado paterno existe a alienação mental no avô e em dois tios; o pai é nevropata, espírito desequilibrado, instável nas convicções e nos afetos, oscilando constantemente entre as crenças religiosas mais arreigadas e o ceticismo mais completo, cultivando preocupações hipocondríacas, pretendendo-se em vésperas da morte há mais de 30 anos, ânimo exaltado e agressivo, amando a polémica na fase emotiva das personalidades e das referências propriamente individuais. A sua história está escrita em dezenas de livros, eminentemente pessoais todos eles e apaixonados. Do lado materno não tenho elementos a referir aqui.

O doente é filho adulterino e foi gerado em condições morais anómalas. Foi sempre um débil, não tendo conseguido mais que uma instrução rudimentar e acanhada; teve na infância ataques de epilepsia, praticou e pratica o onanismo, fuma delírio religioso há anos e entregava-se ultimamente a excessos extremos, bebendo espirituosas em altas doses; pouco antes da Admissão foi acometido de impulsões homicidas, contendo contra a existência do próprio pai. Um irmão – Nuno Plácido Castelo Branco (1864 – 1896) – é dissipador e um outro – Manuel Plácido Pinheiro Alves (1858-1877) –, filho de pai diferente (o que parece indicar vício degenerativo do lado materno), morreu de meningite, tendo sido também dissipador¹¹⁰.

Maximiano Lemos, na sua obra «Camilo e os Médicos», procura não pôr em dúvida o rigor científico da apreciação que Júlio de Matos faz a Camilo, quando nos alerta para o facto de possivelmente conhecer bem o romancista, através do que a sua família lhe narraria desde a infância, tendo em conta que Júlio de Matos era filho do grande advogado Joaquim Marcelino de Matos, que defendera Camilo no célebre processo que lhe movera Manuel Pinheiro Alves, marido de Ana Plácido, e sobrinho materno de um amigo de Camilo, Júlio Xavier de Barros (cf. Lemos, 1920, p. 562).

Para o médico, professor e jornalista Maximiano Lemos (1860-1923), não se descobre na fria linguagem de Júlio de Matos qualquer vestígio de simpatia pelo Camilo, afirmando

¹¹⁰ “Hospital do Conde de Ferreira”, *Caderno de Admissão* de Jorge Castelo Branco, 1.ª Secção (Homens), N.º 705, 1886-1887, História Clínica.

mesmo acreditar que essa frieza de análise era propositada, dado que, anteriormente à internação do Jorge, cinco anos antes, estalara violenta polémica provocada por Alexandre da Conceição. Camilo referiu-se aos positivistas portugueses com acrimonia mas extremado deles, Júlio de Matos:

Neste canto do ocidente não se imagina que podridões fermentam lá fora da seita positivista que em Portugal supurou em Teófilo, em Conceição e poucos mais furúnculos anónimos, a tresandarem à volta de um bom talento, Júlio de Matos, que voeja por entre as nebulosas siderais em busca da verdade intangível; e quando cuida que o Positivismo científico lhe dá tréguas consoladoras, sente a vacuidade insondável do Positivismo religioso. (Assim escreveu Camilo Castelo Branco, na revista mensal *Ribaltas e Gambiarras*, n.º 7, fevereiro de 1881).

É evidente que depois disto, houve troca de galhardetes, ao ponto de Júlio de Matos se defender pela procura da verdade intangível “e, desalentado talvez pelas agruras do positivismo científico, me volto para o positivismo religioso, onde, todavia não encontro senão vácuo...” (Lemos, 1920, p. 563). Abria-se assim a discussão entre positivistas religiosos de Pierre Laffitte, e positivistas científicos, discípulos de Littré. A resposta imediata de Camilo não se fez esperar, e da qual apenas transcrevemos os dois últimos parágrafos, demonstrativos da “aziumada patologia” feita por Júlio de Matos, cinco anos mais tarde, quando se referiu a Camilo como que cultivando preocupações hipocondríacas, de ânimo exaltado e agressivo, amando a polémica na fase emotiva das personalidades e das referências propriamente individuais:

Aqui tem s. ex.^a o segundo *furúnculo*¹¹¹. Nunca ninguém deu nome tão brando a sujeito de tal tomo e casta. Eu devera chamar-lhe pelo menos uma *gangrena*.

Para concluir, continuarei, se me permite, a considerar o sr. Júlio de Matos um cérebro poderosamente animado entre dois tinhosos com anasarca de orgulho (Branco, 1903, pp. 411-412).

Em 1916, Teófilo Braga esboça um pouco o estado nevropático de Camilo, alegando que

¹¹¹ Referindo-se a Teófilo Braga.

terríveis heranças de degenerescência nervosa pesavam na organização de Camilo Castelo Branco; nos últimos vinte anos da sua vida, a sobre-excitação nervosa, agravada pelas grandíssimas catástrofes domésticas, traziam-no num estado de agitação física e de depressão moral, e por último de desalento pela calamidade da cegueira, que o impeliu ao suicídio (Braga, 1916, p. 47).

É o mesmo Teófilo Braga que nos alerta para esta possível patologia neuro-depressiva, quando nos dá a conhecer uma carta de Camilo a Ouguela, sem data, mas provavelmente muito próxima de 1872, quando o mesmo escreve:

A minha vida é sentado debaixo de uma acácia, numa cadeira de cortiça, com três livros que não leio. Dantes fumava e distraía-me a meditar na intoxicação da nicotina; agora já nem fumar posso; o cérebro aziame e fico como uma modorra dolorosa e estúpida. Em casa não posso estar. Não acho livro que me entretenha. Aqui tens o meu fim de vida. Parece que me sinto num banho de lama, à espera que esta lama se petrifique e se faça sepultura (Braga, 1916, pp. 48-49).

António Sardinha, por altura do centenário do nascimento de Camilo Castelo Branco (1825-1925), plasmava em palavras comemorativas que

a definição do génio de Camilo nas suas manifestações tão desencontradas como variadíssimas, só nos será dada pelo estudo psicológico da hereditariedade do escritor. Não se trata, evidentemente, de ressuscitar os velhos processos lombrosianos, nem de ver em toda a admirável fulguração literária do grande romancista o final iniludível duma longa descendência de desequilibrados (Sardinha, 1925, p. 633).

Reforçando a ideia inicial de que Camilo Castelo Branco sempre nos induziu para o paradoxo de um homem portador de uma instabilidade emocional profunda, ao ponto dessa instabilidade se estender também ao nível político e religioso, Ricardo Revez (já por nós citado anteriormente), defendeu, em 1985, que o exímio romancista,

romântico integral – ‘profissional de letras’, tornou-se, a partir de certo momento, num paradoxo constante: ora miguelista, ora liberal, ora fervoroso católico, ora um crente mais contido e crítico da doutrina. A instabilidade psíquica é também uma presença constante

nas suas cartas – assim como os padecimentos físicos – e a ideia do suicídio persegue-o (Revez, 2005, p. 21).

Suicídio esse que se viria a consumir, dois anos depois de se casar com Ana Plácido, mais concretamente a 1 de junho de 1890, altura em que já estava praticamente cego. Dez anos depois morre seu filho Jorge Camilo Plácido Castelo Branco (1863-1900).

Atendamos ao que escreveu António Simões Viana, o médico-psiquiatra vianense:

Muito se tem falado já e muito mais, por certo, se irá falar, nos tempos que se aproximam, da deficiência mental.

Variadas são as suas causas: doenças infecto-contagiosas e parasitárias durante a gestação e a primeira infância, traumatismos obstétricos, cariopatias, carências alimentares, carências afetivas e anomalias do metabolismo dos aminoácidos são as mais comuns.

Se são estas as causas mais frequentes de tão grave problema não nos resta outra alternativa que não seja proceder à sua prevenção, isto é, tomar precauções para que tais fatores sejam o mais possível evitados porquanto, logo que tenha surgido uma lesão cerebral causadora de oligofrenia, não existe cura para a pessoa afetada dado que, neste momento, a Ciência não conhece nenhum meio para desenvolver o indivíduo atingido ao estado funcional anormal. Contudo, sendo-lhe oferecidas oportunidades de educação, adestramento e várias terapêuticas, a pessoa atingida pode chegar a desenvolver um nível produtivo aceitável não obstante a capacidade funcional do cérebro estar ainda limitada. Daqui poder concluir-se que a resposta última ao problema da deficiência mental esteja, no fim de contas, na sua prevenção (Viana, 1980, p. 1).

Nos tempos que correm, tal como se indagou em relação a Alberto Pimentel (Porto, 1849 – Lisboa, 1925) – jornalista, crítico e romancista que também travou lutas interiores com a doença e o sofrimento psíquico –, importa perguntar se a enfermidade terá, de algum modo, prejudicado a obra de Camilo Castelo Branco. Corroboramos da resposta que emerge, de forma quase silenciosa, da própria interioridade camiliana: não só a doença não prejudicou a sua escrita, como lhe conferiu uma densidade trágica e um timbre de génio inconfundível. A dor não foi obstáculo, mas matéria-prima. O sofrimento, longe de o paralisar, adensou-lhe o estilo, aguçou-lhe a ironia, refinou-lhe a sensibilidade. Camilo escreveu com o corpo ferido e a alma exposta – e essa ferida aberta tornou-se linguagem.

Ao longo da sua vida Camilo Castelo Branco sempre teve uma atribulada relação com os médicos.

Se ligarmos o fim de Camilo ao desnorreamento da sua existência, entenderemos melhor que os homens não são diferentes das ideias que os regem. Camilo sofreu paixão e morte, porque o individualismo frenético do seu ambiente cultivou e engrossou o individualismo frenético que o escritor refletia como herança estrutural. A não ser outra a causa da diminuição da sua personalidade, do desencontrado da sua obra. Invertam-se, pois, os dados da questão – e seja para se afirmar contra os preconceitos lombrosianos, que em Camilo a doença, longe de lhe alimentar o génio, só lho mutilou e desfigurou, acabando por extingui-lo... (Sardinha, 1925, p. 688).

Com esta pequena nota, assinada por António Sardinha¹¹², acabamos por impor, a nós próprios, um certo contraditório, ao que anteriormente nos sugestionaria, nos tempos que correm, a definição de “Génio de Camilo”. Fruto da releitura que fizemos de estados emocionais de Camilo, através de cartas e outros meios, e menos pelo lado criativo-literário, somos, contudo, confrontados com essa opinião de António Sardinha, através de um extenso apontamento, a que deu o título “O Génio de Camilo”, publicado «*In Memoriam de Camillo*», quando afirma, a dado momento, que

Camilo, na sua espontaneidade fecundíssima, foi sempre governado por uma “disputa de mortos” como certamente diria Léon Daudet. Na verdade, se considerarmos a obra literária desse escritor como a libertação das imagens ancestrais que lhe povoam o subconsciente, Camilo Castelo Branco aparece-nos como da estirpe dos Shakespeare e dos Balzac. Mais dos Balzac que dos Shakespeare... (Sardinha, 1925, p. 634).

Segundo ele, em Balzac Camilo encontrou a fórmula para a libertação dos seus demónios interiores, quiçá, avivados através da “linhagem irrequieta de inadaptados que são os ascendentes de Camilo, cheios de tatuagens sociais e morais, a que não faltava nem a nota

¹¹² António Sardinha foi um adversário da *Monarquia da Carta* (1834-1910) chegando, no tempo de estudante na Universidade de Coimbra, a defender a implantação de uma república em Portugal. Depois de 5 de outubro de 1910, durante a Primeira República ficou profundamente desiludido com ela e acabou por se converter ao ideário realista da *monarquia orgânica, tradicionalista, antiparlamentar* do “Integralismo Lusitano”, de que foi um dos mais destacados defensores. Em 1911 já estava formado em Direito pela respetiva universidade e no final do ano de 1912, escrevia a comunicar a sua «*conversão à Monarquia e ao Catolicismo*». Seus principais inspiradores, ou “pais espirituais”, de acordo com o pensador e político espanhol Ramiro de Maeztu, foram Eça de Queiroz, Guerra Junqueiro, Ramalho Ortigão, Fialho d’Almeida e, “um pouco mais atrás”, Oliveira Martins, Antero de Quental e Camilo Castelo Branco.

infamante do judaísmo...” (Sardinha, 1925: 634). É o mesmo Sardinha que lhe confere esse ajuste balzaquiano: Havia em Camilo, como em Balzac, um intenso sentido da história. Mas Camilo sofria, tanto na sua inteligência como na sua sensibilidade, as consequências do duelo que nele travavam incessantemente duas hereditariedades hostis, referindo-se à acentuada luta entre o Camilo regido por “avós bem plantados no coração eterno da pátria”, e o Camilo sacudido, “num *sabbat* violento, pela constante intervenção da sua ancestralidade israelita” (Sardinha, 1925, p. 636).

Paulo Osório¹¹³, por exemplo, prejudicado pelo excessivo espírito clínico com que por vezes encara a psicologia atormentada de Camilo, insiste no elemento do judaísmo da parte dos antepassados do romancista, como fator predominante e/ou preponderante na determinação do temperamento de Camilo:

Espiolhando bem as costelas de criatura a quem genealogistas diversos tão várias profissões atribuíram, vem-se a saber da existência, em seu nobre sangue, de laivos judeus, oriundos de duas cristãs novas que respetivamente conviveram com seu pai e seu avô. Para o cadastro patológico que é lícito formar nesta família, convém não perder o indício que nos pode dar um facto tal, por isso que é hoje já vulgar na ciência que a raça hebraica é, dentre todas as raças, uma das que maior contingente fornecem para o grupo das doenças nervosas... (Osório, 1905b, p. 10).

Não nos admiramos com esta desconstruída rotulação, principalmente no que concerne à expressão de “laivos judeus” na procura da hereditariedade, quando J. Lúcio de Azevedo traz-nos à colação, no seu dizer, a pena do medíocre foliculário Vicente da Costa Matos, autor que, na linguagem pedante daquele período (1625) de decadência literária, pedia a expulsão dos heréticos, e coligia as opiniões correntes sobre a gente de Israel, opiniões que simultaneamente revelam o ódio inspirado por ela, e o estado triste da mentalidade contemporânea:

¹¹³ Paulo Mendes Osório, nascido no Porto em 1882, e falecido em Graches (arredores de Paris) em 1965, foi escritor e jornalista de renome, depois de ter desistido do curso da Escola Médico-Cirúrgica para se dedicar à carreira literária. Depois de fundar o periódico *Alvorada* (1896-1897) e de colaborar intensamente em diversos jornais do País, e defender a política franquista, acabou por fixar residência em Paris, em 1911, onde se tornou colaborador de *O Século*, correspondente do *Diário de Notícias* e diretor, já em 1922, da versão parisiense deste diário, o *Paris-Notícias*. (...) Entre as suas obras destaca-se a biografia de Camilo Castelo Branco, em que o autor intenta explicar o génio literário deste escritor através da sublimação das tendências criminais dos seus antepassados. Bem aceite por inúmeras figuras prestigiadas da sua época – entre eles Teófilo Braga –, esta obra deu origem a uma prolongada polémica com Miguel Bombarda, que põe em causa, em termos médicos, o exame psicopático de camilo aí exposto. (In, *Dicionário Cronológico de Autores Portugueses*. Org. Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro. Mem Martins: Publicações Europa-América, 1994, Volume III, p. 259-260).

Os judeus, dizia ele, são feios de rosto, e assim os tem Deus assinalado, como expressão do seu desprezo; exalam cheiro mau, que só com o batismo se dissipa; ao falarem, cospem-se por si e uns aos outros nas barbas, em castigo de haverem cuspidos a Cristo, quando o martirizaram; os do sexo masculino são menstruosos, provavelmente também por castigo; e outras semelhantes inépcias. Além disso, increpa-os de homossexuais, e de haverem introduzido o vício no país... (Azevedo, 1975, pp. 179-180).

Mais tarde, ao citar Charcot, «*as nevroses resultam de dois factores: um, essencial e invariável: a hereditariedade nevropática; outro, contingente e polimorfo: os agentes provocadores*», Paulo Osório acaba por ainda juntar à hereditariedade nevropática os fatores congénitos, adquiridos na vida fetal, que a excessiva concisão daquela fórmula exclui:

Quanto ao primeiro fator, essencial e invariável, é notório como em Camilo ele influiu. Eu penso que dificilmente se encontrará estirpe mais opulenta para a guarda avançada dum caso esplendido de génio. E pelo que se refere aos fatores adquiridos na vida fetal, basta recordar as primeiras palavras desta nosografia: ‘Camilo Castelo Branco foi gerado no período mais doloroso dum amor violento’. Citar agora, um a um os agentes provocadores seria repetir o que está dito, contar de novo toda essa biografia acidentada, essa vida errante, de paixão e amargura...” (Osório, 1920, pp. 248-249).

Paulo Osório, acabou por ancorar-se na certeza de que os sintomas mórbidos observados em Camilo poder-se-iam dividir metodicamente em três grupos:

- 1.º – Nevralgias, impressão do ferro em brasa na cabeça, insónia, fobias, abulia, obsessões e impulsões, irregularidade no trabalho, tendência para a auto-observação, vagabundagem, e primeiras perturbações visuais;
- 2.º – Espasmo nervoso no esófago, versatilidade, instabilidade, egoísmo, grande poder imaginativo, interpretação mística dos factos mais simples, desigualdades psíquicas, exagero de todas as sensações, perturbações auditivas – ainda algumas perturbações visuais (como a diplopia) –, assomo de megalómano e perseguido, sonhos, pavor noturnos, pesadelos e tendência para o suicídio;
- 3.º – Dores fulgurantes, silvos nos ouvidos, surdez, ataxia, perturbações visuais mais adiantadas (tais como a epífora, a ambliopia, a nevrite ótica, a imobilidade da pupila e a amaurose) (cf. Osório, pp. 249-250).

Conclui que os sintomas no primeiro grupo denunciavam-nos o *neurasténico*¹¹⁴; no segundo como pertencendo ao quadro de *histeria*; e no terceiro, Paulo Osório atribui-lhe o *tabes*¹¹⁵, uma doença orgânica do sistema nervoso, na sua forma clínica cérebro-bulbar

Estas considerações aventadas por Paulo Osório, acabariam por suscitar em Miguel Bombarda um esboço crítico, onde o ilustre psiquiatra, procurou refutar a tese apresentada, principalmente quando ventila a nosologia¹¹⁶, o exame psicopático, de Camilo:

...O autor procura demonstrar que Camilo era um neurasténico, e para isso vale-se, valha a verdade, do avolumamento de muito pormenor que não contém, longe disso, a significação que se lhe quer conceder. É assim que se faz um montão de fobias onde nem uma talvez se possa apurar: porque a verdade é que a fobia não é só o simples horror à doença ou à morte, porque então seria neurasténico, mais ou menos, todo o ser humano, do mesmo modo que não é fonóforo quem não tem ouvido musical, como enfim senão acha possuído, do neurasténico horror à luz aquele que dela foge, fisicamente sofrendo dos órgãos visuais... (Bombarda, 1905, pp. 217-218).

Para Miguel Bombarda, psiquicamente, Camilo não era neurasténico. Sem se querer pronunciar, porque não possuía o conhecimento bastante do homem nem da sua obra, sempre acabaria por vinculá-lo à ataxia¹¹⁷: “...E fisicamente, como doença que o levou ao desespero final, julgo não poderá haver dúvida para nenhum médico que Camilo era um atáxico. A ataxia acorrentou-o à dor nos últimos anos da vida, e foi ela que o conduziu ao suicídio...” (Bombarda, 1905, p. 218). Para o mesmo psiquiatra a ataxia não era um mal neurasténico, tendo em conta que, para os médicos da época, a ataxia locomotora, do mesmo modo que a paralisia geral, não era mais que um derradeiro golpe da sífilis.

Nesta troca de mimos entre médicos, com Camilo a premeio, o insigne escritor não só se incompatibilizou com muitos dos médicos do seu tempo, como acabaria por provocar alguma escaramuça entre eles.

¹¹⁴ Neurose com enfraquecimento da força nervosa, perturbações mentais do tipo tristeza, apatia e, muitas vezes, com indisposições físicas como dores de cabeça, perturbações digestivas, etc.

¹¹⁵ Doença nervosa de origem sífilítica que prova ataxia progressiva dos membros locomotores, pela degeneração dos cordões posteriores da espinal medula.

¹¹⁶ Parte da Medicina que descreve, estuda e classifica as doenças.

¹¹⁷ Incoordenação patológica dos movimentos do corpo e desordem nos fenómenos psicológicos.

Vejamos outro exemplo, que nos reporta até ao ano de 1879, altura em que, pela segunda vez, a Princesa Rattazi¹¹⁸ veio a Portugal, por forma a colher impressões para um livro célebre que intitulou *Portugal à vol d’oiseau* e que saiu em 1880. Ora, dessa segunda vez, veio ao Porto, festejada por uns e outros. Camilo foi chamado pelo seu livreiro editor a ir ao beija-mão. Eximiu-se na carta seguinte com o seu salpico de chiste e de pessimismo:

Meu prezado Chardron:

Com muito prazer iria cumprimentar a Senhora Princesa se o meu crescente desbarate de saúde me não obrigasse a sair daqui amanhã para Ponte de Lima, onde me espera um médico que me quer aplicar a dosimetria – um sistema moderno mediante o qual se morre à antiga.

Eu fiz um voto de nunca mais voltar ao Porto.

Sempre que aí vou, retiro em pior estado.

Não obstante, se não fosse esta saída para Ponte de Lima, iria prestar à insigne escritora a cortesia devida aos seus talentos. Queira o meu amigo apresentar a S. Alteza as minhas desculpas e os meus respeitos.

Do seu amigo obrigado

*Camilo Castelo Branco.*¹¹⁹

Esta curiosa carta presta-se a comentários. Assim, pode encarar-se aquela vinda do escritor a Ponte de Lima como momentânea fantasia, apenas como pretexto ocasional para se livrar da estopada de ter de se deslocar de Seide por motivo do que se lhe afigurava tão fútil. Mas se era verdadeiro, qual seria o médico da vila que então gozava de tal prestígio que mereceu a honra da atenção de Camilo? E Camilo teria feito, efetivamente, essa jornada para se sujeitar à aplicação do tal sistema da dosimetria? A par de interrogações lançou em nós a dúvida que oscila entre a ironia do estilo e a verdade do gesto. Sabemos que Camilo não era homem de meias tintas, mas era mestre na arte da desculpa espirituosa. A sua propensão para o sarcasmo – sobretudo quando o alvo era o mundo urbano, a futilidade social ou os modos forçados da diplomacia cultural – sugere que a menção à dosimetria foi mais boutade do que receita médica.

¹¹⁸ De seu nome de solteira Maria Letícia Wyse, filha de um diplomata inglês Tomás Wyse e de Lectícia Bonaparte, filha de Luciano Bonaparte, sendo seu tio-avô o grande Corso.

¹¹⁹ Carta enviada por Camilo Castelo Branco ao seu editor David Corazzi Chardron, datada de 1879, aquando da segunda visita da princesa Rattazzi a Portugal. A carta foi posteriormente publicada na edição crítica da correspondência organizada por Maria da Glória Padrão (Castelo Branco, 1982 [1879], p. 413).

Por outro lado, é plausível que, entre os acessos de dor e os estados depressivos que o consumiam, Camilo tenha, de facto, procurado algum alívio ou esperança em práticas médicas da moda, como era então a dosimetria, cujos defensores prometiam curas ponderadas com a balança da ciência. Resta-nos a incógnita: teria Ponte de Lima, nesse ano de 1879, um facultativo versado nessa terapêutica? Teria Camilo confiado no saber de algum médico minhoto, escapando momentaneamente à clausura da sua dor? Se a viagem se concretizou ou não, é matéria que a documentação não esclarece. Mas a carta, com o seu humor ácido, basta para mostrar como Camilo moldava a realidade ao sabor da pena, fazendo da doença e do sarcasmo os seus mais fiéis aliados. Seja invenção ou verdade, ficou-nos o retrato de um homem que preferia um médico de província à pompa de um beija-mão cortesão — o que, sendo ele, já diz tudo.

Sobre uma das perguntas suscitadas por esta carta de Camilo, viria a obter-se uma resposta infalível, por sugestão de José Benvindo Martins de Araújo¹²⁰: – Quem era o médico de Ponte de Lima que foi consultado por Camilo? É o próprio Camilo que, em carta dirigida a Tomás Norton¹²¹, um dos limianos com quem, juntamente com João Gomes de Abreu, Camilo se carteava, acaba por revelar o médico a quem, dado o seu prestígio e reputação clínica, recorreu:

Obrigado à dedicada benevolência dos seus cuidados pela minha irreparável saúde. Não há que esperar na velhice quando a mocidade foi desbaratada, contraindo empréstimos adiantados às forças da vida porvindoura. Não me admiro deste esfacelamento: o que me espanta é viver. Há 4 meses consultei em Vizela um médico conterrâneo de V. Ex., Freitas.

¹²⁰ José Benvindo Martins de Araújo foi uma figura relevante no contexto local de Ponte de Lima, Portugal. De acordo com registos históricos municipais, foi presidente da Câmara Municipal de Ponte de Lima entre 1931 e 1933, servindo como representante do poder local nessa vila e região.

¹²¹ Tomás Mendes Norton, avô paterno de Luís Norton (Sócio da Academia Portuguesa de História e do Instituto Histórico Brasileiro), terminou o curso de Matemática, em Coimbra, isolou-se romanticamente numa aldeia minhota, perto de Ponte de Lima. Segundo Luís Norton, o seu avô era um sonhador, um visionário, muito lúcido, de imaginação vivíssima. Grande proprietário rural no Alto Minho, comprou o Mosteiro de Refojos do Lima, e ali, naquela antiga fundação teve o infortúnio de encontrar quadros a óleo, azulejos e esculturas de valor artístico. Utopista como era, sonhou e convenceu-se que toda a arquitetura do seu convento, restaurado no século XVI, era obra de Bramante, o mesmo Bramante autor do Templo e do Belvedere, do Vaticano. Foi naquele tempo, por volta do ano de 1884, quando o senhor do Mosteiro de Refojos do Lima consumia febrilmente a sua vida para provar que Rafael fora o pintor dos quadros existentes naquele mosteiro, que se iniciou sua correspondência epistolar com Camilo Castelo Branco. Tomás Mendes Norton era sobrinho de um grande bibliófilo que se chamava também Tomás Norton. Este e Vieira de Castro foram os amigos que apresentaram o proprietário de Refojos ao romancista exilado, na altura, em S. Miguel de Seide. Foi em redor da descoberta feita por Tomás Mendes Norton, que começou uma troca de cartas entre ele e Camilo, versando principalmente a fantasmagórica tese sobre a autoria das pinturas de Refojos, tese à qual Camilo deu crédito inteiro. (Cf. Norton, 1964, pp. 9-13).

Capitulou de esgotamento nervoso a minha enfermidade, e mandou-me tomar fósforo pelo sistema de Bourgrave. Veja V. Ex.^a! com o fósforo tenho eu de reconstituir um regenerado sistema nervoso! Mas o pior foi que, antes de renovar a massa encefálica, ia arranjando uma intoxicação de arseniatos que por pouco o não aliviava a V. Ex.^a de ler este boletim sanitário... (Norton, 1964, p. 43, – carta datada de 6.^a feira, 7 de novembro de 1884).

Temos, por conseguinte, que em agosto (três meses antes) Camilo encontrou-se nas águas de Vizela, onde costumava veranejar, com o célebre doutor Freitas – António Inácio Pereira de Freitas¹²² – a quem consultou, que com certeza o examinou e que o medicou. Outra carta, de 12 do mesmo mês e ano, refere-se ainda ao Dr. Freitas:

V. Ex.^a é ingrato à terapêutica do Freitas. Os grânulos cabalísticos do homem, ingeridos nas vísceras do cancro, mataram-lho. O cancro é um micróbio, em forma de vírgula, com o feitio de caranguejo, que V. Ex.^a terá a curiosidade de ver no Zodíaco (Câncer). Verdade é que o Freitas intoxicou o parasita inconscientemente; matou-o por acaso como o Colombo descobriu a Índia ocidental; mas nem por isso havemos de esbulhá-lo de ter subido pelos alcatruzes do bambúrrio a uma eminência de glória que V. Ex.^a parece querer empalhar-lhe, atribuindo a sua cura à Natureza, mãe fecunda de todos os cancros e de todos os Freitas.

Seramente, o meu incessante penar de 20 anos, tenho estudado a infâmia com que os charlatães de todas as seitas médicas mangam com os enfermos – com a dor física, esta coisa que, por ser horrorosa, deveria ser sagrada. Tenho encontrado dois médicos catedráticos que, com os olhos quase lacrimosos como os do Freitas, me disseram que me deixasse morrer nos braços da “Alma Mater”, esta coisa que nos desova cá fora e depois nos retrai ao seu ventre, como quem engole um porco vômito, cheio de fezes, de apostemas, de cancros, do diabo... (Norton, 1964, p. 48).

¹²² António Inácio Pereira de Freitas nasceu em S. Miguel de Vizela (Guimarães), em 1 de fevereiro de 1842, filho do farmacêutico José de Freitas Oliveira e de sua mulher D. Cecília Rosa da Silva Pereira. Em 1866, concluiu a licenciatura na antiga Escola Médico-Cirúrgica do Porto, com a tese «Das águas minerais em geral e da sua aplicação em particular nas moléstias cirúrgicas». Cerca de um ano depois veio para Ponte de Lima, onde exerceu clínica durante trinta e oito anos e deixou o seu nome bem lembrado, não só pela superioridade da sua competência profissional, mas ainda pelos feitos que em múltiplas atividades culturais o seu espírito talentoso se expandiu. Profissionalmente sempre a par dos últimos progressos da arte médica, foi pioneiro na aplicação da dosimetria e da hipnoterapia, novidades terapêuticas que o entusiasmaram e lhe deram reputação clínica por toda a Província do Minho. Contava apenas sessenta e três anos de idade quando morreu em 7 de setembro de 1905, viúvo de D. Antónia Adelina Saldanha e sem geração, na casa que mandara edificar na Rua de D. Pedro, hoje Rua General Norton de Matos (Abreu, 2007, pp. 241-242).

A relação de Camilo com o Ricardo Jorge, António Maria de Sena e o subsequente Júlio de Matos, aquando do internamento do seu filho Jorge, em 1886, não foi de todo pacífica. Se Ricardo Jorge teve um papel importante no internamento do filho de Camilo, ao passar o atestado que as formalidades regulamentares exigiam para a mesma admissão, aduzindo-lhe um problema degenerativo hereditário, chamando a ancestralidade do avô paterno e de dois tios como alienados, e Camilo, apesar de homem de talento, um nevropata e um sífilítico, também não é menos verdade que Ricardo Jorge, perante uma menor assiduidade na sua correspondência com Camilo, informando-o do estado de saúde do Jorge, mereceu da parte do escritor, em carta dirigida a Eduardo Costa Santos, o seguinte desabafo: “Não sei nada do Dr. Ricardo. Parece que está zangado com a gente. Paciência. Não tem razão...”¹²³. Dois anos antes, Camilo escrevera a Tomás Norton:

(...) Como me sinto sem forças para escrever falo-lhe da minha doença. Fui antes de ontem ao Porto para consultar um especialista de nevroses, Ricardo Jorge. Não cheguei a falar ao médico por que a noite foi tão cruel que tive de retirar de manhã, aterrado com uma coisa nova – a asfixia. Isto é irremediável, e cheguei a termos de encarar alegremente a morte, apesar de levar muitas saudades de um filho de 21 anos que aos 12 endoudeceu em Coimbra onde eu estava com ele, e com outro – um doudo d’outra espécie de que não sei nada, senão o que me ressoa do estrondo das suas extravagâncias. Este rapaz herdou há 3 meses da mulher e da filha 150 contos. Se ele viver 6 anos, e eu tiver a desgraça de lhe sobreviver, hei-de recebê-lo em minha casa para ele não pedir esmola ou sair nas encruzilhadas. Tem 20 anos. A minha pior enfermidade são estes dois filhos.

Desejo-lhe a V. Ex.^a a suprema felicidade de se honrar no procedimento dos seus (Norton, 1964, p. 60).

Tal como o afirmara Alberto Pimentel, a vida de Camilo havia de ser até ao fim “uma elegia continuada”. Sofria a nevrose do génio romântico; era um emotivo. Segundo Luís Norton, o próprio Camilo confessava viver mais pelo coração do que pelo cérebro. Era fiel aos seus sentimentos de amizade e de amor paterno. Foi com desespero de pai que acompanhou a loucura do seu filho primogénito, Jorge Camilo, que faleceu em S. Miguel de Seide aos nove dias de setembro de 1900. O outro filho, Nuno Plácido Castelo Branco, viveu até ao dia 23 de janeiro de 1896. Este era extravagante, o estroina (cf. Norton, 1964, p. 34).

¹²³ Carta a Costa Santos recebida a 20 de outubro de 1886.

Quando, a relanços de trevas, se lhe prefigurava o horrendo transe da cegueira, acudia-lhe como um anjo redentor a intensão resoluta, heroica e briosa do suicídio, como se pode inferir das suas próprias palavras:

Hoje que apenas tenho olhos para ver a condensação das trevas, não tenho a fácil coragem de me matar. As lágrimas de uma mulher trinta anos adorada, e as mãos valiosas de dois amigos têm sido para mim a âncora lançada ao prego desta incomportável tormenta. Quando essas mãos benfazejas esmorecerem, e essas lágrimas se gelarem na face morta de Ana Plácido, então terei a coragem do suicídio – esse heroísmo banal que tem levantado muitos miseráveis à estatura dum Catão (Jorge, s/d, pp. 370-372).

O estigma das avaliações menos positivas ao estado psicológico ou comportamental em Camilo Castelo Branco, para além de ter começado muito cedo, era muitas vezes sinalizado pela sua própria pena. Atentemos a uma carta dirigida ao seu amigo José Barbosa e Silva – aquele que, até morrer, foi um dos seus mais dedicados e compreensivos amigos, sempre de bolsa aberta para o socorrer –, em 11 de Setembro de 1856, a propósito da Freira do Convento de S. Bento da Ave-Maria, do Porto, Isabel Cândida Vaz Mourão, com quem manteve uma prolongada relação amorosa:

Meu Caro Barbosa.

Causa-te espanto uma carta minha depois de outra que ontem receberias? Também a mim me maravilha escrever-ta. São 11 horas da noite, e chego ao Porto, com estes restos de coração atravessados numa roda de navalhas. É o caso:

Eu nunca disse a Isabel Cândida as minhas intenções a respeito de ir para Viana, por que previa o abalo, e receava os efeitos por ela e por mim, que sou um imbecil, quando sou causa e ao mesmo tempo testemunha duma grande dor. Era minha intenção deixá-la recolher ao convento, e depois cá de fora escrever-lhe uma carta, longamente meditada, de modo que o golpe fosse dado com punhal dum só gume: isto é – tencionava mentir-lhe, dizendo que a minha ida era simplesmente uma tentativa para o melhoramento da minha saúde.

Hoje, indo eu levar-lhe minha filha, que se achava aqui há 3 dias, recebeu-a chorando, sem querer dizer-me a razão porquê. Muito instada, prorrompeu numa acusação quase violenta à minha ingratidão, e acabou por me dizer que sendo ela minha amiga era a última que devia saber que eu saía do Porto. Da violência passou para a mansidão das lágrimas suplicantes, e por fim acabou por ser assaltada dum terrível incómodo que me

assustou. Neste estado, foi-me impossível dizer-lhe uma só palavra de consolação. Minha filha chorava, e o médico Ferreira que eventualmente ocorreu neste ensejo, fez-me sentir que a organização enfraquecida da pobre mulher podia sucumbir a semelhante choque. Eu estava parvo, e parvo saí quando a noite já adiantada me obrigou. Aqui tens uma situação bem especial – uma das minhas diabólicas situações, em que o coração revive em toda a compaixão que as minhas próprias desgraças não têm podido desvanecer para com os outros. Isto é uma fatalidade de que não há partido a tirar. É-me impossível, já agora, ser meu. Há-de haver sempre em mim um pensamento bom que me escravize ao mal. Sou como aquele que mede a profundidade do abismo, e não tem a resolução de recuar... (Barbosa, 1919, pp. 17-18).

O médico referido nesta mesma carta, era um amigo íntimo de Camilo, Joaquim José Ferreira¹²⁴. Nesse mesmo ano, pretendendo Camilo fazer uma cura na Casa de Saúde deste mesmo médico, como já acontecera de outras vezes, em carta de 29 de janeiro dirigida a Joaquim Ferreira Moutinho, confidenciar-lhe-ia a suspeita da má disposição do Dr. Ferreira a seu respeito, pedindo a Joaquim Moutinho para o sondar no sentido de conhecer os seus reais sentimentos.

Como escreveria Maximiano Lemos, fazendo denotar alguma peculiar conflitualidade de Camilo para com o Dr. Ferreira, com ressalva deste incidente (talvez uma fantasia de Camilo), Joaquim José Ferreira manteve-se fiel à amizade cimentada nos delírios da juventude: em 1888 participou na conferência médica, realizada no Porto, sobre a preocupante saúde do escritor, com os colegas Ricardo Jorge, José de Andrade Gramaxo e Manuel Lopes Santiago, e em 1890 foi dos poucos que acompanhou o cadáver do infeliz amigo ao cemitério da Lapa (cf. Lemos, 1920, pp. 294-305). Segundo Maximiano Lemos, durante a sua vida, Joaquim José Ferreira “manteve sempre as melhores relações com o grande romancista, mas este nunca teve em qualquer médico por muito tempo confiança” (Lemos, 1920, p. 303).

Terminaremos em dois registos que melhor poderão definir o desnorteamento da existência de Camilo e a doença que, “longe de lhe alimentar o génio, só lho mutilou e desfigurou, acabando por extingui-lo”:

¹²⁴ Médico nascido em Coimbra, onde concluiu o curso em 1846, tomando pouco tempo depois o partido médico de Celorico de Basto. Em 1854, transferiu-se para o Porto, onde teve justa nomeada de habilíssimo clínico e de impudente namorador. De excessivo esmero no vestuário, era conhecido pelo Ferreira janota. As suas relações de amizade com Camilo Castelo Branco datam de 1849, o período frenético da boémia portuense. Joaquim José Ferreira foi testemunha de Camilo no processo de adultério (1861), exigindo, para depor, que a sessão fosse secreta.

Camilo Castelo Branco foi um nevropata hereditário e ao desvio patológico da sua função nervosa devem atribuir-se os seus males físicos, as suas desigualdades de carácter – e o seu génio. A doença, causa primeira de todo o drama da sua vida, incompatibilizou-o com o meio e daí os ódios que concitou contra si no largo período de combate de quarenta anos, ódios que, ainda mal instintos, têm sido o maior entrave à realização da homenagem devida à memória do seu nome e ao mérito altíssimo da sua obra (Osório, 1905b, p. 149).

Por outro lado, tornando o facto tão atual como à época, a merecer uma reflexão da nossa parte, citaremos Miguel Bombarda:

O sofrimento, debaixo dos seus múltiplos aspetos – condições, modalidades, efeitos –, tem sido objeto de muitas e profundas análises. Mas onde os psicologistas têm parado é no estudo da ação que a dor, qualquer que seja a sua forma, vem a exercer sobre aqueles que lhe são menos espectadores. O lugar-comum de que a dor alheia move à própria dor e a bondade dum coração é aferida pelo seu compadecimento é, aos parece, o extremo limite até onde se tem ido neste campo que se ofereceu hoje à nossa consideração e que antevemos fértil em observações ilustrativas (...) (Bombarda, 1905, p. 217).

E porque estas extraordinárias considerações de Miguel Bombarda, em jeito de resposta a outras de Paulo Osório, só por si, ocupariam todo o espaço desta nossa modesta dissertação, ficaremos por uma espécie de “imperativo categórico” à boa maneira kantiana, mas assente no pensamento de Miguel Bombarda:

E todavia a ação do médico em estados desses é tão altamente poderosa que faz lástima andem ao abandono tantos miseráveis, que uma psicoterapia regrada, longe das brutalidades da sugestão teatral e do hipnotismo, poderia ressuscitar à felicidade da vida (...). É que não há uma base física que se possa apalpar, nem ao menos uma base que se figure como representação do espírito... (Bombarda, 1905, p. 217).

4.2. A questão médico-legal de Rosa Calmon

Tal como um dia escreveu Manuel Curado, a propósito do ataque aos tribunais pelos psiquiatras portugueses de oitocentos, “a luta entre a Medicina e o Direito, para definição de loucura aconteceu desde o século XVII. Porém, é indubitável que o século XIX foi o

palco dos confrontos mais interessantes entre estas duas ciências” (Curado, 2007b, p. 103). E a questão de Rosa Calmon, solteira, de 32 anos de idade, filha do cônsul-geral do Brasil, na cidade do Porto – onde ambos residiam há oito anos –, que envolveu Júlio de Matos e, circunstancialmente, despoletou subsequentes reflexões sobre aquilo que se tornou num caso médico-legal, apresenta-se-nos como um facto relevante do alegado “ataque aos tribunais pelos psiquiatras portugueses de oitocentos”, referido por Manuel Curado, no sentido do valor das inter-relações sociais humanas, cujo “debate teve uma intensidade extraordinária e ainda hoje influencia muitas das nossas perspetivas sobre a liberdade individual e a responsabilidade civil e criminal” (Curado, 2007b, p. 104).

À época, Júlio de Matos não estranhou que o seu parecer sobre o estado mental de Rosa Calmon encontrasse no seu caminho opositores ou contraditores, dado que ele mesmo tinha consciência que “em Portugal a cultura médica exigida para o diagnóstico das formas lúcidas e racionais da loucura” (Matos, J., 1900: 6) era e sê-lo-ia por muito tempo ainda, segundo ele, mercê da falta de ensino psiquiátrico, o privilégio de poucos, assim como, sem modéstia, não o

surpreendeu o ruído levantado à volta deste caso pela inconsciência de um certo jornalismo: ele sabe que em países muito mais cultos do que o nosso, folículos anónimos se têm permitido, em análogas conjecturas, a liberdade e o prazer de agredir alienistas dos mais ilustres” (Matos, 1900, p. 6).

Apesar de querer demonstrar alguma despreocupação perante os ruídos levantados à volta da questão de Rosa Calmon, pela *inconsciência de um certo jornalismo*, ao publicar o dossier médico-legal, Júlio de Matos afirma que publicação desse dossier-livro “não representa um indignado movimento de protesto, que seria ingénuo, mas a serena exploração científica, talvez proveitosa, de um caso médico-legal por mais de um título interessante” (Matos, 1900, p. 6), chamado apenas a discutir e a esclarecer a legislação portuguesa que permitia ao perito alienista reduzir os problemas forenses a questões clínicas, as únicas indiscutivelmente confinadas no foro da sua competência.

Para Júlio de Matos, o que Rosa Calmon, inferida por ele como *sr.^a D.*, que não conhecia senão como doente e que o

não interessava senão como *sujet*, se tenha despenhado num atávico misticismo religioso, e, sugestionada, procure entrar num convento, eis o que para o autor, uma vez terminado

o serviço pericial, constituiu matéria sem importância. O convento é, como as prisões e os manicómios, um meio de eliminação de muitos degenerados, um instrumento de segregação dos que não podem por inferioridade mental adaptar-se às condições de vida comum; de sorte que, socialmente encarada a questão, permitir à sr.^a D. Rosa a prossecução do seu obsessivo desejo, seria, talvez, um ato de higiene coletiva” (Matos, 1900, p. 7).

Segundo Manuel Curado, o dossier médico-legal reunido e publicado pelo psiquiatra Júlio de Matos é notável pelos retóricos que utiliza (Cf. Curado, 2007b, p. 106), quando a nosso ver, até para justificar tal argumentação médico-legal, volta à retórica apropriada para afirmar que o “juiz da quarta vara cível do Porto não pediu ao autor opiniões filosóficas sobre o destino de uma senhora; propôs-lhe, o que é bem diferente, um problema médico-legal” (Matos, 1900, p. 6).

Júlio de Matos, através do *Relatório Médico-Legal*, pronuncia-se sobre o estado mental de Rosa Calmon, “procedente de uma família de nevros e psicopatas, como se vê na árvore genealógica apensa (p. 25)” (Matos, 1900, p. 10). Alegadamente “pronunciada arguida” de vários sintomas que passavam por sensações de constrição na garganta

como se lha apertassem; por dores agudas da região ilíaca, forçando-a no primeiro dia de cada menstruação a guardar o leito; por enteralgias seguidas de diarreia e de emissões sanguíneas por vezes abundantíssimas; por perturbações vasomotoras traduzindo-se por modificações incessantes da coloração da face; por narrativas de uma catástrofe, de uma desgraça, de uma operação; por síndrome da abulia sistematizada, que trouxera dos 12 aos 16 anos; por estrabismo interno acentuado do olho esquerdo; pelo exame da sensibilidade cutânea, através do estesiómetro, acusando no antebraço esquerdo uma ligeira hipoestesia; por anemia durante a puberdade e a adolescência; e, finalmente, pelo facto de embora ter 32 anos, não aparentar mais de 20 (Matos, 1900, p. 10-11).

O problema maior de Rosa Calmon começou sob o ponto de vista religioso. Como consta do *Relatório Médico-Legal* elaborado por Júlio de Matos, Rosa Calmon foi educada numa quase indiferença, tendo tido sucessivamente professoras católicas e protestantes. Ia à missa, e confessou-se uma vez no Brasil para tomar a primeira comunhão. Em 1898, tendo-se relacionado com uma família

conhecida pelas suas ideias absolutistas e pelo seu fanatismo, e tendo entrado, sem que seu pai o soubesse, em casas religiosas, a arguida começou a entregar-se a práticas exageradas do catolicismo, frequentando as igrejas, prosternando-se a rezar no quarto durante horas, a ponto de calejar os joelhos, fazendo reiteradas abluções de água-benta, que tinha sempre junto do leito, confessando-se e recebendo muitas vezes a comunhão, e lendo exclusivamente obras místicas, das quais transcrevia para um livrinho de bolso.

Por esta época a arguida abandonou a sociedade, deixou de frequentar os teatros e os passeios, de que gostava muito, pôs de parte o piano, seu prazer favorito, e descurou a *toilette* a ponto, segundo informações de sua mãe, de não mudar oportunamente a roupa branca. Tendo tido uma séria afeição por um moço algum tempo antes falecido e do qual conservava, como recordação, uma pequena mecha de cabelos, a arguida fê-los enterrar, como se fora pecado possuí-los. Com isto, tornara-se triste e abatida (Matos, 1900, p. 12).

Para Júlio de Matos, estes factos contrastavam [*tão violentamente*] com o modo de ser de Rosa Calmon, a ponto de seu pai tornar-se apreensivo, principalmente quando chegou ao seu conhecimento que a filha pensava seriamente em fazer-se receber numa ordem religiosa e que, mesmo, disso fizera voto em casa da família “conhecida pelas suas ideias absolutistas e pelo seu fanatismo”, anteriormente referida.

Muito inquieto, o sr. Calmon resolveu-se a interrogar a filha, contando à hora de jantar o que antes ouvira. A sr.^a D. Rosa negou ter feito o voto, protestou que estava muito bem em casa de seus pais e que não pensava em abandoná-los. Mas tudo isto foi dito de maneira a não tranquilizar seu pai. E, de facto, no dia imediato o sr. Calmon recebia da arguida uma carta em que ela lhe confessava o projeto de seguir a vida religiosa para obedecer às ordens de Deus. Esta carta comoveu tanto sr. Calmon que lhe determinou uma síncope. Então a arguida fingiu hesitar, renunciar ao seu projecto; mas logo depois insistiu na sua ideia, alegando que era maior e afirmando que seguiria o seu destino, abandonando a casa paterna para entrar num convento (Matos, 1900, p. 13).

A pedido de seu pai, após ser visitada duas vezes por Júlio de Matos, *atenta e longamente*, o mesmo psiquiatra aconselhou o imediato internamento dela numa casa de saúde estrangeira. Por motivos que Júlio de Matos alega não importar averiguar, o cônsul deixou de seguir o conselho do psiquiatra, permitindo a sua filha a liberdade de frequentar as igrejas, onde passava horas seguidas em confissões, e de entregar-se às leituras místicas, proibindo-lhe apenas as visitas à família atrás citada, pensando “anular pela doçura a

resistência de sua filha”, o que acabou por determinar no coração de Rosa Calmon “um afrouxamento cada vez maior dos afetos familiares”.

Na sequência do afrouxamento de afetos, segundo o *Relatório Médico-Legal* elaborado por Júlio de Matos, “iludindo a vigilância dos pais, a arguida fugiu de casa, deixando-lhes uma carta em que se lastimava de partir sem as bênçãos deles e em que os aconselhava a não a procurarem e a não fazerem ruído sobre o caso. Mas enviou uma cópia desta carta a um jornal ultramontano, que a publicou” (Matos, 1900, pp. 13-14).

Nos entretantos, precipitaram-se vários acontecimentos que levaram à sua detenção em Alfarelos, a instâncias do pai, onde foi encontrada em companhia de duas senhoras, das quais uma era uma religiosa em trajes seculares, voltando ao Porto no dia imediato em companhia de dois dos seus irmãos, que a haviam ido buscar.

Mas, chegada ao Porto, declarou colericamente a seu pai, que a esperava com ansiedade, o projeto de não voltar a casa; e só consentiu em acompanhar de carro o sr. Calmon, quando um polícia para quem apelou, lhe prometeu que o governador civil iria de tarde visitá-la e tomar nota das suas reclamações (Matos, 1900, p. 14).

Deduz-se do mesmo relatório elaborado por Júlio de Matos que, como o governador civil não aparecesse, Rosa Calmon escreveu-lhe uma carta a queixar-se do pai, porque abusivamente a espoliava dos seus direitos de maior, garantidos por lei, enviando cópias dessas cartas aos jornais ultramontanos, que as publicaram, e que, por seu turno, acusaram o cônsul de *carcere privado*. No entanto, Rosa Calmon saía todos os dias de casa em companhia de sua mãe. Foi então que o cônsul veio a requerer a interdição da dita “arguida”, baseando-se num atestado médico assinado por Júlio de Matos, em que afirmava a existência de uma histeria com perturbações mentais, e pondo em relevo a alteração de carácter de Rosa Calmon, vítima ao mesmo tempo da herança mórbida e dos manejos do fanatismo. Segundo Manuel Curado,

para se ter uma ideia de como o caso inflamou a opinião pública, basta verificar que motivou em 1901 uma grande agitação contra os Jesuítas em Setúbal, em que foram mortos dois populares na Avenida Luísa Todi. A jovem Rosa Calmon, de trinta e dois anos, desejava apenas seguir a sua inclinação para a vida religiosa, contra o desejo dos seus pais. Estes procuraram junto dos alienistas mais célebres do tempo o apoio jurídico para determinar judicialmente a incapacidade civil de sua filha (Curado, 2007b, p. 106).

Júlio de Matos, baseando-se na conduta de Rosa Calmon, fazendo publicar cartas suas nos jornais e provocando um grande ruído à volta do seu nome e da sua família, com base, segundo ele, na hereditariedade convergente, vesânica e nevropata, sobre os ataques incompletos, sobre os síndromas e estigmas físicos e psíquicos, sobre a mudança radical de carácter, de sentimentos e de conduta, acaba por lhe diagnosticar o seguinte:

Degenerescência física hereditária, de que são síndromas a histeria constitucional e a loucura lucida (variedade afetiva); constatando que a paixão religiosa produziu na arguida, eminentemente sugestionável, um estreitamento do campo da consciência, incompatível com o livre exercício da vontade e escolha de motivos da ação, voto por que ela seja interdita (Matos, 1900, p. 16).

Contrastando com as certezas inabaláveis da época, porque faziam lei, atentamos ao que escreveu Germano Silva, historiador e jornalista portuense, quase um século depois, titulando numa visão, com implicações éticas no tempo presente, quando o *Caso Calmon gerou violência no Porto*, e provocou grande ruído à volta da família do cônsul brasileiro no Porto, Dr. José Calmon: «Foi há quase um século. No dia 14 de maio de 1901, na Rua de Santa Catarina, no Porto, cruzam-se dois prestigiados jornalistas da cidade: João de Meneses, do jornal republicano “O Norte”; e Manuel Frutuoso da Fonseca, do diário católico “A Palavra”:

Nada de anormal no quotidiano de uma grande cidade se não fosse o caso de aqueles dois homens, numa das artérias mais concorridas do Porto, se terem envolvido numa “grande alteração” que, segundo os relatos da época, os levou a terem chegado “a vias de facto”, que é como quem diz a terem andado à pancada.

O motivo da zaragata foi um caso que desde há tempos alimentava colunas e colunas dos jornais e apaixonara a opinião pública – o “quentíssimo” caso Calmon.

Acontecera o seguinte: no dia 7 de fevereiro de 1901, um domingo, o primeiro domingo gordo do século XX, à saída de uma missa na igreja da Trindade, Rosa Calmon, de 32 anos de idade, que manifestara a intenção de entrar para uma congregação religiosa, contra a vontade da família, nomeadamente do pai, o dr. José Calmon, que desempenhava no Porto as funções de cônsul do Brasil, foi vítima de uma tentativa de rapto. Ao fundo da escadaria de acesso àquele templo estacionara um automóvel para o qual Rosa se dirigiu com a conivência de algumas personalidades ligadas a importantes famílias portuenses.

O caso vinha a ser abordado pela Imprensa há já aproximadamente um ano. José Calmon, a fazer fê nos relatos da época, mantinha a filha “numa espécie de cárcere privado” para contrariar, dizia-se, as suas tendências “mórbidas”. Sobre o assunto, que apaixonou os meios forenses e psiquiátricos, nacionais e europeus, havia diversos pareceres, entre os quais o do prestigiado psiquiatra Júlio de Matos, que contrariavam a entrada de Rosa Calmon para a vida religiosa.

Naquele fim de manhã do dia 7 de fevereiro de 1901, José Calmon conseguiu fazer lograr o rapto mas o assunto, que fez manchete, não apenas nos jornais do Porto, mas na Imprensa do país inteiro e também no Brasil, reavivou a velha questão religiosa, originando manifestações públicas e protestos contra a influência e o poder das ordens religiosas então instaladas no país.

Pelos relatos lidos nos jornais do Porto do dia imediato àquele em que houve a tentativa de rapto de Rosa Calmon, lemos que “grupos de populares apedrejaram, após manifestações de violenta hostilidade, a casas e a capela dos Pestanas à Rua do Almada”...

Esta influente família do Porto era acusada de ter influenciado o rapto. As manifestações ocorreram também e de forma violenta junto da Redação do jornal católico “A Palavra”, que ficava, nessa altura, nas imediações da Sé. Na Rua da Boavista, onde agora está o edifício em que funcionou uma repartição de fardamento do Exército, estava à altura dos acontecimentos a sede da Companhia de Jesus (Jesuítas) com a sua capela dedicada ao Coração de Jesus. Os protestos passaram por aqui, tendo o templo sido apedrejado.

Um dos relatos dos acontecimentos acaba desta maneira: “... Os populares terminaram por ir saudar o cônsul do Brasil e por manifestar-lhe, desse modo, o seu desgosto pelo recentemente sucedido à porta da igreja da Trindade e dando-lhe o apoio – bramam os manifestantes e proclamam quase todos os jornais – que o Porto incondicionalmente lhe oferece”...»¹²⁵.

Por esta altura, período que medeia a segunda metade do século XIX e a primeira do século XX, assistia-se ao cenário de perseguição, de intolerância, de injustiça, uma história fruto do sentimento anticlerical que um pouco por toda a parte atravessava os novos regimes liberais e o crescimento da luta entre a Medicina e o Direito.

Este padrão é recorrente em toda a Europa Ocidental. Portugal não é exceção neste panorama. Tivemos tudo o que incendiou os intelectuais europeus: batalhas encarniçadas

¹²⁵ SILVA, Germano – “Caso Calmon gerou violência no Porto”. In, *Jornal de Notícias*, 24 de abril de 2010.

entre magistrados e médicos, grandes casos de crimes e a ideologia da decadência e da degenerescência (Curado, 2007b, p. 104).

Para Maria Rita Lino Garnel (2008), o caso Calmon ganhou notoriedade porque foi entendido como transgressor dos valores e normas que idealmente deviam reger a sociedade e a indignação popular serviu para coletivamente reafirmá-los, sendo que

a resposta pública ganhou um papel performativo e que as manifestações de repúdio que gerou são constitutivas do acontecimento.

Assim, o estudo deste episódio pode ajudar a compreender as relações de poder que são as relações familiares e que condicionam atitudes e comportamentos de homens e mulheres; a reequacionar a dicotomia entre privado e público; a entender a extensão, mas também os limites, do poder médico, naqueles anos de 1900-1901; a dar conta das lutas culturais entre a Fé e a Ciência, na qual alguns médicos estiveram tão envolvidos. E como o caso não é dissociável da questão religiosa, o seu estudo tem também de ser contextualizado no seio dos combates que visavam a transformação cultural, económica e política do país” (Garnel, 2008: 71).

4.3. A loucura em Maria Adelaide Coelho da Cunha

Numa altura em que se equacionava a luta entre a Medicina e o Direito, levou a que se comesçasse a desenvolver disciplinas científicas – a psiquiatria, a medicina forense e a antropologia criminal – para organizar a investigação de mais um caso trazido à barra dos tribunais, com diagnóstico de loucura, onde constavam as assinaturas das maiores sumidades da psiquiatria da época: Júlio de Matos, Egas Moniz e Sobral Cid.

Este foi um caso com contornos pouco claros, pois a investigação sobre Maria Adelaide Coelho da Cunha – uma das personalidades mais mediáticas do seu tempo, que assistiu à queda da monarquia, à implantação da República e à fundação da ditadura e do Estado Novo – acabou por colocar questões que envolvem as ciências sociais, jurídicas e médicas. Segundo Maria Antónia Garcia, tudo começou

com a publicação de um anúncio/apelo, a 16 de novembro de 1918, na primeira página do *Diário de Notícias*, pedindo informações sobre uma senhora, cujo nome é omitido, que não regressava a casa, *em virtude da exacerbação da doença que sofre*. O mesmo texto é inserido, no referido periódico, nos dias 19 e 20. Ou seja, a par do noticiário sobre

o fim da I Guerra Mundial, cujo armistício fora assinado a 11 de novembro, o teor do anúncio não deixava de causar curiosidade (Garcia, 2011, p. 94).

Maria Adelaide Coelho da Cunha, casada com Alfredo da Cunha, diretor do Diário de Notícias, desaparecera ou simplesmente abandonara a casa de São Vicente à Graça, a 13 de novembro de 1918.

Tinha 48 anos de idade e uma vida social relevante, comentada em jornais da época. Nas muitas festas e saraus que oferecia, recebia gente de poder e de cultura; frequentemente, recitava versos da autoria do marido, Alfredo da Cunha. Em 1915, ficaria famosa a celebração dos 25 anos de um casamento que era qualificado como exemplar. Júlio Dantas referia: *A casa de São Vicente não é apenas uma lição de beleza; é uma lição de virtude e de amor. Tudo é carinhoso e sereno à nossa Volta. Amortecemos instintivamente os passos para não acordar a ventura que ali dorme* (Garcia, 2011, p. 94).

De facto, não era suposto outro cenário oposto ao poeticamente descrito por Júlio Dantas, dado que nas comemorações das Bodas de Prata do casal,

participaram entre outros, Sofia de Melo Breyner, Amélia Rey Colaço, Condes e Condessas, Jacinta de Fontes Pereira de Melo Dinis, Maria Luísa Braancamp Freire, o doutor Sobral Cid, Júlio Dantas, Augusto de Castro e Curry Cabral, Sousa Viterbo, Columbano e Rafael Bordalo Pinheiro, Raul Lino... Em suma, a fina-flor de Lisboa, em várias áreas, frequentava a casa de São Vicente. Chás, jantares, soirées, visitas, viagens enchiam a vida do casal. Espanha, França, Suíça, Itália, Inglaterra, foram países que visitaram. A harmonia e a paz, parecia, reinavam (Garcia, 2011, p. 94).

Infelizmente, a realidade passou a ser bem diferente dos faustosos saraus e festas, dos recitais de poesia e das aparentes lições de virtude e de amor. Ainda segundo Maria Antónia Garcia, em 1917,

a situação altera-se. Maria Adelaide queixa-se de *neurastenia*, recusa convites, quer estar só, descarta as *toilettes*, deixa de organizar festas. Muitos dos amigos comentam a transformação de comportamento.

Ainda assim, o afastamento de casa surpreendeu, os anúncios no jornal não resultaram, a hipótese de suicídio foi colocada, havia quem chorasse a perda de Maria Adelaide (Garcia, 2011, p. 94).

Enquanto isso, Maria Adelaide jamais viria a supor o que viria a acontecer ao entrar na modesta casa de Santa Comba Dão, para onde havia fugido. O seu primeiro cuidado foi tentar apagar a sua verdadeira personalidade, mudando de traje, vestindo-se à moda da região, dizendo-se do Alentejo, província que conhecia um pouco e lhe dava margem de manobra para poder falar dela, se dela lhe falassem, encobrindo assim a sua verdadeira identidade. Os seus dias passava-os nos trabalhos domésticos e costurando, de forma que ninguém suspeitasse da verdade.

À tarde lia ao meu companheiro, ou ele a mim, livros dos melhores autores portugueses que por assinatura tínhamos conseguido de uma livraria em Lisboa. Assim afastava de mim dolorosos pensamentos; e as lágrimas que as saudades pelos meus me faziam chorar, apenas tinha uma testemunha, o Manel (Coelho, 1923, p. 27).

Inquieta com as notícias de Lisboa, pediu a Manuel Claro que lhe procurasse o *Diário de Lisboa*. Não o achando à venda, sempre encontrou quem o emprestasse. Deparando com uma local em que se pedia a quem soubesse do seu paradeiro que o indicasse. Embora fria na forma, tal apelo impressionou-a muito.

Perante tal alarido, e porque alguém viesse a procurar Manuel Claro, Maria Adelaide resolveu escrever uma longa carta a seu marido, Alfredo da Cunha, explicativa, denunciando tudo e declarando lealmente que apenas pretendia a sua liberdade. Apreensiva com o facto dessa presumível carta ir parar, por engano, às mãos de um inimigo que a usasse publicamente, ou, por registo, viesse a denunciar o seu paradeiro, depois de muitas hesitações resolveu escrever uma pequena carta, que ficou conhecida como a **carta do lacre verde**, e em que dizia apenas: *Estou viva, mas em condições que me considero morta para todos os efeitos e como tal preferível é que me considerem também* (Coelho, 1923, p. 28).

Era uma espécie de bilhete lacónico que, à época, acabava por traduzir uma convicção ingénua de Maria Adelaide, tendo em conta o efeito inverso em Alfredo da Cunha “cuja severidade era de dia para dia mais acentuada, cavando entre ambos um abismo

insuperável”¹²⁶, não sofreria qualquer desgosto com a sua ausência. A carta havia sido endereçada de São Pedro do Sul, chegando a Lisboa com o carimbo de Aveiro, cidade onde começaram as pesquisas sobre a residência de Maria Adelaide. Alfredo da Cunha encontrá-la-á a 24 de novembro de 1918.

Com auxílio da polícia, e ainda que infringindo as próprias leis, Alfredo da Cunha chega a Santa Comba e obriga-a a acompanhá-lo, quando ao abrigo do Decreto n.º 1 de 25 de novembro de 1910, (art.º 39), o marido não poderia requerer, em qualquer circunstância, a entrega de Maria Adelaide, tendo em conta que o referido artigo obrigava a que “o casamento se fundava na liberdade e na igualdade”. Leis e práticas distanciavam-se por propósitos de contrariar os valores e as normas que idealmente deviam reger a sociedade. Mesmo com a implantação da República, a mulher continuava a ter um papel secundário, quicá inferior (no sentido mais pejorativo), na sociedade, nomeadamente por pré-conceitos masculinos e elites médicas, também elas masculinas, envolvidos na luta política ou entre a Medicina e o Direito.

A Maria Adelaide não lhe restou outra alternativa, senão, a de acabar por entrar forçada num automóvel, e ao subsequente internamento no Hospital do Conde de Ferreira.

O filho, José Eduardo Coelho da Cunha, Balbino Rego, o médico que era visita do casal, e que ajudara a localizar a *fugitiva*, Alfredo da Cunha e o motorista seguiram para o Porto. Instalaram-se no Hotel Sul-Americano. Propõem-lhe que volte para casa; perante a recusa, apontam a entrada para uma Casa de Saúde para descansar. Aceita, convencida que poderia depois conversar com o marido, acalçar o divórcio. O mediador das conversas era o Dr. Balbino Rego (Garcia, 2011, p. 94).

Maria Adelaide Coelho da Cunha dá entrada no Hospital do Conde de Ferreira, a 28 de novembro de 1918, sem qualquer exame médico, e foi colocada num pavilhão de aspeto penitenciário, destinado a criminosas loucas. Ao fim de oito dias é transferida para uma enfermaria:

Ora, os doentes que eram internados deviam acompanharem-se de atestado médico com duas assinaturas, comprovando a necessidade de tratamento; em caso urgentes, o paciente comprometia-se a apresentar o documento, poucos dias depois. O atestado de Maria Adelaide não existia. O referido no processo será assinado pelos médicos António

¹²⁶ In, *A Capital*, 24 de agosto de 1920.

Gonçalves de Azevedo e José Augusto Pinto da Silva, do Porto, sem observarem a doente, como os próprios confirmam, quando depõem em Tribunal (Garcia, 2011, p. 95).

Tal como escrevera Manuela Gonzaga, e por forma a aclarar o princípio dos princípios,

no fim da tarde de quarta-feira dia 13 de novembro de 1918 Maria Adelaide Coelho da Cunha saiu de sua casa, o palácio de São Vicente, à Graça, «para nunca mais voltar» e, dirigindo-se à estação de comboios Rossio, comprou um bilhete para Santa Comba Dão onde pretendia começar uma nova vida junto de Manuel Claro, o homem que até há um ano atrás fora motorista da família. Ao deixar Lisboa sem um bilhete que fosse, a explicar os motivos da fuga, Maria Adelaide abandonava um casamento de vinte e oito anos com Alfredo Carneiro da Cunha, escritor, poeta, ensaísta, figura de primeiro plano no meio cultural e social português, e um filho, José Eduardo Coelho da Cunha, vinte e seis anos, licenciado em direito por Coimbra, também ele poeta com obra publicada (...) (Gonzaga, 2009, p. 13),

A 3 de Dezembro de 1918, pela sua hereditariedade, inscrevem-se, como doenças familiares, cardiopatias e *diabetis* paterna e materna; relativamente aos sintomas mórbidos que lhe imputavam:

A sua doença data aproximadamente de 1913, sucedendo-se desgostos por falecimento de pessoas de família, de quem foi dedicada enfermeira, – portanto emoção e surmenage. Sucederam-se depois estados emotivos de grande intensidade por motivos que não os deveriam despertar. – Transformações de carácter e de hábitos. – Crises de irritabilidade. – Fobias – Ideias hipocondríacas e, finalmente, desapareção de casa e abandono da família. – Ideias de suicídio (Garcia, 2011, p. 95).

Em 6 de Janeiro de 1919, os clínicos, ao serem chamados a depor em Tribunal, sobre o processo-crime levantado ao presumível raptor, acabam por atestar que os factos que constavam do diagnóstico, sem nunca terem chegado a observar ou ver Maria Adelaide, foram narrados pelo Dr. Balbino Rego e por Alfredo da Cunha, só porque, naquele dia 26 de novembro de 1918, a verosimilidade de tal relato residia no facto de se encontrarem no quarto ao lado, no Hotel Sul-Americano e ouvirem o que se passara. Bastou a palavra de honra para certificarem que Maria Adelaide apresentava sintomas de desequilíbrio mental e necessitava de ser internada no Hospital do Conde de Ferreira.

Apesar do atestado não responder minimamente aos requisitos exigidos pelo Regulamento¹²⁷, no que respeita ao internamento, José de Magalhães e Magalhães Lemos, diretores do Hospital Conde de Ferreira, aceitaram o conteúdo do mesmo, sendo que José de Magalhães, procurando justificar a decisão de Alfredo da Cunha, acaba por entender o seu internamento, como medida de proteção à esposa:

Afinal, Maria Adelaide saíra de um solar confortável, sem levar dinheiro, joias ou roupas, para viver num modesto andar, alugado; casada com o diretor do Diário de Notícias, culto e rico, apaixonou-se por um empregado da casa, o chauffeur, Manuel Claro, então, com 26 anos: a mesma idade do filho. Em Santa Comba Dão, executava todos os trabalhos... O diagnóstico era fácil: estava louca! (Garcia, 2011, p. 95).

Enquanto isso, Maria Adelaide prosseguia na sua defesa, com a noção clara de que era preciso desfazer para sempre a lenda da sua demência, a fim de esclarecer factos, argumentar com razões que pudessem ser convincentes e tornar conhecidas coisas ignoradas:

É isso que me traz aqui e não a embriaguez da celebridade, nem, tampouco, o desejo de insultar ninguém. Se por vezes a violência da frase exceder um pouco os limites que marquei a mim mesma, nesta luta pela liberdade, nesta luta pela vida, que me perdoe quem me ler e não veja nisso uma falta de respeito; mas sim o calor natural que este assunto em mim provoca (Coelho, 1923, p. 18).

Quando, em 29 de maio de 1919, Maria Adelaide foi chamada à sala de entrada do Hospital do Conde de Ferreira, apresentou-se-lhe um homem alto, descrito por ela com *porte e maneiras distintas*, que lhe disse quem era e que ali tinha ido por saber que Maria Adelaide desejava passar-lhe uma procuração. Sem lhe ocultar que esse era o seu desejo, contudo, não lhe deixou tampouco ignorar que para que tal o fizesse, “necessário se tornava que me soubessem inspirar confiança” (Coelho, 1923: 19). Não bastando apresentar-lhe a carta que Maria Adelaide lhe escrevera, dado que não tinha razões para duvidar da palavra de quem lhe dirigia, mas também as não tinha para o acreditar. Foi então que o advogado Bernardo Lucas lhe apresentou um documento, diante do qual todas

¹²⁷ No referido atestado não consta a menção de *sintomas inequívocos de alienação mental*, observados pelos signatários (art.º 65.º, n.º 2.º, do & 3.º do Regulamento Geral do Hospital do Conde de Ferreira).

as dúvidas de Maria Adelaide se dissiparam e passou a procuração a pessoa de confiança do ilustre advogado.

Dois dias depois fez-se o seu depósito judicial, que requereu “que fosse no mesmo hospital, pretendendo deste modo evitar dúvidas que podiam prejudicar a rapidez com que era necessário proceder; e, no ato do depósito, foi-me dada licença para escrever quanto precisasse daí para diante” (Coelho, 1923, p. 19).

Requerido o divórcio, alegando injúrias graves por parte do marido, Bernardo Lucas, já então legalmente seu advogado em virtude do substabelecimento da procuração que Maria Adelaide lhe passara, e sem que lhe recomendasse à partida que escrevesse sobre a sua vida passada e factos presentes, apontamentos que lhe facilitassem a elaboração da sua defesa, partia para Lisboa a fim de dar início ao arrolamento dos seus bens. A partir dali viu-se forçada “a uma recapitulação difícil em qualquer situação em que me encontrasse, mas muito mais difícil ainda, na enfermaria dum manicómio, no meio de gargalhadas e prantos, ouvindo cantares e soluços, entre ataques e fúrias” (Coelho, 1923, p. 19). Envolta neste psíquico ou ruidoso cenário, para Maria Adelaide ser-lhe-ia extremamente difícil e era um esforço enorme recordar factos que não firmara na memória por nunca ter pensado em lhe vir a ser preciso usar deles: “Sem ninguém que me auxiliasse, eu tive de encontrar, nas brumas do passado, os sorrisos da infância, as lágrimas da mulher, choradas pelas mágoas sofridas, faze-las passar através da amargura dos meus dias e aparecer aos olhos do meu defensor, em toda a sua verdade” (Coelho, 1923, p. 19) – assim escrevia quem estava dada como doida e procurava reabilitar a sua identidade, lutando afincadamente contra as correntes da época.

Era durante o silêncio da noite que reinava no hospital e a enfermeira¹²⁸ que dormia descansada com a chave do seu quarto metida debaixo do travesseiro, que Maria Adelaide se levantava descalça, levemente, aproximava-se da lamparina de azeite que, segundo as suas palavras, *numa luz pálida e funérea, iluminava o quarto dando-lhe um tom sinistro*, tomava notas a lápis do que a memória lhe oferecia, dando-lhe maior desenvolvimento quando o dia chegasse, apesar de ser interrompida muitas vezes por cenas compungentes:

E, enquanto eu só, completamente só com a minha memória, tentava ajudar esse homem de bem que, por me defender dedicadamente, tem sido inúmeras vezes insultado por quem era incapaz de proceder com igual dedicação, o sr. dr. Alfredo da Cunha pedia a parentes

¹²⁸ A quem Maria Adelaide denominava de *Carcereira*.

e aderentes informes de que depois se utilizava como lhe convinha, escondendo quase sempre a verdade. Enquanto eu, nesse cemitério de vivos onde a maior crueldade que pode existir em peitos humanos me sepultou nove meses, tentando auxiliar o meu advogado para obter a minha liberdade, o sr. dr. Alfredo da Cunha empregava manejos inauditos para inutilizar-nos os esforços e tentava, pela segunda vez, exilar-me. Foi então que, num estremecimento de piedade, num grito de socorro, o sr. dr. Bernardo Lucas reclamou dos altos poderes do Estado proteção e liberdade para a infeliz mulher que fora ilegal e indevidamente metida num hospital de doidos (Coelho, 1923, p. 20).

A 3 de fevereiro de 1919, Maria Adelaide consegue fugir, com a ajuda de Manuel Claro. Escondem-se numa aldeia perto de Viseu. A 25 de Fevereiro de 1919, o casal é encontrado pela polícia e detido. Manuel Claro ficará preso na Cadeia da Relação do Porto, acusado de rapto e violação e de cárcere privado. Maria Adelaide é declarada louca pelas sumidades da psiquiatria nacional (Júlio de Matos, Sobral Cid e Egas Moniz), seguindo-se um novo internamento no Hospital Conde de Ferreira, e a interdição.

Nesse mesmo ano, Alfredo da Cunha vende o *Diário de Notícias*¹²⁹, à revelia da mulher. Bem vincado o sentimento de indignação de Maria Adelaide, quando pelas 24 horas do dia 26 de fevereiro, num grito dilacerado da sua alma, sentiu um desalento enorme ao ver, diante de si,

erguer-se altivo, em todo o seu sombrio mistério, com todos os seus lúgubres horrores, esse edifício, feito por caridade¹³⁰, para os duplamente pobres: para aqueles a quem a dura sorte não dava nem o pão, nem o juízo. Edifício construído para aconchegar aqueles que não têm nada no mundo. Casa mandada edificar por um coração piedoso, para proteger os indigentes loucos (Coelho, 1923, pp. 112-113).

Consta do referido relatório que levou, anos mais tarde, Maria Adelaide a escrever que Alfredo da Cunha se enganara ao submete-la a tal humilhação perpetrada – por

¹²⁹ Fundado em 1864, pelo jornalista e escritor Eduardo Coelho (1835-1889), pai de Maria Adelaide, e pelo industrial tipográfico Tomás Quintino Antunes. O primeiro número foi publicado em 1865. Contudo, em 29 e 30 de dezembro de 1864 já se tinham publicado dois números-programa. Após a morte de Eduardo Coelho, a direção do jornal e da empresa viria a ser assumida pelo seu genro, o advogado e jornalista Alfredo da Cunha.

¹³⁰ Referindo-se ao Conde de Ferreira, cuja figura Maria Adelaide viu e descreve como “elevando-se majestosa no escuro da noite, como um fantasma branco, iluminado pela luz das estrelas”, ao passar por ele entre polícias, “uma mulher em seu juízo, para o hospital que ele idealizara só para arrancar dos campos e das ruas os pobres loucos sem pão, é possível que tivesse estremecido esse homem que, por uma irrisão atroz, eu via ali esculpido em pedra – ele que dera a maior prova de não ter de pedra o coração!” – alusão clara de uma mulher que, provavelmente, ao escrever assim, estava longe de estar louca.

encomenda – pelos médicos alienistas, pois a sua estada no Conde de Ferreira várias tinham sido as recordações desagradáveis lhe deixara, mas a mais desagradável de todas e que lhe duraria enquanto viva não o nome daquele titular (Conde de Ferreira), seria sempre a do nome de Alfredo da Cunha.

O relatório médico, redigido por três proeminentes médicos da Faculdade de Medicina de Lisboa – Júlio de Matos, António Egas Moniz e Sobral Cid –, descreve o exame psiquiátrico efetuado a Maria Adelaide Coelho da Cunha, aquando do seu internamento no Manicómio do Conde de Ferreira, em junho de 1919.

A paciente é acusada de sofrer de degenerescência hereditária, uma condição psiquiátrica baseada num modelo então corrente de hereditarismo patológico, segundo o qual traços de instabilidade mental e comportamental se transmitiriam pelas gerações. O diagnóstico fundamenta-se numa longa lista de casos de doenças mentais e neurológicas na sua família, especialmente do lado paterno: loucura, suicídio, epilepsia, neurastenia, melancolia periódica, tentativas de suicídio, hipocondria e delinquência.

Do ponto de vista físico, os médicos apontam sinais de degenerescência somática, como a presença do "tubérculo de Darwin" e a aderência dos lóbulos das orelhas. Relatam ainda episódios clínicos significativos no seu passado: febre tifoide na infância, eclampsia pós-parto, pelviperitonite, ovarite e crises entérico-renais, associadas a estados emocionais fortes.

No plano psíquico, destacam-se comportamentos considerados anómalos, como:

- Volubilidade afetiva (amar e rejeitar sucessivamente pessoas próximas);
- Fobias (do mar, da doença, da morte súbita, do isolamento);
- Mudança súbita de comportamento, com isolamento social, recusa da vida conjugal e abandono da casa familiar;
- Paixão por um chauffeur mais novo, com quem fugiu, sendo este o elemento central da argumentação médica como prova de desequilíbrio mental e “perversão dos instintos”.

Os bilhetes trocados por Maria Adelaide com outras pacientes do manicómio são utilizados como prova de perturbações afetivas e morais, revelando, segundo os médicos, linguagem contraditória, impulsividade, ideias de vingança, além de intenções de manipular a própria imagem passada para conseguir o divórcio e permanecer junto ao amante.

Os especialistas concluem que a paciente sofre de uma forma de loucura lúcida, sem perda das faculdades intelectuais básicas (memória, raciocínio, percepção), mas com grave

perturbação da afetividade e do instinto sexual. A menopausa é indicada como fator agravante, sendo associada a um "paradoxal recrudescimento da sensualidade".

Afirmam, por fim, que Maria Adelaide é incapaz do ponto de vista civil, sendo o seu estado incompatível com a liberdade jurídica (ver ANEXO I).

No dia 9 de agosto de 1919, por despacho do Ministro do Interior e à ordem do Governo Civil do Porto, Maria Adelaide era finalmente arrancada a essa tortura horrível. Retirada do Hospital Conde de Ferreira e entregue ao seu advogado Bernardo Lucas. Em Maio de 1920, Maria Adelaide publica o livro *Doida não!: documentação psicológica e jurídica*, no qual denuncia a sua odisseia, e continua a sua defesa nas páginas de *A Capital* (jornal concorrente do *Diário de Notícias*), onde, a partir de Agosto, assina durante quase um ano as suas cartas.

Em 1923, Manuel Claro é libertado e vai viver com Maria Adelaide, no Porto. Em 1942, Alfredo da Cunha morre. Maria Adelaide e o filho, José Coelho da Cunha, reaproximam-se. O Hospital Júlio de Matos abre ao público a 2 de abril. Em 1945, é finalmente levantada a interdição de Maria Adelaide, então com 74 anos, e reconhecida a sua idoneidade mental.

Sem que tivéssemos necessidade de consultar o processo de Maria Adelaide Coelho da Cunha (1869-1954), pois o seu caso foi massivamente divulgado através de artigos publicados na imprensa e inspirou diversas obras, entre as quais *Doidos e Amantes* de Agustina Bessa-Luís, o filme *Solo de Violino* (1992), realizado por Monique Rutler e, recentemente, o filme *Ordem Moral* (2020), realizado por Mário Barroso, tomamos como referência, entre um ou outro apontamento científico, as obras de Maria Feio (*Doida não!, antes vítima: as causas do adultério e a psicologia de uma paixão*) e de Manuela Gonzaga (*Maria Adelaide Coelho da Cunha: Doida não e não*), que conheceu várias edições; a coleção de cartas de Maria Adelaide publicadas no jornal *A Capital*, reunida em livro (*Doida não e não!*), e a resposta de seu marido Alfredo da Cunha com – *Infelizmente Louca!*

Para Maria Rita Lino Garnel, o diagnóstico de Maria Adelaide Coelho da Cunha, visto à luz dos conhecimentos e dos pré-conceitos masculinos e médicos da época, tal como aconteceu com Rosa Calmon, só poderia ter aquele desfecho:

Como se percebe, no alvorecer de Novecentos, as elites médicas não hesitaram em patologizar – com todas as consequências jurídicas e pessoais que isso acarretava – os comportamentos que se afastavam dos modelos de normal/ideal por elas definidos. E,

regra geral, consideravam normais os comportamentos familiares e próprios da sua condição social, anatematizando, em nome da ciência, a diferença julgada ameaçadora” (Garnel, 2007, p. 221).

Maria Feio, por exemplo, a propósito da acusação que pendeu sobre Maria Adelaide Coelho da Cunha, tem em conta que a causa principal do desvario de que a acusaram à época, residia no facto desse mesmo suposto desvario deixar de ser consequência exclusiva da conduta da mesma, para ser delito de responsabilidade recíproca. E dirige-se desta forma a Alfredo da Cunha que, pelo cariz da oportunidade e riqueza da argumentação, filosófica até, atrevemo-nos a transcrever na íntegra, tal como o fizemos com o relatório dos alienistas (ver ANEXO I), no português atual:

Mas eu desejo, repito, ser justa e reta nas minhas definições. Condeno o egoísmo sem tréguas. Considero-o um dos maiores agentes da infelicidade prurido de crueldade psíquica, acentuadamente masculino, um doentio erotismo ligado às fobias sensuais, uma relatividade entre causas e efeitos de furores patológicos e de luxúria mórbida.

Semeia dores sem fim o egoísmo, E como causar o mal é uma coisa que contraria as leis da natureza humana, o egoísmo, tão próximo da crueldade e do ódio, é um sentimento negativo, é um cancro de ruim espécie no seio da família e da sociedade. Sendo um dos piores rebentos da árvore do mal, converte o homem em Prometeu eterno, requeimado num fogo devorante de mal-estar, sempre insaciado, descontente, envenenando de mau humor, de iras e tormentos, o ambiente familiar. E sendo já sabido que cada ser tem em si uma reserva de energias magnéticas que acionam e racionam numa recetividade simultânea de correntes magnéticas, as quais estabelecem outras tantas correntes de atracção ou de repulsão, prova-se que o homem, sobretudo o marido egoísta e colérico, está constantemente atraindo a si influências negativas que revertem em prejuízo próprio. O egoísmo é a bÍlis do organismo humano e social. Dispersa energias que enfraquecem os nervos, altera a circulação do sangue, perturba a função natural dos órgãos, enfim envenena o carácter com perturbações que prejudicam o funcionamento geral, e provocam lesões cardíacas, congestionamentos cerebrais, ou atrofias viscerais.

Essa doença é sinónimo de desdita, de desarmonia e decadência geral.

Muito contribuiu tão nefasto mal para o desenlace trágico que estou comentando! Mas afinal creio bem que sendo V. Ex.^a vítima dessa nevrose causadora principal da desorganização do seu lar, não se conclui que não possua dotes de bondade no íntimo do seu coração. Todos os poetas têm reservas de ternuras cristalizadas em beleza de sentimento. É certo que há poetas que criam obras-primas de metrificação, sendo notáveis

de brilho e elegância poética, sem, contudo, exalarem aquele perfume de espontânea e intensa emoção que é a verdadeira alma da poesia sentida.

Com singular acerto, me disse um sapateiro de Sintra, que bem pudera ter sido um grande filósofo.

«Há versos sem poetas, e há poetas sem versos.»

Mas eu creio que os versos magistrais de V. Ex.^a são pensados e sentidos.

E creio-o porque reconheço que cada ser tem em si uma dualidade. E cada dualidade se manifesta por formas variadas, num estranho choque de contrastes e surpresas fazendo certos caracteres verdadeiros labirintos de psicologia.

Creio bem que V. Ex.^a será um desses casos, talvez caracterizado pelo mesmo espírito contrariante de que sofreu e se acusou Alfredo de Musset, quando atormentava George Sand, amando-o profundamente.

O próprio Goethe, sofreu do mesmo mal. E Paulo de Montegazza se acusa de uma tara hereditária que o impelia a provocar despeitos, sendo generoso e bom.

Por isso eu creio que em todas as injúrias morais que os gestos exteriores de V. Ex.^a foram acumulando na alma de sua Esposa, havia a influência de taras que têm a sua origem na ferocidade do homem pré-histórico.

Mas também creio que V. Ex.^a seja uma alma de emotivo, porque é neto de uma santa e resignada avó que perdoou e sofreu heroicamente” (Feio, s/d: 14-16).

Para Maria Feio, as queixas que da parte de Alfredo da Cunha formaram a base deste pleito, eram afinal, a seu ver, uma fermentação de orgulhos, e pela mesma razão esses orgulhos medraram e alastraram nos domínios da vida doméstica é que a maioria dos homens do seu levaram a estar do seu lado:

Diz a consciência do mundo escravo dos antigos rituais bramânicos, inquisidores sinistros da mulher, que a paixão e o abandono conjugal de V. Ex.^a [dirigindo-se a Maria Adelaide Coelho da Cunha] são um crime. E dizem os peritos psiquiatras que há uma demência. Será qualquer das duas sentenças a expressão da verdade? Não sei. O que sei é que os atos só podem julgar-se segundo as causas, as circunstâncias e a exatidão dos detalhes.

Quanto à classificação de demência, não sei se é justa, porque nem sempre os psiquiatras estão à altura de julgar os devaneios ou fraquezas do coração. Mas, crime ou demência, consoante quer que seja a sociedade *culta*, a que tanta cultura falta, não impede esse facto que se manifeste reverência pública e desassombrada pelas virtudes de uma *pecadora-redentora* (Feio, s/d, p. 19).

Para Maria Feio não havia santo que não tenha sido antes um pecador. E, quanto maiores tivessem sido os seus pecados, “mais excelsa tem sido também a sua santidade de convertidos” (Feio, s/d: 19).

Para terminar, segundo rezam as crónicas da época, em 1922 Maria Adelaide e Manuel Claro puderam finalmente viver o seu amor em paz. Instalaram-se no Porto, onde ela se dedicou aos trabalhos de costura e ele ficou como taxista, com uma viatura que lhe foi concedida pelo sindicato dos motoristas, que já tinha pago as custas judiciais. Nunca se casaram e foram ‘amantes’ até 23 de novembro de 1954, data da sua morte. Alfredo da Cunha morreu dez anos antes, em 25 de novembro de 1944.

Balanço

Para concluirmos diremos que se torna bem claro que a psiquiatria do século XIX e da primeira metade do século XX é fortemente marcada pela teoria da degenerescência, teorização essa proposta por Benedict-Augustin Morel (1809-1873), assente na conceção de que certos indivíduos são mais fracos do que outros, no plano físico, mental e moral ao mesmo tempo. A teoria da degenerescência de Morel dominou a psiquiatria francesa durante quase um século depois da sua publicação, em 1857, visto que muniu a psiquiatria com uma convincente explicação biológica sobre quantas condições mentais anormais nos estão inerentes.

Combinando conceitos de características adquiridas fixadas no fluido dos germes, drogas, toxicidade e transmissão hereditária, Morel descreveu uma progressiva geração degenerativa que começava com a neurose na primeira geração, alienação mental na segunda e imbecilidade na terceira, terminando em esterilidade na quarta e última geração. O que se verificou não foi uma patologia específica, mas uma suscetibilidade no sistema nervoso para distúrbios originários de uma ‘overdose’ de substâncias tóxicas, tais como o álcool.

Assim, para muitos médicos da época, a fraqueza constitucional do indivíduo era transmitida por hereditariedade e agravada por causas exteriores, entre as quais as infeções como a tuberculose e as intoxicações como o alcoolismo. As chamadas ‘doenças sociais’ – nas quais se incluem a sífilis, o alcoolismo, a tuberculose, etc. – eram por assim dizer doenças degenerativas e, conseqüentemente, assunto de ‘degenerados’, considerados na época um perigo para a raça ou a nação.

Segundo Nuno Borja Santos, por exemplo, no começo do século XIX,

a assistência aos alienados em Portugal, em termos de integração legal e terapêutica, encontrava-se ainda aquém do que acontecia nos mais importantes países europeus. Os doentes tinham como sorte a inclusão em cadeias ou, na melhor das situações, em hospitais de índole geral, como o Hospital de S. José, em Lisboa, ou o Hospital de Santo António, no Porto (Santos, 2018, p. 3).

Veja-se que a partir de 1844, passaram a existir duas celas no Hospital da Misericórdia do Funchal. Aqui, os doentes mentais ficavam *aprisionados*, a aguardar transporte marítimo para Lisboa.

A par destas preocupações no que toca às doenças degenerativas, consideradas um perigo para a raça ou a nação, “os propósitos humanitários não deixaram de presidir à nova forma de encarar a loucura, compreendendo a sua inclusão no campo médico” (Santos, 2018, p. 4), sem descurar as ideias liberais, a nova ideologia, movidas pela “intenção securitária que visava a proteção da sociedade” (Santos, 2018, p. 4), promovendo os internamentos ou isolamento dos doentes mentais, mas também noutros campos da medicina, nomeadamente “em relação às doenças da infância e à tuberculose, se viria, no século XIX, a assistir, em Portugal, à abertura de hospitais especializados, como o Hospital D. Estefânia, em Lisboa, e o Sanatório Sousa Martins, na Serra da Estrela” (Santos, 2018, p. 4).

O século XIX, ao ser marcado pelo liberalismo, romantismo e naturalismo, assente na ideia de progresso social e na cultura da subjetividade, democratização do poder e o desenvolvimento do conceito de cidadania, acaba por se assistir “a uma alteração radical da relação entre os governantes e governados, passando os súbditos à condição de cidadãos” (Alves, 2014, p. 150). É neste contexto que o campo das doenças mentais, inicialmente designado por alienismo, “foi pela primeira vez definido, em termos teóricos e assistenciais, por Philippe Pinel (1745-1826) no seu *Traité médico-philosophique sur l'aliénation mentale*, publicado em 1801” (Alves, 2014, p. 154). Não é por acaso que, para Manuel Valente Alves, a mente humana, o seu funcionamento, foi um dos grandes polos da curiosidade científica ao longo do século XIX.

Mas, se em relação ao diagnóstico se procuravam identificar diferentes identidades nosológicas, com o objetivo de mapear e classificar os diversos tipos de alienação mental,

o tratamento continuava a ser quase exclusivamente moral, não muito diferente do que era praticado em instituições religiosas, como a Ordem Hospitaleira de São João de Deus¹³¹, fundada em 1572 pelo português João Cidade Duarte (1495-1550), que assegurou cuidados a esses doentes e outros na maior parte dos hospitais militares portugueses e espanhóis até à expulsão das ordens religiosas, em 1834 (Alves, 2014, p. 156).

Segundo José Morgado Pereira¹³², por exemplo,

a teoria da degenerescência, cuja formulação primeira surge em 1857 por B.-A. Morel, é definida como *transformação patológica atingindo o homem perfeito tal como foi criado, (...) ou dum tipo primitivo de que a história natural da humanidade se afasta progressivamente*. São desvios negativos deste tipo primitivo que progridem de geração em geração, até à extinção da espécie. Colocando no mesmo plano causas físicas e morais e apontando para o sistema nervoso como o sistema alvo por excelência, Morel descreve causas físicas e morais, individuais e gerais e enfatizando a noção de «predisposição» pelo peso que tinha a influência hereditária e o facto de diversos estados degenerativos poderem interferir reciprocamente na transmissão hereditária. As loucuras hereditárias tornam-se assim um grupo de enorme dimensão (Pereira, 2007, p. 71).

José Morgado Pereira, assente na certeza de que protagonistas da psiquiatria em Portugal, logo no princípio, suas ideias e trabalhos publicados, acabaram por lhe mostrar

a diversidade de interesses e as divergências por vezes marcadas entre eles, independentemente do seu tempo histórico, atravessado por conflitos e crises sociais políticas, mas de grande riqueza no plano das ideias. Se na primeira fase [da psiquiatria em Portugal] são dominantes Miguel Bombarda e Júlio de Matos, arautos de correntes científicas e filosóficas oitocentistas, na segunda fase do período em análise, com Egas Moniz e Sobral Cid em primeiro lugar, renovam-se as ideias e as relações entre a

¹³¹ A Ordem Hospitaleira de São João de Deus, tem hoje um papel muito importante no tratamento psiquiátrico em Portugal.

¹³² José Manuel Morgado Pereira, de seu nome completo, foi psiquiatra do Serviço Nacional de Saúde. Desempenhou esta especialidade médica desde 1983 até 2010 nos Hospitais da Universidade de Coimbra e depois no Hospital Sobral Cid, tendo também exercido os cargos de Chefe de Serviço, diretor do Internato Médico, diretor do Serviço de Reabilitação, diretor Clínico com a criação do Hospital de Dia; por fim, assumiu o cargo de diretor do Hospital Sobral Cid. De 2010 até ao presente, tem-se dedicado à história da psiquiatria de forma sistemática.

neurologia e psiquiatria, divulga-se uma atitude mais psicológica e psicoterapêutica, com novas classificações e autores (Pereira, J. M., 2015: VII-VIII).

Miguel Bombarda, por exemplo, através de *Lições de Psiquiatria*¹³³, propunha-se à reflexão de quanto era notável como dos erros da ciência mais tarde viessem a surgir elucidações que os colocaria a caminho da verdade mais positiva. Referindo-se à epilepsia como uma doença que durante séculos consistiu apenas no ictus,

a fulguração, o ataque convulsivo. Um indivíduo começa por sentir uma dor, dá um grito, imediatamente cai pesadamente como um boi depois de picado pela choupa, fica hirto, inteiriçado, em seguida largos gestos, relaxamento dos sphinters, e por último levanta-se, readquirindo mais ou menos lentamente a consciência” (Bombarda, 1916, p. 2).

Daí, segundo Miguel Bombarda, o ictus não caracterizava a epilepsia, pois, se para os antigos todos os outros em que igual fenómeno se desse, um epilético tinha uma epilepsia, para este ilustre psiquiatra, numa degenerescência, numa doença cerebral, numa intoxicação, numa infeção, numa diátese, podia intercorrer este ataque. A fulguração ao não passar dum sintoma banalíssimo e comum a várias doenças era que os levava à ciência da época.

E descreve vários exemplos que o levam a contrariar a ‘ideia’ do ictus caracterizar a epilepsia:

Com efeito, no idiotismo – em que a autopsia nos revela a esclerose transformando o cérebro em massa informe, a porencefalia abrindo os ventrículos, aparece a convulsão; na paralisia geral, onde a necropsia nos mostra a aderência das meninges que a custo se separam da massa cerebral, e ainda trazendo a substância cinzenta agarrada, onde o microscópio faz reconhecer uma inflamação intersticial, irrompe com frequência o ictus; na demência senil, que não é senão o resultado da esclerose das artérias cerebrais, a fulguração mostra-se por vezes; nas sífilis cerebral há a irritação da corticalidade por uma goma, uma exostose, uma lesão meninge, etc.; nalguns casos encontra-se o ataque convulsivo; enfim, no alcoolismo, no hidrargirismo, saturnismo, absintismo, no impaludismo, na gota, na evolução do quadro mórbido entra às vezes o ataque (Bombarda, 1916, p. 3).

¹³³ Título de livro póstumo, ornado de curiosas fotografias (1916).

Outro facto a realçar é que as relações científicas e pedagógicas das Faculdades de Filosofia e Medicina da Universidade de Coimbra foram-se acentuando ao longo do século XIX.

Segundo Edward Shorter, por exemplo, se num espaço de duzentos anos, os psiquiatras, de curandeiros de manicómio, evoluíram para guardiões do *Prozac*¹³⁴,

a crise da psiquiatria no final do século XX não foi diferente da que ocorreu nos respetivos princípios, quando neurologia e a medicina interna ameaçavam devorar a psicoterapia de gabinete e o manicómio pressagiava sepultar a própria psiquiatria num mausoléu de tijolos vermelhos. A diferença estava em que neste fim do século a psiquiatria dispunha de uma base física mais sólida do que no manicómio, nomeadamente um conhecimento sólido da utilização dos medicamentos (Shorter, 2001, p. 322).

Daí, a análise dos diagnósticos psiquiátricos nos tribunais portugueses revela, com clareza, a forma como a medicina mental, ao longo do século XIX e boa parte do século XX, foi mobilizada não apenas como ferramenta de compreensão do comportamento desviante, mas como instrumento de validação científica de decisões jurídicas e políticas de exclusão. O recurso à psiquiatria por parte da justiça assentava, em larga medida, na necessidade de legitimar a punição ou o internamento de determinados indivíduos através de um discurso médico-assistencial, que aparentava neutralidade mas reproduzia, em muitos casos, visões profundamente marcadas por preconceitos sociais, morais e hereditários.

As noções de degenerescência, atavismo e hereditariedade patológica tornaram-se categorias fundamentais para explicar, classificar e justificar os comportamentos considerados desviantes. Médicos e especialistas construíram, com frequência, quadros interpretativos que naturalizavam a inferioridade social, moral ou intelectual dos indivíduos, transformando contextos de pobreza, marginalidade ou sofrimento psicológico em expressões de um destino biológico supostamente inescapável. Assim, a medicina mental converteu-se num poderoso braço ideológico do aparelho judicial, ao articular ciência e disciplina, cura e controlo, diagnóstico e sentença.

¹³⁴ A doença psiquiátrica, tomada como maldição genética, temida até como sinal de mau sangue, passou para uma condição de fácil tratamento, no dizer de Edward Shorter “em nada diferente, na sua essência, de qualquer outro problema médico e com a mesma valência afetiva”.

A escolha dos estudos de caso – Camilo, Rosa Calmon e Maria Adelaida – permite observar, em detalhe, como estes mecanismos funcionaram na prática. No caso de Camilo Castelo Branco, a figura do génio-criminoso e da melancolia hereditária é instrumentalizada para enquadrar a sua condição de suicida não como decisão existencial, mas como desfecho patológico, confirmado por uma genealogia familiar marcada pelo “mau sangue”. No caso de Rosa Calmon, o diagnóstico psiquiátrico não se limita a avaliar a sua responsabilidade penal, mas serve antes para inscrevê-la numa narrativa de desvio feminino, onde a sexualidade, a maternidade e a moralidade burguesa são pilares de julgamento. Já Maria Adelaida representa a mulher presa entre a anomalia e o paternalismo médico-legal, sendo rotulada a partir de categorias como histeria, instabilidade emocional e incapacidade funcional, numa lógica que combina género, classe e patologia.

Estes casos ilustram, de forma exemplar, como a justiça se serviu da psiquiatria para desresponsabilizar e simultaneamente neutralizar sujeitos considerados perigosos, não através de penas convencionais, mas por meio da internação, da vigilância e da exclusão do espaço público. As fronteiras entre justiça penal, psiquiatria e moralidade social revelam-se, assim, porosas e ideologicamente condicionadas.

No contexto eugénico, este entrelaçamento entre tribunais e medicina mental inscreve-se numa visão de sociedade que pretende preservar a “higiene social” e a “saúde da nação”, eliminando ou isolando os elementos considerados degenerados. A psiquiatria, neste quadro, não age apenas como ciência terapêutica, mas como agente de classificação e de purificação biopolítica, justificando medidas de esterilização, institucionalização prolongada ou afastamento social.

Em síntese, o Capítulo IV evidencia como, sob o disfarce do cuidado e da racionalidade científica, se erguem dispositivos de poder que moldam o corpo social, reafirmando normas de normalidade, produtividade e obediência. A psiquiatria forense, ao ser instrumentalizada pelo sistema judicial, serviu de ponte entre ciência e ideologia, entre saber e disciplina, tornando-se cúmplice de um projeto de engenharia social onde os “anormais” eram menos tratados do que neutralizados. A genealogia destas práticas é essencial para compreender os atuais debates sobre justiça, diagnóstico e exclusão, sobretudo quando persistem discursos que continuam a invocar, subtilmente, a biologia como destino.

Parte III

5. CAPÍTULO V – DO EUGENISMO AO CONCEITO DE RAÇA, DIVERSIDADE ÉTNICA E SUAS IMPLICAÇÕES ÉTICAS E POLÍTICA PARA OS ESTUDOS HUMANITÁRIOS.

5.1. A Raça no discurso eugénico

A noção de ‘raça’ é uma das mais contraditórias e violentas nos dias de hoje. E é à luz dos dias de hoje que questionamos, perentoriamente, aquilo que em tempos foi considerado como uma espécie de verdade primeira e de evidência inquestionável.

A propósito da herança intelectual da ‘ideia de raça’ faz-nos recuar, por exemplo, até 14 de agosto de 1862, quando Abraham Lincoln resolveu convocar um grupo de negros americanos para a Casa Branca, para lhes explicar o seu desespero a respeito do futuro da *raça negra* nos Estados Unidos, dotado pelo Congresso de fundos para levar a cabo a instalação dos negros fora do país, e o seu interesse em esquemas que os enviassem para a África. E tudo começou assim:

Vós e nós somos raças diferentes. Existe entre ambas uma diferença maior do que aquela que separa quaisquer outras duas raças. Pouco importa se isto é verdadeiro ou falso, mas o certo é que esta diferença física é uma grande desvantagem mútua, pois penso que muitos de vós sofrem enormemente ao viver entre nós, ao passo que os nossos sofrem com a vossa presença... (Banton, 1979, p. 11),

acrescentando, de forma contundente, que naquele “vasto continente não havia um único homem da vossa raça que seja considerado igual a um único da nossa” (Banton, 1979, p. 11). Na opinião de Lincoln os negros estavam a sofrer a maior injustiça “infligida a qualquer povo”, sem, contudo, dar a sua explicação para o facto de eles estarem a ser tratados dessa maneira.

Aparentemente pensava que, por qualquer razão não especificada, os americanos brancos eram incapazes de se comportar com justiça para com os negros. Criticando os partidários da instalação dos negros fora do país, um contemporâneo perguntava se era concebível que Cristo tivesse mandado que os homens se amassem uns aos outros e não lhes tivesse dado o poder para o fazer (Banton, 1979, p.11),

ao que Lincoln, sem se referir a essa objeção, parece ter encarado o preconceito racial como um dado moral.

Para Francisco Bethencourt, por exemplo, os preconceitos quanto à descendência étnica combinados com ações discriminatórias aumentaram significativamente nos séculos XIX e XX, período a que nos reportamos neste nosso estudo, com a expansão do nacionalismo. Ao falar de Darwin e a Evolução Social, afirma que “a segunda metade do século XIX assistiu a uma sequência dramática de acontecimentos económicos, políticos e sociais que estiveram diretamente ligados às teorias das raças” (Bethencourt, 2015, p. 392), afigurando-se-lhe que tal conceito de raça resulta assim de processos sociais de competição e exclusão, um subproduto do racismo: “A ausência de base científica para os preconceitos de raça tornou-se patente. É por isso que o racismo abandonou as pretensões de diferença biológica em favor de diferenças culturais”¹³⁵.

Servindo-nos de um termo titular utilizado por Jamie Metzl¹³⁶, vivemos “a ética de nos manipularmos a nós mesmos”, precisamente quando a nossa história nos oferece inúmeros exemplos de seres humanos que utilizam a tecnologia para curar doenças, aumentar o nosso potencial, explorar o cosmos, e preservar o planeta, mas ao mesmo tempo escravizando os outros, semeando a dissensão e destruindo o meio ambiente:

Nós, humanos, somos sistemas biologicamente muitíssimo complexos inseridos e em constante interação com ecossistemas ainda mais complexos à nossa volta. Cada um dos nossos genes desempenha múltiplas funções e interage com outros genes de formas que ainda não compreendemos plenamente. Mesmo quando identificamos um gene que realiza

¹³⁵ Francisco Bethencourt em entrevista concedida a António Guerreiro – In, *Electra*. Lisboa: Fundação EDP, n.º 16, Primavera 2022, p. 81.

¹³⁶ Especialista em tecnologia futurista e geopolítica, escritor de ficção científica, comentador nos *media*, membro do consórcio Genome Project-Write e membro sénior do Atlantic Council. Em 2019, foi nomeado para o comité consultivo da Organização Mundial de Saúde para o desenvolvimento de normas internacionais para a manipulação do genoma humano. Já trabalhou no Conselho de Segurança Nacional, Departamento de Estado, Comité para os Negócios Estrangeiros do Senado dos EUA e como consultor para os Direitos Humanos das Nações Unidas no Camboja.

algo de mau num contexto, existe frequentemente uma possibilidade muito real de que o mesmo gene nos ajude num outro contexto (Metzl, 2020, p. 182).

Nos tempos que correm, apesar de querermos fazer transparecer uma corrida às armas da *Raça Humana*, aparentemente deixando de parte o conceito de *Raça* pela fisionomia, região de origem, continente ou cor da pele, cada vez mais vivemos comprometidos com as predisposições genéticas, no sentido oportuno de ganhar alguma vantagem em relação aos outros que, conscientemente, achamos diferentes. E esta mentalidade ou conceito desempenha um papel fundamental, à boa maneira da Grécia Antiga, nos feitos desportivos ao mais alto nível. Compreendidas as diferenças genéticas que acabam por conceder a alguns atletas uma vantagem genética sobre os outros, sendo que os mesmos poderão ser divididos em categorias de ‘geneticamente alterados’ e ‘não geneticamente alterados’, Jamie Metzl coloca-nos uma pergunta:

O que quer que façamos, as pessoas sentir-se-ão mais atraídas pelos atletas sem seleção genética e sem melhoramentos com os seus tempos mais baixos e desempenho diminuído ou pelos superatletas melhorados que irão quebrar continuamente os recordes e expandir os nossos conceitos daquilo que os seres humanos conseguem alcançar? (Metzl, 2020, p. 242).

Tal como depreendemos de estudos efetuados ao longo de mais de duas décadas, torna-se bem claro que a psiquiatria do século XIX e da primeira metade do século XX é fortemente marcada pela teoria da degenerescência, teorização essa proposta por Benedict-Augustin Morel (1809-1873), assente na conceção de que certos indivíduos são mais fracos do que outros, no plano físico, mental e moral ao mesmo tempo. Tentando abstrair-nos da teoria da degenerescência de Morel que, como concluímos, dominou a psiquiatria francesa durante quase um século depois da sua publicação, em 1857, visto que munuiu a psiquiatria com uma convincente explicação biológica sobre quantas condições mentais anormais nos estão inerentes. Charcot, por exemplo,

trouxe a cura de repouso para França em 1885, embora não reconhecesse a primazia de Mitchell e insistisse que ele próprio descobrira o que apelidou de cura de *isolamento*. Enviava os doentes para uma rede de clínicas de hidroterapia e similares, e depois seguia-os no seu consultório do *septième arrondissement* (Shorter, 2001, p. 140),

contrariando assim o conceito dos manicómios que já havia desde a Idade Média, o que nos leva a afirmar que o manicómio não é uma invenção dos finais do século XIX:

Num mundo sem psiquiatria, longe de serem tolerados ou cuidados, os doentes mentais eram tratados com uma cruel falta de sensibilidade. Antes do advento do manicómio terapêutico não houve idade de ouro, nenhum refúgio idílico daqueles que supostamente se desviavam dos valores do capitalismo. Afirmar o contrário é uma pura fantasia (Shorter, 2001, p. 18).

Felizmente que, num espaço de duzentos anos, os psiquiatras,

de curandeiros do manicómio terapêutico, evoluíram para os guardiões do *Prozac*. A doença psiquiatria, de temido sinal de mau sangue – uma maldição genética – passou para uma condição de fácil tratamento, em nada diferente, na sua essência, de qualquer outro problema médico e com a mesma valência afetiva. Tão parecidas com as outras doenças as perturbações da mente se tinham tornado, que surgiu a interrogação incómoda sobre quem precisaria dos psiquiatras” (Shorter, 2001, p. 322).

Face às implicações éticas de tais teorizações, procuramos sobretudo debruçarmo-nos sobre a segunda metade do século XX, tendo em conta outras preocupações e modos de ver a psiquiatria, mesmo para aqueles que se dedicavam ao estudo craniométrico, na primeira metade do século, de que é exemplo o médico bracarense, anteriormente referido, Eduardo Valença que, tomando em conta «*A fronte e a inteligência*», dava a devida importância ao desenvolvimento da fronte no Homem, como sinal de superioridade sobre os outros animais, e o interesse que então mereceria certas anomalias da fronte como estigmas degenerativos ou atávicos, inspirando-o o desejo de estudar alguns caracteres métricos da região frontal do crânio, em exemplares portugueses. A dada altura desse mesmo estudo (Valença, 1925, p. 34-35) que se apresentaria como tese de doutoramento à Faculdade de Medicina do Porto, em Janeiro de 1925, Eduardo Valença, mesmo esquecendo por momentos a existência de factos clínicos contraditórios, admiti-a a localização das mais altas manifestações do espírito humano no lobo frontal, levando-o a concluir que esta representava, quando desenvolvida, um carácter de superioridade intelectual, admitindo também o contraditório, pelas dúvidas a propósito dos centros nervosos:

Mas, esta conclusão, está longe de ser isenta de crítica. Precisamos não esquecer que a progressão geométrica que representa o desenvolvimento do lobo frontal e, consequentemente, da fronte, é uma progressão, no dizer de Grasset, cujos termos diferem não só pela quantidade mas também pela qualidade (Valença, 1925, p. 35),

afirmando a dado momento, o que atestará esse mesmo contraditório, que os centros nervosos eram ainda um grande segredo da Biologia: “Se a unidade anatómica parece ter sido encontrada ainda não o foi a unidade psicológica” (Valença, 1925, p.35), concluiu. É neste contexto de “transição”, que resolvemos trazer aqui à reflexão o pensamento científico do investigador André Pichot quando a propósito da taxionomia, evolução e racismo, infere que a seguir ao eugenismo, vem o racismo, não que seja cronologicamente posterior ao primeiro, mas porque o racismo quer dizer, o racismo moderno, é decalcado do modelo do eugenismo.

Este pretende purificar a sociedade de tudo o que ela comporta de indivíduos indesejáveis e «inferiores», do ponto de vista biológico e psicológico. Entre esses indesejáveis e esses inferiores figurarão necessariamente os indivíduos desta ou daquela raça, com estas ou aquelas características hereditárias que não são julgadas «eugénicas». Aliás, um dos *leitmotive* de finais do século XIX e princípios do século XX pretende que os caracteres raciais são hereditários. Embora pareça evidente, esta ideia é sublinhada pelos autores da época, provavelmente porque implica que as questões raciais têm menos a ver com o domínio antropológico ou social do que com a genética e, portanto, com o eugenismo” (Pichot, 2002, p. 247).

A hierarquia das raças, a exemplo do período por nós estudado em Portugal, é para André Pichot decalcada do modelo da hierarquia aristocrática ou da hierarquia das castas indianas, que decorre

de uma conceção «fixista» da biologia e da sociedade. A raça branca, e especialmente a ariana, não é o auge de uma evolução, é a aristocracia da humanidade. A raça amarela é a classe burguesa, enquanto a negra é a plebe (mas também o artista). Numa ordem do mundo, cada uma tem o seu lugar e deve manter-se nele (Pichot, 2002, p. 250).

Daí, a perturbação por excelência desta ordem humana e social é a mestiçagem, a origem da degenerescência da humanidade, um preceito eticamente deplorável, não apenas

porque esta mestiçagem, ao misturar uma suposta “*raça superior* e uma *raça inferior*, diminui a primeira (realçando a segunda), mas porque altera tanto uma como outra, alterando, pois, a ordem em que ambas se inscrevem” (Pichot, 2002, p. 251).

Ao falar-se da excelência da ordem humana, torna-se ainda mais eticamente deplorável, a partir do momento que em Gobineau, a mestiçagem é condenada em si mesma, como uma espécie de perturbação da ordem natural e social, sem que haja uma verdadeira justificação biológica. Se eticamente, com todas as implicações que daí advêm, é difícil aceitar a classificação das raças, onde a mestiçagem é condenada na medida em que possui um efeito contra evolutivo, mais perturbados ou apreensivos ficaremos quando nos é dado o exemplo de Vacher de Lapouge, um dos que tentou combinar Gobineau e Darwin, que entendeu “devido à diferença dos progenitores, o mestiço é «desarmónico», e daí a sua inferioridade. O negro é inferior ao branco, mas é «harmónico», ao passo que o mestiço «branco-negro» é inferior não apenas ao branco, mas também ao negro, em virtude dessa desarmonia” (Vacher de Lapouge, G. – *Les Sélections sociales*, p. 181).

Para Michel Foucault, eles pegam nas palavras dos neoliberais quando afirmam que

o trabalho fazia parte de pleno direito da análise económica, mas a análise económica clássica, tal como era feita, não era capaz de levar em conta esse elemento do trabalho. Nós fazemo-lo. E a partir do momento em que o fazem, e fazem-no nos termos que vos expliquei¹³⁷, são levados a estudar a maneira como se constitui e se acumula esse capital humano, e isso permite-lhes aplicar análises económicas a campos e a domínios totalmente novos (Foucault, 2010, p. 287).

Quando se pergunta: de que é composto este capital humano? – os neoliberais dizem de elementos inatos e de elementos adquiridos, o que, para quem conhece minimamente a biologia, leva Foucault a afirmar que ao falar-se dos elementos inatos, há os que podem ser designados por hereditários e outros que são simplesmente inatos. E este facto provoca algumas inquietações, preocupações e problemas, sobretudo no plano bioético:

Com efeito, nas análises, diria clássicas, destes neoliberais, nas análises de Schultz ou de Becker, por exemplo, diz-se que a constituição do capital humano só tem interesse, só é pertinente para os economistas na medida em que esse capital se constitui graças à

¹³⁷ O rendimento afetado a um certo capital, capital este que se chama capital humano na medida em que, precisamente, a competência máquina da qual é o rendimento não pode ser dissociada do indivíduo humano que é o seu portador. (cf. T. W. Schultz, *Investment in Human Capital*, p. 48).

utilização de recursos raros, e recursos raros cuja utilização seria alternativa para um dado fim (Foucault, 2010, p. 288).

Daí Michel Foucault afirmar que a genética atual mostra que um número muito maior de elementos do que até agora se pensava é condicionado pelo denominado equipamento genético que recebemos dos nossos ascendentes. Sendo assim, a genética permite estabelecer as probabilidades de qualquer indivíduo

vir a contrair determinada doença, numa certa idade, durante dado período da sua vida, ou de uma forma qualquer em qualquer momento da sua vida. Por outras palavras, um dos interesses atuais da aplicação da genética às populações humanas consiste em permitir reconhecer os indivíduos de risco e o tipo de risco que os indivíduos correm ao longo de toda a vida (Foucault, 2010, p. 287).

Assim, no plano ético, tendo sempre em conta o denominado *equipamento genético*, corre-se o risco de se quisermos ter um descendente cujo referido equipamento genético

seja pelo menos tão bom ou melhor que o meu, terei de encontrar alguém para desposar cujo equipamento genético seja também bom. Percebe-se assim como o mecanismo da produção de indivíduos, a produção das crianças, pode adquirir um interesse económico e social a partir deste problema da raridade dos bons equipamentos genéticos (Foucault, 2010, p. 287).

Acrescendo ainda o facto de que se quisermos ter um filho cujo capital humano, entendido apenas em termos de equipamento genético – elementos inatos e elementos hereditários –, seja elevado, será sempre necessário da nossa parte todo um investimento, que passa por termos trabalhado suficientemente, termos rendimentos suficientes, termos um estatuto social que nos permita tomar por cônjuge ou por coprodutor desse futuro capital humano alguém cujo capital seja também elevado.

Por fim, e se falarmos dos princípios de ética biomédica, principalmente quando nos debruçamos sobre a natureza do individualismo liberal, preocupado no equipamento genético, em detrimento do utilitarismo e dos modelos kantianos, facilmente reconheceremos que o neoliberalismo não traz nada de novo ao desenvolvimento da teoria moral e política:

Os interesses dos indivíduos frequentemente estão em conflito com os interesses comuns ou institucionais. Nas discussões sobre a prestação dos serviços de saúde, por exemplo, os defensores de uma ampla expansão dos serviços médicos com frequência apelam para o *direito à assistência de saúde*, enquanto os oponentes algumas vezes apelam para os *direitos da profissão médica*. Muitos participantes desses debates morais, políticos e legais parecem pressupor que os argumentos não podem ser persuasivos a menos que possam ser formulados na linguagem dos direitos, embora outros participantes prefiram evitar a conotação de confronto dessa linguagem (Beauchamp & Childress, 2002, p. 89).

5.2. O conceito de diversidade étnica e as novas teorias biológicas

Para falarmos do conceito de *raça* teremos que forçosamente começar por abordar, tal como um dia escreveu Patrícia Ferraz de Matos, ‘os contextos em que ele funciona como elemento de um sistema de classificações’, tendo em conta que “antes do fim do século XVIII, a história natural era sobretudo uma ciência estática” (Matos, 2012, p. 37).

Embora sejamos partidários do amplo consenso científico de que é insustentável aceitar a conceitualização e a tipologia de *raça* nos humanos, convém salientar que muitos cientistas de todo o mundo continuam a utilizar o conceito de *raça*, como forma de fazerem distinções entre povos difusos e fisionomias diversas. Outros sugerem, de forma ingénua ou simplista, muitas vezes como aproveitamento político, que o termo não tem importância taxonómica¹³⁸, mesmo quando dela se aproveitam para utilizarem a terminologia da discriminação racial, *versus* racismo, porque creditados no discurso ideológico da Grécia Antiga, dos que eram ou não *bárbaros*:

Por seu turno, os estudos hipocráticos (século IV a. C.) procuravam explicar as diferenças físicas e mentais entre os habitantes da Europa e da Ásia a partir das influências ambientais. Assim, de um modo geral, nos textos gregos existem evidências de discriminações etnocêntricas e xenófobas e reivindicações de superioridade cultural, mas estas diferenças não parecem ser tomadas a partir de uma determinação biológica (Matos, 2012, p. 24).

¹³⁸ Constituídos por seres que se assemelham por determinados caracteres e que compreende a espécie, o género, a família, a ordem e a classe. Ou seja, as espécies semelhantes são agrupadas em géneros e estes agrupam-se em famílias; as famílias são agrupadas em ordens e as ordens em classes.

Aliás, essa diferenciação entre nós e os outros, cognominados de *bárbaros*, era fortemente utilizada na Idade Média. Só no século XIX é que iremos assistir ao registo de duas tendências,

uma defensora do lugar do negro na humanidade e outra, evolucionista, defensora de que o negro está entre a animalidade e a humanidade. A partir do século XIX, designado por «idade do racismo científico», a ênfase de diferenças entre homens parece ser a tendência mais influente, uma vez que começam a estabelecer-se relações e implicações entre dados genéticos, capacidades intelectuais e comportamentos morais” (Matos, 2012, p. 39).

Perante tal facto será sempre imprudente da nossa parte estudar a ideia de raça destas duas posições que renasceram nos primeiros anos do século XIX. Para Michael Banton, como as pessoas só podem entender a sua história por meio de conceitos da sua época, será sempre necessário reescrever a história à luz de novas preocupações e conhecimentos, já as pessoas têm a tendência de interpretar a sua própria época à luz das suas crenças sobre o passado, e se elas não compreenderem o seu passado, dificilmente poderão entender adequadamente o seu presente: “Nas coisas humanas há uma contínua inter-relação entre o presente e o passado, que se reflete em todas as Ciências Sociais e tem uma relevância especial num campo como as relações raciais, que têm de se fundar sobre bases incertas” (Banton, 1979, p. 13).

Assim, as ideias modernas de raça, classe e nação surgiram no mesmo meio europeu e têm muitas similaridades. Não há no século XIX qualquer ideia clara e definida de raça. Havia muitas classificações e teorias, e bastantes controvérsias. Foi a doutrina dos tipos humanos permanentes, refletidas nas palavras de Abraham Lincoln, que, como concepção simples, conquistou a atenção popular e conduziu à noção de relações raciais” (Banton, 1979, p. 15). Segundo Michael Banton esta doutrina foi construída lentamente na primeira metade do século e alcançou a sua sistemática exposição num livro chamado *Types of Mankind*, que foi publicado em Filadélfia, em 1854. Lincoln foi fortemente influenciado por esta escola de pensamento, levando-o a crer de que havia

um número finito de raças ou tipos (sendo os pretos e brancos os mais distanciados); que as diferenças eram permanentes; e que as diferenças têm uma influência decisiva nas

espécies de relações sociais possíveis entre membros de raças diferentes, talvez porque cada raça pertence a uma determinada parte do Globo” (Banton, 1979, p. 15).

Para Patrícia Ferraz de Matos,

é interessante verificar que o contexto de apogeu da teoria racial seja contemporâneo da abolição da escravatura e do tráfico de escravos. Nas sociedades coloniais o escravo assumiu, como referiu John Rex, a *posição social mais penosa*, considerado em casos extremos não um homem, mas *uma propriedade ou um instrumento*. Os defensores da escravatura consideravam que os africanos ocupavam os estratos mais baixos da grande *cadeia do ser* juntamente com o orangotango, por exemplo. A negritude da pele era considerada uma variação degenerativa do que tinha constituído o homem original – branco. Por essa razão, os negros deviam servir os brancos, superiores a nível da beleza e da inteligência (Matos, 2012, p. 43-44).

Daí, e perante este contexto, os teóricos do conceito de *raça* opuseram-se à escravatura. Júlio de Vilhena, por exemplo, escreveu, em 1873, que o princípio da raça na literatura e no direito dos povos não é de invenção recente, reforçando a ideia que Taine estudou este princípio na evolução da literatura inglesa, e, sem falar de Montesquieu, que já admitia a influência das causas naturais nos fenómenos históricos, “é geralmente a importância que ligava ao elemento da raça Schlegel, um dos fundadores da moderna filosofia da história” (Vilhena, 1873, p. 5), confessando, contudo, que muitos ao ligarem à ideia de raça uma noção completamente condenada pela ciência etnográfica, acabam por fazer cair pela base as suas mais audaciosas teorias. “A noção de raça tem sido alterada por alguns escritores inconscientes e os factos históricos invertidos consoante o juízo defeituoso de uma falsa etnologia (Vilhena, 1873, p. 5).

Para Vilhena, uma das conquistas mais importantes dos anais do espírito humano foi, sem dúvida alguma, a criação da ciência histórica, ao permitir que “a geografia, a geologia, a paleontologia, a etnografia, a linguística, o estudo das mitologias comparadas, e outros ramos da enciclopédia humana, que, ou se não conheciam, ou eram imperfeitamente estudados” (Vilhena, 1873, p. 9), têm chamado a atenção, até no tempo presente, dos meios académicos e não só, abrindo um vasto horizonte à historiografia dos nossos tempos. Para ele, “as leis da formação das línguas, as origens dos deuses e das religiões, o génio dos poemas nacionais, as fontes históricas da jurisprudência, e mil e outros problemas que a ciência não lograva resolver, acham-se hoje cabalmente explicados, ou

em via de próxima solução” (Vilhena, 1873, p. 10). Para ele, alegadamente referenciado como um movimento científico, que se manifesta nos trabalhos profundos da crítica alemã sobre a história e a jurisprudência romana,

nos estudos dos sábios ingleses sobre os tesouros inesgotáveis da literatura oriental, nas indagações pré-históricas das sociedades antropológicas da Bélgica e da Itália, encontra em França o aplauso dos homens mais eminentes da ciência, podendo citar-se, ao lado de Niebuhr, Creuzer, Grimm, Müller, Darwin, Knox, Gliddon, os nomes não menos ilustres de Quatrefages, Dufresne, Littré, Michelet, Renan, Burnouf e Quinet (Vilhena, 1873, p. 10).

Inserido numa época de uma grande fermentação científica, o trabalho de Júlio de Vilhena sobre as raças históricas da Península Ibérica e a sua influência no direito português, longe de pretender ser um estudo “de crítica ou de filosofia da história, teve apenas como fim a demonstração que na formação da jurisprudência peninsular e, determinadamente, na formação da jurisprudência portuguesa a *raça germânica* e a *raça semítica* tiveram uma influência secundária” (Vilhena, 1873, p. 6).

Aqui, de uma forma bem vincada, o conceito de raça é utilizado para estudar os factos principais da Idade-Média, em uma de cujas fases surgiu a nacionalidade portuguesa, declarando-se abertamente contra a preponderância germânica, “vendo em todos os fenómenos daquele brilhante período da história da humanidade as criações mais esplendidas do grande génio latino alumiado pelo espírito cristão” (Vilhena, 1873, pp. 7-8). Ao referir-se aos romanos, Júlio de Vilhena, citando Teófilo Braga:

A influência do domínio romano no território português não exerceu nenhuma influência orgânica. Roma conquistava com legiões, mas não povoava; deixava os costumes e as leis às povoações submetidas ao seu domínio, e explorava-as com uma absorvente administração do seu governo militar. [Essas autoridades chamadas Cônsules, Pretores, Procônsules, Propratores, Presidente, Prefeitos, etc., as divisões provinciais, em nada contribuíram para a transformação da *raça que subjugavam*.] (Braga, 1871, pp. 6-7),

acaba por refutar determinantemente a negada colonização da península pelos romanos, bastando para isso referir “os princípios elementares da economia política, e não era mister recorrer aos monumentos históricos da antiguidade, que, interpretados consoante

as luzes da verdadeira crítica, comprovam de uma maneira irrefutável a colonização romana da península” (Vilhena, 1873, p. 13).

De facto, Teófilo Braga afirma que só com as invasões dos povos do norte da Europa, foi possível encerrar a história gloriosa do Império Romano e, consequentemente, fundamentar a base etnológica do povo português, através do arianismo e do semitismo:

Na grande raça germânica chamada os Visigodos, que invadiram a Península, banindo o poder dos romanos, é preciso, para compreender o fenómeno da criação do povo português, ter sempre em vista, que ela era composta de duas classes distintas e antinómicas entre si, os nobres godos e os servos *lites*. Os primeiros imitaram a cultura romana, desnaturaram-se com ela, perderam língua, religião, poesia, costumes e direito, que tudo afeiçoaram a esse tipo que admiravam; a este elemento aristocrático, que veio a dominar na reação cristã da Península, devemos chamar-lhe os *gótico-romanos*. Aos segundos, que ficaram em contacto com os árabes, e deles aprenderam a indústria, a tolerância e a igualdade política, a ponto quase de se fundirem com eles, chamamos o elemento *gótico-árabe* (Braga, 1871, pp. 2-3).

Não é de admirar esta simpatia de Teófilo Braga, poeticamente elogiosa e, até, sem ser inocente, pelos árabes, quando estes exaltaram com entusiasmo através da sua poesia o clima de *Hespanha*: «É melhor do que todas as regiões conhecidas: é a Syria, pela doçura do clima e pela pureza do ar; é o Yemen pela fecundidade do solo; é a India pelas flores e pelos aromas; é o Hedjaz pelas produções da terra; é o Cathay pelos metaes preciosos; é Aden, pelos portos e pelas praias.»¹³⁹, alegando que aqueles que assim pensavam, acabaram por entender que

o modo de mais depressa se fixarem nesta encantada região, seria o fraternizar com o maior número dos seus povoadores. Os godos nobres, pela constituição *da sua raça e das suas leis*, acudiram às armas; parte morreu no campo da batalha, parte refugiou-se nas montanhas. O invasor árabe achou-se apenas em presença dos colonos inermes, esses pobres *lites*, ou *al dyones*, que pela primeira vez respiraram a liberdade política (Braga, 1871, p. 19).

¹³⁹ Apud Cesar Cantu, *Hist. Un. Neuvième epoque*, cap. VII (citação de Teófilo Braga).

O antagonismo ao respirar da liberdade política dos pobres *lites*, ou *aldehyones*, face à invasão árabe que “longe de lhe parecer uma extorsão”, encontra-o Teófilo Braga nos latinistas eclesiásticos “ao descreverem a invasão árabe, pintam-na com cores da maior atrocidade; exageram as cousas a ponto de se tornar evidente que o estilo retórico especula acobertando a verdade” (Braga, 1871, pp. 19-20).

Se até aqui falávamos da História da Poesia Portuguesa, circunscrita às “Epopêas da Raça Mosárabe», por Teófilo Braga, na qual faz ressaltar as tristes consequências ao confrontar o vigor da poesia com o da nacionalidade: “O povo português não tem festas nacionais; ficou com a tristeza sepulcral do catolicismo da idade média; tem a desconfiança que lhe deixou o despotismo, e o assombro estúpido causado pelas fogueiras do Santo Officio...” (Braga, 1871, p. 375). O mesmo autor sempre teve a preocupação de utilizar argumentos antropológicos para promover uma unanimidade nacional, a fim de legitimar a ordem republicana, vinda do positivismo, mantendo os fundamentos culturais como apoio fundamental da revolução, assente no dicotómico paradigma cultural e político. Os estudos etnográficos e antropológicos de Teófilo Braga apontam assim para o sentimento e identidade nacionais. No fundo, tudo isto exprime a repercussão do clima ideológico e intelectual de finais do século XIX, até ao derrube, pela ordem republicana, do vigente poder instalado dos monarcas e dos eclesiásticos. Exaltado seria o contacto com os árabes, quando deles o povo português aprendeu a indústria, a tolerância e a igualdade política. E o conceito da raça aparece como um princípio “estratégico” de menosprezar a diversidade fisionómica e cultural, de que é exemplo o seu trabalho sobre “as tradições das *raças selvagens* no Brasil”, quando afirma que

as raças da América do sul foram classificadas por d’Orbigny em três grandes troncos, Ando-Peruviana, Pampiana e Basílio-Guaraniana; esta divisão admitida por Prichard, condiz com um certo número de diferenciações, tais como: a dolicocefalia dos peruvianos, característica das raças da América setentrional, o desenvolvimento da grande civilização dos Quíchuas ou Incas sobre as ruínas de uma civilização mais antiga, por ventura autóctone, dos Aymáras, resultando deste longo conflito a *dispersão da raça pampiana* em numerosos grupos ou hordas, que, ou não chegaram a assimilar os progressos realizados pelos Incas, permanecendo no estado selvagem, ou, se iniciaram essa cultura, regressaram por efeito à selvageria primitiva (Braga, 1879-1880b, p. 22).

Para Teófilo Braga, a fragmentação das raças da América do sul era um dos fenómenos que mais impressionava o antropólogo Prichard, bem como a coexistência de civilizações completas anteriores aos tempos históricos e estados selvagens que pareciam uma regressão à animalidade primitiva¹⁴⁰:

Na raça Brasília-Guaraniana, a fácil tendência para a sociabilidade revela-nos que entraram nas primeiras vias de um progresso que foi interrompido por circunstâncias especiais. De facto as raças do sul caracterizavam-se também pela sua braquicefalia, pela obliquidade dos olhos peculiar dos mongólicos, tendo também analogias étnicas com as raças nómadas da Alta Ásia (Braga, 1879-1880b, pp. 22-23).

Acentuavam-se assim os conceitos de raça, etnia e degenerescência, sendo que este último viria a ter uma forte influência na medicina, antropologia e psiquiatria portuguesas.

Falando das conquistas espanholas da América, para Teófilo Braga estabelece-se uma fácil fusão e regressão do espanhol ao tipo indígena. Pois, segundo ele, na América do sul a braquicefalia acaba também por levar à compreensão de analogias excepcionais, então observadas por antropologistas. Citando Morton (1799–1851): «Entre os índios da América do norte é raríssimo ver pronunciar-se nitidamente a obliquidade dos olhos, que tão geral nos Malaio e Mongólicos; mas Spix e Marius observaram-na em algumas tribos brasileiras, e Humboldt nas do Orenoco» (Braga, 1879-1880a, pp. 22-23), para além de dar outros exemplos, Teófilo Braga acaba por inferir, que das

raças nómadas da Alta Ásia que se destacaram essas migrações que entraram na Europa antes dos indo-europeus, e que se conhecem pelo tipo braquicéfalo do basco espanhol com o berbere, como notou Broca, revela-nos também o caminho por onde o turaniano da Ásia entrou no sul da Europa vindo através da África, onde uma parte estacionou (Braga, 1879-1880b, pp. 22-23).

No estudo comparativo daquilo que Teófilo Braga denomina das raças, na antropologia, das tradições e dos costumes na etnologia, da linguagem na filologia, das fases sociais e das noções morais, “tudo leva a reduzir o Chinês à grande raça turaniana, considerando-o como um dos ramos mais antigos dela e um dos primeiros que entrou na evolução

¹⁴⁰ Prichard, com o seu lamentável biblicismo obscurece esta consideração, dizendo do indígena americano: «Não é o homem primitivo, mas o homem degenerado, que nós vemos nele.» *Hist. naturelle de l'Homme*, II, 266.

histórica pela soma de progressos empíricos de que se fortalecera” (Braga, 1879-1880b, p. 27). Assente na etnografia chega a alegar que a linguagem mnemónica dos nós dados em um lenço, é uma persistência do costume peruano dos *Quippu*, comum ao chinês e alguns povos da África, e a então “moderna descoberta da interpretação dos cuneiformes e a leitura dos hinos acádicos, da raça turaniana, tem feito compreender muitas frases das imprecações mágicas da Idade-Média da Europa” (Braga, 1879-1880b, p. 28).

Para além disso, ainda segundo Teófilo Braga, a queda do politeísmo romano, substituído por um sistema teológico completo como o do cristianismo, veio engrossar nas povoações isoladas dos campos, nos *Pagi*, a multidão dessas tradições religiosas turanianas, a que os padres da igreja chamaram por condenação superstições pagãs.

Portanto o facto da sistematização dessas superstições desencontradas em um corpo doutrinal, leva a considerar a Feiticeira da Idade-Média não como proveniente de uma doença moral da sociedade moderna, mas como uma revivescência motivada por circunstâncias que restabeleceram a primitiva conexão histórica (Braga, 1879-1880b, p. 28).

Não é por acaso que a fundamentação da discriminação racial, por recalçamento reforçada pelo conceito de raça, em Portugal, já vem de longe, a ponto de a revista *Lusa*, magistralmente dirigida e editada pelo médico vianense Cláudio Basto, aludir a trovas dos cristãos novos no século XVI, lamentando

como é triste pertencer a uma *raça perseguida!*

Os filhos de Israel duramente acossados pela Inquisição em Portugal nem por isso perderam as esperanças no seu Messias. Havia de vir, havia de os salvar. Tal qual o nosso pobre D. Sebastião perdido para sempre nas áridas plagas africanas e sempre esperado...

E assim, nessa persuasão, entoavam nos fins do século de mil e quinhentos [...] trovas comoventes, que à Inquisição foram denunciadas em 1582 por serem proferidas por um físico da Guarda, L. do António Vaz... (Baião, 1919, p. 147).

A interpretação das trovas dava-a dizendo que os que estavam nas prisões e haviam de sair eram as dez “tribos” e pela “tribo de Adão” se entendia toda a cristandade.

A partir de 5 de Outubro de 1910, venceu-se ainda mais a influência do positivismo¹⁴¹ e da Maçonaria na cristalização das vivências republicanas, bem como o seu anticlericalismo militante, que, segundo Fernando Catroga, mesmo não fugindo à legitimação teórica do republicanismo português, a índole dos povos no contexto da fenomenologia do universal, o mesmo

republicanismo, que misturava o legado do cosmopolitismo iluminista com a aceitação dos condicionamentos enfatizados pelos vários positivismos, teria igualmente de levar em conta – na linha da lição que provinha do romantismo social – o peso concreto da *raça*, do *meio* e da *história* na explicação do que, de acordo com as suas premissas, se entendia a especificidade da idiosincrasia pátria no seio da república das nações (Catroga, 2010, p. 99).

Para Francisco Bethencourt, é sempre importante analisar os projetos e as políticas das principais potências coloniais para compreendermos como a legislação perturbou ou reforçou as práticas interétnicas no terreno, moldando as sociedades coloniais. Ao abordar, por exemplo, a *discriminação* e a *segregação* nas sociedades coloniais, a primeira significava uma distinção prejudicial que impedia determinadas categorias da população de aceder a certas posições, profissões ou ocupações. Por outro lado, a segregação significava “a separação física ou isolamento de grupos étnicos ou raciais específicos do grosso da população ou das estruturas sociais essenciais” (Bethencourt, 2015, p. 293).

Com o golpe militar de 28 de maio de 1926, Oliveira Salazar chega a ministro das Finanças, cargo onde se mantém até 1932, depois chefe do governo, tendo tido também a pasta das Colónias, passamos a assistir à convicção de que

no âmbito do projeto colonial, a identidade nacional, o campo científico e o desígnio político estavam intimamente ligados. Encontramos, por isso, vários discursos simultaneamente políticos e científicos que definem a *nação* portuguesa como uma *nação colonial*. Por essa razão, grande parte das preocupações dos autores que se debruçam

¹⁴¹ “Que o positivismo, sobretudo mediante Teófilo Braga, exerceu influência apreciável no fenómeno republicano, parece tão incontestável como a impossibilidade de reduzir este ao impulso das doutrinas de Comte ou de Littré...” (In, *Dicionário de História de Portugal*. Dir. Joel Serrão. Porto: Livraria Figueirinhas, 1992, Vol. V, col. 1, p. 291).

sobre a questão da *raça* e da *identidade nacional* diz respeito às colónias (Matos, 2012a, p. 55).

No que toca às medidas familiares implementadas por Salazar e à criação de presságios devem ser compreendidas no quadro jurídico do tipo de Estado Social que o Estado Novo construiu ao longo da década de 1930 e, claro, no quadro sociopolítico do nacionalismo católico corporativista. Segundo Richard Cleminson,

tais medidas também precisam de ser entendidas no contexto da política de género do regime, segundo a qual as mulheres eram vistas como a pedra angular do lar, da família e da casa. A base do Estado-providência, ou previsão social, como o Estado Novo acabaria por lhe designar, estava contida em inúmeras medidas legais anteriores e cumulativas, baseadas nas competências da Direcção-Geral de Assistência em 1930, e na Lei 1884, de 16 de março 1935 (Cleminson, 2014, p. 175),

permitindo que habitação subsidiada, pensões e fundos de dificuldades fossem administrados pelos sindicatos nacionais ou pelo Instituto Nacional do Trabalho e Previdência (INTP), que tinha como missão a de assegurar a execução das leis de proteção ao trabalho e a das demais leis de carácter social.

Assim, a intervenção estatal no domínio social durante o Estado Novo revela uma centralização significativa da proteção laboral e dos apoios sociais. Através da delegação da gestão da habitação subsidiada, pensões e fundos de dificuldades aos sindicatos nacionais e ao INTP, o regime procurava assegurar a execução eficaz das leis sociais e laborais. Esta estrutura ilustra bem a tentativa do Estado em controlar de forma corporativista o bem-estar dos trabalhadores, dentro de uma lógica que não promovia autonomia sindical, mas sim uma gestão social tutelada pelo próprio regime.

No plano externo, a manutenção do império colonial ocupava um lugar de destaque na agenda política do Estado Novo. A visão salazarista entendia os territórios ultramarinos – tanto em África (Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe) como na Ásia (Goa, Damão, Diu, Macau e Timor) – como partes integrantes e inseparáveis de Portugal, funcionando quer como símbolos de prestígio nacional, quer como fontes de recursos económicos fundamentais.

Apesar da retórica oficial de uma política de assimilação, na prática esta revelou-se profundamente assimétrica. O incentivo à adoção da língua, cultura e costumes

portugueses não se traduziu numa verdadeira integração social ou política das populações colonizadas. Antes pelo contrário, estas continuaram a ser sistematicamente marginalizadas, excluídas dos direitos reservados aos cidadãos metropolitanos. A distinção estrutural entre ‘cidadãos’ e ‘indígenas’ (cf. Matos, 2012) – já presente na ideologia da monarquia liberal – manteve-se sob o Estado Novo, refletindo uma visão eurocêntrica e hierárquica das sociedades africanas, que eram interpretadas à luz dos valores da civilização ocidental. O próprio regime admitia o caráter meramente teórico da ‘equiparação geral do indígena ultramarino ao europeu’, revelando a persistência de um sistema colonial profundamente desigual.

No contexto do Estado Novo, tal como já ocorrera durante a Primeira República, o conceito de raça revela-se intimamente ligado a uma base pseudocientífica, sustentada nas teorias da hereditariedade, da degenerescência e, sobretudo, na crença na superioridade racial. Esta visão racializada do mundo inscreve-se numa lógica eurocêntrica e profundamente hierarquizada, onde os europeus – e, em particular, os portugueses – eram posicionados no topo da escala civilizacional. Essa conceção não servia apenas como justificação ideológica para a empresa colonial, mas funcionava também como um instrumento de legitimação moral da dominação sobre os povos não europeus, tidos como inferiores, atrasados e, por isso, ‘necessitados’ da civilização trazida pelo colonizador (cf. Matos, 2006). Segundo Patrícia Ferraz de Matos,

a par do regime político, e reforçando este, atuava a força da Igreja. Esta instituição apresentava-se como estando a apoiar a missão civilizadora que coube aos portugueses para educar, proteger e evangelizar os nativos no sentido de estes se tornarem «assimilados» e saírem do seu estado de selvajaria, para uns, ou de barbárie, para outros (Matos, 2012, p. 68).

Recuando aos primórdios do século XX, por exemplo, em 1902, foram fundados a Escola de Medicina Tropical e o Hospital Colonial, mais tarde designado Hospital do Ultramar e, depois, Hospital de Egas Moniz. Segundo Manuel Valente Alves, “o objetivo institucional da Escola de Medicina Tropical era o ensino teórico e prático da medicina tropical e a realização de missões científicas às províncias ultramarinas portuguesas e a colónias estrangeiras” (Alves, 2014: 262), cuja abertura da referida Escola surgiu na

sequência da Missão do Sono¹⁴² a Angola e São Tomé e Príncipe, em 1901, chefiada por Aníbal Bettencourt, diretor do Real Instituto Bacteriológico.

Dentro das missões científicas ligadas à Medicina Tropical, nas quais se viram envolvidos, entre outros, Almerindo Lessa e Jacques Ruffié, surge a seroantropologia que se propunha estudar as frequências dos sistemas sanguíneos ABO, MN, Rhesus e Kell, seguida da «comparação entre as repartições dos grupos sanguíneos das populações do Sul de Portugal (uma das raízes sorológicas dos primeiros colonos) e a população cabo-verdiana», do «estudo [comparativo, através da consulta de outras pesquisas] das frequências dos grupos sanguíneos observados nas tribos da Guiné Portuguesa e da África Ocidental Francesa» e da «comparação com mestiços de São Paulo (Brasil)» (Cf. Lessa & Ruffié, 1957, pp. 61-62), cuja agenda da primeira reunião abordava os seguintes temas em debate, questionando-se, ao mesmo tempo, se a bioquímica podia explicar a História e a Cultura:

Os princípios básicos da nova Antropologia. Limitações da Antropologia clássica, física e cultural. Raças bioquímicas. As individualidades biológicas, ou bioquímicas, e as «individualidades coletivas». Enxertias raciais. Correlações entre raça bioquímica e temperamento, carácter, sociabilidade, vocação artística, grafologia, fonética, etc. (Lessa & Ruffié, 1957, p. 68).

Numa segunda fase dessa primeira reunião foram levantados os seguintes problemas: os mestiços e a questão das raças superiores; os «gobinismos»; preconceitos ou repugnâncias sobre a natureza e as suas possibilidades; a possibilidade dos elementos mestiços serem seres degenerativos, superantes ou de adaptação; a opinião dos eugenistas – com referência à campanha de Fialho de Almeida, «a maior experiência que os tempos viram...»; o erro de medir os outros homens e as outras civilizações pelas medidas do homem ou da civilização branca, “uma estranha aventura psicológica!”, ou erros intencionais (Lessa & Ruffié, 1957, p. 68). Almerindo Lessa manifestava assim a sua apreensão quanto às questões colocadas, vinte e quatro anos depois das suas “exortações

¹⁴² Para Bettencourt (2015), a “doença do sono” era devida a um *Streptococcus*, ao qual chegou a atribuir um nome, “Hypnococcus”. Nós mesmo chegamos a conhecer em Maquela do Zombo, Angola, dois nativos do Congo, Zola e Xamindéle, que haviam sido mordidos pela *Mosca tsé-tsé* (*Glossina Palpallis*), cuja picada provoca o sono porque transmite um parasita que pode chegar ao cérebro. O Hospital de Maquela de Zombo foi pioneiro no estudo, tratamento e luta contra a “doença do sono”, através da pulverização da “Pentamidine”, medicamento antimicrobiano para tratar a tripanossomíase africana.

eugénicas” (1933), alegando que a criação do mestiço favorecia o património genético do homem e deveria ser considerada um método positivo na dinâmica das populações:

Está fora de discussão que o mestiço constitui uma causa de amplificação no campo da variabilidade das raças. Mas, no seu entendimento, na valorização de tal amplificação é que existe grande controvérsia (basta lembrar, entre nós, a posição assumida por homens de ciência, como Eusébio Tamagnini ou Mendes Correia, ou homens de letras, como Fialho de Almeida ou Hipólito Raposo; ou, no Brasil, as discussões entre Oliveira Viana e Austregésilo), controvérsia perturbada quase sempre, em boa verdade, por preconceitos políticos ou de crença, ou por prejuízos quanto à superioridade dos povos brancos. Digamos a palavra própria: dos povos nórdicos. Mas a maior parte dessas teses procuram apenas demonstrar o menor valor económico do mestiço e a sua menor capacidade de adaptação social, ou seja: se devem ser considerados elementos anárquicos, perturbadores ou dissolventes da pureza das raças, e atingindo até um grau disgénico quando os tipos raciais interfecundantes forem muito opostos (é a hipótese dos gobinistas¹⁴³); ou seres misteriosos que a natureza ainda não acabou de modelar, mas de cujas formas hão-de sair as raças futuras (Lessa & Ruffié, 1957, p. 81).

E se nos tempos que correm no 10 de Junho se comemora o dia de *Portugal*, de *Camões* e das *Comunidades Portuguesas*, envolto em grandes paradas militares, discursos sobre a diáspora portuguesa, elogios à universalidade da língua e condecorações a preceito daqueles que se distinguiram a nível nacional, ao tempo do Estado Novo a data foi aproveitada para comemorar o dia de *Camões*, de *Portugal* e da *Raça*, numa alusão clara aos feitos dos portugueses ao longo dos séculos, num enfoque maior de afirmação às “excepcionais” características do povo português e das suas forças armadas, principalmente pelo contributo na defesa das suas responsabilidades históricas em África. Álvaro Campelo, por exemplo, ao referir-se ao facto de a ‘tarefa antropométrica’ pretender fugir a uma qualificação/atribuição estética, pois assume dados matemáticos de mensuração, supostamente universais, já ao utilizar-se

o termo ‘raça’, fazem-no para com ele designarem um grupo de pertença sob elementos objetivos, num positivismo científico declarado, ocultando, assim, a subjacente mentalidade racista perante os que fogem ao padrão ocidental civilizado (pois até em

¹⁴³ Origem etimológica: grego *gónos*, ou, geração, procriação, produção, nascimento, origem, semente genital + -io.

Portugal os corpos de minhotos ou beirões são estudados como se de primitivos se tratassem). Mas depois de aparecerem os quadros taxionómicos, a leitura dos números é acompanhada pelas correspondentes narrações estéticas. É então que ao desvio comportamental se acrescenta a identidade monstruosa. A associação entre a estética do corpo e as categorias de pureza/poluição reforçam o corpo social (Campelo, 2020, p. 234).

Para Pedro de Azevedo (1869-1928)¹⁴⁴, raça, língua e estado eram três noções completamente diversas e que todavia se confundiam com facilidade: “Uma raça pode viver em muitos estados e falar diversas línguas e um estado pode ser constituído de raças diversas, e ter mais de uma língua oficial” (Azevedo, 1919, p. 19). Segundo ele, a ciência na destrição das ‘raças’ só avançou quando conseguiu pôr de parte as denominações nacionais, tais como português, inglês, japonês, russo, turco, índio, etc., comparando tal destrição como se procede em zoologia com os animais, levando-o a afirmar que também nas ‘raças humanas’ se procurava introduzir uma denominação, que só indicasse a “génese da raça” ou as particularidades antropológicas. Vai mais longe: “É, porém, tão grande o entrelaçamento de raças, que mesmo povos de aparência completamente homogénea, estudados conscienciosamente apresentam tipos diversos” (Azevedo, 1919, p. 19).

Apresentando a língua como um produto social independente da raça, ainda que acreditasse que cada um dos primitivos grupos humanos tivesse sinais sonoros primitivos para se entenderem, estava em crer que os antigos dividiam as ‘raças’ pela cor da pele ou dos cabelos, ou pelo modo de viver, quando à época a que se reportava a sua teorização faziam-se as ‘raças’ quase só pela conformação do crânio (cf. Azevedo, 1919, pp. 19-20). Sílvio Romero¹⁴⁵, por exemplo, do outro lado do Atlântico, apesar ser apontado como um dos importantes membros da elite intelectual brasileira, teve nas suas preleções rasgos ‘racistas’ que ainda hoje geram polémicas. Sílvio Romero dizia

¹⁴⁴ Foi um historiador e bibliotecário arquivista, membro da Academia das Ciências de Lisboa. Era praticante de amanuense mas aos 21 anos concluiu o curso superior de Bibliotecário-Arquivista e passou a trabalhar na Torre do Tombo (1891) onde em 1904 chegou a 1º Conservador, tendo também passado a professor das cadeiras de Paleografia e Diplomático. Continuador de João Pedro Ribeiro e Alexandre Herculano deixou valiosos estudos de paleografia, diplomática, arquivologia e biblioteconomia, afirmando-se um especialista do período do séc. XIII ao XVI.

¹⁴⁵ Advogado, jornalista, crítico literário, ensaísta, poeta, historiador, filósofo, cientista político, sociólogo, escritor, professor e político brasileiro, filho de André Ramos Romero e de Maria Vasconcelos da Silveira Ramos, nasceu na antiga Vila do Lagarto, Estado de Sergipe, Brasil, em 21 de abril de 1851, e faleceu na cidade do Rio de Janeiro, em 18 de junho de 1914. (Cf. CORDEIRO, Adriano Xavier (Diretor) – *Novo Almanach de Lembranças Luso Brasileiro*. Lisboa: Parceria António Maria Pereira, 1916, p. 4-32).

Povo que descendemos de um estragado e corrupto ramo da velha raça latina, a que juntaram-se o concurso de duas das raças mais degradadas do globo, os negros da costa e os peles vermelhas da América [...] [de que] resultaram o servilismo do negro, a preguiça do índio e o génio autoritário e tacanho do português [que] produziram uma nação informe e sem qualidades fecundas e originais (Romero, 1943, p. 14)

Sobre o futuro do Brasil, Romero enunciava:

A minha tese, pois, é que a vitória na luta pela vida, entre nós, pertencerá, no porvir, ao branco; mas que esse, para essa mesma vitória, tem necessidade de aproveitar-se do que de útil as outras duas raças lhe podem fornecer, máxime a preta com quem tem mais cruzado. Pela seleção natural, todavia, depois de prestado o auxílio de que necessita, o tipo branco irá tomando a preponderância até mostrar-se puro e belo como no Velho Mundo. Será quando já estiver de todo aclimatado no continente. Dois fatos contribuirão largamente para esse resultado: de um lado, a extinção do tráfico africano e o desaparecimento constante dos índios, e de outro a imigração europeia (Romero, 1901, pp. 34-35).

Stephen Jay Gould, por exemplo, ao avaliar o impacto da ciência nas opiniões sobre a raça durante os séculos XVIII e XIX, afirma que “devemos, em primeiro lugar, reconhecer o contexto cultural de uma sociedade cujos líderes e intelectuais não questionavam a pertinência da hierarquização social – com os índios abaixo dos brancos, e os negros abaixo de todos os outros” (Gould, p. 70), o que equivale dizer que neste contexto, colocavam em contraste igualdade e desigualdade. Só uma denominada ‘linha dura’, afirmava que “que os negros eram inferiores e que a sua condição biológica justificava a escravatura e a colonização” (Gould, 2004, p. 70). Por outro lado, os da denominada “linha branda”, alterando pouco o conceito de inferioridade, concordavam com o facto de os negros serem inferiores, mas afirmavam que o direito à liberdade não dependia do grau de inteligência da pessoa.

Por outro lado, em contraste ao conceito civilizacional de Sílvio Romero, o linguista, filólogo, arqueólogo e etnógrafo português José Leite de Vasconcelos, ao escrever sobre o povo português, puxaria ao seu lado heroico e glorioso, que se separou do reino de Leão,

que expulsou de cá os Mouros e em seguida os foi bater além do Estreito, que descobriu mares, povoou ilhas, rasgou novo caminho para o Oriente, tornou mais conhecida a

África, trouxe o Brasil ao convívio da civilização; este povo, que nos sécs. XVI e XVII tanto enriqueceu a literatura histórica, geográfica e etnográfica, fruto das longas viagens; que entusiasmou o mundo com uma epopeia, onde palpita o coração da pátria, e revestindo de forma clássica um tema de inspiração nacional, se tornou acabado modelo de arte, como nenhuma outra nação moderna o produziu, do mesmo género... (Vasconcelos, 1928, p. 6).

Ao desígnio de ‘de um estragado e corrupto ramo da velha raça latina’ em Sílvio Romero, propunha-se Leite Vasconcelos, apesar da sua formação inicial em medicina e sem nunca falar em ‘raça’, em recuar ao séc. XI para afirmar os laços que vinculam os habitantes de cada território, resultantes de uma certa consciência de solidariedade, desenvolvida de local em nacional, à medida que o território se alargava, proveniente de um povo de tão variadas aptidões, que ao mesmo tempo que traduz seus íntimos arroubos no mais aceso lirismo, viria a atravessar os ares em frágil avião¹⁴⁶, intrepidamente, só levado do sonho de encontrar mais um instrumento de progresso (cf. Vasconcelos, 1928, pp. 3-6).

A realçar é o facto que desde a segunda metade do século XX, as associações do conceito de raça com ideologias e teorias que se desenvolveram a partir do trabalho de antropólogos e fisiologistas do século XIX, tornou o uso da palavra raça em si problemático. Apesar de ser ainda usado em contextos gerais, a palavra raça tem sido muitas vezes substituída por outras palavras muito menos ambíguas e emocionalmente carregadas, como populações, povos, grupos étnicos ou comunidades, dependendo do contexto.

Para Jorge Vala, presentemente, quando estão em causa estereótipos relativos a grupos com poder social desigual, esses mesmos estereótipos desempenham um papel de justificação dessas desigualdades sociais. A propósito de um ensaio «*Racismo, hoje: Portugal em Contexto Europeu*», onde a sua pesquisa focou inicialmente a aprendizagem da violência, depois, os conflitos entre grupos organizacionais e, posteriormente, centrando-se no estudo da identidade e dos sentimentos de justiça e legitimidade associados aos conflitos decorrentes do denominado racismo, do preconceito e das migrações, Jorge Vala afirma a dado momento que

¹⁴⁶ Referência implícita à primeira travessia aérea do Atlântico Sul (Lisboa – Rio de Janeiro), concluída com sucesso pelos aeronautas portugueses Gago Coutinho e Sacadura Cabral, em 1922.

é nos estereótipos que residem, em boa medida, os fundamentos que legitimam as desigualdades. Por exemplo, os estereótipos dos grupos envolvem características das quais é possível deduzir a probabilidade de sucesso ou de insucesso na vida, que depois justificam ideias como «aqueles que não triunfam na vida não o conseguem porque não são exigentes consigo mesmos», ou porque «não se esforçam o suficiente». Os estereótipos legitimam a posição relativa dos diferentes grupos, sejam grupos sociais ou nações ou «raças», quer no presente, quer no passado. Se faz parte do estereótipo das pessoas negras a preguiça, facilmente se justifica a sua discriminação no acesso ao emprego nos dias de hoje, tal como justificou no passado colonial a legislação laboral que permitia o trabalho forçado; se a superstição é considerada um traço estereotípico, facilmente se justifica a imagem da colonização no quadro de uma função civilizadora e cristã (Vala, 2021, pp. 49-50).

Continua-se a afirmar que Portugal é um país mestiço, apontando para um modelo de interculturalidade. Segundo Elsa Sertório, o modelo cultural português “apontou durante muitos anos, durante vários séculos, para uma relação de denominação dos povos colonizados, o que constituiu uma barreira às influências mútuas, interculturais” (Sertório, 2001, p. 11), acrescentando, a dado momento, que até 1974, a composição étnica da população era homogénea, destacando-se apenas a já antiga comunidade cigana e uma pequena comunidade cabo-verdiana, presente a partir dos anos sessenta, do século XX (cf. Sertório, 2001, p. 12). Contudo, para Claude Lévi-Strauss, quando se fala de contribuição das denominadas raças humanas para a civilização, estaremos longe de afirmar que os contributos culturais da Ásia ou da Europa, da África ou da América extraíam qualquer originalidade do facto destes continentes serem, na sua maioria, povoados por habitantes de troncos raciais diferentes (cf. Lévi-Strauss, 2019, p. 10). Outro facto fundamental a realçar reside na questão da diversidade e em que consiste,

com o risco de ver os preconceitos racistas, apenas desenraizados da sua base biológica, voltarem a formar-se num novo campo. Porque seria em vão ter conseguido que o homem da rua renunciasse a atribuir um significado intelectual ou moral ao facto de ter a pele negra ou branca, o cabelo liso ou crespo, para permanecer em silêncio face a uma outra questão, à qual a experiência prova que este se agarra imediatamente. Se não existem aptidões raciais inatas, como explicar que a civilização desenvolvida pelo homem branco tenha feito os imensos progressos que nós conhecemos, enquanto as dos povos de cor permanecem atrasados, umas a meio do caminho, e outras atingidas por um atraso que se

cifra em milhares ou dezenas de milhares de anos? Não poderemos, pois, pretender ter resolvido negativamente o problema da desigualdade das *raças* humanas, se não nos debruçarmos também sobre o da desigualdade – ou da diversidade – das *culturas* humanas que, de facto, senão de direito, está com ele estreitamente relacionado, no espírito do público (Lévi-Strauss, 2019, pp. 11-12).

5.3. Implicações éticas e políticas (no passado e na atualidade) nos estudos humanitários

As implicações éticas e políticas do pensamento eugénico são, ainda hoje, sentidas de forma intensa e multifacetada. Se outrora estas ideias foram institucionalizadas sob o pretexto de melhorar a saúde pública, combater a degenerescência e assegurar uma pretensa “qualidade racial”, hoje subsistem em formas mais subtis, mas não menos perigosas, de exclusão, discriminação e naturalização da desigualdade.

A herança do pensamento de Mendes Correia e o mito do ‘português autêntico’ – As teses de Mendes Correia sobre a raça portuguesa, o tipo étnico nacional e o papel da geografia na formação do ‘português autêntico’ encontram, no presente, ressonância inquietante nos discursos contemporâneos de movimentos de extrema-direita. A narrativa identitária que opõe o ‘nativo’ ao ‘estrangeiro’ reaparece sob formas renovadas, associando cor da pele, religião, nome próprio e práticas culturais à pertença ou exclusão da comunidade nacional.

Particularmente preocupante é o discurso da chamada ‘teoria da substituição’, que defende a ideia de que a imigração – sobretudo oriunda de países africanos, asiáticos ou da América Latina – conduzirá à suposta ‘dissolução’ do verdadeiro português. Trata-se, em última instância, de um eco das conceções eugénicas do século XX, que defendiam a pureza étnica e a profilaxia social como formas de proteção da nação.

A questão demográfica e a instrumentalização da eugenia: – O argumento demográfico, tal como formulado por autores como João Porto, era utilizado para justificar políticas preventivas de cariz eugénico. Estas medidas passavam por políticas assistencialistas, económicas, fiscais, educativas e de propaganda, articuladas com uma visão biológica da sociedade. A reprodução era entendida como um dever patriótico, e a fertilidade dos ‘indesejáveis’ como um problema sanitário e social.

Hoje, a instrumentalização da demografia volta a estar presente nos debates sobre imigração e natalidade. Defende-se, em certos círculos, que a solução para o

envelhecimento populacional não pode passar pela imigração, mas pela promoção da natalidade entre os ‘nacionais’ – remetendo, assim, para uma noção de pertença racial e cultural que exclui sistematicamente o outro.

Raça e neorracismo: da biologia à cultura: – O conceito de raça, abordado nesta tese com base no trabalho de Eduardo Valença, deixou de ser sustentado exclusivamente por categorias biológicas e genéticas, para se deslocar para a cultura, os costumes e a ‘compatibilidade civilizacional’. Assiste-se, assim, à naturalização de formas de discriminação que, embora não reivindicuem explicitamente uma hierarquia racial, operam com base em critérios de ‘integração’, ‘adaptabilidade’ ou ‘identidade nacional’. Esta mutação discursiva está na base de um neorracismo, que não precisa de invocar os genes ou o sangue, bastando-lhe apontar a ‘diferença’ como obstáculo à coesão social. O mesmo se observa em práticas como o controlo seletivo da imigração, a segregação territorial, a estigmatização dos casamentos interétnicos e a vigilância sanitária dos ‘corpos estrangeiros’.

A eugenia sanitária e os medos de contágio: – José Crespo observa que o Minho era, historicamente, uma região marcada pela emigração, em particular para a América do Sul, Espanha e França. O regresso de emigrantes, muitas vezes em más condições de saúde, alimentava a perceção de risco sanitário e de ‘contágio’, sobretudo nas zonas rurais. Curiosamente, esse mesmo discurso aplica-se hoje a populações migrantes, vistas como portadoras de doenças, ameaças aos serviços de saúde ou obstáculos à segurança pública. Essa perceção inscreve-se num imaginário de exclusão que associa o estrangeiro ao descontrolo, ao risco e à decadência social – mecanismos herdados da eugenia clássica, agora reconfigurados sob novos pretextos.

As novas tecnologias e a neoeugenia: – Na contemporaneidade, a emergência das tecnologias genéticas, como o CRISPR, reintroduz o debate sobre a eugenia sob uma nova roupagem. A chamada neoeugenia assenta no ideal de um melhoramento humano voluntário, individualizado, mas que levanta sérias questões éticas quanto à acessibilidade, à coerção social (explícita ou implícita) e à construção de novos normativos do que é ser ‘saudável’, ‘normal’ ou ‘desejável’.

Apesar de se afastar do vocabulário da eugenia do século XX, a neoeugenia partilha o mesmo núcleo ideológico: a crença de que há vidas mais dignas do que outras, e que a sociedade pode (ou deve) ser melhorada por via da seleção e da exclusão.

Hoje, os estereótipos relativos a grupos com poder social desigual, mesmo quando esses estereótipos desempenham um papel de justificação dessas desigualdades sociais,

deveriam dar lugar a uma discussão na base da ética biomédica, que experimentou desde a época de Hipócrates, uma notável continuidade, até que suas duradouras tradições começassem a ser suplantadas, ou menos suplantadas, por volta do meio do século XX. Segundo Tom L. Beauchamp e James F. Childress, “os desenvolvimentos científicos, tecnológicos e sociais ocorridos durante esse período produziram mudanças rápidas nas ciências biológicas e nos cuidados com a saúde” (Beauchamp & Childress, 2002, p. 17), sendo que esses desenvolvimentos acabaram por desafiar muitas das concepções prevalecentes acerca das obrigações morais dos profissionais de saúde. Daí, a necessidade de reflexões influentes sobre problemas de ética biomédica, através de códigos de ética profissional, principalmente quando incumbidos a desempenharem certas funções valorizadas na sociedade em geral: “As profissões da saúde geralmente especificam e impõem obrigações, procurando dessa forma assegurar que as pessoas que estabeleçam uma relação com os seus membros considerem-nos competentes e confiáveis” (Beauchamp & Childress, 2002, p. 21).

Outro dos factos presente nas nossas consciências contemporâneas, como advoga Stella Zita de Azevedo, vai no sentido de aprofundarmos o problema “da exigência de uma ética apropriada à vida (*ethos* vivido), acompanhando-o da correlação entre a concretude de um ser sofredor e o sentido fundamental do seu agir” (Azevedo, 2021, p. 9), inserindo-se na discussão filosófica em torno do conceito por ela proposto – *Bioética da Finitude*.

Balanço

O percurso histórico das teorias raciais e eugénicas, aqui analisado de forma extensiva, evidencia que os dispositivos de discriminação construídos ao longo dos séculos XIX e XX não desapareceram; antes se adaptaram, sofisticaram e multiplicaram em novas formas discursivas e tecnocientíficas. A exclusão deixou de ser formalizada em tratados raciais explícitos e passou a operar através de retóricas identitárias, indicadores genéticos, políticas securitárias e dispositivos de controle social de natureza sanitária, demográfica e cultural.

O que outrora se apresentava como ‘higiene racial’ ou ‘profilaxia social’ sobrevive hoje nas práticas neorracistas de exclusão dos ‘imigrantes indesejáveis’, na naturalização da desigualdade com base em estereótipos étnico-culturais e na insistência em mitos identitários de pureza nacional, como o ‘português autêntico’. As teorias da substituição étnica, promovidas por setores extremistas, operam como atualizações ideológicas do

eugenismo, agora sob o disfarce de discursos sobre segurança, soberania e coesão nacional.

Neste cenário, a emergência de tecnologias como o CRISPR-Cas9¹⁴⁷, ainda que promissora do ponto de vista biomédico, abre também uma nova frente de risco ético: a de uma neoeugenia voluntária e individualizada, onde os critérios de normalidade, saúde e valor humano voltam a ser definidos por instâncias técnicas e por lógicas de mercado. Assim, a desigualdade genética torna-se uma extensão da desigualdade social, e a seleção de características desejáveis pode facilmente escorregar para a discriminação tecnocientífica dos indesejáveis.

O racismo das novas direitas nacionalistas – seja ele cultural, económico ou biomédico – não rompe com o passado: prolonga-o sob formas aparentemente inofensivas, mas estruturalmente idênticas. A redução do outro a um risco, a sua desumanização simbólica e a sua gestão como exceção sanitária ou demográfica são dispositivos que encontram raízes diretas nos modelos eugénicos do século XX. Em suma, a biopolítica do século XXI herda, transforma e perpetua os regimes de exclusão do passado, colocando novos desafios éticos aos estudos humanitários e às democracias contemporâneas.

¹⁴⁷ CRISPR-Cas9 é uma ferramenta de edição genética que funciona como uma ‘tesoura molecular’, permitindo cortar e modificar o ADN de forma precisa, rápida e dirigida. É baseada num mecanismo natural de defesa das bactérias contra vírus.

6. CAPÍTULO VI. CONCLUSÃO GERAL.

A presente tese procurou compreender, a partir de um levantamento documental, crítico e histórico, as implicações da eugenia no pensamento médico, científico e social português, particularmente entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX. Ao percorrer os caminhos entre hereditariedade, degenerescência, raça e normalização, estabeleceu-se um arco analítico que evidencia a penetração de ideias eugénicas – ora implícitas, ora declaradamente assumidas – no discurso clínico, pedagógico, político e cultural de uma época em que a ciência se pretendia não só descritiva, mas também prescritiva da sociedade.

Neste percurso, constatou-se que a eugenia não foi um corpo de doutrina uniforme, mas antes um aglomerado de tendências e práticas, variando entre as propostas regeneracionistas, higienistas e moralizadoras. A sua receção em Portugal, ainda que marcada por influências externas (nomeadamente francesas, italianas e alemãs), encontrou campo fértil num país em que a medicina, a psiquiatria e a antropologia física buscavam um papel fundador na modernização nacional e na definição da ‘identidade portuguesa’.

Importa sublinhar que, em Portugal, a eugenia se entrelaçou com dispositivos institucionais, como a escola, o hospital psiquiátrico, o asilo e o laboratório, tornando-se operativa na organização do saber e na vigilância dos corpos. A psiquiatria, em particular, com o contributo de figuras como Júlio de Matos, Miguel Bombarda, Sobral Cid ou Mendes Correia, assumiu um papel decisivo na sistematização de classificações que naturalizavam a inferioridade de certos grupos sociais – degenerados, delinquentes, anormais, mestiços – e na articulação destas categorias com práticas de exclusão e controle social.

A análise crítica dos textos médicos, antropológicos e pedagógicos permitiu observar que as noções de raça, deficiência e degenerescência foram usadas como justificações para políticas de separação e esterilização simbólica, mesmo que Portugal não tenha adotado, como outros países, legislações eugénicas coercivas. O discurso era, no entanto, performativo, operando como matriz para práticas de segregação, institucionalização e estigmatização que visavam a ‘correção’ ou a eliminação dos elementos considerados disfuncionais ao corpo social.

Outro ponto essencial prende-se com o papel da religião e do regime político. Ao contrário de países onde a eugenia se apresentou como uma ética laica de engenharia social, em Portugal o seu discurso foi conciliado com o catolicismo e com os princípios do Estado Novo. A figura da mulher, por exemplo, foi centralizada como agente da regeneração nacional, numa visão biologizante do seu papel enquanto mãe e educadora, ao mesmo tempo que se lhe impunha um modelo de submissão e reclusão doméstica. Esta moral biopolítica, reforçada por dispositivos legais e assistenciais, inscreve-se na política de género do regime e nas estruturas hierarquizadas de poder e saber.

Ao longo da tese, procurou-se ainda compreender como estes discursos ressoam, ainda hoje, em práticas e debates contemporâneos. A persistência de noções de mérito biológico, de ‘riscos genéticos’ ou de superioridade intelectual associada a fenótipos específicos, aponta para a atualidade de um pensamento que, sob roupagens renovadas, continua a traçar fronteiras entre o normal e o patológico, o humano e o sub-humano. O advento das biotecnologias, da engenharia genética e da seleção pré-natal exige, portanto, uma vigilância crítica e ética sobre a reatualização dos fundamentos eugénicos, agora muitas vezes dissimulados em discursos terapêuticos, estatísticos ou mesmo humanitários.

Desta forma, a tese confirma a importância de uma abordagem interdisciplinar, que não reduza os fenómenos históricos e científicos a meras cronologias ou technicalidades, mas os compreenda como construções sociais, ideológicas e políticas. A antropologia, a filosofia da ciência, a bioética e a história social da medicina revelaram-se, ao longo deste trabalho, campos fundamentais para desconstruir os mitos da neutralidade científica e para interrogar criticamente o papel do saber na configuração das subjetividades e das exclusões.

Por fim, este estudo pretendeu contribuir para a restituição da memória de vítimas silenciosas de uma ciência orientada por princípios de pureza, hierarquia e exclusão. Ao reconstituir os discursos e os mecanismos que sustentaram tais práticas, abre-se caminho para uma pedagogia da memória e da vigilância crítica, que nos permita reconhecer as derivas do passado e prevenir as formas subtis, mas não menos violentas, com que o eugenismo pode regressar sob o disfarce do progresso ou da cura.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

- Abreu, J. G. (2007). *Figuras Limianas*. Município de Ponte de Lima.
- Acemoglu, D. & Robinson, J. A. (2019). *Porque falham as nações: as origens do poder, da prosperidade e da pobreza* (11.^a ed.). Temas e Debates / Círculo de Leitores,
- Agamben, G. (1995). *Homo Sacer: Il potere sovrano e la nuda vita*. Einaudi.
- Agar, N. (2004). *Liberal Eugenics: In Defence of Human Enhancement*. Wiley & Sons, Incorporated, John.
- Almeida, T. (1934). O Congresso contra a tuberculose em Viana-do-Castelo. *Arquivo de Viana do Castelo*, Volume I, 4-12.
- Almeida, T. (1926). *Evolução da Clínica Médica na Escola do Porto de 1825 a 1925*. Empresa Industrial Gráfica.
- Alves, M. V. (2014). *História da Medicina em Portugal: Origens, ligações e contextos*. Porto Editora.
- Aly, Götz (1994). *Cleansing the Fatherland: Nazi Medicine and Racial Hygiene*. Johns Hopkins University Press.
- Amaro, A. R. (2024). *Eugenismo, Higienismo e Racismo em Portugal na primeira metade do século XX*. *Revista de História Regional*, 29, 1-20.
- Amor, M. A. (1910). *A Cartilha Moderna*. Ed. de Autor.
- Araújo, A. (2004). *Jesuítas e Antijesuítas no Portugal Republicano*. Roma Editora.
- Arriaga, L. (1976). *Mocidade Portuguesa: breve história de uma organização salazarista*. Terra Livre.
- Arroteia, A. B. (2001). *Ernesto Galeão Roma: Médico, Cientista, Humanista (1887-1978)*. Arquivo Municipal de Viana do Castelo:
- Arsuaga, J. L. (2021). *Vida, a grande história: uma viagem pelo labirinto da evolução*. Temas e Debates / Círculo de Leitores.
- Azevedo, J. L. (1975 [1921]). *História dos Cristãos Novos Portugueses* (2.^a ed.). Livraria Clássica Editora.

- Azevedo, P. (1919). Raça, língua e estado. *Lusa*, Ano III(48), 19-22.
- Azevedo, S. Z. (2021). *Bioética da finitude: A questão bioética no pensamento contemporâneo*. Edições Esgotadas.
- Baião, A. (1919). Trovas dos cristãos novos no século XVI. ANTT – *Caderno 6.º do Promotor da Inquisição de Lisboa*. In LUSA, 15 dez. de 1918 e 1 jan., Ano II, Nos 43-44, p. 147.
- Banton, M. (1979). *A ideia de raça*. Edições 70.
- Barbosa, L. X. (1919). *Cem cartas de Camillo*. Portugal-Brasil Limitada Sociedade Editora.
- Basto, C. (1912). *Alma Doente: A génese da psicastenia*. Tip. de André J. Pereira & Filho, Sucessor, Viana do Castelo.
- Basto, C. (1916). *Medicina Popular: Quebradura*. Porto: Tip. a vapor da «Enciclopédia Portuguesa». [Separata do *Portugal Médico*, II (3.ª Série, Ano 10.º das antigas revistas *Gazeta dos Hospitais* e *Vida Médica*), n.º 7, 8 e 9.]
- Basto, H. (Org) (1948). – *Miscelânea de Estudos à Memória de CLÁUDIO BASTO*. Imprensa Portuguesa.
- Basto, J. A. A. N. (1944). *Tipos sanguíneos* [Dissertação de candidatura ao grau de Doutor apresentada à Faculdade de Medicina do Porto]. Grandes Oficinas Gráficas «Minerva».
- Bastos, T. (1882a). Hierarchia das Sciencias. *O Positivismo: Revista de Philosophia*, Vol. 4.º, 55-61.
- Bastos, T. (1882b). A sociedade portugueza e a philosophia positiva. *O Positivismo: Revista de Philosophia*, Vol. 4.º, 308-319.
- Bastos, T. (1878-1879). Origens da família. *O Positivismo: Revista de Philosophia*, Vol. 1.º, 255-268.
- Beauchamp, T. L. & Childress, J. F. (2002 [1979]). *Princípios de ética biomédica*. Edições Loyola.
- Bethencourt, F. (2015). *Racismos: das Cruzadas ao Século XX*. Temas e Debates / Círculo de Leitores.

Black, E. (2012). *War Against the Weak; Eugenics and America's Campaign to Create a Master Race*. Dialog Press.

Blanc, M. (1991). *Os Herdeiros de Darwin*. Teorema.

Bombarda, M. (1907). *Os Alienados nos Tribunaes*. Livraria Clássica Editora A. M. Teixeira & C.TA.

Bombarda, M. (1896). *O delírio do ciúme*. Publicações da “Medicina Contemporanea” / Livraria Rodrigues.

Bombarda, M. (1916). *Licções de Psychiatria*. Empresa de Publicações Populares.

Bombarda, M. (1892). Microcephalia. *A Medicina Contemporânea*, Anno X, N.º 23, 177-185 [Conferência feita na Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa em Sessão de 21 de maio de 1892.]

Bombarda, M. (1905). Psychologia de soffrimento... nos que não sofrem. *A Medicina Contemporânea*, Anno XIII, N.º 28, Série II – Tomo VIII, 217-219.

Borges, P. A. E. (2001). Da Loucura da Cruz à Festa dos Loucos. Loucura, Sabedoria e Santidade no Cristianismo. *Cadernos Vianenses*, Tomo 29, 37-70.

Braga, T. (1916). *Camillo Castello Branco: Esboço Biográfico*. Livraria de Manoel dos Santos.

Braga, T. (1878-1879a). Constituição da Esthetica Positiva. *O Positivismo: Revista de Philosophia*, Vol. 1.º, 409-429.

Braga, T. (1871) *Epopêas da raça mosárabe*. Imprensa Portuguesa Editora.

Braga, T. (1879-1880a). Fim das religiões. *O Positivismo: Revista de Philosophia*, Vol. 2.º, 286-295.

Braga, T. (1882). Marcha da politica europêa: em relação aos destinos da civilização occidental. *O Positivismo: Revista de Philosophia*. Vol. 4.º, 3-26; 81-101; 181-213; 253-279.

Braga, T. (1878-1879b). Mentalidade Positiva. *O Positivismo: Revista de Philosophia*, Vol. 1.º, 245-254.

Braga, T. (1878-1879c). Origem dos Ciganos. *O Positivismo: Revista de Philosophia*, Vol. 1.º, 268-278.

- Braga, T. (1879-1880a). *História das ideias republicanas em Portugal*. Vol. II. Livraria Clássica de A. M. Pereira.
- Braga, T. (1879-1880b). Tradições das raças selvagens do Brasil. *O Positivismo: Revista de Philosophia*, Vol. 2.º, 22-52.
- Braga, T. (1880-1881). Política Positiva. *O Positivismo: Revista de Philosophia*, Vol. 3.º, 291-313.
- Branco, C. C. (1903 [1886]). *Boémia de espírito* (2.ª ed.). Livraria Chardron.
- Bronowski, J. (1974). *The Ascent of Man*. BBC.
- Burleigh, M. (1994). *Death and Deliverance: "Euthanasia" in Germany c.1900-1945*. Cambridge University Press.
- Cabral, A. (2003). *Dicionário de Camilo Castelo Branco* (2.ª ed. revista e aumentada). Caminho.
- Calçada, D. (1982). Maria Pomba: uma artista. *Vale do Neiva: Subsídios Monográficos*. pp. 279-283. Ed. Autores,
- Caldas, A. P. (1864 [1854]). *Poesias*. Typographia de Sebastião José Pereira.
- Caldas, J. (1914). *A corja negra: tosquia de um charlatão*. Livraria Chardron de Lello & Irmão, editores.
- Caldas, J. (1901). *Os Jesuítas e a sua influência na actual sociedade portuguesa: meio de a conjurar*. Livraria Chardron de Lello & Irmão, editores.
- Campelo, Á. (2004a). As viajantes da noite: celebrar o corpo nas margens e encruzilhadas da vida. In Toscano & Godsland (orgs.). *Mulheres Más. Percepção e representações da mulher transgressora no mundo Luso-Hispânico*. Vol. I. Porto: Ed. UFP, pp. 15-32.
- Campelo, Á. (2004b) Discursos de Mulheres: O Trabalho, o Público e Privado na negociação da identidade feminina. In Casqueira, J. (org.). *Os Instrumentos de Igualdade de Oportunidades em Portugal*. Porto: Ed. UFP, pp. 131-154.
- Campelo, Á. (2020). Como se Faz o Corpo. A Construção da Antropologia: da Antropologia Física à Antropologia da Saúde. In V.O. Jorge & P. F. Matos (Cord.). *Modos de Fazer/Ways of Making*, pp. 231-252, CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória.

- Carol, A. (2019). *Histoire de l'eugenisme an France: Les médecins et la procréation (XIXe-XXe siècle)*. Média Diffusion.
- Carvalho, A. S. (1932). Bernardino António Gomes. *Anuário do Distrito de Viana-do-Castelo*, Volume I, pp. 17-19, Empresa Gráfica do «Notícias de Viana».
- Carrel, A. (2002 [1935]). *O Homem esse desconhecido*. Publicações Europa-América.
- Cassata, F. (2011). *Building the New Man: Eugenics, Racial Science and Genetics in Twentieth-Century Italy*. CEU Press Studies in the History of Medicine.
- Castanheira, J. P. (2007). Um cientista português no coração do nazismo. *Única* (Expresso), n.º 1831, 1 dezembro 2007, 88-104.
- Castanheira, J. P. (2010). *Um cientista português no coração da Alemanha nazi*. Edições Tenacitas.
- Catoga, F. A. (1977). Os inícios do positivismo em Portugal. *Revista de História das Ideias*, Vol. I, 287-394.
- Catoga, F. A (2010). O Republicanismo Português (Cultura, história e política). *Revista da Faculdade de Letras – HISTÓRIA*, III Série, vol. 11, 95-119.
- Chauvin, R. (1999 [1997]). *O Darwinismo ou o Fim de um Mito*. Instituto Piaget.
- Cid, S. ([2011]). *A vida psíquica dos esquizofrénicos*. Padrões Culturais Editora.
- Cleminson, R. (2014). *Catholicism, Race and Empire: Eugenics in Portugal, 1900-1950*. Central European University Press.
- Cleminson, R. (2016). *Between Germanic and Latin Eugenics: Portugal, 1930–1960*. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, vol. 23, supl. 1, 73–92.
- Coelho [da Cunha], M. A. (1923). *Doida Não e Não*. Associações de Classes dos Chauffeurs de Lisboa e Porto (Impressa Tip. de A Intermediária Limitada).
- Comte, A. (1869). *Cours de philosophie positive*. Tome cinquième, contenant *La partie historique de la Philosophie Sociale en tout ce qui concerne l'état théologique et l'état métaphysique* (3.^a édition augmentee). J. B. Baillière et Fils. – 6 vol.
- Corrêa, A. A. M. (1940). *Factores degenerativos na população portuguesa e seu combate*. Extracto das Actas do Congresso Nacional de Ciências da População – vol. 1. Imprensa Portuguesa.

- Corrêa, A. A. M. (1934). *Os mestiços nas colónias Portuguesas*. Edição da 1.^a Exposição Colonial Portuguesa. Comunicação ao I Congresso Nacional de Antropologia Colonial. Extracto das Actas do Congresso.
- Corrêa, A. A. M. (1927). O problema eugénico em Portugal. *II Congresso Nacional de Medicina* (Actas), pp. 401-407, Tip. Enciclopédia Portuguesa.
- Corrêa, A. A. M. (1919). *Raça e Nacionalidade*. Renascença Portuguesa.
- Correia, D. T. (Coord.) (2019). *As raízes do sintoma e da perturbação mental*. Lidel – Edições Técnicas, Lda.
- Correia, J. S. (1920). O Doutor Adolfo Coelho – Pedagogo. *Lusa*, janeiro-março, Ano III, N.ºs 53-54-55, 105-131.
- Correia, L. G., & Boavida, J. M. (2006). *Fotobiografia de Ernesto Roma*. Associação Protectora dos Diabéticos de Portugal.
- Crespo, J. G. A. (1930). *Aspecto sanitário da emigração no Minho*. Coimbra Editora, Lda.
- Crespo, J. G. A. (1934). *Assistência Médica Municipal* [Tese apresentada ao III Congresso dos Funcionários Administrativos de Portugal. Setúbal, julho-agosto de 1933]. Tip. Gutenberg.
- Crespo, J. G. A. (1945). *A Higiene na Escola Primária* (2.^a ed.). A Bolsa do Livro.
- Cruz, C. (1912, fevereiro). *Bases para a organização de um código deontológico* [Comunicação oral] I Congresso Nacional de Deontologia Médica e Interesses Profissionais, Porto, Tipografia Mendonça.
- Cunha, A. (1920). *Infelizmente louca!: Resposta documentada ao livro «Doida Não!»* (2.^a ed. Corrigida e aumentada). Tipografia da Empresa Diário de Notícias.
- Curado, M. (2004). Ciborgues Humanos. In A. Dinis & J. M. CURADO (org.) – *Consciência e Cognição*, pp. 171-242. Faculdade de Filosofia.
- Curado, M. (2007a). *Luz Misteriosa: a consciência no mundo físico*. Quasi Edições.
- Curado, M. (2007b). O ataque aos tribunais pelos psiquiatras portugueses de oitocentos. *Diacrítica, Filosofia e Cultura*, n.º 21/2, 103-115.

- Curado, M. (2007c). O problema da consciência em Bombarda. In A. L. Pereira & J. R. Pita (coord.). *Miguel Bombarda (1851-1910) e singularidades de uma época*, pp. 105-115. Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Darwin, C. (1913 [1859]). *A origem das espécies*. Lello & Irmão – Editores.
- Darwin, C. (1874 [1871]). *La descendance de l'homme et la sélection sexuelle*. Librairie C. Reinwald Schleicher Frères.
- De l'Estoile, B. (2003). *Le goût des autres. De l'exposition coloniale aux arts premiers*. Flammarion.
- Delumeau, J. (1989) *O Medo no Ocidente: 1300-1800: Uma cidade sitiada*. Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Dickson-Carr, D. (2015). *Spoofing the Modern: Satire in the Harlem Renaissance*. University of South Carolina Press.
- Diwan, P. (2007). *Raça Pura: uma história da eugenia no Brasil e no mundo*. Editora Contexto.
- Dide, A. (s/d). *La Fin des Religions*. Ernest Flammarion, Éditeur.
- Durkheim, E. (2024 [1893]). *De La Division du Travail Social*. PUF.
- Elias, N. (1990 [1939]). *O Processo Civilizacional* (2 vols.). Difel.
- Feio, M. (s/d). “*Doida não!*” *Antes vítima: as causas do adultério e a psicologia de uma paixão*. Livraria Nacional e Estrangeira de Eduardo Tavares Martins.
- Fernandes, B. (1998). *Antropociências da psiquiatria e da saúde mental: (I) O homem perturbado*. Fundação Calouste Gulbenkian.
- Fernandes, B. (1940a). *Hereditariedade e profilaxia eugénica das doenças mentais*. Vol. 1. Imprensa Portuguesa.
- Fernandes, B. (1940b). *Possibilidades eugénicas nas psicopatias*. [Separata de «A Medicina Contemporânea», n.º 31 e 32 de 4 a 11 de agosto de 1940] Centro Tipográfico Colonial.
- Fernandes, B. (1938). *O problema da eugénica*. [Separata de «A Medicina Contemporânea», n.º 19, 21, 22 e 23 – maio e junho de 1938]. Centro Tipográfico Colonial.

- Ferreira, J. R. (1995). *Civilização Clássica I: Grécia*. Universidade Aberta.
- Fonseca, P. R. G. (2008). Os alvares da eugenia e as suas repercussões em Portugal. *Biblos*. Vol. VI, 487-522.
- Fontes, V. (1976). Palavras Prévias. In Roma, E. Dissertação do Curso Médico. Faculdade de Medicina de Lisboa
- Foucault, M. (1994 [1976]). *História da Sexualidade - I: A Vontade de Saber*. Relógio D'Água.
- Foucault, M. (2010 [1978-1979]). *Nascimento da Biopolítica*. Edições 70.
- Fraga, G. (1997). Darwinismo. In R. Cabral, *Logos: Enciclopédia Luso-Brasileira de Filosofia*. Vol. 1, col. 1278-1282, Verbo.
- Friedlander, H. (1995). The Origins of Nazy Genocide: From Euthanasia to the Final Solution. University of North Caroline Press.
- Furtado, A. (1882). Embryologia. *O Positivismo: Revista de Philosophia*, Vol. 4.º, 121-163.
- Galton, F. (1914 [1869]). *Hereditary Genius: An Inquiry into it's Laws and Consequences*. MacMillan & Co., Limited.
- Garcia, M. A. (2011). A Loucura Sadia de Maria Adelaide Coelho da Cunha. *Medicina na Beira Interior da Pré-História ao Século XXI: Cadernos de Cultura*, N.º XXV, novembro, 94-101.
- Garnel, M. R. L. (2008) O Caso Rosa Calmon (1900-1901): género, discurso médico e opinião pública. *Falar de Mulheres: história e historiografia*, pp. 71-86, Livros Horizonte.
- Garnel, M. R. L. (2007). *Vítimas e violências na Lisboa da I República*. Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Gautier, J. (s/d) *A fecundação artificial e o seu emprego contra a esterilidade da mulher* (4.ª ed.). Livraria Popular de Francisco Franco.
- Gonçalves, J. C. (1914). *A Moral Social* [Tese apresentada no Congresso Maç.^a Nacional, Porto, maio de 1914]. Tipografia Bayard.
- Godfrey-Smith, P. (2017). *Outras Mentres: o polvo, o mar e a origem profunda da consciência*. Temas e Debates / Círculo de Leitores.

Hereditariedade e Degenerescência nos finais do séc. XIX e meados do XX em Portugal. Racismo e Direitos Humanos.

Goffman, E. (1988 [1963]). *Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Zahar.

Gonzaga, M. (2009). *Maria Adelaide Coelho da Cunha: Doida Não e Não!*. Círculo de Leitores.

Gould, S. J. (2004 [1981]). *A Falsa Medida do Homem*. Círculo de Leitores.

Gros, F. (1990). *A Civilização do Gene*. Terramar.

Habermas, J. (2003). *The Future of Human Nature*. Polity Press.

Haeckel, E. (1903). *Histoire de la création des êtres organisés d'après les lois naturelles: conférences scientifiques sur la doctrine de l'évolution en général* (3.^a ed.). Librairie C. Reinwald Schleicher Frères.

Haeckel, E. (1911). *Historia da criação dos seres organizados segundo as leis naturais*. Livraria Chardron, de Lello & Irmão.

Hiernaux, J. (1988 [1980]). *A diversidade biológica humana*. Fundação Calouste Gulbenkian.

Jorge, R. (s/d [S.l. : s.n., D.L. 1968]). *Camilo Castelo Branco: Recordações e impressões-Camilo e António Aires*. Editorial Minerva.

Kuin, S. (1997). Eugenia: O Fantasma da Raça Perfeita. *Expresso* de 6 de setembro de 1997, 48-51.

Leal, J. (2005a). *Etnografias Portuguesas (1870–1970): Cultura Popular e Identidade Nacional*. Dom Quixote.

Leal, J. (2005b). *Antropologia em Portugal: Mestres, Percursos, Transições*. Livros Horizonte.

Leitão, J. (1925). *Genio da desgraça*. Ottosgrafica.

Lemos, M. (1920). *Camilo e os médicos*. Companhia Portuguesa Editora.

Lepeltier, T. (2009 [2007]). *A heresia de Darwin: o eterno retorno do criacionismo*. Texto Editores.

Lessa, A. (1933). *Exortações eugénicas: notas para um programa de política genética*. Imprensa Moderna.

- Lessa, A. (1938). Fialho de Almeida, ou a campanha eugénica dum prosador. *A Medicina Contemporanea*, N.º 33, de 14 de agosto de 1938. Centro Tipográfico Colonial.
- Lessa, A. (1947). *Fialho de Almeida: ensaio sobre alguns problemas da saúde e do amor no meio português*. Livraria Luso-Espanhola.
- Lessa, A., Ruffié, J. (1957). *Estudos, ensaios e documentos: Seroantropologia de Cabo Verde, mesa redonda sobre o homem cabo-verdiano*. Ministério do Ultramar / Junta de Investigação do Ultramar.
- Lévi-Strauss, C. (2019 [1952]). *Raça e História* (13ª ed.). Editorial Presença.
- Lifton, R. J. (1986). *The Nazi Doctors: Medical Killing and the Psychology Of Genocide*. Basic Books.
- Lopes, G. E. (2016). Um Ministério entre a Instrução Pública e a Educação Nacional: Eusébio Tamagnini e o saneamento político-ideológico contra docentes e funcionários da UC (1934-1936). *Revista Portuguesa de História*, Tomo XLVII, 443-460.
- Macedo, F. F. (1899). *Degeneração e degenerados na sociedade*. Typographia do Commercio.
- Maciel, C. (1982). Apontamentos sobre o lendário no Vale do Neiva. *Vale do Neiva: Subsídios Monográficos*, pp. 27-28, Ed. Autores.
- Maciel, C. (1982). O brinquinho do Céu. *Vale do Neiva: Subsídios Monográficos*, pp. 41-44. Ed. Autores.
- Matos, A. (2012). *Ciência, Política e Império: A Antropologia Colonial Portuguesa (1890–1950)*. FCG / ICS.
- Matos, J. (1907). *Os Alienados nos Tribunais*. Vol. III. Livraria Classica Editora – A. M. Teixeira & C.ta.
- Matos, J. (1878-1879a). A Caridade e o Pauperismo. *O Positivismo: Revista de Philosophia*. Vol. 1.º, 350-357.
- Matos, J. (1878-1879b). Conservation, Révolution et Positivisme. *O Positivismo: Revista de Philosophia*, Vol. 1.º, 393-401.
- Matos, J. (1878-1879c). Ensaio sobre a evolução em Biologia. *O Positivismo: Revista de Philosophia*. Vol. 1.º, 94-101; 208-212; 291-294.

- Matos, J. (1879-1880). Estudos de Psychologia Morbida: causas sociaes da loucura. *O Positivismo: Revista de Philosophia*, Vol. 2.º, 305-310; 430-436.
- Matos, J. (1882). Methodos: Metaphica e Positivismo – Hypotheses – Inducção e Dedução. *O Positivismo: Revista de Philosophia*. Vol. 4.º, 229-243; 295-307; 350-359.
- Matos, J. (1898). *A Paranoia: ensaio pathogenico sobre os delirios systematisados*. Tavares Cardoso & Irmão.
- Matos, J. (1900). *A questão Calmon: reflexões sobre um caso médico-legal*. Livraria Moreira.
- Matos, J. (1878-1879d). A religião do futuro. *O Positivismo: Revista de Philosophia*, Vol. 1.º, 64-73.
- Matos, P. F. de. (2006). *Os portugueses e a raça: Antropologia e colonialismo (1890–1940)*. ICS – Imprensa de Ciências Sociais.
- Matos, P. F. (2012 [2006]). *As Côres do Império: Representações Raciais no Império Colonial Português*. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- Matos, P. F. (2020). Modos de Fazer da «Antropologia Colonial»: a Missão Científica de Mendes Correia à Guiné Portuguesa (1945-1946). In V. O. Jorge & P. F. Matos (Cord.). *Modos de Fazer/Ways of Making*, pp. 167-180, CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória.
- Mendes, A. H. [Alheme] (1939). *A mulher: o eugenismo*. Tip. Voz de Lamego.
- Mendes, V. (1911) *A morte de Cândido dos Reis*. [Tese Inaugural]. CERNADAS & C.^a – Livraria Editora.
- Mercier, D. (1986 [1984]). *Le concept d'évolution en anthropologie*. L'Harmattan.
- Mercier, P. (1986 [1984]). *História da Antropologia*. Editorial Teorema, Lda.
- Metzl, J. (2020 [2019]) *Manipular Darwin: como a engenharia genética está a transformar o futuro da humanidade*. Desassossego (Saída de Emergência).
- Milliez, J. (2001 [1999]). *A eutanásia do feto: medicina ou eugenismo?* Ambar.
- Minayo, M. C. S. (2006). *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. Hucitec.

- Missa, J.-N., Hottois, G. (2003). *Nova enciclopédia da bioética*. Instituto Piaget.
- Moniz, E. (1925). A Necrofilia de Camilo Castelo Branco. In *Memoriam de Camillo*, pp. 45-61, Casa Ventura Abrantes.
- Moniz, E. (1901-1902). *A vida sexual: I Physiologia; II Pathologia / Antonio Caetano d' Abreu Freire Egas-Moniz* (2 vol.). França Amado [Dissertação inaugural para o Acto de Conclusões Magnas na Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra].
- Moniz, E. (1922). *A vida sexual: fisiologia e patologia* (5.^a edição). Casa Ventura Abrantes.
- Moreira, J. R. (1914). *D. Pedro I «O Crú»: Esboço de estudo nosographico* [Dissertação Inaugural]. Typ. do Annuario Commercial.
- Morujão, A. F. (1999). HAECKEL (Ernst Heinrich), *Logos: Enciclopédia Luso-Brasileira de Filosofia*, Vol. 2, col. 989-991, Verbo.
- Nöel, É. (1981). *O Darwinismo Hoje*. Publicações Dom Quixote.
- Nogueira, J. F. H. (1993 [1856]). *O Município no século XIX* (1.^a ed. facs.). Ulmeiro.
- Norton, L. (1964). *Doze Cartas Inéditas de Camilo Castelo Branco*. Portugália Editora.
- Nussbaum, M. (2006). *Frontiers of Justice: Disability, Nationality, Species Membership*. Harvard University Press.
- Osório, P. (1905a). *Camillo Castello Branco e o Snr. Dr. Bombarda*. Typ. da Empreza Litteraria e Typographica.
- Osório, P. (1905b). *Camillo Castello Branco: Esboço de Crítica*. Livraria Moderna—Editora.
- Osório, P. (1920 [1908]). *Camilo, a sua vida, o seu génio, a sua obra* (2.^a ed.). Companhia Portuguesa Editora.
- Paul-Boncour, G. (1912). *Anthropologie anatomique: crâne, face, tête sur le vivant*. O. Doin et fils.
- Pereira, A. L. (2001). *Darwin em Portugal (1865-1914)*. Almedina.
- Pereira, A. L. (1999). Eugenia em Portugal?. *Revista de História das Ideias*, Vol. 20, 531-600.

- Pereira, J. M. M. (2007). A evolução das ideias psiquiátricas em Miguel Bombarda. In A. L. Pereira & J. R. Pita (coord.). *Miguel Bombarda (1851-1910) e singularidades de uma época*, pp. 69-76, Imprensa da Universidade de Coimbra,
- Pereira, J. M. M. (2015). *A Psiquiatria em Portugal: Protagonistas e história conceptual (1884-1924)*. [Tese de doutoramento em Altos Estudos em História, Ramo Época Contemporânea, Universidade de Coimbra – CEIS20]
(<https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/29514/1/A%20Psiquiatria%20em%20Portugal.pdf>, 2018).
- Pereira, M. E. C. (2008). Morel e a questão da degenerescência. *Rev. Latinoam. Psicopat. Fund.*, 11(3), 490-496.
- Pichot, A. (1997). *O eugenismo: genetistas apanhados pela filantropia*. Instituto Piaget.
- Pichot, A. (2002). *A Sociedade Pura: de Darwin a Hitler*. Instituto Piaget.
- Pimentel, I. F. (1999). A assistência social e familiar do Estado Novo nos anos 30 e 40. *Análise Social*, vol. XXXIV (151-152), (2.º-3.º), 477-508.
- Pinker, S. (2002). *The Blank Slate: the Modern Denial of Human Nature*. Penguin.
- Pina, L. (s/d). *Estatuta, côr dos olhos e dos cabelos nos Transmontanos*. Asociación Española para el Progreso de las Ciencias.
- Pina, L. (1931-32). *Le développement de la tête chez portugais en rapport avec la taille et l'âge*. Les Éditions de la Librairie Union.
- Pina, L. (1932a). *Médicos e Cirurgiões: a Demanda do Grau*. Tipografia Minerva.
- Pina, L. (1932b). *O índice cefálico da população do Pôrto*. Imprensa Portuguesa.
- Pina, L. (1932c). *Contribuição para a Antropologia dos Povos Bracarenses*. Tip. Minerva.
- Pina, L. (s/d). *O índice cefálico nos Beirões*. Asociación Española para el Progreso de las Ciencias.
- Pius XI (1930). *Casti Connubii*. Encyclical Letter on Christian Marriage. Vatican City.
- Porto, J. (1941). *Eugenismo e Hereditariedade*. [Sep. de “Semanas Sociais Portuguesas”], Tipografia União Gráfica.
- Prichard, J. C. (1843). *Histoire Naturelle de l'Homme*. Chez J.-B. Baillière.

Proctor, R. (1988). *Racial Hygiene: Medicine under the Nazis*. Harvard University Press.

Quintais, L. (2008). Torrente de loucos: a linguagem da degeneração na psiquiatria portuguesa da transição do século XIX. *História, Ciência, Saúde – Manguinhos*, 15(2), 353-369.

Reis, A. M. (2002/03). O Dr. Cândido Cruz: Médico em Ponte de Lima e autor do primeiro Código de Deontologia Médica. *Estudos Regionais. CER*, n.º 23/24, 295-302.

Revez, R. (2005). Camilo Castelo Branco: Romântico Integral – Profissional de Letras. *Revista História*, Ano XXVI (III Série), n.º 75, 20-25.

Rios, E., & Afonso, E. (2009). *Viana do Castelo: 75 décadas de história, 75 figuras notáveis*. Câmara Municipal de Viana do Castelo.

Roma, E. G. (1976 [1913]). *Dissertação Final do Curso Médico (1913)*. Faculdade de Medicina de Lisboa.

Roma, E. G. (1933 [1925]). *Tratamento do coma diabético*. Associação Protectora dos Diabéticos Pobres [Lição realizada no Hospital Escolar da Faculdade de Medicina de Lisboa, no primeiro centenário da Régia Escola de Cirurgia de Lisboa, em 12 de dezembro de 1925].

Romero, S. (1901). *O Brasil Social e Político*. 2.ª ed. H. Garnier.

Romero, S. (1943). *História da Literatura Brasileira*. 7.ª ed. Livraria José Olympio Editora.

Santos, N. B. (2018). *Os primeiros cinquenta anos da psiquiatria portuguesa (1835-1885): uma viagem à luz da estatística*. Lidel.

Sardinha, A. (1925). O génio de Camilo. In *Memoriam de Camillo*, pp. 633-688, Casa Ventura Abrantes.

Savulescu, J. (2001). Procreative beneficence: Why we should selecte the Best Children. *Bioethics*, 15(5-6), 413-426.

Schuyler, G. S. (2021 [1931]). *Black No More*. Penguin Classics Science Fiction.

Sertório, E. (2001). *Livro negro do racismo em Portugal*. Edições Dinossauro.

Shorter, E. (2001). *Uma História da Psiquiatria: da Era do Manicómio à Idade do Prozac*. Climepsi Editores.

- Silva, P. P. (2014). Ernesto Galeão Roma (1887-1978): discípulo de Miguel Bombarda e Júlio de Matos apresentou, em 1913, uma dissertação final do curso médico. Através de um estudo da microcefalia em quatro pacientes. In, Ana Leonor Pereira & João Rui Pita (Eds.). *IV Jornadas Internacionais de História da Psiquiatria e Saúde Mental* (Atas). CEIS20 – Grupo de História e Sociologia da Ciência e da Tecnologia – GHSCCT/SHIS, pp. 135-142.
- Silva, P. P. (2015). António Alfredo Simões Viana (1922): da Medicina Tropical a um olhar psiquiátrico sob a criança no século XX. In, Ana Leonor Pereira & João Rui Pita (Eds.). *V Jornadas Internacionais de História da Psiquiatria e Saúde Mental* (Atas). CEIS20 – Grupo de História e Sociologia da Ciência e da Tecnologia – GHSCCT/SHIS, pp. 57-63.
- Silva, P. P. (2016). Camilo Castelo Branco (1825-1890). Entre o génio-nevropata e a loucura de seu filho Jorge. In, Ana Leonor Pereira & João Rui Pita (Eds.). *VI Jornadas Internacionais de História da Psiquiatria e Saúde Mental* (Atas). CEIS20 – Grupo de História e Sociologia da Ciência e da Tecnologia – GHSCCT/SHIS, pp. 59-65.
- Silva, P. P. (2017). O Génio de Camilo Castelo Branco (1825-1890) e a sua atribulada relação com os médicos do seu tempo. In, Ana Leonor Pereira & João Rui Pita (Eds.). *VII Jornadas Internacionais de História Interdisciplinar da Loucura, Psiquiatria e Saúde Mental* (Atas). Sociedade de História Interdisciplinar da Saúde – SHIS / Grupo de História e Sociologia da Ciência e da Tecnologia do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX – CEIS20, Universidade de Coimbra, pp. 43-52.
- Silva, P. P. (2018). A Arte e os limites da Loucura em Maria Gomes Pereira (1882-1950). In, Ana Leonor Pereira & João Rui Pita (Eds.). *VIII Jornadas Internacionais de História Interdisciplinar da Loucura, Psiquiatria e Saúde Mental* (Atas). Sociedade de História Interdisciplinar da Saúde – SHIS / Grupo de História e Sociologia da Ciência e da Tecnologia do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX – CEIS20, Universidade de Coimbra, pp. 79-85.
- Spencer, H. (1871 [1862]). *Les Premiers Principes*. Libraire Germer Baillière.
- Tamagnini, E. (1936). A Pigmentação dos Portugueses. *Contribuições para o Estudo da Antropologia Portuguesa*. Vol. I, Fasc. 3.º, 127-198.

- Tamagnini, E. (1934a). *Os problemas da mestiçagem* [Conferência proferida na Sessão plenária do I Congresso Nacional de Antropologia Colonial. Extracto das Actas do Congresso]. Edições da 1.^a Exposição Colonial Portuguesa.
- Tamagnini, E. (1934b). Sociedade Portuguesa de Estudos Eugénicos. *Arquivo de Anatomia e Antropologia*. Vol. XVI, 111-134.
- Vacher de Lapouge, G. (1896). *Les Sélections sociales (cours libre de science politique professé a l'université de Montpellier, 1888-1889)*. Fontemoing.
- Vala, J. (2021). *Racismo, hoje: Portugal em Contexto Europeu*. Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Vale, A. A. (1936). *A robustez da criança rural em idade escolar*. Coimbra Editora, Lda.
- Valença, E. (1925). *A Fronte nos Portugueses (Estudo Craniométrico)*. Imprensa Teatral-Sportiva, Lda. [Tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Medicina do Porto, em janeiro de 1925].
- Vallejo-Nágera, A. (1937). *Eugenesia de la Hispanidad y regeneración de la raza*. Editorial Española, S.A.
- Vargas, J. H. C. (2005). Apartheid brasileiro: raça e segregação residencial no Rio de Janeiro. *Revista de Antropologia*, 48(1): pp. 75-131.
- Vasconcelos, J. L. (1928). O Povo Português. *PORTUGALE: Revista ilustrada de cultura literária, científica, e artística*. Vol. I(1), 3-6.
- Vasconcelos, T. (2009). *Almerindo Lessa: aspectos da sua vida e obra*. Edições Caixotim.
- Vaz, M. J. (1998). *Crime e Sociedade: Portugal na segunda metade do século XIX*. Celta Editora.
- Vásquez, J. M. (1987). Eugenia (Eugenesia). In B. Silva (coord.). *Dicionário de Ciências Sociais* (2.^a ed.), p. 440, Editora da Fundação Getúlio Vargas.
- Veloso, A. J. B. (coord.), Mora, L. D. & Leitão, H. (ed.) (2017). *Médicos e Sociedade: para uma História da Medicina em Portugal no século XX*. BY THE BOOK.
- Viana, A. S. (1963). *Contribuição para o estudo das Boubas em Timor (Aspecto da Endemia em Lospalos, «Semana Médica», Dir. Almerindo Lessa, Ano V, N.º 241, 6 de dezembro de 1963, 12.*

- Viana, A. S. (1979a). No Ano Internacional da Criança: A responsabilidade dos pais. *Notícias de Viana*, Ano XXI, N.º 1556, 10 de maio de 1979, 1 e 4.
- Viana, A. S. (1979b). No Ano Internacional da Criança: Dificuldades escolares em crianças de inteligência normal. *Notícias de Viana*, Ano XXI, N.º 1558, 24 de maio de 1979, 1 e 4.
- Viana, A. S. (1979c). Ano Internacional da Criança: Alcoolismo Infantil. *Notícias de Viana*, Ano XXI, N.º 1560, 7 de junho de 1979, 1.
- Viana, A. S. (1979d) No Ano Internacional da Criança: A Criança Mongolóide. *Notícias de Viana*, Ano XXI, N.º 1562, 21 de junho de 1979, 1 e 4.
- Viana, A. S. (1980). Deficiência mental é problema grave no distrito. *A Aurora do Lima*, Ano 125, Número 63, 3 de outubro de 1980, 1.
- Viana, A. S. (1981). Alguns aspectos da Saúde em Viana do Castelo. *A Aurora do Lima*, Ano 126, N.º 55, 22 de julho de 1981, 1.
- Viana, A. S. (1983a). Simulação e dissimulação de transtornos mentais. *Jornal Policlínico*, Nova Série, Ano II(60), 13-15.
- Viana, A. S. (1983b). Psicopatologia, delinquência e Criminalidade. *Jornal da Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa*, Tomo CXLVII, 219-226.
- Viana, A. S. (1983c). Reflexões sobre o «delirium tremens». *Jornal da Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa*, Tomo CXLVII (6), 321-323.
- Viana, A. S. (1985). A confusão mental e o seu tratamento. *Jornal Policlínico*, Nova Série, Ano IV (151), 6-7 e 11.
- Viana, A. S. (1986). A Criança epiléptica. *Notícias Médicas*, (Suplemento), Ano XV(1520), 5-7.
- Vilhena, J. (1873). *As raças históricas da Península Ibérica e a sua influencia no direito portuguez*. Imprensa da Universidade.
- Weiss, S. F. (2010). *The Nazi Symbiosis: Human Genetics and Politics in the Third Reich*. University of Chicago Press.
- Wilson, E. O. (1975). *Sociobiology: the New Synthesis*. Harvard University Press.

OUTRAS FONTES:

ARQUIVO CLÍNICO do Centro Hospitalar Conde de Ferreira – SCMP.

ARQUIVO E MEMÓRIA DO MUNICÍPIO DE VIANA DO CASTELO – *Fundo Histórico*.

BIBLIOTECA MUNICIPAL DE VIANA DO CASTELO – *Fundo de Reservados*.

BIBLIOTECA PÚBLICA DE BRAGA – *Fundo de publicações e periódicos*.

CATÁLOGO – *Um Trabalhador Apaixonado pelo Saber: Barahona Fernandes* – Exposição Ícono-Bibliográfica Comemorativa do seu Centenário. Lisboa: Universidade de Lisboa, Abertura do Ano Académico, 2007/2008.

MUSEU DE HISTÓRIA DA MEDICINA MAXIMIANO LEMOS – FMUP

“A Expulsão dos Jesuítas”. In, *Ilustração Portuguesa* – edição semanal do jornal o Século, dir. Carlos Malheiro Dias, n.º 247, Lisboa, 14 de novembro de 1910, pp. 614-617.

“Os Jesuítas em Portugal”. In, *Ilustração Portuguesa* – edição semanal do jornal o Século, dir. Carlos Malheiro Dias, n.º 246, Lisboa, 7 de novembro de 1910, pp. 582-588.

ANEXOS

[ANEXO I]

(a fl. 134 e seguintes da acção d'interdição e a fl. 72 e seguintes da de divorcio)

Nós abaixo assinados, professores das cadeiras de Clinica Psychiatrica, Psychiatria Forense e Neurologia da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa, tendo examinado em 5 e 6 do corrente, a Exma. Sra. D. Maria Adelaide Coelho da Cunha no Manicómio do Conde de Ferreira, onde se encontra em tratamento, motivaremos e desenvolveremos neste documento o ATTESTADO que no último daqueles dias redigimos sobre o seu estado mental.

D. Maria Adelaide da Cunha casada com o Dr. Alfredo Carneiro da Cunha, natural de Lisboa, é uma senhora que se abeira dos 50 anos e em cuja família abundam os casos de neuro e psicopatias.

Na linha paterna descobre-se o seguinte: a bisavó num acesso de loucura abandonou a casa conjugal; o pai (...) cardiopata e diabético, morreu hemiplégico; um tio, (...), eminente professor, gravemente neurasténico nos anos de 1886 e 1887, em que o primeiro dos signatários o viu, foi diabético, perdeu lentamente a vista por motivo desta doença, foi atormentado a maior parte da sua vida por um tic palpebral, teve um filho suicida e morreu duma hemorragia cerebral, consecutiva a repetidos ictos, que nos últimos anos lhe tornaram a marcha muito penosa; uma tia de nome (...), dotada de prodigiosa memória, foi hipocondríaca, apresentou o sintoma de verbigeração impulsiva e depois dos 70 anos começou a sofrer ataques epileptiformes de frequência progressiva; uma tia, de nome (...), sofreu até aos 40 anos de crises nervosas, provavelmente histéricas, que cessaram depois dessa idade; uma outra tia, de nome (...), sofreu de melancolia periódica, tendo tido três acessos caracterizados por tristeza profunda, insónia, sitofobia, abandono de cuidados domésticos, aversão a pessoas de família e desejos de morte, chegando no último a fazer uma grave tentativa de suicídio pelo rompimento de uma veia do antebraço;

um tio, de nome (...) fez aos 33 anos um desfalque numa casa comercial de que era gerente, fugindo para o estrangeiro, donde não enviava notícias á família, e vindo a morrer aos 54 anos de uma doença do coração; um irmão, de nome (...), faleceu aos 54 ou 55 anos de idade, apresentando nos últimos tempos da sua existência um estado vertiginoso e preocupações hipocondríacas; um primo, filho de seu tio (...) e de quem o terceiro dos signatários foi assistente, esteve alienado no Manicómio do Telhal até quase á sua morte; um segundo primo é epilético, e esteve internado em Rilhafoles.

Da linha materna são menos numerosos os informes que conseguimos colher de fonte segura; a mãe foi diabética e sofreu de angina de peito.

Como se vê, incide sobre a Sra. D. Maria Adelaide uma pesada herança convergente em que figuram casos de cardiopatias, de diáteses, de nevroses, de loucura e de suicídio.

Estabelecidos estes dados hereditários, escrupulosamente colhidos, vejamos o que resulta da história pregressa, do interrogatório e da inspeção da doente.

Pelo que respeita a esta ultima parte do exame, notaremos que D. Maria Adelaide oferece um ligeiro grau de anemia, facilmente explicável pelas fortes contrariedades e emoções dos últimos anos da sua vida, e, nas orelhas, como estigmas somáticos degenerativos, aderência dos lóbulos e um esboço do tubérculo de Darwin.

Na sua história pregressa figuram, do lado somático, uma febre tifoide há infância, graves e múltiplos ataques de eclampsia durante e depois de um parto, e, nos últimos anos, pelviperitonite, ovarite e crises enterocolicas, com oligúria, despertadas ou agravadas por emoções. Do lado psíquico são factos a notar: a sua extraordinária memória, semelhante á de sua tia (...); o seu amor pela recitação de versos e pelas representações teatrais a que se entregava desde a adolescência na casa paterna; a sua volubilidade de humor e de inclinações afetivas, ligando-se entusiasticamente a pessoas por quem pouco depois não tinha senão indiferença ou mesmo aborrecimento; dedicação extrema por membros da família e nomeadamente pelo seu único filho, que hoje lhe não merece senão uma mal disfarçada repulsa; múltiplas e fortes emoções determinadas pela enfermagem de pessoas queridas; severidade extrema de costumes, levando-a a evitar o convívio mesmo superficial com senhoras de porte duvidoso e a quebrar relações com um irmão de conduta sexual menos disciplinada; a fobia do mar (talassofobia) após o naufrágio do *Titanic*, a das doenças (nosofobia) depois da enfermagem de uma afilhada portadora de febre tifoide

e, em seguida ao falecimento de um irmão, a da morte súbita (tanatofobia) e do isolamento.

Antes de arquivarmos os resultados do nosso interrogatório, importa fazer um breve relato dos factos que conduziram D. Maria Adelaide ao Manicómio do Conde de Ferreira e dos que lhes sucederam até ao momento da nossa intervenção oficiosa.

A partir de 1915 uma série de traumatismos morais incide sobre D. Maria Adelaide: falecimento de um irmão; receio da chamada do filho ao serviço militar por motivo da guerra; impossibilidade de fazer o seu tratamento habitual em Châtel-Guyon. Depois entra num estado depressivo, estreita progressivamente as suas relações sociais, evitando o encontro na rua com pessoas conhecidas, deixa de fazer e receber visitas, veste-se modestamente, tem crises frequentes de irritabilidade, sobretudo com o filho, e nega-se às relações conjugais.

Esta situação preocupa a família que a considera apenas um exagerado efeito das emoções deprimentes a que aludimos, e que a doente, como logo veremos, tenta agora explicar por um outro modo. Como quer que seja, a doente abandona a casa conjugal, como fizera sua bisavó, deixando um escrito em que a ideia do suicídio transparece. Alarmada, a família procura por meio de anúncios descobrir o rasto da doente, mas recebe uma carta em que ela afirma a inutilidade de todos os esforços feitos e a fazer no sentido de a encontrar. Não sucedeu assim; a doente foi descoberta num casebre rústico de Santa Comba, pobremente vestida, entregando-se ela própria aos mais rudes serviços domésticos. Averiguado este estranho caso, veio a saber-se que D. Maria Adelaide fugira de Lisboa com um rapazola de 26 anos, que servira a sua casa como *chauffeur*. Conduzida de Santa Comba ao Porto, como não houvesse lugar na casa de saúde desta cidade, e se recusasse a regressar a Lisboa, foi internada, com processo legal, no Manicómio do Conde de Ferreira. Aí o seu médico assistente preveniu-a de que devia evitar quanto possível a convivência com duas doentes amorais que habitavam quartos na mesma repartição; mas D. Maria Adelaide fez precisamente o contrário, estreitando relações com elas e servindo-se da influência de uma, bem conhecida do primeiro dos signatários, para estabelecer comunicação com o exterior. Graças ao suborno de uma parte do pessoal inferior da enfermaria e da cerca do Manicómio, foi preparada e levada a efeito, com escalamento dos muros, a fuga das duas amigas em automóvel e na companhia do aludido *chauffeur*. Em caminho as duas doentes separaram-se, seguindo D. Maria Adelaide para uma aldeia do concelho de Castro Daire, donde foi reconduzida ao Manicómio.

Abalou-a nos seus sentimentos ou fê-la mudar a sua conduta anormal este segundo internato? De modo nenhum. Iludindo a vigilância em torno dela ordenada pela direção do hospital, D. Maria Adelaide continuou por intermédio de bilhetes as suas relações clandestinas com a outra companheira amoral que ficara no manicómio.

Alguns desses bilhetes, que vamos transcrever, lançam a maior luz sobre a situação mental da doente. Um deles, datado de 20 de abril deste ano, diz o seguinte:

«Querida A... Desejo que estejas melhorzinha. Eu ainda vivo infelizmente. Do meu Manuel sei que desgraçadamente continua preso, mas isso já eu calculava. Não largam a presa não. Hão de lhe fazer pagar bem caro os meus beijos, mas tremenda surpresa os espera! Deixa-me sahir daqui e poder falar ou escrever ao meu mando que – sei que me liquidado prontamente – as coisas mudam de feição. Talvez que ainda volte para aqui, mas então será para nunca mais de cá sahir, mas paciência. Quem semeia ventos colhe tempestades. Assim o querem assim o hão de ter. Nada posso fazer em favor do meu infeliz Manuel, mas ao menos hei-de vingar-me. A vingança diz que costuma recair sobre quem a exerce e desta vez assim será. Hei-de fazer-lhes todo o mal que possa nem que me custe a vida. Sem o meu M.... para nada a quero portanto é-me indiferente o fim. Ficam com o dinheiro, mas com pouco gosto para o gozar. Não falas-te á (...)? Um beijo saudoso. Adelaide»

Vivamente se denunciavam neste bilhete a paixão pelo *chauffeur* e os sentimentos de aversão pela família ultrajada.

Em 25 do mesmo mês escrevia à mesma doente o seguinte:

«Querida A... Pedes-me um pensamento para o homem que amas e de quem me fazes o retrato. Por muito que eu te diga nunca direi o bastante para te satisfazer pois só do nosso ídolo só nós sabemos falar e só nós podemos fazer a apreciação devida. Se quiseres aplicar ao teu o que vou dizer do meu M..... muda-lhe o nome e terás o pensamento que desejas. Um modelo de perfeições morais e físicas, um anjo de bondade e de meiguice que Deus fez descer do Ceu à terra aonde eu vivia em trevas densas, para com a luz terna e doce do seu olhar me iluminar no fim da vida para que eu pudesse ver o caminho do

Céu, donde elle baixou. E essa luz suave como a do luar e ardente como a do sol, fez-me sonhar um sonho lindo que findou num horrível pesadelo, de que só acordarei na eternidade! Aqui tens o pensamento. Se te serve guarda-o na tua memória se te não serve esquece-o. Hontem disse-te adeus diante da J. para fazer uma experiência que deu resultado. Hoje já está trancada a janela do quarto das três camas! E é ordem do director, que nem cá está? Grandes filhas da P... desculpa. A J. é filha e é mãe, não achas? Hoje a Santa não sahiu. Pouca sorte! Muitos beijos da tua Adelaide»

Neste bilhete denunciavam-se não só a persistência da paixão pelo serviçal, mas o feitio romanesco da doente e a sua queda moral que abruptamente a faz transitar do lirismo sentimental a uma fraseologia abjecta que ninguém a suporia capaz de empregar.

Num terceiro bilhete de 30 do mesmo mês escreve:

«Querida A... Ninguém melhor do que eu compreende e avalia o teu estado moral e fisico, porque sou tua irmã na desgraça. No estado moral em que nos achamos e que dá pela sua intensidade uma grande perda de forças, o fisico não resiste, assim como se recente muitíssimo da atmosfera deprimente em que vive e da vida de animal irracional que aqui se é forçada a levar e que só pode ser salutar a inconscientes. Por isso te repito mais uma vez aqui cada hora que se passa equivale a um mez de vida que se perde. E uma agonia desesperadoramente lenta e que me faz admirar a tua santa resignação, embora mesmo só aparente, mas que significa uma tal força de vontade que mesmo ela te esgota. Respondendo às tuas perguntas de hontem direi, que daqui creio que sigo directamente para a estação do caminho de ferro e só pararemos em Hespanha (á cautela não vá eu fugir) e depois Paris. Vae comigo como guarda uma sobrinha, o filho e creio que o pai. Creio que me vão pôr numa casa de saude em França depois de consultar um medico em Paris. Tenho pena de não te falar para te expor o meu plano, o que por escrito não devo fazer pode o bilhete levar caminho. Aqui ha tudo a recear. Imagina que a E. me roubou de onde eu tinha um lapis, o que lhe serviu para depois intrigar a S. a Patifa. Mas nada se provou. Ainda é peor que a J. pois é difícil ser mais velhaca. Tu dizes que viver eu com meu filho! Apesar de mau antes me quero com o pai porque é menos mandrião do que o filho e por isso tem mais em que pensar do que em mim, e o filho promete-me tanta tutela

que com o feitio dele me faz vêr o futuro bem pouco tentador. Mas o que tiver de ser será e talvez que não seja assim. Só devo ir depois do dia 15. Muitos beijos da tua Adelaide»

A aversão ao filho, que amara idolatradamente, é bem evidenciada nas linhas deste bilhete em que a gramática é posta a tratos.

Em 2 de maio exprime-se assim:

«Querida A... O meu plano não pode aproveitar-te em nada, mas peço-te que me dês uma opinião. Meu filho tem-me sempre dito que o meu passado irrepreensível é que prova bem á evidencia que eu só por doença podia fazer o que fiz. Que se não fosse doença ele se não importaria comigo nem o pai. Ora eu lembrei-me do seguinte, se eu pudesse convence-los de que estão enganados e que eu tinha sido como muitas outras? Que te parece a ideia? Isto ou dá o divorcio ou dá a minha morte porque se ele nem mesmo assim quiser divorciar-se naturalmente põe-me por interdita e interna-me em qualquer parte e eu ponho fim á vida que sem o meu M... não quero para nada. Se ele quiser o divorcio talvez ainda possa ser feliz porque eu revolverei a terra para livrar o meu M... Diz-me francamente que tal achas o plano, sim? Queima já este bilhete. Muitos beijos da tua Adelaide. Isto só posso faze-lo depois de sahir daqui. E possível que ainda para cá volte.

Neste bilhete afirma-se a tortuosidade de espirito característica dos degenerados com *déficit* moral. Assim, para conseguir um almejado divórcio que lhe permita lançar-se nos braços do antigo criado, não duvida renegar em face do marido, do filho e da sociedade o seu passado de mulher honesta; toda a dificuldade está no *modus-faciendi* e para a resolver espera um conselho da companheira de *infortúnio*.

Em 5 de maio escreve o seguinte bilhete:

«Estimo que estejas melhorzinha. Eu cá vou indo a vêr se consigo um plano com probabilidades de exito. Vê se me dizes o que pensas a tal respeito. O difícil será apresentar provas se eles as exigem. Onde ir busca-las? Dar nomes é arriscado, em fim,

ajuda-me, sim? Muitos beijos. Quando responderes não ponhas muito por claro, pode a S. ler e isto é particularíssimo.»

Como se vê, o plano de queimar um passado puro na ara dos desejos e instintos sexuais, continua a preocupar a doente.

Não alongaremos as transcrições desta correspondência manicomial, felizmente intercetada.

E chegou o momento de arquivar os resultados do nosso interrogatório, que foi longo, pois se estendeu das 18 às 21 horas do dia 5 e das 13 às 15 do dia 6.

Impressionou-nos desde logo a falta de reação emotiva da doente em face das perguntas que lhe formulamos sobre o assumpto escabroso das suas relações com o *chauffeur*, da sua fuga de casa e do manicómio. Não nos impressionou menos o tom empático e teatral com que a doente se nos dirigiu.

Pousando de vítima, fez uma cerrada acusação contra o marido, «*que nunca encheu o vácuo do seu coração*» e um sublimado elogio do *chauffeur* que embora inculto, é, a seu ver, muito inteligente, muito terno e duma grande nobreza de sentimentos.

Explicou-nos que nas suas relações com o rapaz a iniciativa partira dela. Esquecendo que uma parte da sociedade de Lisboa conhecia a vida tranquila do seu lar e a colaboração dela com o marido nas festas artísticas dos seus salões, apresentou-nos o Dr. C (...) como pessoa com quem nunca vivera em boas relações e de quem nunca fora estimada.

Do filho fez-nos um retrato psicológico frio e desfavorável, esquecida também de que inumeráveis pessoas de Lisboa conhecem a reciproca ternura que sempre os uniu. E tudo que nos disse sobre os mais delicados temas da nossa conversa tinha a singular feição dum papel longamente estudado e aprendido de cor. Só uma vez a vimos estimulada quando um de nós estranhou que na idade da menopausa, ela se apaixonasse por um homem mais novo que seu filho, «*isso é uma maneira disfarçada de me chamar velha*», replicou ela àquele de nós que lhe fez a observação.

Perguntada sobre as causas que determinaram um tão forte e estranho sentimento por um homem sem cultura, sem educação e de ínfima escala social, respondeu-nos como se esperasse a interrogação; «*porque ele se parece muito com um namoro que tive em solteira.*»

Perguntada ainda sobre as alterações de sentimento e conduta que apresentara a partir de 1913 e que os seus interpretaram como uma fase depressiva de espirito exclusivamente causada por fortes e repetidas emoções, respondeu que só a paixão pelo amante explicava o seu novo modo de ser; não podia manifestar afecto que não sentia, nem aturar o Convívio de pessoas que se lhe tinham tornado indiferentes ou antipáticas, nem ainda cultivar uma sociedade que condenaria o seu amor se o conhecesse.

Às nossas injunções para que procurasse no isolamento duma Casa de saúde estrangeira, conforme o desejo dos seus, o esquecimento duma ruim paixão, opôs sempre a mais tenaz resistência. Não abandonaria o seu amante, a cuja vida ligara definitivamente a sua, nem tinha que importar-se com a família de quem não recebera senão agravos, os quais, seja dito de passagem, consistiam no seu internamento, e na prisão do criado.

Resumindo: o nosso interrogatório não fez senão confirmar dum modo eloquente os dados do exame indireto.

O que vem de ser dito motiva e explica o diagnóstico de degenerescência hereditária, com manifestações dominantes no campo da afetividade e do instinto. De facto, como revela esta longa observação, os domínios intelectuais foram relativamente poupados, por isso que não existe delírio nem sensível *deficit* de atenção, da memória, da percepção ou da associação das ideias, apenas afetada pelas obsessões descritas; mas os domínios da afetividade foram invadidos por um súbito processo de inversão que levou a doente a odiar os que estimava, e um extemporâneo recrudescimento sexual quebrou todas as forças inibitórias que a educação ética, a cultura e o meio social tinham criado na doente.

O equilíbrio instável, em que muitos degenerados conseguem manter-se, simulando a sanidade do espirito, rompe-se facilmente ao menor pretexto, porque eles não são, na frase justa dos psiquiatras franceses, senão perpétuos candidatos à loucura. Fadigas físicas, emoções, surmenage intelectual, muitas vezes mesmo as fases evolutivas e as funções normais da vida, as menstruações, a gravidez, os partos, o aleitamento e menopausa, bastam a lançados na alienação mental em qualquer das suas múltiplas formas.

Este é o caso de D. Maria Adelaide em que semelhantemente a outras, a extinção das funções genésicas implica um paradoxal exagero crítico da sensualidade e uma consequente perversão da cenestesia.

Hereditariedade e Degenerescência nos finais do séc. XIX e meados do XX em Portugal. Racismo e Direitos Humanos.

Trata-se, pois, dum dramático episódio de loucura lúcida que é o tormento das famílias e uma fonte viva de escandalosos pleitos judiciais.

Concluindo: o estado mental da Sra. D. Maria Adelaide Coelho da Cunha é incompatível com a capacidade civil.

Lisboa, 18 de junho de 1919.

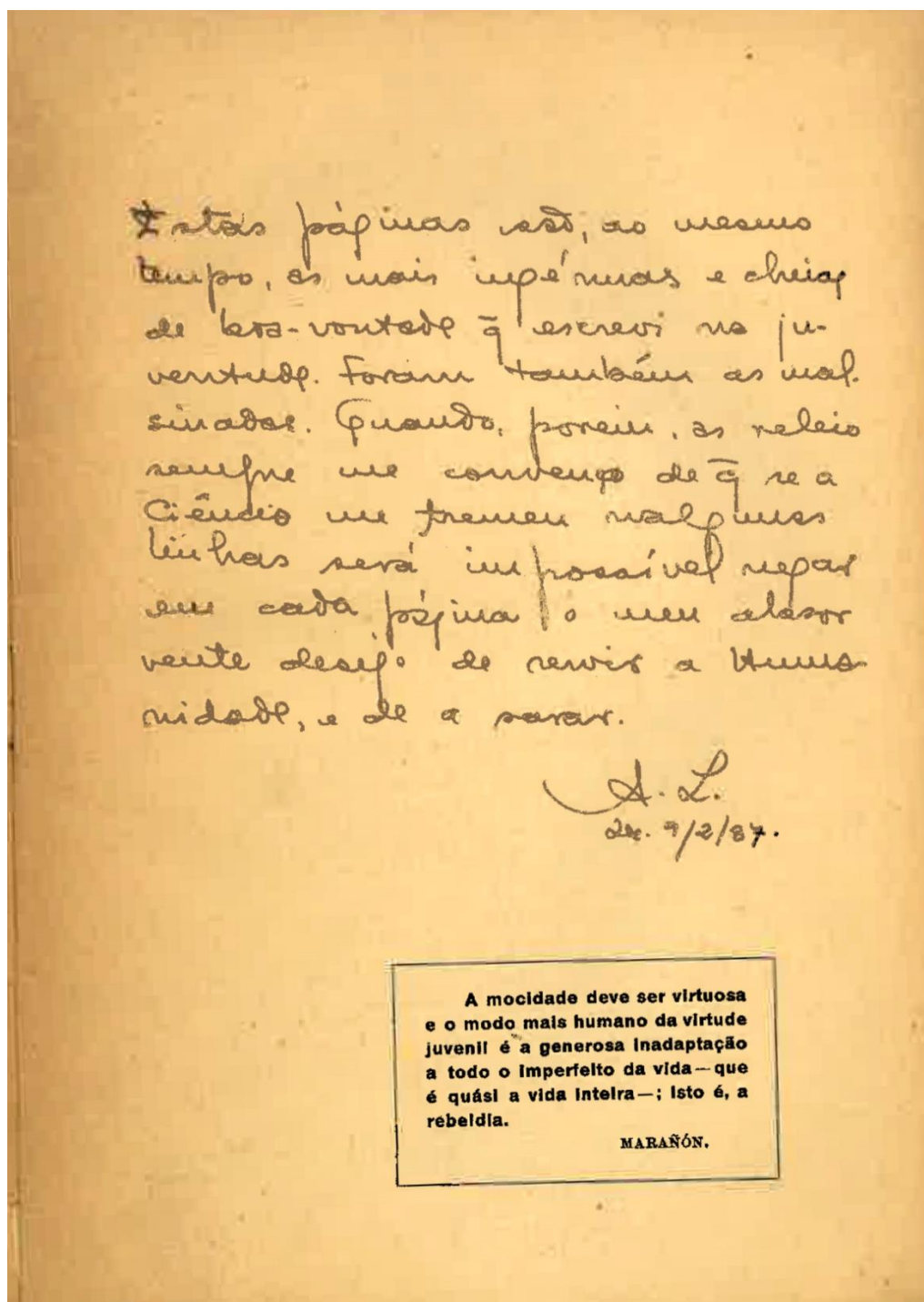
Julio de Mattos.

José de Mattos Sobral Cid.

Antonio Caetano de Abreu Freire Egas Moniz. (Cf. Cunha, 1920, pp. V-X)

[ANEXO II]

Anotação manuscrita por Almerindo Lessa num exemplar do seu «Exortações Eugénicas», cinquenta e quatro anos depois da sua publicação, com data de 9 de fevereiro de 1987, inserida na página 3.



[ANEXO III]

Primeira página (582) do artigo publicado sob o título “Os Jesuítas em Portugal”. In, *Ilustração Portuguesa* – edição semanal do jornal *o Século*, dir. Carlos Malheiro Dias, n.º 246, Lisboa, 7 de novembro de 1910, pp. 582-588.



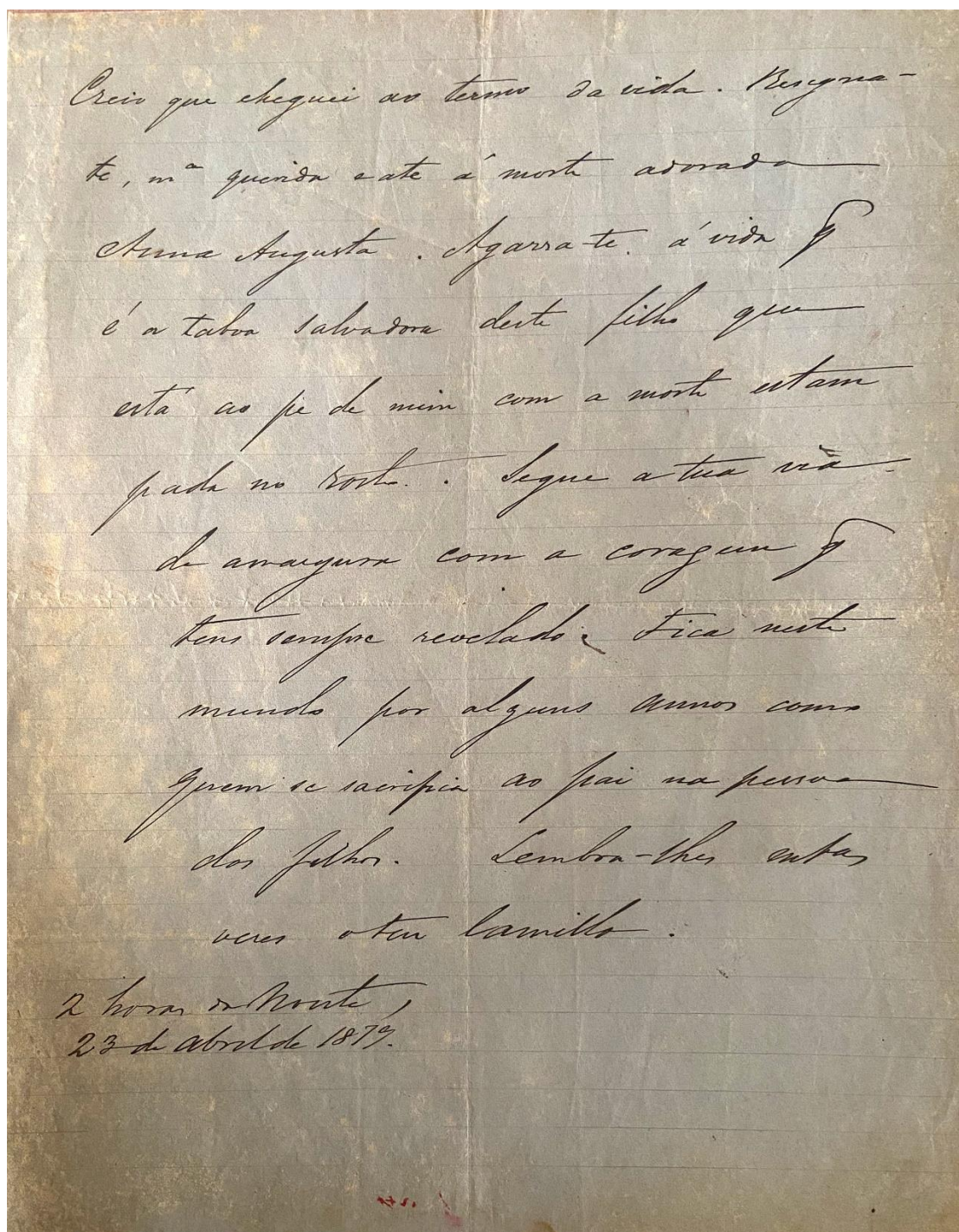
[ANEXO IV]

AMMVC – Do espólio fotográfico (Fig. 19) de Ernesto Roma, inserido na sua dissertação final do Curso Médico (1913), original datilografada e fotografias coladas – Os dois irmãos microcéfalos: O António aos 8 anos e a Adelaide aos 9 anos.



[ANEXO V]

Carta na posse da nossa família desde 6 de fevereiro de 1912, hoje no nosso arquivo particular, numa gentil oferta da sua neta Raquel Castelo Branco, filha de Nuno Plácido Castelo Branco e de Ana Rosa Correia (1862-1956), a um dos nossos ascendentes.



Creio que cheguei ao termo da vida. Designe-
te, m^a querida até à morte adorada
Amena Augusta. Agarrate à vida q^e
é a tua salvadora deste filho que
está ao pé de mim com a morte utam
pada no rosto. Segue a tua via
de amargura com a coragem q^e
tens sempre revelado. Fica neste
mundo por alguns annos como
quem se sacrifica ao pai na pessoa
dos filhos. Lembra-thes estas
pavras o teu lamitito.

2 horas de noite,
23 de Abril de 1870.

[ANEXO VI]

António Alfredo S. B. Simões Viana iniciou a sua preparação liceal em Viana do Castelo frequentando o liceu de Gonçalo Velho (do 1.º ao 6.º ano) e terminou-o, no Porto, no liceu de Rodrigues de Freitas (7.º ano).

Após exame de aptidão à Universidade do Porto matriculou-se na Faculdade de Ciências para frequentar o Curso Preparatório de Medicina (F.Q.N.). Concluiu a licenciatura em Medicina e Cirurgia na Universidade do Porto, em 1946, obtendo 14 valores em Psiquiatria.

Seguidamente, até março de 1949, estagiou no Hospital de Santo António (Porto), no Dispensário Dr. Tiago de Almeida, do IANT (Viana do Castelo) e no Hospital da Santa Casa da Misericórdia (Viana do Castelo), altura em que foi obrigado a cumprir as leis do serviço militar (B.C. N.º 9) sendo, depois, promovido a alferes miliciano médico (O.E. n.º 6 – 2.ª Série, de 1962) e mais tarde de Tenente miliciano médico (O.E. n.º 1 – 2.ª Série de 1964).

Findo o serviço militar voltou a trabalhar no Dispensário Dr. Tiago de Almeida e no Hospital da Santa Casa da Misericórdia de Viana do Castelo.

Desempenhou, depois, as funções de Subdelegado de Saúde do Concelho de Penedono, distrito de Viseu, desde 18 de novembro de 1950 até 11 de agosto de 1951, para o que foi autorizado por despacho do Subsecretário de Estado de Assistência Social de 28 de novembro de 1950; e, também, as de Médico-Municipal contratado, da Zona-Sul, do mesmo concelho, desde 10 de fevereiro até 24 de agosto de 1951.

No ano letivo de 1951/52 matriculou-se no Instituto de Medicina Tropical e no Instituto Superior de Higiene Dr. Ricardo Jorge concluindo os cursos, respetivamente de Medicina Tropical e de Medicina Sanitária.

Em maio de 1953 embarcou para Moçambique de onde regressou em junho de 1956 tendo trabalhado na Brigada Técnica de Fomento e Povoamento do Vale do Limpopo (Guijá-sul do Save), em colaboração com o Instituto de Investigação de Moçambique (Dr. Navarro Soeiro), no estudo e combate, especialmente da malária e da schistosomíase.

Em outubro de 1956 embarcou para Angola (Lunda) onde trabalhou em prospeção sanitária (doença do sono, oncocercose, malária, lepra, kwashiorkor, etc.) tendo regressado a Portugal em maio de 1959.

Voltou seguidamente a trabalhar no hospital da Santa Casa da Misericórdia de Viana do Castelo até julho de 1961.

Por contrato de 18 de julho de 1961 (D.G. n.º 187 – 2.ª Série – 10-08-1961) prestou serviço como médico do Quadro Complementar de Medicina Geral da Província de Timor (Subdelegado de Saúde dos Lospalos) tendo regressado a Portugal em setembro de 1963.

Bolseiro da Fundação Calouste Gulbenkian (1964) concluiu o curso de Citologia Esfoliativa no Instituto Português de Oncologia (Lisboa).

Bolseiro do Governo Francês (1964-65) concluiu o curso de Medicina Tropical da Faculdade de Medicina de Paris (com estágios no Instituto Pasteur de Paris e Hospitais Claude Bernard, Saint Louis e Hôtel-Bieu e Centro Internacional da Infância).

Por contrato de 1 de abril de 1966, nos termos do Art.º 7.º do Decreto-Lei n.º 31913, de 12 de março de 1942, foi nomeado médico estagiário do Centro de Saúde Mental do Porto. Por contrato de 30 de março de 1967 foi nomeado chefe de Serviços do Laboratório de Citologia Esfoliativa do Hospital da Santa Casa da Misericórdia de Viana do Castelo, cargo que acumulou com o de médico efetivo, até agosto de 1969.

Em maio de 1967 foi-lhe concedido, pela Ordem dos Médicos, o título de Especialista de Doenças Tropicais.

Por contrato de 27 de janeiro de 1969, nos termos do Art.º 7.º do Decreto-Lei n.º 31913, de 12 de março de 1942 (B.G. de 14 de fevereiro de 1969 – 2.ª Série) foi nomeado segundo assistente psiquiatra do Centro de Saúde Mental de Viana do Castelo.

Em 15 de Dezembro de 1971 fez exame de saída do Internato Complementar tendo obtido a classificação de “Bom”.

Foi nomeado especialista do Centro de Saúde Mental de Viana do Castelo em 25 de janeiro de 1972 (Art.º 15-n.º 3 do Decreto-Lei n.º 414/71 de 27 de setembro de 1971).

Em 1 de Abril de 1974 foi contratado para prestar serviço, como psiquiatra, nos Serviços Médico-Sociais da Caixa de Previdência e Abono de Família de Viana do Castelo.

Hereditariedade e Degenerescência nos finais do séc. XIX e meados do XX em Portugal. Racismo e Direitos Humanos.

Em 27 de Outubro de 1975 foi-lhe concedido o título de especialista de Psiquiatria pela Ordem dos Médicos.

Lecionou a disciplina de Psiquiatria, em 1976, na Escola de Enfermagem de Viana do Castelo.

Assumiu, por força de lei, as funções de chefe de Clínica do Centro de Saúde Mental de Viana do Castelo, em 12 de junho de 1978, em virtude de o titular ter sido transferido para o Hospital Magalhães Lemos (Porto).

Prestou provas para chefe de clínica do Centro de Saúde Mental de Viana do Castelo, em 1978.

Em 4 de Setembro de 1980 tomou posse como membro da Comissão Instaladora do Centro de Saúde Mental de Viana do Castelo.

Em 20 de março de 1981 tomou posse como diretor do Centro de Saúde Mental de Viana do Castelo e, cumulativamente, como presidente do conselho de gerência.

Era membro da Ordem dos Médicos (Especialista de Psiquiatria e Medicina Tropical) e da Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa, eleito em 27 de março de 1973.